



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ADA KESEA GUEDES BEZERRA

**O MITO LULA:
POLÍTICA, DISCURSOS E CENÁRIO MIDIÁTICO**

CAMPINA GRANDE – PB

2011

ADA KESEA GUEDES BEZERRA

**O MITO LULA:
POLÍTICA, DISCURSOS E CENÁRIO MUDIÁTICO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Elizabeth Christina de Andrade Lima

CAMPINA GRANDE – PB

2011

ADA KESSEA GUEDES BEZERRA

O MITO LULA

POLÍTICA, DISCURSOS E CENÁRIO MIDIÁTICO

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

B574m Bezerra, Ada Keesa Guedes.

O Mito LULA: política, discursos e cenário midiático / Ada Keesa Guedes Bezerra. — Campina Grande, 2011.

333 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elizabeth Christina de Andrade Lima.

Referências.

1. Mito Político. 2. Comunicação de massa. 3. Imagem Pública. I. Título.

CDU 328.32(043)

ADA KESEA GUEDES BEZERRA

**O MITO LULA:
POLÍTICA, DISCURSOS E CENÁRIO MIDIÁTICO**

DATA DE APROVAÇÃO: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª. Elizabeth Christina de Andrade Lima
(Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Irlys Alencar Firmo Barreira
(Examinadora Externa)

Prof^ª. Dr^ª. Rosilene Dias Montenegro
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira
(Examinador Interno)

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Raquew dos Santos Azevêdo
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva
(Suplente)

*A minha querida mãe,
amiga e companheira de todas as horas,
Maria Guedes Bezerra.*

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pelo que sou, pelas incontáveis bênçãos concedidas, e por tudo que tenho aprendido no meu caminho pessoal e intelectual.

À professora **Elizabeth Christina de Andrade Lima**, pela orientação precisa e paciente, pela constante disponibilidade, por sua estimada atenção, dedicação e palavras de incentivo, sem as quais não teria sido possível a realização deste trabalho.

Aos professores **Rosilene Dias Montenegro** pelas sugestões concedidas durante o Seminário de Tese, **Roberto Vêras de Oliveira** e **João Emanuel Evangelista** pela leitura atenta e contribuições despendidas no Exame de Qualificação.

Aos meus pais, **Antônio Irineu Acioli** e **Maria Guedes Bezerra**, por terem sempre contribuído para o meu crescimento pessoal.

Agradeço novamente a minha **mãe** pela colaboração direta com este trabalho, ao ajudar com as transcrições e catalogação do material de pesquisa.

Aos **amigos e colegas de trabalho**, pela paciência e palavras de otimismo.

A todos os meus **familiares** por compreenderem minha ausência durante os últimos anos.

Agradeço ainda a todos que fazem parte do **PPGCS** pela prontidão no atendimento e ajuda sempre que requisitados.

A **CAPES**, pela bolsa concedida.

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo analisar a construção da imagem pública de Luiz Inácio Lula da Silva a partir do acionamento de elementos simbólicos e míticos tendo como espaço de visibilidade o cenário midiático. Nesse intento, partimos da premissa de que o carisma, as habilidades, a saga pessoal e a trajetória política renderam-lhe um capital simbólico acumulado capaz de compor ao longo dos anos uma narrativa que foi se tornando mitologizada. Acreditamos que esse político abarca ao redor de si os elementos de um mito político contemporâneo em construção. Para essa análise, foi considerado um recorte temporal que compreende os períodos emblemáticos e de maior visibilidade de sua atuação pública, ou seja, o período das grandes greves sindicais do grande ABC paulista; as cinco campanhas presidenciais, de 1989 a 2006, e alguns aspectos de sua gestão como Presidente da República durante dois mandatos. Tal recorte permite uma compreensão da atuação desse político seguindo a seqüência lógica dos fatos e períodos que compõem o “processo de heroificação” dessa personalidade política. Como material empírico, foram considerados os programas de Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) das campanhas presidenciais de 1989 a 2006; as falas e depoimentos de Lula enquanto Presidente da República proferidos em eventos nacionais e internacionais; alguns documentos oficiais do Partido dos Trabalhadores, das campanhas eleitorais e do governo; e ainda matérias publicadas nos principais veículos de comunicação de circulação nacional como os jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, e as *Revista Veja*, *Isto É*, *Isto É Dinheiro*, *Época* e *Caros Amigos*. O tratamento dado a este material foi no sentido de perceber, por um lado, como a imagem pública de Lula e do PT foi elaborada por ele mesmo e por sua equipe de marketing e comunicação durante as campanhas presidenciais e no período de governo, e por outro lado, como esta imagem transitou nesses momentos de maior visibilidade pública, em meio à imprensa. São esses discursos e conteúdos que revelam os elementos simbólicos e míticos utilizados na construção de uma narrativa mitologizada. Por fim, a pesquisa revelou considerações importantes sobre a prática política atual e sua interação com os meios de comunicação de massa, sobre a construção de mitos políticos na contemporaneidade e principalmente como a imagem pública de Lula foi paulatinamente se estabelecendo ao longo de sua atuação no cenário político brasileiro e no imaginário social como mito político tendo ele próprio e sua história de vida, como agentes principais dessa elaboração.

Palavras-chave: Mito Político. Comunicação de Massa. Imagem Pública.

ABSTRACT

This study aims to analyze the construction of the public image of Luiz Inácio Lula da Silva from the activation of symbolic elements and mythic space with visibility as the media scene. For this, we assumed that the charisma, skills, personal saga and political career earned him a symbolic capital accumulated able to write over the years a narrative that became mythologized. We believe that this policy covers you around the elements of a political myth in contemporary construction. For this analysis, was considered a time frame that includes periods iconic and high profile of its public action, the period of the big union strikes the Greater ABC Paulista, the five presidential campaigns, from 1989 to 2006, and some aspects to her tenure as President of the Republic for two terms. This cut allows an understanding of political action that followed the logical sequence of events and periods that make up the "process heroificação" this political figure. As empirical data, we considered the programs free television time for Election (HGPE) presidential campaigns from 1989 to 2006, the speeches and statements of Lula as President of the Republic issued in national and international events, some official documents of the Workers Party, election campaigns and government, and has articles published in major media of national circulation newspapers such as *Folha de São Paulo* and the *State of São Paulo* and the Magazines *Veja*, *Isto É*, *Isto É Dinheiro*, *Época* and *Caros Amigos*. The treatment of this papers and videos was in order to realize the one hand, as the public image of Lula and the PT was designed by himself and his team of marketing and communications during the presidential campaigns and tenure, and Furthermore, as this picture moved in these times of increased public visibility through the press. These are speeches and contents that reveal the symbolic and mythical elements used in the construction of a mythologized narrative. Finally, the survey revealed important considerations about the current political practice and its interaction with the means of mass communication on the construction of myths in contemporary political and especially how the public image of Lula was gradually establishing itself throughout its operations in Brazilian political scene and in the public mind as political myth with himself and his life story, as major actors of development.

Keywords: Political Myth. Mass Communication. Public Image.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – SOBRE MITO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE.....	22
1.1. Por uma perspectiva teórica do mito e da política	24
1.1.1. Sobre o conceito de mito político	25
1.1.2. Características do mito político contemporâneo	33
1.1.3. A comunicação de massa como espaço de mediação	39
1.2. O legendário do mito Lula	47
1.2.1. Os períodos sucessivos do processo de heroificação	57
1.2.2. Habilidades de um mito – seduzir, persuadir, conciliar	60
1.2.3. Imagem pública – Líder popular e carismático	69
CAPÍTULO 2 – O LÍDER SINDICAL	78
2.1. A Saga pessoal	80
2.1.1. Uma biografia de falta.....	83
2.1.2. Capacidade de superação	88
2.2. O novo Sindicalismo	94
2.2.1. A comunicação Sindical	100
2.2.2. O sindicato, as fábricas e as greves do ABC paulista	106
2.3. Da causa operária à luta política	120
2.3.1. A classe Trabalhadora	121
2.3.2. O líder Carismático	126
CAPÍTULO 3 – O LÍDER POLÍTICO	132
3.1. Atuação pública na esfera política	134
3.1.1. Formação do Partido dos Trabalhadores	136
3.1.2. O Socialismo Democrático do Partido dos Trabalhadores	144
3.1.3. Militância política – Da fundação da CUT à Campanha das Diretas Já	151
3.2. A Luta pela Presidência	155
3.2.1. Campanha presidencial de 1989	157
3.2.2. Campanhas presidenciais de 1994 e 1998	166
3.2.3. Campanha presidencial de 2002	179
CAPÍTULO 4 – O ESTADISTA	202
4.1. Primeiro Mandato – Um governo em tempos de transição	208
4.1.1. Repercussão, significado histórico e simbólico da vitória em 2002.....	212
4.1.2. Políticas Sociais – Valor de ação do mito	219
4.1.3. Consensos, contradições e crise moral ao término do mandato.....	228
4.2. Segundo Mandato – A continuidade de um projeto político	235
4.2.1. Reeleição – Realinhamento eleitoral e a emergência do lulismo	241
4.2.2. Identidade nacional – Valor de ação do mito	247
4.2.3. A construção simbólica do mito	251
CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	264
ANEXOS	273

INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objetivo apreender como se efetivou a construção da imagem pública de Luiz Inácio Lula da Silva a partir do acionamento de elementos simbólicos e míticos, durante sua atuação mais ativa na política no Brasil, tendo como palco de atuação o cenário midiático. Para isso foram considerados os períodos emblemáticos e de maior visibilidade pública de sua trajetória.

Discorrer sobre o desempenho e a imagem pública de um político brasileiro mundialmente conhecido e em plena atuação apresenta grandes e pequenos riscos, sobretudo quando esta figura suscita olhares sob os mais diversos prismas. Luiz Inácio Lula da Silva é este personagem, que atuante na cena pública há mais de três décadas e detentor de uma trajetória que encarna as vicissitudes e paradoxos que condizem com a própria trajetória política brasileira, faz valer a ousadia, não apenas pela peculiaridade de sua saga pessoal e política, mas principalmente pelo recorte da história política do país que teve como autor esta personalidade hoje reconhecida como um dos maiores líderes carismáticos da atualidade.

Por transitar em momentos diferentes representando causas distintas, este político apresentou várias faces não menos expressivas e contraditórias que seus discursos e idéias. Foi líder sindical, grevista, preso político, deputado federal, cinco vezes candidato à presidência e Presidente da República por um período de oito anos. Foi por vezes rechaçado e perseguido e em outros momentos aclamado e respeitado. Suas falas, assim como sua performance, foram algumas vezes espontâneas, mas foram também em certos episódios, estrategicamente planejadas. Esteve à frente de movimentos sociais e políticos, e por outro lado relegado aos bastidores e mesmo à sombra dos acontecimentos. Sua história pessoal marcada pela pobreza na infância, como migrante nordestino, com formação técnica de torneiro mecânico que consegue romper as barreiras do preconceito e tornar-se Presidente de um país tradicionalmente governado por representantes da elite vem compor uma narrativa ímpar a partir de inúmeros elementos simbólicos e míticos compreendidos em sua imagem e suscitados em seus apelos ao imaginário coletivo.

No cenário político brasileiro, transitaram líderes que imprimiram definitivamente seus nomes na história e no imaginário social do país, sobretudo a partir de construções discursivas com conteúdos simbólicos e imagéticos. Atuações

e gestões resultantes e ao mesmo tempo determinantes de uma cultura política própria, de caráter híbrido que mistura posturas favoráveis à democracia e predisposições negativas em relação às instituições políticas. Um fator que não é conjuntural nem temporário, mas, de caráter estrutural e definidor de uma cultura política delineada por uma trajetória tortuosa que oscilou entre oligarquia (1889/1930), ditadura (1937/1945 e 1964/1985) e populismo (1946/1964), além de todo um período de golpes ou tentativas constantes de golpes compreendidos entre 1930 a 1990, até chegar finalmente, a um Estado de direito democrático.

Após um período de luta pela redemocratização, compreendido entre os anos de 1970 e 1980, as conquistas obtidas proporcionaram novos contornos delineados para as práticas do campo político. A primeira eleição direta para Presidente da República em 1989, entre Fernando Collor de Melo então candidato pelo PRN e Luiz Inácio Lula da Silva do PT, visível através dos meios de comunicação de massa, é um marco desta realidade. O conjunto das eleições presidenciais, de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010 cada uma com suas peculiaridades, constituem o referencial ou modelo da forma atual de como se realizam as disputas eleitorais no Brasil.

Neste recorte temporal, Lula despontou e se tornou uma figura histórica detentora de um capital simbólico de significado ímpar em termos sociais e culturais. Com uma trajetória política peculiar e uma saga pessoal perpassada por adversidades, emerge na cena pública durante o período do governo militar de 1964 tendo seu primeiro contato com a política em 1975 ao se tornar diretor do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. A partir de então seu nome começou a ressoar pelas fileiras das indústrias do grande ABC paulista, sendo o principal líder sindical responsável por restaurar as greves públicas em larga escala, prática completamente reprimida pelo regime militar.

Em prol da “causa trabalhista”, reuniram-se para apoiá-lo quase todos os grupos de esquerda da época, de estudantes a intelectuais, passando pelo apoio da igreja apóstata da Teologia da Libertação, dentre outras representações da chamada esquerda de base.

Conhecido nacionalmente por sua empreitada como migrante nordestino, operário e sindicalista, formava-se então um dos símbolos que viria a constituir um

dos maiores paradoxos de sua carreira política, a condição de classe.¹ Mais tarde, em sua sucessão de candidaturas a Presidência da República, esta insígnia condição de operário virou um estigma proeminente a desgastar sua imagem e servir de temática preferencial para os adversários, mas constituiu também, em determinado momento, uma motivação para o voto da parcela pobre da população.² O desempenho como sindicalista por um período amplo de resistência e capacidade de mobilização ocasionou-lhe conhecimento nacional e notoriedade em diferentes segmentos da sociedade.

Em 10 de fevereiro de 1980, através do Manifesto que deu origem ao Partido dos Trabalhadores, funda o PT juntamente com outros sindicalistas e intelectuais. Sua primeira disputa fora do meio sindical, foi como candidato deste partido, a governador de São Paulo em 1982. Franco Montoro do PMDB foi eleito e a Lula ficou reservado o quarto lugar. Foi nesta eleição que o apelido “Lula”, (dado por sua mãe), tornou-se oficialmente parte de seu nome.³ O político ganhou destaque no ano seguinte, quando o Partido dos Trabalhadores iniciou a campanha pelas Diretas-Já, reivindicando o direito ao voto para Presidência. Em 1986, se candidatou a deputado federal à Assembléia Constituinte e com 650 mil votos, foi o mais bem votado do país.

Já em 1989, após quase trinta anos de ditadura militar, os brasileiros são convocados a votar para Presidente da República e pela primeira vez na história de um país governado tradicionalmente por Marechais, Promotores, e Generais, um operário sem formação superior se candidata e quase é eleito, superando Brizola do PDT na briga para enfrentar Fernando Collor de Mello do PRN. Sentiu próximo o gosto da vitória ao ser cotado como eleito pelas pesquisas de intenção de voto,

¹ Ver discussão em BARREIRA, Irllys Alencar Firmo, em *“Um operário presidente? Ideologia e condição de classe no contexto de campanhas eleitorais”* In: Como se fazem eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

² Sobretudo na campanha eleitoral de 2006 quando ocorre um realinhamento político marcado pela adesão do voto das classes D e E, como explanado mais adiante neste texto. Consultar também: André Singer em: “Raízes sociais e ideológicas do Lulismo” In: Novos Estudos, São Paulo, n. 85, 2009.

³ Lula é a forma hipocorística de “Luís”, e foi adicionado judicialmente ao nome de batismo para que sua alcunha dos tempos das mobilizações dos metalúrgicos pudesse ser utilizada em campanhas eleitorais, uma vez que a legislação vigente proibia o uso de apelidos pelos candidatos.

conquistou 31 milhões de votos, mas perdeu para o então candidato do PRN, por apenas cinco pontos percentuais.

Foi nesta disputa que pela primeira vez a saga do retirante nordestino, operário, cidadão comum brasileiro foi contada através da campanha eleitoral dos programas do HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral), para todo o país. Após o que Lula chama de “derrota mais sentida”,⁴ o Partido dos Trabalhadores investe em candidaturas para eleições majoritárias por todo o Brasil enquanto seu líder fundador seguiu seu objetivo de conhecer os problemas sociais dos mais pobres, daqueles situados nos chamados “grotões” do país e tornar-se por eles conhecido.

Em 1993 lança a campanha das “Caravanas da Cidadania”, projeto inédito, com o objetivo de conhecer de perto as necessidades de cada região e como um recurso de pré-campanha para as eleições de 1994, disputa perdida ainda no primeiro turno, para seu adversário Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, ex-ministro da fazenda do governo Itamar Franco, e um dos idealizadores do “Plano Real”, plano econômico que “salvou” o país da crise econômica gerada pela gestão de Collor.

Em 1998, Lula se candidata pela terceira vez e perde novamente no primeiro turno para FHC, candidato à reeleição. Nesta eleição, a disputa pela interpretação da realidade e pela imposição da imagem, ocorreu à sombra dos meios midiáticos.⁵ O considerado sucesso do plano Real “precisava” ter continuidade.

Após a terceira tentativa frustrada, o Partido dos Trabalhadores e o ex-operário, candidato já cristalizado como símbolo da oposição contra a continuidade de representações elitistas, preparam a quarta candidatura com a presença de profissionais do marketing político em uma campanha eleitoral estrategicamente elaborada para 2002 culminando com a emblemática vitória de Lula que repercutiu em todas as camadas sociais, na imprensa nacional e internacional, destacando os significados políticos, culturais e sociais revelados pela escolha, por vias democráticas, de um ex-operário, com formação técnica de torneiro mecânico,

⁴ Ver: “Lula sem censura” de Altino Dantas Júnior (1981).

⁵ Ver discussão com Luiz Felipe Miguel em “Mídia e Manipulação Política no Brasil – A Rede Globo e as Eleições Presidenciais de 1989 a 1998”. In: Comunicação & Política, Rio de Janeiro, n. 2 e 3, 1999.

nordestino de militância sindicalista para representante de uma nação com tradição arraigada de representantes advindos da elite.

A repercussão da vitória e a expectativa sobre seu governo, só não superaram a repercussão dos acontecimentos que sucederam durante sua gestão. Uma série de escândalos e denúncias de corrupção. O esquema denominado “Mensalão”, envolvendo membros da alta cúpula do Partido dos Trabalhadores e os principais ministros do governo marcaram o último ano do primeiro mandato do então Presidente. Durante a sucessão de denúncias, sua imagem oscilou entre a aceitação e a rejeição do público-eleitor diante do impasse da possibilidade de seu envolvimento com as denúncias.

Ao final de vários inquéritos, o nome de Lula aparece na mídia como isento de envolvimento com os acontecimentos escusos que circulavam nos setores e salas do Planalto, mas sua imagem foi maculada pela dúvida: o Presidente da República sabia ou não dos atos ilícitos realizados pelos principais membros de seu governo? O impasse subsistiu do início das denúncias, repercutiu com maior fatuidade no momento da definição das candidaturas para as eleições de 2006, contornou toda a campanha eleitoral se fazendo presente tanto no discurso de seus adversários quanto no discurso midiático e atingiu uma amplitude ainda maior com o surgimento de outra denúncia: a compra de um dossiê falso encomendado por petistas que seria usado contra o seu principal adversário nas próximas eleições presidenciais, Geraldo Alkimin do PSDB. Mas, apesar do novo escândalo, o Presidente se manteve, chega à frente ao segundo turno, cresce progressivamente nas pesquisas de intenção de voto e consegue se reeleger em 2006.

Para além da crise política, as ações na área econômica como a retomada do crescimento e do emprego e os programas sociais iniciados na primeira gestão, como o Bolsa Família e demais projetos do Programa Fome Zero, repercutiram de forma mais enfática junto à parcela da população mais pobre que sendo atendida em suas necessidades mais imediatas optaram pela continuidade do governo Lula apesar da crise política.

Após a reeleição, há exatos dois anos e meio do segundo mandato, em tempos de crise financeira mundial, de especulações e definições sobre nomes de candidatos para as eleições de 2010, o índice de popularidade e aceitação do governo Lula só cresce e dentre parcela considerável da população já se ouve ecoar o sentimento de orfandade com o fim de sua gestão. Ao final dos dois mandatos,

Lula alcança índice de popularidade recorde para um presidente no país, e a eleição de Dilma Rousseff, do PT como sua sucessora veio confirmar ainda mais a aceitação de Lula como um dos líderes mais populares do país.

Com base neste quadro de acontecimentos, nos instiga entender, o processo de construção da imagem pública de Lula ao longo desta trajetória de mais de 30 anos. Suscita-nos questões tais como: quais elementos simbólicos foram acionados por este personagem para ser atendido em seu apelo e se firmar na cena política e, em condições tão adversas, superar o estigma da condição de classe, superar o preconceito, elaborar e refazer tantas vezes seu discurso sem perder a coerência, alcançar a aclamação em 2002, conservar a aceitação durante seu mandato, reeleger-se em 2006 e concluir oito anos de governo com popularidade recorde?

Uma das respostas plausíveis é que na cena política há mais de três décadas, esse personagem adquiriu visibilidade pública e é hoje detentor de um capital político acumulado nos termos do que Bourdieu (1989) mencionou como Capital Imagético⁶, utilizado para a exposição e divulgação midiática. Trata-se do acúmulo de um capital simbólico, no qual a imagem prevalece como a face do encantamento, como o cerne do “novo”, veículo de exposição dos candidatos. Com os meios de comunicação de massa como espaço privilegiado de visibilidade pública, uma capitalização da imagem simbólica constitui elemento cada vez mais relevante. E isto, a saga pessoal e a trajetória política de Lula enquanto narrativa marcada por valores éticos, símbolos, significados, estigmas e mitologias políticas foi capaz de acumular.

Em segundo lugar, é possível mencionar também que estamos diante do mais ‘carismático’ estadista brasileiro, desde Juscelino Kubistchek. Existe algo de extraordinário no personagem Lula, seja pela incrível habilidade política e pela peculiaridade de sua trajetória se comparada às de outros líderes; em detrimento do significado e representação de sua atuação na conjuntura política nacional; pelo

⁶ O conceito de capital político, extraído da Sociologia de Pierre Bourdieu, indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente, um capital político tradicional. Entende-se por capital simbólico, de maneira mais abrangente, o capital político acumulado e o Capital Imagético, embora seja uma forma de capital político acumulado, apresenta suas peculiaridades: é um tipo de carisma secular, racionalmente produzido e incorporado em uma imagem pública construída diretamente para transitar de acordo com as transformações vivenciadas no campo político. Ver discussões de Bourdieu (1989) e Oliveira (1992).

próprio discurso e imagens criados por ele mesmo e por sua equipe de marketing ou provavelmente por tudo isso em conjunto. O fato é que seu nome sempre aparecerá em destaque na história do país. As camadas populares seguiram Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e mesmo Fernando Collor de Mello, mas a representação popular se materializou de forma imprescindível na trajetória pessoal de um representante advindo da mesma classe a que se propôs representar.

Por último, sustentamos ainda a premissa de que a imagem pública de Lula transitou em meio ao campo das subjetividades do imaginário político, das representações de liderança, dos artifícios empregados na identificação povo-líder, da espetacularização, dos sentimentos e das paixões políticas.

É a partir dessas três premissas, que sustentamos a hipótese de que Luiz Inácio Lula da Silva abarca ao redor de si os elementos de um mito político contemporâneo em construção nos moldes definidos por Girardet (1987), ou seja, entendemos que a imagem pública de Lula foi paulatinamente se estabelecendo ao longo de sua atuação no cenário político brasileiro e no imaginário social como personagem construído a partir do acionamento de conteúdos simbólicos numa narrativa que foi se tornando mitologizada.

Um processo que teve início durante o período de governo quando o então presidente pôde colocar em prática o valor de ação do mito, mas que tem também como conteúdo o carisma e a saga pessoal e política desse líder enquanto narrativa legendária perpassada por tempos fortes e fracos, períodos de perseguição e de remissão que compõem o “processo de heroificação”, termo definido por Girardet (1987, p. 71-72) para identificar a passagem do histórico ao mítico, ou seja, “resulta na transmutação do real em sua absorção no imaginário”. É um processo no qual a narrativa vai se elaborando publicamente e pode apresentar-se organizado em vários períodos sucessivos, “sensivelmente diferentes uns dos outros por sua tonalidade afetiva”. Conforme o autor, existe o tempo do apelo, o tempo da presença e o tempo da lembrança e a trajetória pública de Lula perpassa todos esses períodos do processo de heroificação.

Desta forma, nos apropriamos enquanto categoria teórica central, da noção sobre mito político e mitologias políticas e, como campos de discussões complementares uma abordagem sobre a relação entre a comunicação de massa e a esfera política na contemporaneidade, além da noção de carisma.

Nesse sentido, se faz necessário esclarecer que consideramos aqui a noção proposta por Raoul Girardet (1987), para quem o mito político não é simplesmente um fenômeno, uma pessoa, um partido ou uma idéia, mas sim a representação que se faz de determinados fenômenos, pessoas ou idéias. A elaboração de um mito acontece sobremaneira a partir da contínua repetição e reelaboração de uma imagem. Ou seja, quando se pretende compreendê-lo e interpretá-lo, é a uma narrativa que se analisa. É a seqüência de uma história contada, repetida e reelaborada que vai dando corpo e substância ao mito.

Para entender este processo, o ponto de partida foi a priori, um percurso pelas principais abordagens, de maneira a estabelecer pontos de interpretação sobre o mito como a de Mircea Eliade (1992; 2007), que o concebe como narrativas de histórias sagradas, do fabuloso nas sociedades primitivas, o qual possui valor explicativo de fatos, fenômenos e de formas de organização social, ditas ainda, narrativas de origem, que através de uma reatualização periódica, buscam interromper o fluxo do tempo histórico; a abordagem de Roland Barthes (2007) sobre as mitologias contemporâneas, para quem o mito constitui uma fala despolitizada, detentor de um caráter imperativo, interpelador e que culmina com a transformação da história em natureza; a idéia de Georges Sorel (1992) que anuncia o mito político em sua função de animação criadora, como apelo ao movimento, à ação e de caráter mobilizador por excelência; e por último as concepções de Raoul Girardet (1987), sob as quais nos deteremos com maior atenção, para quem as formulações anteriores corresponde a alguns dos aspectos do mito político, como este se inscreve na história de nosso tempo, mas sugere de maneira mais alusiva, a concepção do mito como um “revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade”. (GIRARDET, 1987, p. 83).

Desta forma, a partir do exposto, fica então evidente que o conceito de mito político que consideramos aqui, é na verdade um construto de diferentes abordagens e fez-se em parte, não obstante suas diferenças, a partir das percepções de autores como, Mircea Eliade (1992; 2007), Claude Lévi-Strauss (1978), Joseph Campbell (2008), Michel Vovelle (1997), Georges Sorel (1992) e Roland Barthes (2007), dentre outros ⁷. Mas é Raoul Girardet (1987) a partir das

⁷ Também constituem referência os estudos de Murray Edelman (1985); Kaplan e Lasswell (1979); e Ernst Cassirer (1992).

idéias de Gilbert Durand (1988, 2002), que constitui para essa pesquisa, referência principal tanto no tocante ao embasamento teórico quanto a uma aproximação com sua proposta metodológica.

No primeiro caso, o autor possibilita uma percepção mais ampla do mito político ao apresentá-lo como narrativa; como fonte explicativa capaz de dar legitimidade e racionalidade ao passado; como ação mobilizadora; e enquanto revelador ideológico, mas que não segue uma regra teórica; é também fabulação ou interpretação de aspectos do real.

Quanto à metodologia, o autor sistematiza seu estudo sobre mitos e mitologias políticas através das estruturas que foram a princípio denominadas por Gilbert Durant (1987) como “constelações mitológicas”, são os “conjuntos de construções míticas sob o domínio de um mesmo tema reunidas em torno de um núcleo central”. São elas: a imagem do Salvador; A Idade de Ouro; A Unidade; e A Conspiração. Estes são os “temas de exame” ou referências temáticas que são recorrentemente chamados a compor as narrativas míticas para dialogar com o imaginário social preexistente.

Perceber a presença destas referências temáticas na narrativa e nos apelos desse personagem constitui corolário de nosso objetivo, lembrando, como adverte Claude Lévi-Strauss (1978), de evitar aplicar nesse estudo o método de análise cartesiana, com os princípios da decomposição e divisão exaustiva em partes e enumeração de fenômenos, o que seria ignorar a natureza da realidade mítica. “Não existe limite, para a análise mítica, unidade secreta que se possa apreender ao cabo do trabalho da decomposição”. (LÉVI-SATRAUSS, 1978). Esta narrativa deve então ser observada e interpretada em sua totalidade e essência, mas considerando a liberdade de atuação do fenômeno estudado e de acordo com o seu tempo histórico. Um tempo que tem como espaço de visibilidade desse tipo de narrativa, os meios de comunicação de massa.

Já à apreensão da relação entre os campos da comunicação e da política, se faz necessário, sobretudo porque o primeiro se institui enquanto campo de visibilidade pública no qual a atividade política, principalmente em momentos de disputas eleitorais, utiliza recursos como a encenação e o espetáculo para se fazer notável em meio às inúmeras ofertas simbólicas e ao novo perfil do eleitorado. Para essa discussão contemplamos os trabalhos de Schwartzemberg (1978); Bernard Manin (1995); Oscar Landi (1990); Manuel Castells (2000) e Milton Santos (1996);

Afonso de Albuquerque (1995,1999, 2001); Márcia Ribeiro Dias (2002); Antônio Albino Canellas Rubim (2000); Wilson Gomes (2007), dentre outros.

As campanhas eleitorais se fazem na contemporaneidade a partir de estratégia mercadológica, marcadas pelo personalismo e com alto investimento financeiro. Concentram-se cada vez mais na projeção de um homem tendo como elemento determinante do voto os atributos pessoais, a personalidade e a habilidade. Elementos cada vez mais exigidos de um candidato favorecendo o aparecimento de líderes carismáticos.

Quanto a noção de carisma, apreendemos a concepção de Max Weber, para quem o poder carismático depende das qualidades inerentes em um indivíduo porque este repousa, em última instância, nas expressões próprias intransferíveis do sujeito, que tem ainda uma qualidade excêntrica e arbitrária que o faz uma fonte em potencial de explosão em forma de poder de utilização mais racional.

É possível pensar as práticas políticas atuais a partir do pensamento de Weber sobre dominação carismática não em sua conformação original, na qual era legitimada pelo reconhecimento, puro e simples, das qualidades extracotidianas dos líderes carismáticos (profetas, sábios, curandeiros, heróis de guerra, etc.) pelos dominados, mas num sentido próximo ao que Weber denominou de “democracia plebiscitária” na qual a dominação é legitimada pela realização de disputas eleitorais, onde não há o caráter autoritário, pois a potencialidade da autoridade carismática se reveste da legitimação eleitoral que ratifica o primitivo reconhecimento carismático. Nessa situação, o senhor legítimo, em virtude do próprio carisma, transforma-se em um líder livremente eleito. (WEBER, 1982).

Weber anuncia as características do líder carismático como aquele político com vocação e define como qualidades: a dedicação apaixonada a uma causa; o senso de responsabilidade como guia de ação; e o senso de proporções, sendo este último, a capacidade de deixar que as coisas atuem sobre ele com uma concentração e calma íntimas. Se pensarmos a partir desta observação, constatamos nitidamente o potencial carismático de Lula enquanto figura pública.

Aliás, o carisma é uma das características inerentes ao comportamento político e eleitoral brasileiro. Ângela de Castro Gomes destacou uma questão relevante para pensar essa temática, ao indagar: “por que afinal no Brasil convivemos com uma vivência política que ‘desconfia’ dos políticos e ao mesmo tempo está sempre pronta a ‘seguir-los carismaticamente’?” (GOMES, 1988, p. 9).

Tal questão nos remete novamente a noção de mito político. Nesse sentido, Kátia Mendonça (2007, p.14), aponta uma linha de pensamento apropriada para pensar o assunto, ao destacar que “quaisquer que sejam as condições de exercício do poder, elas nos revelam que o homem é antes de tudo um ser simbólico, e o mito, como uma forma de linguagem, pode permear todas as esferas de sua vida”. Assim sendo, consideramos a esfera política como um dos redutos mitológicos que persiste no imaginário coletivo do homem moderno.

Lembrando que “um mesmo mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações.” (GIRARDET, 1987, p. 15), mas que demanda para sua compreensão, o conhecimento de uma seqüência lógica de acontecimentos, consideramos para este estudo um recorte temporal que compreende os momentos mais significativos na constituição da imagem pública de Lula, ou seja, o período das grandes greves sindicais do grande ABC paulista; as cinco campanhas presidenciais, de 1989 a 2006, e alguns aspectos da gestão de Lula durante seus dois mandatos. Tal recorte permite uma compreensão da atuação desse político seguindo a seqüência lógica dos fatos da qual mencionou Girardet, ao observá-lo desde seu surgimento na cena pública até o momento de sua despedida.

Justificamos este recorte por entender que o processo de heroificação deste personagem tem início durante seu primeiro governo, se fortalece ao ser atendido pela segunda vez em seu quinto apelo ao imaginário coletivo em 2006, e se confirma ao término de seu segundo mandato quando alcança índice de popularidade recorde nunca antes obtido por outro presidente brasileiro, além de eleger em 2010 a partir de seu apoio político, a presidente Dilma Russeff, também do Partido dos Trabalhadores. Mas é preciso considerar também o momento de seu surgimento na esfera pública, ou seja, sua atuação como líder sindical igualmente faz parte do processo de heroificação, como a narrativa de origem desse personagem tantas vezes evocada durante seus apelos ao imaginário coletivo em suas candidaturas presidenciais.

Cientes da existência de dois lugares produtores do apelo, os grupos sociais, a coletividade com seus anseios, emoções, desejos e expectativas; e o indivíduo aspirante a tornar-se o representante desta coletividade, priorizamos, conforme o objetivo central deste texto, a análise das mensagens produzidas por Lula e sua equipe de comunicação bem como de um grupo social específico, aqueles que

atuam nos meios de comunicação de massa e igualmente contribuem para a disseminação dessas mensagens.

Para isto, usamos e analisamos os seguintes materiais empíricos: 1. os documentários “Linha de Montagem” de Renato Tapajós (1982), “ABC da Greve”, de Leon Hirszman, “Peões” de Eduardo Coutinho (2004), e “Entreatos” de João Moreira Sales (2004); 2. os vídeos e documentos apresentados no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral das campanhas presidenciais de 1989 a 2006; 3. os vídeos e documentos institucionais publicizados durante a primeira gestão⁸; 4. as principais publicações referentes à temática, dos grandes periódicos de circulação nacional como as revistas Veja, Época, Isto É e Caros Amigos, e os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, bem como de jornais internacionais como o New York Times, Wall Street Journal, El Mundo, El Universal, Corriere Della Sera Itália e o Clarín.

Parte do material, como os vídeos do HGPE, os documentos oficiais e os discursos de Lula, foram analisados, para reconstituir a imagem de si mesmo, apresentada publicamente por ele e quando presente, por sua equipe de comunicação. Já o material publicado pelos principais veículos de comunicação nacional e em determinados momentos, da imprensa internacional foi analisado no intento de apreender quais os aspectos da imagem pública de Lula foram evidenciados e por vezes enfatizados por estes meios de comunicação.

Desta forma, a presente tese encontra-se organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo busca contemplar os pressupostos teóricos que cercam o conceito e as características do mito político e como se apresenta na atualidade a esfera da comunicação de massa como espaço de mediação. Apresenta ainda, de maneira lacônica, a premissa de que Luiz Inácio Lula da Silva abrange as características de um mito político contemporâneo, evidenciadas sob a forma de uma narrativa legendária peculiar, mas não menos emblemática do que outras narrativas míticas da história política moderna.

O segundo capítulo tem como finalidade apresentar a atuação de Lula como Líder Sindical, ou seja, relata o início de sua saga como migrante nordestino, sua adaptação no universo novo de uma grande cidade, sua inserção numa categoria

⁸ Todos os vídeos foram fornecidos pelo DOXA – Laboratório de pesquisa em comunicação política e opinião pública do IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

social, sua tomada de consciência de classe, a atuação no movimento operário e, por conseguinte, no movimento sindical, e sua projeção como representante da classe trabalhadora, reconhecido como liderança no país e mesmo internacionalmente. Evidencia como o momento da trajetória pessoal e de militância sindical marca a história política do país e se institui como elemento simbólico importante para o legendário ⁹ mítico construído ao longo de sua vida pública, constituindo a “narrativa de origem” desse personagem,

O terceiro capítulo busca narrar os episódios emblemáticos de sua atuação como Líder Político, desde sua iniciação na esfera política ao fundar o Partido dos Trabalhadores, passando por sua atuação junto a movimentos políticos como a participação ativa junto à campanha pelas Diretas Já, e contemplando o período de luta pela Presidência da República nas campanhas eleitorais de 1989, 1994, 1998 e 2002, sendo o conjunto dessas eleições, considerado o Tempo do Apelo deste líder no imaginário coletivo.

O quarto capítulo constitui uma tentativa de apresentar o perfil deste político como Estadista, para tanto, buscamos elencar os principais aspectos dos dois mandatos da era Lula, bem como evidenciar como suas habilidades foram praticadas no sentido de conhecer e atender aos anseios das camadas populares e conseqüentemente, efetivar o valor de ação do mito como forma de imprimir seu nome na história e no imaginário coletivo. Também foram elucidados os elementos simbólicos e as mitologias políticas utilizadas na mobilização do imaginário coletivo, na perspectiva de apreender como cada uma destas constelações foram apropriadas na composição de uma narrativa mitologizada, sobretudo, durante o Tempo da presença.

Esperamos que este estudo venha contribuir para um melhor entendimento da prática política contemporânea, que possa fornecer condições para compreender como os mitos políticos são construídos na atualidade a partir do uso de novas técnicas e recursos comunicacionais, mas também entender como estes mitos são compostos pelas mesmas habilidades e pela evocação das mesmas estruturas míticas e simbólicas do imaginário coletivo dos tempos arcaicos. Tal expectativa é amainada, porém, pela certeza do risco iminente ao qual estamos expostos ao

⁹ Por legendário mítico entendem-se as representações de um conjunto de valores morais e simbólicos que constituem o mito.

investigar fenômenos no momento em que ainda estão em curso na história, condição esta que contraditoriamente é o que mais nos impulsiona a esta tarefa investigativa.

CAPÍTULO 1

SOBRE MITO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE

“O mito político jamais deixa de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica”.

“Um mesmo mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações.”

Raul Girardet

Enveredar pelo estudo do mito e da dimensão política do imaginário constitui tarefa difícil, por tratar-se de assunto complexo que ultrapassa a esfera do real, por ser próprio do campo da não racionalidade lógica, do simbólico e do subjetivo. Mas, por outro lado, é instigante, pois o imaginário político é também revelador, proporciona compreensão de determinados aspectos da experiência humana, apresenta-se como reflexo de momentos históricos e ainda revela-se como instituidor do real.

Temática que perpassa as áreas da antropologia, da sociologia e da história, compreender a realidade mítica incide como descreveu Girardet (1987) num “paradoxal empreendimento que consiste em transcrever o irracional na linguagem do inteligível” e arriscam-se “a parecer incertos, parciais e incompletos” os resultados daqueles que se propõe enfrentá-lo.

Mas, apesar da imprecisão dos contornos do mito político, os estudos contemporâneos, iniciados na década de 1940, com os trabalhos de Mircea Eliade (1992), Claude Lévi-Strauss (1978) e Gaston Bachelard (1976), e principalmente os estudos desenvolvidos a partir de 1980, de Raul Girardet (1978) e Gilbert Durant (2002), forneceram referenciais teóricos e metodológicos imprescindíveis. A partir destes trabalhos, surgiram novas possibilidades de investigação de problemáticas sociais capazes de subsidiar a compreensão de fenômenos e comportamentos das sociedades modernas. Assim, a noção de mito enquanto fabulação ou falseamento é

superada, deixando de pertencer unicamente ao campo das investigações de sociedades primitivas e adentrando de vez o campo das discussões contemporâneas.

Quanto à dimensão política, as leituras nos remetem a uma superação das velhas formas de construção mítica em detrimento de novas configurações abalizadas na atualidade, pelas formas de interação mediada à distância através da comunicação de massa, e suas conseqüentes ressonâncias. Tal conjuntura não anula, contudo, a presença do que Girardet (1987) denomina de lógica, “uma certa forma de lógica – do discurso mítico” que independe das novas configurações.

Os mitos políticos contemporâneos aparecem assim investidos sob as tradicionais narrativas legendárias, traçando uma caminhada representada e que se revela como uma sucessão ou combinação de imagens estruturadas em associações permanentes e que se repetem. Como “um número limitado de mecanismos combinatórios da imaginação coletiva. O que muda são apenas as circunstâncias, o momento histórico, o cenário e as formas de interação entre discurso mítico e imaginário coletivo.

Girardet (1987, p. 18) apresenta também esse agrupamento de imagens, essa repetição e associação enquanto traço específico da narrativa mítica como caminho para sua análise:

É em um código que se tem o direito de considerar como imutável em seu conjunto que ela transcreve e transmite sua mensagem. Ao olhar do analista, o fato não pode deixar de ganhar particular importância, já que fica claro no mesmo lance que é também em função de uma mesma chave que essa mensagem será suscetível de ser decifrada. Sem dúvida, convém levar em conta o caráter muito singular dessa “sintaxe” associativa, como convém levar em conta a originalidade do complexo psíquico no qual ela se insere. No entanto, do mesmo modo que Freud fundamenta sua interpretação do sonho nas “engrenagens particulares” que descobre em seu desenrolar, nas “relações íntimas” que consegue estabelecer entre os elementos aparentemente incoerentes de que ele se compõe, assim também a existência reconhecida de uma lógica do imaginário representa a oportunidade de um primeiro ponto de apoio oferecido à inteligência crítica, de uma primeira possibilidade de leitura proposta à vontade de compreensão objetiva. Nesse desconcertante labirinto que constitui a realidade mítica, para aquele que teve a audácia de nele penetrar, ela fornece pelo menos a promessa de um fio condutor.

Procedemos nesse estudo, portanto, cientes das dificuldades, na busca pela apreensão de como se processa na atualidade a construção da imagem pública de um personagem enquanto mito político em detrimento da indefinição de seus contornos como mencionou Girardet (1978). Assim, consideramos primeiro a importância da narrativa mítica e segundo os canais e configurações de sua gênese, visto que esta narrativa se efetiva numa sociedade abalizada e estruturada pela comunicação de massa.

Dessa forma este capítulo contempla, num primeiro momento, os pressupostos teóricos que cercam o conceito e as características do mito político e a esfera da comunicação de massa como espaço de mediação. Num segundo momento apresenta, de maneira lacônica, a tese que defendemos aqui, ou seja, discute a premissa de que Luiz Inácio Lula da Silva abrange as características de um mito político contemporâneo, evidenciadas sob a forma de uma narrativa legendária peculiar, mas não menos emblemática do que outras narrativas míticas da história política moderna.

1.1. POR UMA PERSPECTIVA TEÓRICA DO MITO E DA POLÍTICA

O estudo das práticas políticas no cenário midiático nos permite interpretar um campo de significações culturais em torno do imaginário social e dos comportamentos dos atores políticos envolvidos nas relações de poder que permeiam o universo tanto dos personagens e figuras públicas, quanto dos indivíduos que com estes interagem através da experiência midiática e do exercício da democracia.

Esta centralidade da mídia, como palco privilegiado de atuação política e eleitoral, permite a instituição e o fortalecimento dos processos de espetacularização, a personalização de candidatos e a propagação de discursos perpassados de elementos simbólicos e míticos.

A produção de mitos na política, na verdade, não carece dos meios de comunicação de massa para tal, porém, entender a atuação de um mito político na atualidade pressupõe conceber, a priori, a participação destes meios nesta constituição. É nosso intento na presente tese apreender como se efetiva esta construção tendo como circunstância principal à mídia impressa e eletrônica

enquanto veículo disseminador dos discursos e narrativas que cercam, apresentam e por vezes, elaboram o mito político.¹⁰

Para tanto, vale lembrar que mito político não é simplesmente um fenômeno, uma pessoa, um partido ou uma idéia, mas sim a representação que se faz de determinados fenômenos, pessoas ou idéias. A elaboração de um mito acontece sobremaneira a partir da contínua repetição e reelaboração de uma imagem. Na atualidade, essa exposição de imagens se efetiva predominantemente através da comunicação de massa, o que implica na necessidade de uma abordagem teórica do mito político, da política e da esfera da comunicação de massa.

1.1.1. Sobre o Conceito de Mito Político

Pensar sobre mitos e mitologias políticas na contemporaneidade pressupõe considerar uma pluralidade de propostas teóricas que sustentam e apontam diferentes abordagens sobre o que vem a ser mito. Abordagens para não dizer conceito, uma vez que tais discussões não encerram em um conceito delimitado e definido. Qualquer tentativa nesse sentido desencadearia em lacunas, em versões empobrecidas e destituídas da complexidade e riqueza que cerceiam o tema.

Por outro lado, a expressão “mito político” é por vezes usada a partir de diferentes perspectivas, exatamente por isso se torna necessário entender sobre o mito para então estabelecer de maneira operacional construções conceituais para a compreensão do mito político na atualidade. Já este último não deve ser apreendido aleatoriamente, mas situado em um contexto histórico.

Raul Girardet (1987, p. 81) já destacara a marca da história ao mencionar que “o mito político jamais deixa de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica”. Para o autor, assim como o mito não pode deixar de conservar a marca do personagem em torno do qual ele se constrói, “não pode deixar de depender, ele próprio, em sua forma como em seu conteúdo, das circunstâncias, historicamente delimitadas, nas quais é elaborado”.

¹⁰ Não adotamos aqui a idéia reducionista de poder excessivo dos meios de comunicação de massa, mas entendemos que estes ao constituir na atualidade a principal fonte de informação dos cidadãos eleitores acabam por assumir também o papel de formadores de opinião.

Já a idéia do mito como algo falso ou mentiroso pertence aos primórdios da antropologia, essa noção há tempos superada para este campo, permanece, no entanto, para o conhecimento popular. Mas o mito não constitui simplesmente uma mentira, não nega algo, ele é capaz de transformar ou forjar, mas não de omitir a existência de uma realidade.

A palavra origina-se do grego *mytho*, que deriva do verbo *mytheyo*, significa narrar, contar algo para os outros, já o termo *mytheyo* quer dizer nomear, conversar. Para os gregos, a legitimidade do mito não reside em provas empíricas, mas na credibilidade de quem o narra, pois este é geralmente revelado por alguém confiável e que tem autoridade e, portanto deve ser incontestável por quem ouve.

Mas os estudos sobre o mito são redimensionados a partir dos anos 1940 particularmente com os textos de Mircea Eliade, Claude Lévi-Strauss e Gaston Bachelard. Destes autores, tomaremos como referência para este estudo, a concepção de Mircea Eliade sobre o mito como narrativa de origem. Em "*Mito e Realidade*", o autor explica o mito enquanto relato de como algo surgiu, constitui uma fonte de explicação sobre a origem dos fenômenos humanos e culturais, o que favorece o entendimento de como estes fenômenos chegaram a ser como são hoje:

O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do "princípio". [...] É sempre, portanto, a narrativa de uma "criação: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente. Os personagens dos mitos são os Entes sobrenaturais. Eles são conhecidos, sobretudo pelo que fizeram no tempo prestigioso dos "primórdios". (ELIADE, 2007, p. 11).

Para o autor, o "sagrado" é a verdadeira realidade, a vida plena, desprovida de interferência, mas a compreensão do mito como uma narrativa de origem, no entanto, prescinde desta idéia advinda do mundo das formas de Platão, pois quando Eliade menciona "o mito fala apenas do que realmente aconteceu", ele quer de fato falar da realidade concreta.

Eliade garante ainda que o homem ao "recitar os mitos reintegra-se àquele tempo fabuloso e a pessoa torna-se, conseqüentemente, contemporânea, de certo modo, dos eventos evocados, compartilha da presença dos Deuses ou dos Heróis".

E um pouco mais adiante explica que o “...indivíduo evoca a presença dos personagens dos mitos e torna-se contemporâneo deles. Isso implica igualmente que ele deixa de viver no tempo cronológico, passando a viver no Tempo primordial, no Tempo em que o evento teve lugar pela primeira vez.” O que deixa evidente a idéia de irrupção do tempo histórico.

E esse princípio fabuloso geralmente se faz presente nos mitos políticos contemporâneos. Luis Felipe Miguel (1997, p. 25) adequadamente destaca que os próprios republicanos brasileiros de 1889 sentiram a importância da disseminação de mitos de origem como fator de estabilidade para um regime político. “A aura mítica que envolve a figura de Tiradentes foi deliberadamente construída a partir desse período, quando o mártir mineiro foi convocado para suprir a falta de *élan* heróico dos proclamadores do 15 de novembro”.

É comum, o relato do passado e mesmo do surgimento do mito na cena política; a origem é perpassada por episódios emblemáticos e espetaculares. Elementos como a predestinação, ou a influência espiritual ou heróica, por exemplo, são chamados a compor a narrativa.

Mas o que se torna igualmente relevante para o entendimento do discurso político, na citada obra de Eliade (apesar de o mesmo não abordar o discurso político propriamente dito) é quando pontua que “a partir de um certo momento, a origem não se encontra mais apenas num passado mítico, mas também num futuro fabuloso”: é a “mobilidade da origem”. O discurso político tem como referência principal o passado para seu desdobramento, para a avaliação do mundo a partir da qual se projeta a imagem do mundo como tendo um futuro melhor do que o atual. Mas é na representação de um futuro que se coaduna tal discurso. É sempre uma proposta de futuro fabuloso que respalda uma argumentação em disputas políticas e justifica um programa de governo.

Figueiredo *et al.* (1998) explicam bem a natureza da argumentação política. Para estes autores esta argumentação é de natureza ficcional baseada em interpretações do mundo, ou seja, no debate eleitoral, visando convencer os eleitores, os políticos constroem em seu discurso um mundo atual possível, igual ou pouco diferente do mundo atual real, e com base nele, projetam um novo e bom mundo futuro, possível enquanto proposta. A realidade pode ter mais de uma interpretação, ou seja, a estrutura dessa argumentação tem duas vertentes: a primeira é da oposição, “o mundo atual está ruim, mas ficará bom” e a segunda que

é a da situação: “o mundo atual está bom e ficará ainda melhor”. Apesar da possibilidade de mais de uma interpretação política, a retórica deve guardar verossimilhança com dados da realidade, caso contrário o discurso perde a credibilidade.

O discurso político comumente expõe uma representação do futuro, ao conservar ou renegar ações, ao propor a continuidade ou alterações de práticas e projetos sociais, ele projeta a imagem da sociedade que está por vir. Uma projeção por vezes fabulosa, a qual se propõe conduzir.

Contudo, vale ressaltar que o mito ao qual Mircea Eliade se refere não é o mito político e sim aquele das sociedades primitivas, sobretudo existentes na relação entre o sagrado e o profano, mas esta alternativa de interpretação contribui para uma compreensão do mito nas sociedades atuais, lembrando que não esgota nem pode ser deslocado de maneira simplória para o campo político, mas como visto, apresenta questões de interesse para a elaboração de um conceito, pelo menos operacional, do mito político.

A última dessas questões a pontuar é exatamente a dessacralização do pensamento e do cotidiano do homem moderno. Na sociedade atual, o homem sai da áurea do sagrado e habita em uma sociedade dessacralizada, mas mesmo assim descende do “*homo religiosus*”. E esta origem, para o autor encontra-se na base, por um lado, da conservação do pensamento mítico na sociedade moderna, e por outro, da forma degradada que o mito então adquire. Na verdade, todo o imaginário moderno é perpassado por esta degradação, mesmo assim o homem não vive sem uma dimensão do simbólico e do sagrado, buscando formas míticas em meio à sociedade em que vive. Eliade (2007) denomina como “refugos mitológicos”, os poucos redutos do sagrado, e o mito político constitui um desses redutos onde transitam algumas “constelações míticas” abarcadas de características fundamentais recorrentes tal como ocorre nas sociedades arcaicas.

Já a primeira tentativa de elaboração de um conceito específico do mito político data de 1908 e tem como precursor Georges Sorel (1992). O autor de “*Reflexions sur la Violence*”, pensa o mito político em seu caráter revolucionário, representando um instrumento de ação coletiva que a partir do poder de provocar emoções necessárias ao agir político, é capaz de guiar o proletariado à revolução. Para o autor, este mito consiste num conjunto de “imagens capazes de evocar em

bloco e somente pela intuição, antes de qualquer análise refletida, a massa de sentimentos” capazes de incitar a luta política. (SOREL, 1992, p. 12).

Vale destacar que o autor formula seu conceito a partir de um objeto definido que é a luta do proletariado francês a partir da categoria do mito, definindo este último como força motriz básica de incitação ao movimento operário. O mito aqui é, portanto, revolucionário, apesar do autor não fazer referência à violência, mas no poder que o mito político tem de mobilização coletiva.

É possível apreender desta primeira tentativa de conceituação, por um lado, o caráter de força motriz presente no mito político e por outro, uma rejeição à razão, pois diferente do pensamento de Barthes (2007), que identifica o mito com a mistificação publicitária capaz de naturalizar um certo fato histórico na tentativa de ludibriar a razão, Georges Sorel (1992) o concebe como um conjunto de imagens compreendidas a partir do irracional defendendo ainda que “o entendimento freia a ação”. Para o citado autor, o mito é a força motriz impulsionadora fundamental de qualquer grande movimento histórico, sem a qual não há como partir para o princípio da ação política.

A partir das idéias de Sorel (1908) surgem diferentes abordagens sobre o mito político. Uma de relevância, e de certa forma contrária a negação da racionalidade proposta por Sorel é a de Murray Edelman (1985). De caráter instrumental, a perspectiva desse autor sobre uma fabricação consciente de mitos políticos é característica da modernidade. Essa elaboração tem como fundamento interesses materiais ou simbólicos de grupos sociais e, portanto, não pode ser entendida como uma produção irracional, mas como um processo de construção sistematicamente racionalizada.

Tal perspectiva tem como foco central às nuances que cercam o poder, como legitimidade, benefícios para alguns e subserviência, pois o autor destaca ainda que as produções simbólicas encarnam o que as massas necessitam crer sobre o Estado enquanto centro de poder, ou seja, seriam as esperanças e anseios dos homens que determinariam os significados, e estes teriam então a capacidade de produzir benefícios para certos grupos específicos.

Essa perspectiva prega também a existência de dois mundos: o das pessoas que temem e aclamam as imagens, e aqueles que detêm e conduzem o poder. Contudo, apesar de perceber claramente este aspecto da esfera política é preciso superar esse tipo de abordagem que concebe o mito apenas como instrumento e

fenômeno exclusivamente racionalizado e associado à necessidade de legitimidade do poder, mas perceber a existência de uma realidade mais complexa na qual reside também um componente psicológico coletivo irracional. Os atores políticos são dotados de racionalidade, mas tem igualmente suas escolhas inseridas em uma dimensão simbólica e também inconsciente.

Sob o mesmo fundamento funcionalista e instrumental, Kaplan e Lasswell (1979), apresentam um viés diferente de Murray Edelman (1985), ao destacarem que a propaganda não constrói opiniões advindas do nada, mas atua sobre determinadas “predisposições” preexistentes na sociedade e que existe limites para sua eficácia.

Mas é, no entanto, Ernst Cassirer (1992) em “O mito do Estado”, que vem destacar o predomínio do pensamento mítico em detrimento da racionalidade em algumas sociedades modernas. Identifica na teoria do mito uma forma primária de se relacionar com o mundo, mas diferencia o mito político moderno por destacar que este é fabricado como arma técnica e com função definida, mas sem descartar seu elemento irracional.

O autor tem como objeto de análise o fascismo e o nazismo enquanto sistemas políticos modernos. Sob estes sistemas observou o predomínio do pensamento mítico sobre o racional como “fundo emocional em que ele se erige e sobre o qual se sustenta ou desaparece” (CASSIRER, 1992, p.45). Para o autor, existe uma relação entre crise e mito político pontuando que nos momentos críticos da vida social, o homem se vê crente em mitos, uma vez que as forças racionais perdem espaço não servindo em seu valor explicativo, então o mito que não fora realmente e completamente vencido e subjugado, retorna a fazer parte do pensamento social, valendo-se de sua função explicativa.

O equilíbrio é encontrado então por Cassirer que admite a clivagem entre racionalidade e irracionalidade presente no mito, que por sua vez, adota a linguagem do novo, da emoção e das paixões e revela ainda, ao contrário de seus colegas funcionalistas, outro ponto central dos mitos políticos modernos, ao afirmar que estes buscam a aceitação através da sedução antes de buscar impor-se pelo poder.

De fato, pensar a atividade política em geral desprovida de qualquer emotividade seria não perceber o fascínio e paixão que esta desperta nos homens. Elementos irracionais estão presentes em todas as relações sociais e igualmente no

campo político. O que também não justifica a aceitação de qualquer manifestação do irracional no universo da política como sendo uma criação mítica.

O homem é um ser simbólico, seja ele moderno ou aquele das sociedades arcaicas. A subjetividade das imagens e do imaginário sempre permearam suas ações. De forma que, assim como os símbolos são manipulados racionalmente, envolvendo também a subjetividade humana e podendo ser capaz de determinar ações, o indivíduo é capaz igualmente de inferir na constituição destes mitos e símbolos.

A partir do exposto, parece-nos que fica evidente que o conceito de mito político que consideramos aqui é na verdade um construto de diferentes abordagens e fez-se em parte a partir das percepções primeiras de autores como Mircea Eliade (1992, 2007) Claude Lévi-Strauss (1978) e Joseph Campbell (2008), sobre a dimensão da imagem e o mito para as sociedades primitivas. Já na esfera política, contribuem apontamentos tendo como precursor Georges Sorel (1908) que com ressalvas às críticas ¹¹, trouxe de maneira válida a idéia do mito político como força motriz para a ação política; os autores que o sucederam a partir de outras considerações relevantes, como foram aqui mencionados ¹² e culmina no pensamento advindo da corrente da Nova História ¹³ tendo como representantes para estes estudos, Bronislaw Baszko e Raoul Girardet (1987) que concebem o Estado moderno e suas expressões políticas como esfera racional, mas que não deixa de se vincular ao irracional, ao intuitivo e ao inconsciente.

Roland Barthes (2007), para além da percepção de sua teoria como idéia de falseamento, contribui ao apresentar os mitos e mitologias na contemporaneidade

¹¹ Georges Sorel tem uma trajetória política controversa. Marxista heterodoxo, ligado ao sindicalismo revolucionário de extrema esquerda, teve suas idéias aceitas tanto pelo Fascismo Italiano (Mussolini) quanto pelos comunistas franceses (Antonio Gramsci). Sua incoerência política fora o mote para críticas a suas obras e para observações sobre sua ojeriza ao parlamentarismo burguês, fato este que supostamente o inclinaria tanto para o fascismo quanto para o comunismo. Seu pensamento fora bastante criticado, o que não desqualifica sua contribuição para estudos sobre mitos, sobretudo por ser o primeiro autor a traçar um conceito sobre o mito político.

¹² Murray Edelman (1985); Kaplan e Lasswell (1979); e Ernst Cassirer (1992).

¹³ A Nova História é um termo que expressa uma nova tendência da historiografia francesa contrária à dominação do positivismo enquanto escola de pensamento. Tem como referência a Revista "*Les Annales*" que deu voz a estes historiadores durante os anos 1930 que se expressavam de maneira mais discreta já nos anos de 1920. Como destaques, Lucien Febvre e Marc Bloch fundaram a revista com a finalidade de promover a pluridisciplinaridade, a união das ciências humanas em detrimento da especialidade do conhecimento.

como elementos dotados de significados a partir de uma finalidade específica de interpelar e convencer.

Mas é Raoul Girardet (1987) a partir das idéias de Gilbert Durand (2002), que constitui a referência principal no tocante ao embasamento teórico e quanto à proposta metodológica do presente texto. O autor possibilita uma percepção mais ampla do mito político ao apresentá-lo como narrativa, como fonte explicativa capaz de dar legitimidade e racionalidade ao passado; também como ação mobilizadora e enquanto revelador ideológico. Para o autor, “um mesmo mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações.” (GIRARDET, 1987, p. 15).

Por outro lado, afirma ainda que apesar da ambivalência e fluidez, existe uma forma lógica inerente ao discurso mítico que faz aparecer certas repetições e associações:

Se o mito é polimorfo, se constitui uma realidade ambígua e movente, ele reencontra o equivalente de sua caminhada. Esta pode ser representada e apresenta-se efetivamente como uma sucessão ou uma combinação de imagens. Mas nem essa sucessão nem essa combinação escapam a uma certa forma de ordenação orgânica. (GIRARDET, 1987, p. 17).

Trata-se do que no estruturalismo Lévi-straussiano é concebido como agrupamentos de séries que se repetem estruturados em associações permanentes dos elementos que compõem a narrativa mítica, como por exemplo, o tema do salvador, do chefe providencial, que se agregam a símbolos de purificação, ou seja, o herói que liberta, livra os perseguidos e promete banir os que os assolam, estes são acompanhados sempre de imagens como a luz, o sol, o brilho, a montanha, o jardim, a cruz, dentre outras imagens que reforçam a narrativa.

Assim, certas estruturas se repetem independentes de época e conjuntura, a idéia do Salvador, do homem providencial; A Idade de Ouro com os tempos áureos; A Unidade, ou seja, a idéia de uma sociedade coesa, feliz e igualitária; já no outro extremo, A Conspiração, os que perseguem e afligem, constituem o que se pode chamar de “temas de exame” ou referências temáticas que são chamadas a compor as narrativas míticas para dialogar com o imaginário social preexistente. É o que Gilbert Durand (2002, p. 20) denomina “constelações mitológicas”, são “os conjuntos de construções míticas sob o domínio de um mesmo tema reunidas em torno de um

núcleo central”, idéia compartilhada e adotada por Girardet (1987) como categorias de análises.

Esta noção de que certas estruturas míticas se sobrepõem a todas as formas de narrativa foi sugerida por Joseph Campbell, a partir da obra de Carl G. Jung, na qual se visualiza a idéia da existência de uma história da mente, pelo estudo dos símbolos. Nesta teoria, a psique conservaria vestígios de etapas passadas do desenvolvimento humano, denominado Inconsciente Coletivo, que seria mais precisamente uma herança psicológica compartilhada por toda a humanidade, onde se encontram todos os símbolos, arquétipos e mitos. A partir de então, percebe-se a recorrência de determinadas imagens, conflitos e situações representadas pelos mitos arcaicos, na produção simbólica moderna. A partir desse pensamento, os mitos teriam um papel determinante na psicologia humana, tanto na formação do indivíduo, quanto no modo pelo qual um corpo social assume uma identidade coletiva.

Neste sentido, o mito político é apreendido neste estudo como instrumento de reconquista de uma identidade comprometida. Serve para dar legitimidade e racionalidade ao passado, e ainda constitui mecanismo de interpretação da realidade, servindo como chave de explicação para um determinado tempo histórico. Pode aparecer como uma espécie de revelador ideológico, por ser justamente reconhecido socialmente e percebido subjetivamente. É racionalmente “produzido”, mas agrega fatores irracionais e emocionais. Tem capacidade de mobilização social e aparece sempre relacionado e característico de seu tempo histórico.

1.1.2. Características do Mito Político Contemporâneo

Antes de elencar as características inerentes à noção de mito político, é relevante lembrar que a elaboração de um mito acontece sobremaneira a partir da contínua repetição e reelaboração de uma imagem. Ou seja, quando se pretende compreendê-lo e interpretá-lo, é a uma narrativa que se analisa. É a seqüência de uma história contada, repetida e reelaborada que vai dando corpo, substância ao mito.

A partir desse conceito e das demais leituras fica evidente a percepção do mito político enquanto imagem. Praticamente todos os pensadores sobre o tema o

concebem em seu conteúdo imagético. Sejam estas imagens capazes de “evocar pela intuição, a massa de sentimentos capazes de incitar a luta política” como afirma Georges Sorel (1992); seja “porque é a expressão de uma emoção, a expressão de um sentimento não é o próprio sentimento, é a emoção tornada imagem”, a qual se refere Ernst Cassirer (1992); ou enquanto “constelações de imagens” como cita Gilbert Durand (2002) ou ainda como “sintaxe de imagens” como propõe Girardet (1987).

Esta repetição se faz presente também na relação entre o mito político e o homem enquanto agente consumidor e ao mesmo tempo influenciador da composição e instituição do mito. Girardet (1987, p. 83) destaca com primazia o mito em sua função de revelador ideológico, “o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade”. Em sua observação sobre os grandes heróis imaginários e reais menciona os vários exemplos conhecidos da sociedade francesa:

Basta acompanhar o destino póstumo da lenda napoleônica para perceber no Napoleão dos românticos, no dos homens de 1848 e no da juventude literária do final do século uma das imagens privilegiadas em torno da qual vêm cristalizar-se, em sua diversidade e também em suas contradições, as ambições, os impulsos, os fantasmas e as certezas de cada geração.

Nesse sentido, o autor verifica ainda uma semelhança entre o mito e o sonho:

Como o sonho, o mito se organiza em uma sucessão ou dinâmica de imagens; [...] como o sonho, estas imagens se encadeiam, nascem uma da outra; chamam uma a outra, respondendo-se e confundem-se; [...] como o sonho ainda, o mito não pode ser abarcado, definido, encerrado em contornos precisos senão em consequência de uma operação conceitualizante, obrigatoriamente redutora, que arrisca uma versão empobrecida, mutilada, destituída de sua riqueza e complexidade; [...] o mito é polimorfo e ambivalente. (GIRARDET, 1987, p. 14).

Mas Girardet (1987) pontua que apesar da ambivalência e fluidez, uma forma lógica inerente ao discurso mítico faz aparecer certas repetições e associações, observação que direciona também para uma forma de procedimento metodológico;

Para além de sua ambivalência, para além de sua fluidez, existe, no entanto, o que se tem o direito de chamar de uma lógica – uma certa forma de lógica – do discurso mítico. Este não depende nem do imprevisto nem do arbitrário. Do mesmo modo que as imagens que nossos sonhos secretam não cessam de girar em um círculo bastante estreito e se encontram submetidos a certas leis – bem facilmente definíveis, aliás – de repetição e de associação, assim também os mecanismos combinatórios da imaginação coletiva parecem não ter à sua disposição senão um número relativamente limitado de fórmulas. O poder de renovação da criatividade mítica é, de fato, muito mais restrito do que as aparências poderiam fazer crer. Se o mito é polímorfo, se constitui uma realidade ambígua e movente, ele reencontra o equivalente de sua caminhada. Esta pode ser representada e apresenta-se efetivamente como uma sucessão ou uma combinação de imagens. Mas nem essa sucessão nem essa combinação escapam a uma certa forma de ordenação orgânica. (GIRARDET, 1987, p. 17).

Essa ordenação orgânica é, por conseguinte, apreendida também no imaginário social:

A densidade social, a dimensão coletiva não são negadas, e com elas tudo aquilo que os debates ideológicos implicam de conteúdo passional, tudo aquilo que os carrega desse peso por vezes tão denso de esperanças, de recordações, de fidelidades ou de recusas. (GIRARDET, 1987, p. 9).

Mas o mito hoje, por outro lado, apesar de requerer elementos e temas recorrentes das sociedades arcaicas, são produzidos racionalmente e paralelamente a perenidade das imagens, surgem e se desgastam, suscitando constantemente novos mitos. Como sintetiza Kátia Mendonça (2002, p. 229):

Apesar de, em seu sentido original, o mito remeter ao intemporal, em seu aspecto moderno, especialmente no campo do político, ele também é dotado de historicidade. Se os mitos cosmogônicos eram resistências do homem primitivo ao tempo e a história, os mitos modernos, ao contrário, são históricos, ocultos sob o manto da razão, embora remetam à imagens primordiais, não-históricas.

Girardet (1987, p. 81) também elucida a marca da história como característica dos mitos políticos contemporâneos. Para o autor esse é o elemento distintivo entre aqueles das sociedades primitivas ou uma figura lendária das artes e um mito

advindo da esfera política com uma personalidade, com uma trajetória definida. O político, o líder de nosso tempo, carrega consigo as particularidades de sua época. Está situado em um contexto histórico e seus contornos e ações estão relacionados a esse tempo vivenciado:

Tratando-se, todavia, de pessoas humanas, muito concretamente e muito precisamente inseridas em um certo espaço geográfico e em uma certa fase do tempo, não é muito concebível que a narrativa em questão escape à marca da história, não testemunhe, de uma maneira ou de outra, a presença da história. Aos grandes heróis imaginários, protótipos eternos propostos ao sonho e à meditação de sucessivas gerações, Édipo, Fausto, Don Juan, a literatura como a pintura pode atribuir rostos os mais diversos. Eles não dependem de nenhuma cronologia, de nenhum contexto fático. Podem ser e foram incessantemente reinventados, reinterpretados; cada um de nós tem a liberdade de reconstruir à vontade seus personagens. Com toda evidência, tal não pode ser o caso de um ser de carne e osso, historicamente definível, e cujo processo de heroificação não poderia fazer esquecer os traços particulares que são os de uma personalidade e de um destino.

O autor destaca a ligação entre a lenda, a narrativa mítica com os traços e características pessoais e específicas da figura legendária e com a conjuntura histórica em que viveu o personagem. Pontua de forma clara que tais características biográficas pertencem ao domínio do imaginário mitológico e que quanto maior é o tempo de existência do mito mais estes traços tendem a ser reforçados ao mesmo tempo em que reforça também sua permanência no imaginário coletivo:

Quanto mais o mito ganha amplitude, mais se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva, mais se deve esperar, aliás, ver os detalhes biográficos, as características físicas ganhar importância. A altura do general de Gaulle, o tom zombeteiro de sua voz, suas fórmulas, suas tiradas e suas insolências – sua lenda seria hoje a mesma se não tivesse conservado a memória desses traços? (GIRARDET, 1989, p. 82).

Tais imagens apresentam significados, como bem define Barthes (1957, p. 219), “a significação mítica, nunca é completamente arbitrária como na língua, sendo sempre em parte motivada e contendo fatalmente uma parte de analogia”. Estes símbolos são motivados e remetem a intenções e a representações. No cenário

político atual, onde os discursos tendem a se aproximar do centro ideológico, onde não se torna tão nítida a separação esquerda *versus* direita e mesmo as atuações partidárias, os atributos pessoais dos políticos se tornaram cruciais na persuasão do voto.

Se pensarmos os políticos brasileiros, é possível perceber imediatamente a exacerbação da personificação, através de atributos e mesmo de rotulações simplistas como, Getúlio Vargas – líder populista, “o pai dos pobres”; Juscelino Kubistschek – o arrojado e moderno, “um homem a frente do seu tempo”; Fernando Collor de Mello – a representação da juventude e modernidade, “o caçador de marajás”; Fernando Henrique Cardoso – homem acadêmico, intelectual, “o príncipe da sociologia”; Luis Inácio Lula da Silva; sindicalista, homem do povo, sem formação superior, “o candidato dos trabalhadores”.

Características que são reforçadas através dos mais singelos gestos particulares, um gosto, uma atividade de lazer, uma atitude, o tom de voz, o vestuário e até expressões gestuais e corporais são evidenciadas para sugerir um ou outro atributo, sobretudo, aqueles reivindicados pelo poder político. Algo que revele ou simbolize honestidade, perseverança, autoridade e capacidade, para citar os mais comuns do universo da política. Alguns destes atributos são suscitados em detrimento do contexto vigente, pois diante de uma determinada situação histórica e socioeconômica, certos valores são necessários em um líder para que este seja capaz de dar um rumo adequado a certos impasses e questões sociais.

Mais adiante o autor conclui enquanto proposta de observação destes na atualidade: “é igualmente permitido pensar que, para toda sociedade, um estudo um pouco atento da imagem de seus heróis salvadores e de seu legendário ¹⁴ histórico faria aparecer com evidente nitidez os ‘modelos de autoridade’ inerentes a essa sociedade e característicos dela”. (GIRARDET, 1987, p. 84).

Personagens e figuras políticas que apresentem as características capazes de atender as “necessidades” e resolver os impasses de uma cidade ou de uma nação. E se o mito político é “chamado” ou tem seu espaço garantido por períodos de crise ou circunstâncias adversas, então o personagem herói aparece revestido exatamente dos elementos capazes de suprir os anseios tanto concretos como

¹⁴ Por legendário mítico entendem-se as representações de um conjunto de valores morais e simbólicos que constituem o mito.

imaginários de seus seguidores. Fato que o identifica como também pontuou Georges Sorel (1992), como uma espécie de revelador ideológico.

Outra particularidade do mito político contemporâneo apresenta por Girardet (1987) é que a criação destes é enfatizada em momentos da história em que há inquietações políticas. O autor chegou a essa constatação ao perceber que as perturbações políticas ocorridas nos dois últimos séculos da história europeia se fizeram acompanhar de uma considerável efervescência mitológica:

Não há nenhum dos sistemas mitológicos de que tentamos definir as estruturas que não se ligue muito diretamente a fenômenos de crise: aceleração brutal do processo de evolução histórica, rupturas repentinas do meio cultural, ou social, desagregação dos mecanismos de solidariedade e de complementaridade que ordenam a vida coletiva. Nenhum que não se relacione a situações de vacuidade, de inquietação, de angústia, ou de contestação. De maneira constante, a análise tende a nos reconduzir à noção durkheimiana de anomia, ou mais geralmente talvez, à velha distinção, cara à escola sociológica francesa do século XIX, entre, “períodos críticos” e “períodos orgânicos”: é nos períodos críticos que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõe-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração. (GIRARDET, 1987, p. 180).

De fato, no Brasil, as grandes transformações em curso nesta esfera fizeram vir à tona, figuras cercadas de elementos míticos como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Já na década de 80 com a luta pela democracia, insurgiu a mitologia da modernidade na figura de Fernando Collor de Mello a partir da irrupção do imaginário, em uma época assentada na euforia de sentimentos e comportamentos extremados como a liberdade, o desejo, a sexualidade e a individualização.

O autor destaca ainda o fato de que estes encontram seu “impulso motriz” justamente no interior de grupos minoritários, oprimidos que não se identificam com o sistema ou a representação vigente. São geralmente aqueles que se sentem ameaçados ou esquecidos que alimentam e dão força a figura do herói:

Esses grupos aparecem, no mais das vezes, em uma situação instável em relação à sociedade global, de distorção em relação ao sistema estabelecido ou em via de instauração. Quer essa situação pareça depender prioritariamente de fatores de ordem econômica-social (deterioração das condições de existência, redução ao estado proletário, rejeição para fora dos quadros sociais tradicionais) ou de

fatores de ordem cultural (recusa da modernidade, desagregação das crenças, contestação dos valores comumente admitidos), o problema não apresenta, no caso, senão uma importância afinal secundária. O essencial está no fato de que a efervescência mítica começa a desenvolver-se a partir do momento em que se opera na consciência coletiva o que se pode considerar como um fenômeno de não-identificação. A ordem estabelecida parece subitamente estranha, suspeita ou hostil. Os modelos propostos de vida comunitária parecem esvaziar-se de toda significação, de toda legitimidade. (GIRARDET, 1987, p. 180-181).

E para conduzir a massa de seguidores, para atender os anseios coletivos das minorias descontentes e ser atendido em seu apelo, o líder contemporâneo precisa dispor de certos dons, de habilidades específicas como a capacidade de liderança, destemor, carisma, competência, experiência, predestinação, eloquência, poder de convencimento e sagacidade. Atributos observados pelos seguidores e que por vezes vão se evidenciando ao longo da atuação pública do político. São estas qualidades também componentes somatórios no “processo de heroificação”.

Já o processo de heroificação, melhor referenciado mais adiante nessa tese, é exatamente uma das mais importantes características do mito político. Constituem esse processo os períodos sucessivos de atuação do mito: o Tempo da espera e do apelo; o Tempo da presença, da glória alcançada; e o Tempo da lembrança. São períodos diferentes uns dos outros por sua “tonalidade afetiva”. (GIRARDET, 1987, p. 72). É durante esses períodos que as habilidades são testadas, desnudadas, quando o líder enfrenta os tempos fortes e fracos, de perseguição e remissão, as intempéries e vitórias que vão compondo uma narrativa extra-cotidiana, emblemática e espetacular.

1.1.3. A Comunicação de Massa Como Espaço de Mediação

Toda história, para tornar-se legendária precisa ser habilmente contada, transformada em narrativa emblemática, extra-cotidiana e a esfera política encontra na comunicação de massa um campo propício de divulgação das mensagens políticas. Vale ressaltar, porém, que não adotamos nesse estudo a concepção de um caráter instrumental da comunicação a serviço do campo político. Ao contrário, concordamos com a assertiva de Wilson Gomes (2007, p. 60) de que com ressalvas

a determinadas circunstâncias ¹⁵ “a comunicação de massa não se disponibiliza dócil e instrumental para o uso de instâncias alheias aos seus sistemas internos”.

Na verdade essa interação perpassa por questões mais complexas. Estudos recentes contemplam a discussão entre os dois campos com divergência de opiniões num debate que está longe de ser concluído por tratar-se de um fenômeno em pleno desenvolvimento. É válido, contudo, elencar de forma breve o percurso desse debate.

O que caracterizou por muito tempo esta interação foi o caráter de instrumentalidade da comunicação à serviço do campo político. De maneira que tanto os jornais que circulavam em torno da Revolução Francesa como os pasquins do século XIX no Brasil, por exemplo, sempre atuaram como meros amplificadores dos ideais políticos e não como mecanismos à serviço da informação.

Profundas transformações ocorreram na forma de sociabilidade no mundo contemporâneo, fato que impede hoje uma concepção meramente instrumental da comunicação. Conforme Schwartzemberg (1978, p. 160), “a comunicação depende principalmente das condições técnicas e sociológicas, e em diversas fases da história, tem favorecido ora a palavra falada, ora a escrita, que constituem – juntamente com a imagem – os esteios permanentes da comunicação”.

O autor define três fases pelas quais passou a comunicação: A primeira, da Antiguidade até o século XV, na qual predominou a comunicação através da voz e do gesto, seguida pela imagem como recurso adicional, de difusão mais fácil, uma vez que o discurso oral não conseguia abranger um número cada vez maior de cidadãos com a passagem do Estado-Cidade para o Estado-Nação. A imagem nesta época era disseminada através da estátua, do retrato e, sobretudo da moeda. A segunda fase, a partir do século XV é marcada pelo desenvolvimento da imprensa, a escrita supera a comunicação oral e pela imagem. Aqui, se sobressai a propaganda

¹⁵ O autor menciona três circunstâncias em que a comunicação é percebida apenas como meio. A primeira é dada pelos regimes autoritários, ou por outra situação em que em determinadas sociedades não foi possível constituir-se uma indústria da informação ou da cultura, ou seja, por algum impedimento, não foi possível o surgimento de um campo social jornalístico ou da cultura de massa. A segunda circunstância é representada pela publicidade, para a qual não há campos, mas apenas meios. Já a terceira circunstância é quando os campos são colocados em suspensão, para de forma legal e democrática, tornar os meios de comunicação disponíveis a divulgação das mensagens políticas. Trata-se dos horários de propaganda política e eleitoral, uma ação que não é arbitrária nem autoritária, mas uma tentativa legal de “restituição disciplinada estabelecida pela própria esfera política e voltada a garantir possibilidades e oportunidades a todos os partidos presentes no campo político”. (GOMES, 2007, p. 58-59).

por meio do livro, da brochura e principalmente, do jornal. A terceira e última fase, no século XX, assinala o renascimento da comunicação pela voz e imagem, agora abalizadas por novos meios disseminadores como a fotografia, o rádio, e, sobretudo, a televisão.

A discussão acerca da interação entre as duas esferas encontra dificuldades também devido ao fato de transitar entre áreas disciplinares definidas. Rubim (2000) destaca que o caráter instrumental da comunicação em sua interlocução com a política, atribuído pelos cientistas sociais e políticos, contrastam com a idéia da supervalorização da comunicação e concepção de uma política submetida aos ditames da mídia e suas ressonâncias societárias, compartilhada pelos estudiosos da comunicação, inspirados no pós-modernismo presentes em autores como Jean Baudrillard (1996b) e Michel Maffesoli (1997). Mas há exceções e aqueles que buscam uma compreensão da interação entre as esferas sem desprezar a importância ou suprimir em definitivo o espaço ora da comunicação, ora da política, como pondera o autor Oscar Landi (1990).

Nesses termos, apreendemos nesse estudo a interação entre os dois campos, não como estado de permanente conflito, mas como uma relação de campos que precisam interagir entre si e com outros, cada um com seu espaço funcional para se efetivar socialmente. Por outro lado, não excluimos completamente a ocorrência de conflitos, interesses e jogos de poder, como por exemplo, o fato de políticos ou grupos partidários obterem a concessão de emissoras de rádio e/ou televisão, além de vínculos diretos com empresas de jornalismo impresso como forma de utilização dos veículos de comunicação como meios propagadores de interesses políticos particulares.

Segundo Rubim (2000, p.29), as práticas políticas e eleitorais apresentam-se na atualidade de acordo com uma sociedade “estruturada e ambientada pela comunicação”. Estruturada, porque na denominada “Idade Mídia” os veículos de comunicação adquirem um caráter empresarial, marcando uma atuação significativa na manutenção do sistema capitalista, pois constituem hoje, os melhores meios de exposição de serviços e produtos, contribuindo de forma decisiva para o fluxo de informações ligadas ao capital e as finanças. Já a ambientação da sociedade pela comunicação é descrita por autores como Manuel Castells (1996) e Milton Santos (1996) e implica na assimilação teórica da sociedade em rede, uma interligação complexa entre comunicação e contemporaneidade. O fluxo, a troca e a velocidade

de informações, capazes de interligar nações e civilizações de diferentes culturas, proporcionam a interação entre as pessoas sem a necessidade da presença física.

Ou seja, a estrutura da sociedade está abalizada notadamente por uma cultura mass mediática gerada a partir de dois pilares essenciais: o sistema produtivo e os meios de comunicação de massa e isto não reflete apenas no sistema capitalista, em termos econômicos ou políticos, mas também nos planos social e cultural. A pós-modernidade cria novos códigos de leituras e a construção de imagens públicas na política está particularmente ligada à busca do emocional e da forma individualista de leitura destas imagens. (GOMES, 1996). Pode-se considerar que a cultura midiática sobrepõe-se hoje às demais culturas existentes, como por exemplo, a escolar, a popular, a regional, entre outras. E ainda, as progressivas mutações espaciais e temporais provocadas pelas redes midiáticas, na perspectiva de “representar” uma vida planetária em tempo real, disseminam comportamentos, sentimentos, valores, ideários, padrões estéticos, etc.

Tal pensamento vai ao encontro da assertiva de Rubim (2000) ao afirmar que os mídias impõem-se na medida em que se retrai a cena tradicional da política. A partir da década de 80 e mais fortemente nos anos 90 – seja nas democracias das sociedades industriais avançadas, sejam nas chamadas novas democracias, como é o caso do Brasil – ressurgiu uma antiga e polêmica discussão no campo da Ciência Política em torno da denominada *crise de representação*.

Voltando o olhar para o final do século XIX e início do século XX, é possível constatar a existência de uma polêmica semelhante. Neste período entrou em crise o sistema vigente, o tipo parlamentar de representação. Na época, surgiram os partidos de massa, levando o sistema parlamentar a perder forças perante os partidos emergentes que passaram a servir de mediadores entre os governos e os cidadãos. Surge então uma nova forma de representação concentrada nos partidos de massa.

Bernard Manin (1995), em “As metamorfoses do governo representativo”, explica as transformações ocorridas na vida política e partidária ao longo de sua constituição e divide este percurso em três momentos distintos: *Parlamentarismo*, *Democracia de partidos* e *Democracia de público*.

Para o autor, no *Parlamentarismo* a escolha do representante estava relacionada à confiança e aos vínculos locais do candidato, os eleitos eram, portanto os “Notáveis”. O representante eleito votava então na Assembléia conforme sua

consciência. Não existia uma relação direta entre a opinião pública e a expressão eleitoral, pois as decisões estavam limitadas ao parlamento. Com a conquista do direito ao voto de grande parcela dos cidadãos e a conseqüente ampliação do corpo eleitoral, este modelo entra em declínio.

Passa a vigorar, em detrimento do aumento do eleitorado, a então denominada *Democracia dos partidos*. Mesmo com direito ao voto, os cidadãos não mantinham um contato direto com os seus representantes. Votavam não em quem conheciam, mas no representante de um determinado partido. Neste período, os chamados partidos de massa, ganharam espaço com o objetivo de mobilizar o grande contingente de eleitores. Possuíam toda uma organização interna e uma rede de militantes. Era o tipo de representação do líder partidário, ou do “chefe político”. Nesse modelo é no partido que se vota e não no seu representante político. Desta forma, existe uma menor oscilação nas intenções de voto.

Esta estabilidade do comportamento eleitoral deve-se ainda a outros fatores. Por um lado, porque os partidos obedeciam a uma lógica de interesses sócio-econômicos. Neste tipo de governo as clivagens eleitorais refletiam às divisões de classe. Por outro lado, a estabilidade eleitoral deriva ainda do fato de serem os partidos responsáveis tanto pela organização da disputa eleitoral como pela forma de expressão da opinião pública, através de atividades convencionais partidárias, como a manifestação de rua, a militância, as petições, as campanhas pelos jornais. Nesta forma de representação mesmo a imprensa mantém vínculos com os partidos orientando as notícias e assuntos de acordo com a ótica do partido a qual está atrelada. O eleitor por sua vez, comumente seleciona suas fontes de informação a partir de sua inclinação partidária.

Enfim, Bernard Manin sugere que o que está em declínio “são as relações de identificação entre representantes e representados e a determinação da política pública por parte do eleitorado” (MANIN, 1995, p. 07). São estas modificações, no próprio campo político, que geram uma nova metamorfose do modelo de governo representativo, constituindo um novo “tipo ideal” denominado pelo autor de *Democracia de Público*. Neste tipo de representação é comum a queda das atividades convencionais partidárias. De muitas atividades tais como: a militância política, a participação na vida partidária e o ato de votar, apenas esta última é preservada, porque o que se presencia hoje é a expansão de atividades políticas não convencionais de envolvimento mais imediatista, como protestos, petições e

outras. Ações políticas como atividades de campanha (filiação partidária, doação e arrecadação de dinheiro, encontros partidários etc.), também têm seu declínio. Por um lado, devido a uma postura mais individualista do cidadão, concentrado em questões particulares comuns ao seu cotidiano; e por outro lado, pelo papel central da mídia como agente agora responsável pela divulgação política,¹⁶ pela informação do eleitorado e formadora de opinião.

Neste modelo de representação, a intenção do voto é mais instável. O elemento determinante do voto não é mais a identificação partidária e sim, os atributos pessoais, a personalidade do candidato e a habilidade demonstrada por este para solucionar determinados impasses em destaque, cuja solução seja importante para a sociedade. (PLASSER, 2001).¹⁷

Quanto à imprensa, que outrora mantinha vínculos com partidos, atua agora de maneira relativamente neutra, apesar de apresentar por vezes preferências políticas. Manin (1995) argumenta que tal mudança acontece devido às informações serem veiculadas pelos diferentes meios de forma homogênea, não existindo diferença significativa entre o que é noticiado em um ou outro veículo.¹⁸

Para o autor, no entanto, esse corpus indica uma alteração na prática política, que não significa uma crise de representação, mas “um deslocamento, um rearranjo da mesma combinação de elementos que sempre esteve presente desde o final do século XVIII”. (MANIN, 1995, p. 33).

Assim como Manin (1995), Russuel Dalton (1996) também faz uma análise das alterações nas formas de representação política e do declínio dos partidos de massa, mas o faz a partir da análise da mudança de comportamento do eleitor relacionando-a com a emergência de um novo estilo de cidadania. São

¹⁶ Ver também Patrick Champagne (1998) em “Formar a Opinião”. O autor compactua com a idéia de Manin, do deslocamento da função de fórum principal de debates políticos dos partidos e do Parlamento para os veículos de comunicação.

¹⁷ Plasser (2001, p. 45) em artigo sobre a relevância dos partidos políticos, intitulado: “Parties’ diminishing relevance for campaign professionals” explica que “Even in electoral systems where only a party list but no individual candidates can be elected, the campaign concentrates on the person and the image of the top candidates. Close observers of the campaign practices in Western Europe speak in the meantime of a tendential presidentialization of the traditional party-centered campaign style in terms of a ‘move away from party-based campaigning to media-based personality contests”.

¹⁸ É o que Pierre Bourdieu (1997, p. 30-31) denomina em “Sobre a televisão”, de *uniformidade da oferta*. Para Bourdieu, a concorrência e a lógica de mercado, características expressivas do campo jornalístico, levam a homogeneização deste, uma vez que trabalham com as mesmas fontes, as mesmas agências, as mesmas restrições, as mesmas pesquisas de opinião e por vezes os mesmos anunciantes.

transformações que afetam a vida político-partidária. Para o autor, outras alterações nos processos sociais e econômicos explicam o surgimento desse novo estilo não atribuindo à influência da mídia. Dalton (1996) relata que o enfraquecimento das redes sociais e de trabalho e das lealdades institucionais está associado ao declínio dos valores e normas tradicionais. O que implica em um novo estilo de cidadania incluindo uma participação mais ativa no processo democrático.

A formação de um eleitorado mais informado e preparado para processar as complexidades políticas é para o autor, característica desse momento político. Fato que, no entanto, não ocasiona uma maior identificação do público com os partidos. Pelo contrário, constata-se um declínio desta ligação. Para entender este comportamento Dalton (1996) reavalia o conceito de sofisticação política contrapondo-se à concepção da Teoria Liberal Clássica.¹⁹ Na sua concepção, a sofisticação de um eleitor não depende de sua participação constante e direta em atividades partidárias, mas de manter-se bem informado sobre os assuntos políticos para então fazer suas opções.

Outro fator também mencionado é que estes cidadãos se interessam por questões diretamente ligadas ao seu cotidiano. Seu envolvimento com a política ocorre de maneira mais fragmentada e suas decisões passam a ser menos doutrinária e mais circunstancial. Vale salientar ainda que para o autor, trata-se de uma alteração nas formas de mediação e apesar dos partidos não exercerem esta função, os cidadãos mantêm abalizados por outras fontes.

Não concordamos com o autor no que diz respeito à condição de sofisticação política do eleitor, pois assim como em Tocqueville (1987), as características da moderna organização social capitalista, composta por indivíduos dedicados a atividades que assegurem seu bem-estar através da concentração de seu tempo às atividades que lhes proporcione crescimento pessoal, tornam altos os custos da informação política. Ou seja, a política ocupa um papel secundário na vida dos indivíduos, concorrendo com inúmeros outros assuntos e demandas de seu cotidiano.

¹⁹ De acordo com Dalton, 1996, para os pensadores da Teoria Liberal Clássica, como Aléxis de Tocqueville, exercer a cidadania e a participação política exigia preparação e sofisticação. Tocqueville defende que a sociedade democrática é marcada pela queda da hierarquia e por outro lado pela igualização das condições sociais. Por isso temia que a sociedade pudesse se tornar medíocre com a predominância de cidadãos pouco informados e pouco preparados para o exercício da vida política, pois estes ao terem condições iguais passam a se preocupar muito mais com assuntos de interesse pessoal e privado.

Afonso de Albuquerque e Márcia Ribeiro Dias (2002), ao analisarem o desempenho dos partidos políticos em campanhas eleitorais, apontam o motivo para o desinteresse dos indivíduos em relação às informações políticas. Segundo os referidos autores:

Os processos de formulação, decisão e implementação de políticas públicas pelos agentes governamentais estão tão distantes do cidadão comum que este raramente percebe sua evolução ou mesmo concretização. As múltiplas ramificações envolvidas nestes processos servem como desestímulo para que os cidadãos mantenham-se informados, na medida em que exigem tempo e energia para seu mapeamento e compreensão. (ALBUQUERQUE & DIAS, 2002, p. 8).

Anthony Downs em 1950 tratou da problemática do custo das informações políticas traduzidas em termos de racionalidade eleitoral. Como referência, tomou a funcionalidade dos partidos como agente informativo da sociedade. Os partidos processavam a referida informação e orientavam sua atuação por um conjunto básico de princípios ideológicos. O cidadão por sua vez, ao votar em um partido político, agia racionalmente. No sentido de uma racionalidade econômica do voto, tendo em vista que se reduziriam os custos da participação eleitoral e se ampliariam as possibilidades de obtenção de benefícios da ação governamental.²⁰

Já nas últimas décadas, o que se observa no âmbito político é que no anseio de atingir as mais distintas camadas sociais, os discursos dos candidatos aparecem esvaziados de conteúdos e com programas de governo repetitivos, seguem a linha do que Afonso de Albuquerque (1995) apontou como partidos *catch-all*, terminologia americana utilizada para determinar os partidos que se aproximam do centro político do eixo ideológico no qual se encontra o maior número de eleitores com a finalidade de conquistar a preferência da maioria, e se a maioria é de preferência indefinida, indefinidos também serão os programas de governo. Como os programas partidários apresentam-se muito parecidos, os eleitores passam a buscar critérios de diferenciação de propostas políticas no perfil dos candidatos apresentados.²¹

²⁰ Downs explica a racionalidade econômica do voto em: "Uma Teoria Econômica da Democracia". EDUSP, 1999.

²¹ Ver em: "Política versus televisão: o Horário Gratuito na campanha presidencial de 1994" de Albuquerque (1995).

Assim, com o surgimento de novas tecnologias, das novas formas de sociabilidades e a conseqüente redefinição do papel dos partidos, as informações políticas passam a ser particularmente disseminadas pelos mídias, sobretudo pela televisão. E é neste campo de visibilidade pública que a atividade política, sobretudo em momentos de disputas eleitorais se efetiva em meio às inúmeras ofertas simbólicas e ao novo perfil do eleitorado utilizando recursos como a encenação e o espetáculo para se fazer notável.

Mas, a espetacularização na política cerceada pela personalização de candidatos não constitui fenômeno recente, a prática é recorrente a líderes, reis, imperadores das mais remotas atuações ao longo da história:

A ágora grega, o senado romano, a coroação do rei, o parlamento moderno, a posse do presidente, as manifestações de rua, as eleições, enfim, toda e qualquer manifestação política, anterior ou posterior à nova conjuntura societária, supõe sempre encenação, ritos, etc. (RUBIM, 2002, p. 5).

O que muda são apenas as circunstâncias, os recursos técnicos e o cenário. E desde o início do século é impossível ignorar as transformações advindas da onipresença dos veículos de comunicação de massa, por meio da qual a atividade política utiliza-se da *espetacularização do social*²² para, através de imagens que assumem a forma do real, atingir às demandas dos imaginários individuais e coletivos em meio aos cenários produzidos pela mídia.

1.2. O LEGENDÁRIO DO MITO LULA

A partir da compreensão da noção de mito político e mitologias contemporâneas apreendidas para esse estudo, afirmamos que Luiz Inácio Lula da Silva abarca ao redor de si os elementos de um mito político contemporâneo em construção. Justificamos essa afirmação a partir de quatro evidências centrais percebidas em sua trajetória.

²² A expressão imerge na década de 60, particularmente com a obra de Guy Debord (1967) “*A Sociedade do Espetáculo*”.

Primeiro, ele aparece na cena pública, num contexto semelhante ao descrito por Girardet (1987) ao analisar o surgimento dos mitos políticos contemporâneos. Ou seja, período de repressão, desigualdades, indefinições e conflitos de interesses econômicos, políticos e sociais. Nesse cenário, torna-se uma liderança sindical forte ao liderar, em luta por melhores condições de trabalho, a categoria central da base econômica do país, os operários das grandes metalúrgicas. O movimento sindical adquire grande expressão e projeta seu líder para a cena política como líder carismático representante da classe trabalhadora.

Segundo, Lula apresenta características de um mito político nos termos teóricos elencados por Girardet (1987), pois cumpre os tempos sucessivos do “processo de heroificação”, como o tempo do apelo compreendido no período de suas cinco candidaturas à Presidência da República; o tempo da presença, iniciado com a vitória em 2002 e que perdura por dois mandatos consecutivos nos quais coloca em prática o “valor de ação do mito” e torna-se um governante amado pela população, respeitado e admirado por estadistas de diferentes nações; e o tempo da lembrança quando encerra seu segundo mandato em 2010 com o índice de popularidade nunca antes obtido por um Presidente;²³ e ainda consegue eleger uma sucessora de seu partido, a primeira Presidenta do país, Dilma Rousseff. As outras características inerentes a um mito como a habilidade de seduzir, persuadir, convencer e conciliar também constam em seu repertório sendo percebidas e elogiadas até mesmo por grandes líderes de outras nações.²⁴

²³ Pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada no dia 17 de Dezembro de 2006, mostra que Lula era apontado por 35% dos entrevistados como o melhor presidente que o Brasil já teve. A pesquisa mostrou um comparativo entre os índices de popularidades de ex-presidentes brasileiros e conclui que Lula foi o mais popular desde o início das pesquisas em 1990. Ao final de 2002, Fernando Henrique Cardoso obtinha 18% de preferência. Juscelino Kubistchek (11%), Getúlio Vargas (8%) e José Sarney (5%). Lula obtinha ainda a maior taxa de aprovação de um presidente brasileiro ao final de mandato captada pelo instituto (que faz essa medição desde a volta do país à democracia) – 52% consideravam seu governo ótimo ou bom. Após obter o recorde de aprovação de um presidente, (55% afirmavam ser seu governo ótimo ou bom em março de 2008, o maior índice desde o início das pesquisas em 1990), Lula volta a quebrá-lo em Setembro de 2008 com 64% de avaliação conceitual ótimo ou bom. E em 2010, Lula mantém alto índice de popularidade, com aprovação de 73% da população percentual dos que responderam que o governo era ótimo ou bom.

²⁴ Vale ressaltar que esses períodos sucessivos do “processo de heroificação” como na teoria do mito político de Girardet (1987), também aparecem na história de Lula, imbricados uns nos outros, onde a gênese de um momento já indicava seu término e a conseqüente aparição do outro. Mas, só entendidos ao observar sua trajetória como um todo. Como por exemplo, durante o tempo da presença, enquanto Presidente, Lula se lança novamente no tempo do apelo ao se candidatar a reeleição em 2006. E ao ser reeleito neste pleito, o apelo se encerra cedendo lugar a continuidade do tempo da presença e da glória.

Terceiro, assim como Girardet (1987) afirma que os mitos políticos contemporâneos constituem uma espécie de revelador ideológico e encontram seu “impulso motriz” no interior de grupos minoritários que não se identificam com o sistema ou a representação vigente, Lula parece atender o chamado desses grupos. Tanto ao aparecer na cena pública em pleno regime militar, enquanto voz de uma categoria de oprimidos e relegados ao abandono pelos poderes político e econômico vigente, bem como pelas outras parcelas da sociedade calada pela repressão, como ao eleger-se Presidente da República em 2002, depois de séculos sob a gestão de representantes da elite. Nesse sentido está presente também a capacidade de transformação social. No primeiro cenário, Lula convoca os metalúrgicos para a luta sem perspectiva de recuo ou entregas, mas numa mobilização contínua capaz de promover transformações sociais como a consciência de classe, e o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os indivíduos, mesmo entre classes sociais distintas. Na segunda circunstância, enquanto Presidente, as transformações são percebidas também junto à realidade da classe pobre, ao promover o maior processo de mobilidade social da história do país culminando em transformações econômicas e sociais estruturantes como, por exemplo, o surgimento da chamada “nova classe média”.

O quarto fator elementar é justamente a narrativa de sua saga. “Uma narrativa que organiza o imaginário que lhe dá um ritmo, uma cadência cronológica e evolutiva que obedece a uma lógica de um tempo que tem início, meio e fim”. (MONTENEGRO, 2001, p. 86). Sua narrativa é repleta de episódios emblemáticos como a narrativa de origem marcada por uma biografia de faltas capaz de tornar inacreditável o desfecho vitorioso de sua trajetória. Mas, lutando avidamente contra um destino de perdedor imposto dadas as circunstâncias de seu nascimento, Lula galga um caminho de lutas, adversidades, perdas, enfrentamentos, ascensão, vitória e reconhecimento, contrariando todas as expectativas, como quem estava predestinado a vencer.

Rosilene Dias Montenegro (2001, p. 128) ao analisar o legendário mítico de Juscelino Kubitschek alerta que “todo mito é também construção e sua invenção inicia-se invariavelmente, pela difusão de imagens que lhe dão uma forma, uma face, na qual a sociedade, tal como um espelho, vê, na imagem do mito, a si própria, com ele se identifica, e nele se reconhece”. Assim, também contribuiu o próprio Lula enquanto presidente como sujeito de sua história que soube a partir de sua visão de

mundo e capacidade de promover e projetar sua própria imagem tornar-se também sujeito da história do país.

Vale ressaltar que sua narrativa ganha força em detrimento da simbologia de sua trajetória pessoal e pela capacidade que ele teve de fazer valer a produção de imagens mobilizadoras do imaginário coletivo. Não afirmamos, portanto, que Lula nasce mito, mas que está sendo construído, apresentado como tal e tem como cerne desse processo a representação de sua trajetória pessoal e política como narrativa emblemática e singular. Também não concebemos nessa tese, a idéia de que Lula torna-se herói ou mito político a partir de uma atuação exemplar como Presidente da República, tampouco constitui objetivo desse trabalho elencar ou classificar todas as suas ações como gestor público, mas entender como sua imagem de líder político vai sendo elaborada, de forma a projetá-lo como um Presidente peculiar em relação aos demais Presidentes brasileiros e quais os comportamentos, elementos e simbologias foram constitutivos dessa imagem.

Girardet (1987) explica que é uma narrativa que se apreende quando se busca entender o mito. O autor apropria-se do arquétipo da narrativa mítica do personagem Tête d'Or, do poema de Paul Claudel escrito em 1890, para demonstrar a relevância de um legendário:

No início, um adolescente vagabundo de nome Simon Agnel, errante, inseguro, descobre bruscamente que lhe está reservado um grande destino. Sente subir até ele a espera de todo um povo cansado da inércia, da mediocridade e da banalidade cotidiana: 'Uma glória me foi dada, áspera, inimiga das lágrimas, das mulheres e dos pirralhos, ela não é fraca...'. Essa imensa esperança, ele vai realizá-la quando, general vitorioso, tornado Tête d'Or, mata o velho imperador, solene, benevolente e fraco. Símbolo da legitimidade e da ordem estabelecida. 'Vai, exclama ele ainda. Eu comandarei porque isso é justo'. 'Voraz, obstinado, insaciável', conquistador impossível de satisfazer, começa então a interminável aventura que, de combate em combate, vai conduzir seus exércitos até as solidões desérticas do meio do mundo ('Eis que encontramos o espaço'). É lá, entretanto, que Tête d'Or Vai conhecer enfim, a derrota e a morte, agonizando supliciado, crucificado no meio de um punhado dos últimos fiéis. Ao menos levou-lhes a aventura, a superação de si mesmos, o acesso ao trágico: 'Por mim, eu os fiz levantarem-se da sua preguiça. E convoquei-os da sombra em que estavam sentados... Que coisas fizemos'. Ao menos sua vontade, sua audácia, seu apetite de grandeza abriram um novo capítulo da história dos homens: 'As leis do uso rompidas, a fraqueza humana superada, o obstáculo das coisas dissipado...'.

No poema, o autor observa a presença da narrativa de origem de um indivíduo comum, que tem seu destino modificado, como um predestinado, percebe a bravura e os dons necessários aos grandes desafios vindouros. Percebe também que a narrativa organiza-se em três tempos: o do apelo; o do poder e o do martírio e da morte. Características individuais e seqüência narrativa comum aos mitos políticos. E, nesse sentido, a narrativa do mito Lula não se distancia das narrativas de outros mitos contemporâneos, mesmo representando paralelamente a imagem do homem comum.

Para Schwartzberg (1978, p. 46), o *common man* é o reflexo do homem ordinário, do cidadão típico, mas este não é igual em todos os lugares. “Cada um se pauta pelo folclore peculiar a seu país, pelos traços constitutivos da especificidade nacional”. Contudo, existe um modelo quase universal deste tipo de representante.

O homem ordinário procede de um ambiente modesto, que ignora tanto a miséria quanto a opulência. Seus estudos ficaram ao nível primário, chegando com freqüência ao secundário, raramente ao superior. É o oposto do aristocrata e do intelectual. É igualmente o oposto do mundano. Leva uma vida familiar, tranqüilidade simples. Porque a simplicidade faz parte de suas virtudes cardeais. Juntamente com o bom senso, o comedimento e a aplicação.

Para o autor o homem comum é o oposto do herói dotado de genialidade, força, brilhantismo e opulência, mas também desconhece a miséria, está situado ao meio, é o cidadão médio. Como exemplo referencia dentre outros, Antoine Pinay, presidente da assembléia nacional da França investido neste cargo em 1951, antigo combatente da Primeira Guerra Mundial, cidadão médio, filho de pequeno industrial e mãe de origem camponesa. Entra para a vida pública tardiamente e galga sua carreira dos cargos mais modestos, como conselheiro municipal, prefeito, conselheiro geral e deputado, de maneira calma e lenta até sua ascensão e reconhecimento. Schwartzberg (1978) não considera este tipo de personalidade uma espécie de herói, ao contrário o nomeia de “anti-herói”. O ser normal, médio em busca da normalidade.

Já Raoul Girardet (1987), em “Mitos e mitologias políticas”, também analisa a figura do Sr. Pinay, reconhece seus atributos medianos e suas pretensões políticas simples de baixar e recuperar o franco; abolir a alta dos preços e a depreciação monetária; restabelecer o equilíbrio orçamentário e aumentar a margem de

independência do cidadão. Ora, a reverência dos franceses a esta figura deveu-se exatamente ao contexto vigente, pois depois de mais de uma década de incertezas e provações, emerge uma aspiração coletiva à segurança e estabilidade.

Mas Girardet, ao contrário de Schwartzberg, não define o personagem símbolo do Sr. Pinay como “anti-herói” e sim como Herói, investido do poder e das características necessárias ao momento vivenciado pelos franceses. Esboça inclusive uma analogia entre o Sr. Antoine Pinay, e o mito do Tête d’Or, personagem do poema de Paul Claudel. Dois sistemas de representação distintos, mas que encarnam igualmente a figura do salvador “que capta em torno dele todos os fervores da esperança coletiva”. O primeiro, o herói da normalidade, o segundo, o herói da exceção. Trata-se neste caso de uma analogia entre dois personagens situados em espaços diferentes, um advindo do contexto político real e outro, um personagem fictício, mas Girardet justifica sua escolha:

Herói da normalidade, herói da exceção... Encontramo-nos situados, no caso, nos pontos mais extremos de um mesmo espaço mitológico, e é isso precisamente que confere interesse aos dois exemplos escolhidos. Entre esses dois marcos liminares, não poderia esquecer, no entanto, a multiplicidade dos casos apresentados só pelo nosso legendário nacional. [...]. De Napoleão Bonaparte a Philippe Pétain e a Charles de Gaulle, passando por Boulanger, Poincaré ou Doumergue, em torno de um personagem privilegiado tende a formar-se uma mesma constelação de imagens. Constelação movente sem dúvida, mais ou menos ampla, de coloração cambiante, de contornos por vezes mal definidos, mas cuja permanência e identidade não podem escapar à observação. Resta apenas definir suas estruturas. Resta também interrogar-se sobre as modalidades de sua coerência e as condições de sua gênese. (GIRARDET, 1987, p. 71).

Para o autor, o Salvador pode vir dos pontos mais extremos e o cidadão comum pode trazer em torno de si uma lenda, e em determinados casos, “é sobre a ausência de elementos habitualmente considerados legendários que mais insistem aqueles mesmos que contribuem para difundir sua lenda”. (GIRARDET, 1987, p. 64).

Desta forma, apesar de constituir o estereótipo do “*common man*”, em quase todas as peculiaridades propostas por Schwartzberg (1978), Lula consegue a partir de certo momento ser aquele que capta em torno de si “os fervores da esperança coletiva”, abarcando ainda a “constelação de imagens” constitutivas da

imagem do Salvador, do herói destinado neste caso a um futuro relativamente curto, mas por um momento importante e tão almejado não apenas por este personagem, mas por parcela da população de uma nação que compartilha de determinados ideais.

Contudo, enquanto Herói da normalidade, Lula não surge do meio, da classe média, da região mediana ou central, mas do extremo inferior, da classe mais pobre, da região mais miserável. Não chega ao ensino médio, cursa apenas até o quarto ano primário e forma-se numa profissão simplória em um curso técnico, com muitas dificuldades e por uma questão de sobrevivência. Quanto à sua carreira política, não traça carreira através de cargos públicos modestos e intermediários, mas sai da condição de líder sindicalista de operários metalúrgicos, para integrar o lugar central como líder de esquerda, sendo eleito em 1982, Deputado Federal e compondo a Constituinte em 1986, para logo em 1989 concorrer ao cargo mais alto da administração pública do país.

Com uma trajetória marcada, sobretudo pela biografia de faltas, sua história contraria todas as expectativas esperadas tanto em sua saga pessoal quanto em seu trajeto político revelando a noção da predestinação. O próprio Lula, quando candidato em discurso proferido durante percurso da quinta caravana em Juiz de Fora, em agosto de 1994, reconhece o dilema que suscita sua biografia:

Sei que existe um preconceito contra mim. Mas a elite sabe que eu sou um vencedor. Uma criança nordestina que não morreu de fome até os cinco anos já venceu na vida. Um nordestino que desembarcou de um pau-de-arara em São Paulo fugindo da seca, e não virou marginal é um vencedor. Eu aprendi uma profissão, criei um partido político e ajudei a fundar uma central sindical. A elite sabe que eu sou um vencedor. (Discurso de Lula em Juiz de Fora, na quinta Caravana da Cidadania, realizada em agosto de 1994).

A irmã de Lula, Maria Ferreira Moreno, confirma em seu depoimento, a dificuldade da subsistência de uma família pobre no sertão nordestino, e revela que a própria sobrevivência era incerta:

Na minha época não tinha nada. Você ficava doente ... Minha mãe mesmo perdeu dois filhos lá com disenteria. Era desidratação, mas lá ninguém sabia. Os dois morreram. Um morreu com 8 meses parece. Tanto que entre o Vavá e o Frei Chico tem uma diferença de

três anos. E a outra que morreu foi entre eu e o Lula. (PARANÁ, 2002, p. 268-269).²⁵

O amigo Jacinto Ribeiro dos Santos, o Lambari, relata sobre a superação de Lula até em seus aspectos pessoais, a superação da timidez, a conquista da sagacidade e inteligência mesmo sem uma formação superior e a negação do destino quase sempre reservado àqueles que compartilham desta mesma biografia de faltas:

Em 1966 estávamos eu e o Lula desempregados. Ele foi na Villares e eu na Volks. E os dois foram admitidos juntos. Foi a maior alegria. Desta vez pudemos comprar um maço de cigarros para cada um. Ninguém nunca sabia o que ia acontecer no futuro. Eu achava que o Lula ia ser catador de papel [ri]. Era o mais fraco da turma, como era bobo! Eu era o mais esperto. Ninguém ia imaginar que nós íamos chegar onde nós chegamos. Ninguém tinha projeto nenhum. Nosso projeto era arranjar emprego e trabalhar. (PARANÁ, 2002, p. 327).²⁶

Da nossa turma [mostra foto] se você vê eu, o Osmar e o Olavo, vê que o Lula era o mais “trouxa” [ri]. Era tímido, não conversava. Tímido, tímido, tímido. Não paquerava ninguém. Não dá pra entender como ele ficou assim tão inteligente... (PARANÁ, 2002, 220).

Já a irmã mais nova do ex Presidente, Tiana, apresenta um discurso por vezes citado também por jornalistas, políticos, amigos e assessores que de alguma forma mantiveram contato com ele, ao falar sobre a capacidade e inteligência como características nata, adquirida não com os estudos, mas com a experiência sindical, o tempo e uma agudez própria para a percepção das questões sociais e políticas:

O Lula não tem faculdade nem nada. Mas eu acho ele um gênio. Chegar onde ele chegou com a instrução que ele tem... Eu acho que ele tem uma inteligência superior, para chegar a entender essa política maluca precisa ter uma inteligência a mais. Não é curso universitário que dá inteligência para alguém. Pode dar uma experiência para a pessoa se expressar melhor [...]. O Lula chegou

²⁵ Entrevista concedida por Maria, irmã de Lula, no dia 6 de abril de 1994 a Denise Paraná, autora da biografia “Lula, o filho do Brasil”.

²⁶ Entrevista concedida em 27 de junho de 1994 a Denise Paraná, por Jacinto Ribeiro dos Santos, o Lambari, amigo mais próximo de Lula na juventude e irmão de Lurdes, sua primeira esposa.

onde ele chegou porque parece que isso já fazia parte da vida dele... Infelizmente a turma não admite ele ser o presidente. A turma cobra muito dele não ter estudado, de não ter curso universitário, de ser pobre. Um operário chegar a ser presidente? É muito difícil na cabeça das elites... (PARANÁ, 2002, p. 301).²⁷

Mas a idéia da singularidade e da predestinação que vislumbramos na narrativa deste personagem não se esgota apenas na capacidade de se reinventar enquanto político e ser um vencedor perante as agruras pessoais e individuais enfrentadas na pobreza, ou na atuação como Presidente da República com o maior índice de popularidade da história do país, mas em sua história como um todo.

Durante quase toda sua trajetória Lula aparece de acordo com as definições de Schwartzberg (1978) como o homem comum que é, finalmente, “o prazer da igualdade. Ainda que puramente aparente. Ele corresponde a reflexos populistas ou talvez mesmo ‘poujadistas’. Personifica a desforra dos ‘pequenos’ contra os ‘grandes’, a vitória dos ‘pequenos’, dos obscuros, dos ‘não-graduados’”. (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 44). Mas esta insígnia por vezes suscitou críticas e rejeição traduzidas em metáforas como “despreparo para o cargo” ou “incapacidade política e intelectual”.

Mas sua imagem também suscita seguidores e desperta paixões. Suas candidaturas são perpassadas de apelo à mudança e a sentimentos como esperança, luta, perseverança, igualdade e otimismo. Já o seu período de governo estimula e apregoa constantemente a auto-estima do povo brasileiro.

Apresentado como homem comum, Lula tornou-se, em determinados momentos, a figura mais incomum para governar uma nação com a tradição de representantes advindos da elite. Sem formação superior, sua trajetória marcada por uma “biografia de faltas” é apresentada como atestado de compromisso com a classe menos favorecida. E se em determinado momento, este personagem foi renegado em favor de um político tradicional, intelectual, por exemplo, é porque de alguma maneira o anseio social era por este perfil de liderança. Porque, o líder é chamado como uma resposta a uma forma de expectativa e de anseio coletivo, sobretudo em uma sociedade marcada pelo regime democrático, onde o representante é indicado através de eleições diretas, do voto livre.

²⁷ Entrevista concedida por Tiana, irmã mais nova de Lula, em 21 de abril de 1994 à Denise Paraná.

Desta forma, é possível perceber, por um lado, a característica do mito político como revelador ideológico que Girardet (1987, p. 83) acrescenta com propriedade:

Marcado, condicionado pelo contexto factual em que se desenvolve, o mito pode assim aparecer, e de maneira mais sugestiva ainda, como uma espécie de revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade.

E como corolário, percebe-se também a aceitação do mito político moderno, como construto racionalizado, mas canalizador de emoções, sentimentos e subjetividade. De maneira que a imagem do Homem providencial, do líder, emerge como um modelo capaz de conduzir o destino coletivo, podendo surgir dos “pontos mais opostos do horizonte político, pode ser classificada à ‘direita’ e à ‘esquerda’, segundo a oportunidade do momento”. (GIRARDET, 1987, p. 11-12).

Estas personalidades têm suas características e suas histórias evidenciadas como elemento chave para o ‘processo de heroificação’, que é exatamente a passagem do histórico ao mítico, ou seja, “resulta na transmutação do real e em sua absorção no imaginário”. (GIRARDET, 1987, p. 71).

O autor atenta para a dificuldade do exame destas figuras pela imprecisão em demarcar exatamente o momento do relato de ordem histórica e a fabulação. Lembrando ainda da presença relevante de certo tipo de manipulação voluntária na construção mítica. Atos de encenação que vão desde os legendários tradicionais evocados através de lendas, teatros e eventos indicativos de tipos diversos de “fabricação”, às formas mais contemporâneas e maciças da propaganda política.

Vale ressaltar que não concebemos o processo de heroificação como algo totalmente natural ou totalmente elaborado, mas existe a parcela da espontaneidade criadora e a da construção intencional. O importante é lembrar primeiro, que quanto mais a atuação do líder político se estende por um maior tempo, mas cambiante se torna os contornos de sua figura mítica e segundo, que determinados episódios contribuem para a construção da narrativa que cerca o personagem.

1.2.1. Os Períodos Sucessivos do Processo de Heroificação

O que Girardet denomina de 'processo de heroificação' acontece principalmente quando a atuação de um líder estende-se por uma dimensão cronológica ampla.

O processo de heroificação pode apresentar-se organizado em vários períodos sucessivos, sensivelmente diferentes uns dos outros por sua tonalidade afetiva. Há o tempo da espera e do apelo: aquele em que se forma e se difunde a imagem de um Salvador desejado, cristalizando-se em torno dela a expressão coletiva de um conjunto, na maior parte das vezes confuso. [...]. Há o tempo da presença, do Salvador enfim surgido, aquele sem dúvida, em que o curso da história está prestes a se realizar, mas aquele também em que a parte de manipulação voluntária recai com maior peso no processo de elaboração mítica. E há ainda o tempo da lembrança: aquele em que a figura do Salvador lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de seus mecanismos seletivos, de seus rechaços e de suas amplificações. (GIRARDET, 1987, p. 72).

Neste percurso é possível verificar a assertiva de Girardet ao destacar que “por pouco que se aceite recolocá-lo em uma periodização suficientemente ampla, é preciso reconhecer, por outro lado, no desenvolvimento histórico de todo mito político, a existência de tempos fortes e tempos fracos, de momentos de efervescência e de períodos de remissão”. Lula enfrentou momentos de aceitação e rejeição. Mas todos os episódios foram cruciais na composição da narrativa, pois todo líder que encarna as vezes do herói, traz consigo uma saga na qual há sempre as intempéries, as forças conspiratórias, as fraquezas, as injustiças, a luta e por fim, a vitória.

É preciso reconhecer que a história pessoal de Lula vem completar o ciclo dos períodos sucessivos do processo de heroificação. Detentor de uma “narrativa de origem”, ou seja, um início fabuloso de bravura, luta, superação, ascensão, predestinação como mencionado alhures.

Em seguida vem o tempo da espera e do apelo, a luta pela Presidência do Brasil. Ao assumir a condição de aspirante cristalizado enquanto símbolo da oposição candidata-se cinco vezes consecutivas. É fato que o tempo do apelo se confunde com o tempo da presença, considerando sua constante recorrência na

cena pública não apenas nos momentos eleitorais como também enquanto representante do mais notório partido de esquerda da época, sendo a figura central de oposição.

Desta forma, o tempo do apelo se fez bastante amplo, e, portanto, a parcela de manipulação voluntária de elaboração da narrativa mítica é significativa fazendo-se presente, sobretudo, nas campanhas eleitorais, nos momentos de apelo ao imaginário coletivo, algumas inclusive, como é o caso da campanha de 2002, com a participação de profissionais do marketing político especializado que souberam se utilizar de todos os recursos simbólicos e imagéticos disponíveis para a persuasão.

O próprio relato de sua trajetória de vida, sua infância difícil e a condição de classe, foram apropriados e empregados nesta campanha, na busca pela identificação do então candidato com o cidadão comum. De origem humilde, que conseguiu ascender socialmente através do trabalho adquirido a partir de um curso técnico, um indivíduo que enfrentou adversidades decorrentes das diferenças de classe e, portanto, constitui, de maneira mais legítima que seus adversários, a opção coerente e correta de representação para um país marcado pelo flagelo da desigualdade social. É evidente que esta trajetória pessoal nada tem de construído ou de manipulação voluntária em sua gênese, mas toda a seqüência da vida privada de Lula, espontaneamente decorrida, foi em determinados momentos apropriada e publicizada pelas equipes de campanha para a constituição do discurso e da imagem do então candidato.

Mas o apelo é enfim atendido. Em 2002, a emblemática vitória, quando em sua já declarada 'última tentativa', evidencia que este líder consegue não apenas eleger-se Presidente, mas comprovar a superação do estigma, do preconceito e do discurso do medo tantas vezes evocados por segmentos da imprensa e por adversários, contra sua condição de classe e a ausência de formação superior. A presença em massa da população, de grupos de movimentos sociais, a euforia de muitos que não se limitaram a assistir e passou a participar do evento transformando-o numa festa popular, com quebra do protocolo do início ao fim, evidenciou uma esperança maior e o sentimento de aceitação compartilhado por todos no País.

Iniciara-se o tempo da presença, o tempo do poder e da glória. Momento fértil na produção de elementos simbólicos capazes de perpetuar a imagem do herói surgido.

Durante esse período, na época enquanto Presidente da República, Lula buscou a cada dia mobilizar o imaginário coletivo a partir de sentimentos e mitologias políticas como por exemplo, a menção constante ao sentimento de auto-estima, da evocação a uma reconstituição da identidade nacional, já no tocante às mitologias, suas falas elucidavam a promessa da Unidade, da união de todos para a construção de um país melhor, idéia na qual vislumbramos também a noção da Idade de Ouro, ou seja, de um período de crescimento e bonança para o Brasil que a partir de agora se tornaria uma grande nação.

Após oito anos de governo Lula passou a cumprir o tempo da lembrança. Depois de passar a faixa presidencial para sua ex-ministra Dilma Rousseff, Lula despediu-se na cerimônia de posse da presidente, como era de se esperar, também quebrando protocolos, se emocionou, chorou e fez questão de cumprimentar os populares que o abraçaram, beijaram e também choraram fazendo do momento de despedida mais um episódio emblemático.

Outro fator importante a se considerar é a imprecisão dos contornos da narrativa que cerca um personagem quando este permanece na cena pública por um longo período, quando sob ele incide igualmente a marca da história de seu tempo.

O autor destaca ainda, como componentes do processo de heroificação, a ligação entre a narrativa mítica, os traços e características pessoais e específicas da figura legendária e a conjuntura histórica em que viveu o personagem. Pontua de forma clara que tais características biográficas pertencem ao domínio do imaginário mitológico e que quanto maior é o tempo de existência do mito, mais estes traços tendem a ser reforçados ao mesmo tempo em que reforça também sua permanência no imaginário coletivo;

Quanto mais o mito ganha amplitude, mais se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva, mais se deve esperar, aliás, ver os detalhes biográficos, as características físicas ganhar importância. A altura do general de Gaulle, o tom zombeteiro de sua voz, suas fórmulas, suas tiradas e suas insolências – sua lenda seria hoje a mesma se não tivesse conservado a memória desses traços? (GIRARDET, 1989, 82).

Características que são reforçadas através dos mais singelos gestos particulares, um gosto, uma atividade de lazer, uma atitude, o tom de voz, o

vestuário e até expressões gestuais e corporais são evidenciadas para sugerir um ou outro atributo. Enquanto homem público, Luiz Inácio Lula da Silva sempre buscou cultivar o mesmo comportamento, os mesmos costumes, os mesmos gestos. O Lula que falava à multidões nas grandes assembleias sindicais da região do ABC Paulista e se fazia entender pelos metalúrgicos, tentou conservar a mesma linguagem simples quando assumiu a Presidência da República. O uso do improvisado e das metáforas que lhe rendiam críticas por parte da imprensa e de adversários, é preservado no vocabulário do Presidente de maneira a demonstrar a sua preocupação em ser entendido pelos mais pobres. A esses também procurou reservar atenção quebrando protocolos e contrariando a segurança presidencial para ser um político acessível, tocado, abraçado pelo povo em suas aparições públicas. O vestuário corriqueiro, em forma de uma jaqueta branca despojada se fez presente dando espaço ao terno somente em eventos oficiais como os diplomáticos.

Existem também outros atributos, aqueles geralmente reivindicados pelo poder político, algo que revele ou simbolize honestidade, perseverança, autoridade e capacidade, para citar os mais comuns do universo da política. Estes devem ser inerentes, ou pelo menos deveriam ser, para todo e qualquer líder político. Alguns destes atributos são suscitados em detrimento do contexto vigente, pois diante de uma determinada situação histórica e socioeconômica, certos valores são necessários em um líder para que este seja capaz de dar um rumo adequado a certos impasses e questões sociais.

Mas existem ainda determinadas habilidades mais raras, atreladas diretamente a outros fatores como o carisma, por exemplo. A capacidade extraordinária de seduzir, de persuadir e conciliar em qualquer situação não é dom de todos. Estas qualidades pertencem a um número reduzido e específico de líderes. Para Girardet (1989) constituem marca distintiva de um notável, de um verdadeiro mito político.

1.2.2. Habilidades de Um Mito – Seduzir, Persuadir, Conciliar

As habilidades de seduzir, persuadir e conciliar são percebidas na personalidade de Luiz Inácio Lula da Silva desde sua atuação como líder sindical. Entretanto, é no Tempo da presença que tais dons são apreendidos como

características de um mito político, porque apesar da relevância de sua trajetória para a composição de sua narrativa, é somente enquanto Presidente que tem início uma mitologização da imagem desse personagem. Pois, é a partir desse período que ele pôde enfim colocar em prática o “valor de ação do mito”, ou seja, cumprir as promessas de campanha e, sobretudo promover as transformações sociais tão almeçadas pelo imaginário coletivo.

Desta forma, apesar de nos remeter constantemente aos episódios anteriores ao período de governo, é durante sua gestão que o processo de heroificação se processa de fato, é quando o elo entre líder e seguidores é constituído, é quando as mitologias políticas são acionadas, é quando o líder detém o poder e a visibilidade necessários para a sua ação concreta. E Lula soube como poucos Presidentes brasileiros, administrar magistralmente esse momento ao seu favor.

É também para este período que lançamos a atenção para a forma como ele utilizou suas habilidades pessoais. Estas foram canalizadas para o diálogo com as diferentes esferas de convívio político: da população civil ao setor econômico e empresarial; dos aliados e adversários políticos aos líderes internacionais das mais diferentes nações. E nesse exercício, como bem mencionou Guimarães (2004), Lula transitou entre as mais diversas instâncias com habilidade magistral e sem constrangimentos.

Com um projeto de governo concentrado particularmente nos problemas sociais,²⁸ mas com o desafio iminente do cumprimento dos contratos econômicos firmados pelo seu antecessor, Lula inicia sua gestão em 2003 num período de transição política. Logo na composição do novo governo foi possível a ambigüidade na presença de ministérios de tendências neoliberais e antineoliberais, disputando espaços de poder.²⁹ Com ressalvas às críticas, pois não constitui objetivo desse

²⁸ O Programa de Governo de Lula em 2002 trazia como carro chefe na área dos projetos sociais, o Programa Fome Zero. Trata-se de um plano de medidas conduzido pelo governo federal para assegurar o direito à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. O Programa é articulado em quatro eixos: 1. Acesso a alimentação; 2. Fortalecimento da agricultura familiar; 3. Geração de renda; e 4. Articulação, mobilização e controle social. Cada um desses eixos agrega programas e ações mais diretas como, por exemplo, o Bolsa família, como caráter de transferência de renda pertencente ao eixo 1. Acesso a alimentação. Para ver o organograma completo consultar: <http://www.fomezero.gov.br/>.

²⁹ O ministério da Fazenda é ocupado por Antônio Palloci e José Dirceu assume como Chefe da Casa Civil.

trabalho enveredar por uma avaliação das práticas do governo Lula ou de suas contradições internas, elencamos sim os pontos divergentes no sentido de acentuar a necessidade de diálogo e a habilidade despendida pelo então presidente na gestão desses paradoxos.

No intento de concretizar os pactos sociais vimos à instituição de um governo dualista na execução de políticas públicas. Dualismo ao adotar orientação conservadora na área econômica e postura reformista na área política. Dualismo ao respeitar o mercado financeiro e buscar promover o avanço na área social.

Outra demonstração de suas habilidades como Estadista demanda sob as relações exteriores, pois a capacidade de diálogo e conciliação se apresentou de forma evidente; primeiro ao pensar o diálogo com os Estados Unidos e a concepção texana de George W. Bush e suas teses de direita, o que não foi difícil para o Presidente Lula, muito pelo contrário, os dois líderes mantiveram um bom diálogo até o fim do mandato do presidente Bush e a eleição de seu sucessor Barack Obama, quando as relações entre os dois países se estreitaram ainda mais e o Presidente Lula recebeu elogios públicos do presidente americano.³⁰

Em entrevista ao *Correio Braziliense*, em 12 de janeiro de 2011, o embaixador dos Estados Unidos Thomas Shannon, em visita ao Brasil, falou sobre a atuação de Lula no estabelecimento de uma boa comunicação e diálogo entre os dois países:

Eu diria que os oito anos do presidente Lula marcaram uma das melhores etapas nas relações entre o Brasil e os EUA, tanto na quantidade como na qualidade do diálogo e da comunicação. Nas relações entre os Presidentes, as chancelarias e os governos, temos hoje uma estrutura de diálogo muito mais ampla e produtiva do que antes. Mas é importante entender que o motor das mudanças que estão ocorrendo dentro da relação não é ideológico. O motor são as mudanças que estão ocorrendo no mundo e a transformação que está acontecendo aqui no Brasil. A relação não é estática. Ela é dinâmica, complexa, e, às vezes, complicada. E, cada dia requer uma diplomacia mais hábil, ágil, flexível e com capacidade de entender oportunidades e aproveitá-las. (Thomas Shannon, embaixador dos Estados Unidos em entrevista ao *Correio Braziliense* em 12/01/2011).

³⁰ No encontro do G20, no dia 02 de Abril de 2009, em Londres, Obama troca um aperto de mãos com o presidente brasileiro, olha para o primeiro-ministro da Austrália, Kevin Rudd, e diz, apontando para Lula: "Esse é o cara! Eu adoro esse cara!". Em seguida, enquanto Lula cumprimenta Rudd, Obama diz, novamente apontando para Lula: "Esse é o político mais popular da Terra". Kevin Rudd aproveita a deixa e diz: "O mais popular político de longo mandato". "É porque ele é boa pinta", acrescentou Barack Obama.

Ao mesmo tempo, o então Presidente buscou estreitar os laços comerciais com a União Européia, especialmente com a França. As relações comerciais entre o Brasil e a França praticamente dobraram em sete anos. Cerca de 450 empresas francesas empregam mais de 400.000 pessoas no Brasil.

Em outra frente, o Brasil também fortaleceu as relações com os países africanos, relações não reitras ao campo comercial e econômico, mas que abrangem também laços históricos e culturais, uma vez que os dois países têm em suas respectivas histórias a marca do imperialismo europeu: colonialismo e neocolonialismo.³¹ Na América do Sul, as ações foram no sentido de adequar sua atuação às dimensões econômica, demográfica e territorial que ocupa no subcontinente. O fato é que a atuação de Lula e seu carisma foram essenciais para o diálogo e a manutenção das relações multilaterais.

Já em 2003, primeiro ano do governo Lula, o Brasil ganha destaque internacional ao compor o Grupo dos 20 país emergentes, o G-20, obtendo resultados de esforços empreendidos pelo grupo que levaram a criação do acordo-quadro atual que prevê o fim dos subsídios agrícolas até 2011, o que constitui uma grande vitória para os países em desenvolvimento. Tanto em relação ao G-20, quanto aos conflitos apresentados na Organização Mundial de Comércio (OMC) o Brasil se encontra numa posição mais favorável no plano internacional, no sentido que sua opinião se tornou mais relevante para a elaboração dos acordos no âmbito da OMC.

Ainda em 2003, o Brasil passa a compor o grupo dos quatro países com o mais rápido desenvolvimento de suas economias. “*BRIC*” é o termo usado para designar Brasil, Rússia, Índia e China que poderão se tornar a maior força na economia mundial. Esse fato também contribuiu para o aumento da importância do Brasil na OMC.³²

³¹ Projetos de aproximação também são desenvolvidos no campo cultural-acadêmico, um exemplo recente é o Projeto Brasil-África do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), que pretende disponibilizar eletronicamente seus textos sobre as relações entre África e Brasil até o fim de 2010. No campo agrícola, o Brasil tem investido na produção africana através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com o objetivo de ter o mercado africano aberto às indústrias brasileiras que atuam na área agrícola, como a maquinária, agroquímica e de infraestrutura logística.

³² Os BRICs, apesar de ainda não serem as maiores economias mundiais, estão em processo de desenvolvimento político-econômico e já fazem sentir sua influência - a exemplo do que ocorreu na reunião da OMC em 2005, quando os países em desenvolvimento, liderados por Brasil e Índia,

O mais recente assunto de relevância para o país é sem dúvida a polêmica do bicomcombustível e da crise dos alimentos, uma vez que, segundo o Brasil, os biocombustíveis se apresentam como a solução mais real para acabar com a dependência do petróleo.

A visibilidade e importância que o país adquiriu no cenário mundial reflete na imagem do Presidente ao mesmo tempo em que seu carisma projeta-se na postura dinâmica, paradoxal e ativa que o governo brasileiro assumiu frente às outras potências mundiais.

As palavras de otimismo, o jeito alegre refletido no uso das metáforas, a linguagem simples que auxilia a compreensão do povo e preocupação com as maselas sociais do mundo, renderam a Lula a admiração de grandes Estadistas. Mas foi a sua capacidade de persuasão e conciliação que lhe rendeu relevantes acordos diplomáticos. Essa capacidade de negociação Lula atribui a seu aprendizado como líder sindical:

Eu aprendi na minha vida de negociador, quando era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que o bom acordo é aquele em que os dois saem pensando que ganharam e saem satisfeitos com resultado. Os jornalistas compreenderão o que estou dizendo: se um jornalista sai de manhã para vender um carro e ele vende o seu carro e chega em casa dizendo que pegou um bom preço pelo carro, feliz da vida, e se o comprador chega em casa e diz para a mulher: 'Fiz um bom negócio, paguei um bom preço', feliz da vida, significa que este é um acordo extraordinário, porque deixou as duas partes alegres. (Pretória – África do Sul. Declaração no início da entrevista coletiva conjunta em 08/11/2003).

Assim como o fez na África do Sul, no Chile, em entrevista após sessão plenária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos em 2003, Lula também discorre sobre sua concepção sobre acordos e negociações, ao confessar que para ele, "o bom acordo é aquele que você faz em silêncio e depois anuncia o resultado dele, da forma, eu diria consagrada".

Em Recife, em 25 de abril de 2003, durante o encerramento do Encontro Empresarial Brasil/Venezuela, define como deve ser a postura diante de qualquer

negociação: “Eu aprendi, nos meus trinta anos de militância política, que nenhum negociador respeita alguém que começa a negociar de cabeça baixa”.

E em Brasília, em reunião com representantes do setor sucroalcooleiro, Lula afirma acreditar que acordo tem mais eficácia que a própria lei:

Quando você faz um acordo político, quando você faz um acordo ético, um acordo moral, nenhum empresário vai à Justiça recorrer de uma decisão que foi acordada; mas todo e qualquer empresário pode recorrer de uma decisão recorrente de uma lei. Ele pode contratar um advogado e dizer: “Eu não concordo com a lei”. Mas, se for um acordo e o advogado disser que ele não deve concordar, ele pode até se dar ao luxo de dispensar o advogado, porque foi ele quem fez o acordo. (Brasília – DF. Reunião com representantes do setor sucroalcooleiro, em 25/05/2003).

Mas não é apenas como negociador e conciliador que Lula se mostrou exímio, outra habilidade é a capacidade de seduzir seus interlocutores pela palavra. É o poder do verbo que Raul Girardet menciona como habilidade inerente a prática política por natureza. É através da palavra que se convence, que se seduz e o político que detem a capacidade de se fazer ouvir, detem o poder. Ao citar Goebells, Girardet (1987, p. 79) reforça a relevância da palavra, da fala do político:

O que fez Jesus Cristo? – comenta Goebells. – Escreveu livros ou pregou? E Maomé? Olhem nossa época. Mussolini era um escritor ou um grande orador? Quando Lênin foi de Zurique a São Petersburgo, correu da estação para seu escritório para escrever um livro ou falou para a multidão? Apenas os grandes criadores da palavra fizeram o bolchevismo e o fascismo.

Emotivo, carismático, sempre se comportou como um presidente do povo, acessível a este, que fala a mesma língua, que mantém os mesmos gostos e sobretudo, que se faz ouvir sempre num discurso simples que coaduna códigos acessíveis a toda e qualquer classe social. Em cada evento, reunião e demais aparições públicas, o elo entre ele e seus seguidores parecia se fortalecer. A cada discurso improvisado, as palavras escolhidas ou metáforas citadas pareciam causar ainda mais identificação, o que era comprovado com os resultados de pesquisas sobre a popularidade do Presidente:

Não é possível um governante governar apenas com a sua consciência, um país como o Brasil, com as dificuldades do Brasil, nós temos que governar com a nossa sabedoria, mas temos que governar com a nossa sensibilidade, e a sensibilidade nossa, ela vem daqui. [...] Eu tenho sensibilidade. Eu vejo nos olhos das pessoas, quando me vêem na rua, principalmente os mais pobres, o grau de expectativas que nós geramos. (Pronunciamento do Presidente em Indaiatuba – SP. Visita ao retiro Itaici – CNBB, em 01/05/2003).

O ato de improvisar discursos tornou-se hábito; ao quebrar os protocolos da Presidência Lula se distingue dos demais Estadistas e se aproximava do povo numa demonstração de que para ele não importa os comentários da imprensa ou da oposição sobre suas metáforas ou erros de português, mas sim a compreensão e admiração do povo:

Eu, na verdade, ia fazer um discurso por escrito, tal a honraria que é vir aqui, para este ato, junto com vocês. De qualquer forma, vou deixar com você, para guardar na sua gaveta, depois. E vou falar umas palavrinhas, mais com o coração do que com a cabeça. (Diadema – SP. Encontro com a diretoria, fornecedores e grandes clientes da Uniforja, em 29/05/2003).

Eu tenho certeza de que tudo que eu estou falando aqui vocês já leram no jornal *Valor*. Não com as palavras que eu estou dizendo, mas com outras, coordenadas pelo Celso Pinto [diretor de redação do jornal *Valor Econômico*], mais sofisticadas. Mas, de qualquer forma, como dizia Paulo Freire: “A gente tem que caprichar é na escrita. Todo mundo tem que entender, o português tem que ser correto. Na palavra o que vale é a comunicação.” E, portanto, eu tenho certeza que nós nos entendemos e o Brasil precisa disso. (São Paulo – SP. Comemoração aos cinco anos do jornal *Valor Econômico*, 02/05/2005).

Como sempre, eu tenho um discurso por escrito, como manda o bom protocolo da Presidência da República, mas como sempre também, eu tenho uma vontade maluca de fazer o meu improviso. (São Paulo – SP. Ato político de celebração dos 15 anos do Foro de São Paulo, em 02/07/2005).

Em seus discursos, além do improviso, da linguagem coloquial e metáforas, é constante o apelo a emotividade, ao sentimento, na busca por um elo estabelecido além da objetividade das palavras, numa forma de comunicação em que as pessoas

sensíveis e mais emotivas não apenas entendiam mas se envolviam emocionalmente com elas, pautavam comportamentos a partir do que era dito;

Eu, agora mesmo, estou falando aqui, em português, e deve haver gente da China, da Índia, que não está entendendo nada do que estou falando. Entretanto, aqueles que não entenderem as minhas palavras, e são pessoas que acreditam no Fórum Social Mundial, olhem nos meus olhos, que vão entender cada palavra que eu falar. (Porto Alegre – RS. III Fórum Social Mundial, em 24/01/2003).

Eu fico olhando na cara de cada mulher, fico olhando na cara de cada homem, fico olhando na cara de vocês e fico dizendo: o ser humano, quando tem bons ideais, quando tem bons propósitos, ele não se comunica pela voz, ele se comunica pelos olhos, pela alma e pelo coração. (Guarulhos – SP. Visita às futuras instalações do campus da Universidade Federal do Estado de São Paulo, em 29/03/2006).

A esfera dos sentimentos é constantemente evocada como recurso para o discurso político, sobretudo no apelo ao imaginário coletivo. Barreira (2004, p. 81), ao analisar discursos de campanhas eleitorais, destaca a relevância de uma “gestão das emoções e sentimentos” tanto no sentido de adequá-las as regras vigentes do espaço público quanto ao “manejo dos sentimentos em sua forma disciplinar”. A autora afirma ainda que “os sentimentos integram uma retórica de conteúdos performáticos com poderes de classificar e induzir novos sentimentos coletivos, de modo a balizar o lugar e papel dos concorrentes”.³³

Mas tal prática não se encerra em períodos eleitorais, ela permanece no cotidiano da política e Lula é exemplo conspícuo nesse sentido. Se em suas campanhas eleitorais os sentimentos de alegria, fé e esperança se expressavam dentre outras formas através de slogans e jingles como: “Vai lá e vê que a alegria já esperou demais”; “Sem medo de ser feliz”; “A esperança venceu o medo”; ou ainda: “O Brasil da esperança, o Brasil da mudança, o Brasil de fé. O Brasil diferente, com a cara da gente é o Brasil que a gente quer”; é possível afirmar que durante seu governo o sentimento evocado foi o da auto-estima. Palavra que entrou para o vocabulário diário do então Presidente:

³³ Ver: “A expressão de sentimentos na política” de Irllys Alencar Firmo Barreira. Em: Espaços e tempos da política. 2004, p. 67-88.

Um homem não é marcado pela quantidade de anos que ele vive ou pela quantidade de anos em que ele fica no mandato. Um homem é marcado pela grandeza de sua obra, e a minha obra é recuperar a auto-estima do povo brasileiro e colocar o Brasil no mundo de cabeça erguida, porque nós não somos uma raça inferior, nós somos iguais a qualquer outro no mundo e precisamos entrar nas negociações, sejam políticas, culturais ou comerciais, de cabeça erguida. (Ribeirão Preto – SP. Inauguração da termelétrica da Companhia Energética Santa Elisa, em 02/05/2003).

E por vezes repetido, este sentimento pode influenciar comportamentos e induzir novos sentimentos coletivos. Em discursos como este se percebe a intenção do Presidente de estimular a população a adentrar na esfera do consumo de forma mais efetiva, o que impulsionaria a economia que por conseqüência proporcionaria mais empregos gerando um ciclo virtuoso de crescimento econômico. O Presidente também entendia que a grande maioria da população, especificamente as classes D e E internalizaram ao longo de décadas, a sensação de incapacidade acomodando-se na condição de excluídos da esfera de consumo. Era preciso, portanto, além de oferecer os subsídios necessários ao poder de compra, encorajar e conduzir a população para o mercado de consumo, o que foi repetidamente anunciado em seus discursos:

Quando eu disse que era preciso destravar o país, é preciso que a gente tenha a compreensão dos prefeitos, é preciso que a gente tenha a compreensão dos governadores, é preciso que a gente tenha a compreensão de deputados e senadores, da imprensa e da sociedade brasileira, porque uma sociedade não é movida apenas a projetos concretos, é movida também, a crenças, a autoestima, em o povo perceber que ele pode ser a válvula pela qual a economia brasileira não vai parar mais de crescer. (Cabo de Santo Agostinho/Ipojuca – PE. Durante a assinatura dos contratos para construção dos dez primeiros navios da Transpetro em Suape – PE, em 31/01/2007).

Tal apelo se coadunava exatamente com os anseios dessas classes sociais. Ter acesso as necessidades básicas de consumo através de uma melhor renda é o anseio da maioria da população brasileira. Assim, se a trajetória pessoal de Luiz Inácio da Silva, migrante nordestino que consegue ascender socialmente através de uma profissão adquirida por meio de um curso técnico de torneiro mecânico, torna-se um ideal para os trabalhadores desse país, então é compreensível perceber que

esses trabalhadores têm como maior desejo, melhores condições de vida através do trabalho e de maior renda. Como ex-metalúrgico, sindicalista, político sagaz e líder popular experiente, Lula conhece os anseios mais íntimos e imediatos daqueles que o elegeu. Seu apelo como Presidente se apresenta no sentido de possibilitar e estimular a materialização do sonho do poder de compra para a grande parcela da população que estava diante de um líder que entende suas necessidades e se prontifica a atendê-las.

Ora, além do carisma, da linguagem coloquial, da simplicidade das ações, o Presidente mais popular da atualidade, tem como conteúdo de seu apelo ao imaginário coletivo, elementos subjetivos que permeiam os anseios e as mais imediatas aspirações coletivas.

1.2.3. Imagem Pública de Líder Popular e Carismático

Entender o processo de mitologização do Presidente Lula pressupõe, a priori, compreender o conceito de “Imagem Pública”. Primeiro porque é exatamente uma imagem, uma personagem conhecida publicamente que se projeta e estabelece um elo com o imaginário coletivo. Segundo, porque o espaço de visibilidade onde se processa tal elo é na atualidade os meios de comunicação de massa, fato que determina novos contornos desse fenômeno a partir da crescente visibilidade através dos veículos de comunicação de massa e um progressivo distanciamento do simbolismo tradicional. Como terceiro motivo, está a necessidade de apreensão dos recursos e técnicas disponíveis, na atual conjuntura, para a reafirmação e mesmo construção de mitos políticos, uma vez que é preciso considerar a parcela voluntária e criativa na elaboração mítica.

É preciso esclarecer que Imagem Pública “não é um tipo de imagem em sentido próprio, nem guarda qualquer relação com a imagem plástica ou configuração visual exceto por analogia com o fato da representação”. (GOMES, 2007, p. 246). Em outras palavras, o termo não designa um fato plástico ou visual, mas um fato cognitivo, conceitual.

Nesse sentido, entendemos o conceito de Imagem Pública a partir da explicação de Gomes (2007, p. 255):

A imagem pública de um sujeito qualquer é, pois, um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam. Imagens são concepções caracterizadoras. Em primeiro lugar, as noções que essas concepções coletivas contêm se referem à propriedades estáveis que estruturam o sujeito, *éthe* no sentido aristotélico do termo, isto é, caráter. Chegamos a definição ou compreensão da personalidade, diz o filósofo, porque atribuímos os atos e expressões que vemos a uma disposição estável interior, porque as reconhecemos como suas marcas duradouras, literalmente, como o seu caráter. Para não nos enganarmos, não observamos os comportamentos e expressões eventuais, mas aqueles constantes, habituais. Em segundo lugar, essas noções são propriedades representacionais, no sentido teatral do termo, enquanto são aquelas que permitem a atribuição de um valor e um lugar narrativo ao sujeito. Caráter é um conjunto de atitudes, de pensamentos e de expressões. Dito de outro modo, essas propriedades não constituem apenas a identidade moral do sujeito, mas ao mesmo tempo a identidade psicológica do personagem do drama, a *dramatis persona*, a personalidade. Caracterizar, portanto, é estabelecer uma personalidade e uma personagem, uma forma de existência para fora, de existência representacional, de imagem.

É importante também mencionar a ressalva de Gomes (2007, p. 255-256) quanto à diferença entre “imagem pública” e “opinião pública”. Mesmo abrangendo significados próximos, existe uma distinção entre os dois termos. Por imagem pública, entende-se concepções, atributos sobre a natureza de instituições, pessoas ou produtos. Quanto à imagem de uma pessoa é o reconhecimento de um conjunto de propriedades ou características estáveis que se reconhece publicamente compondo uma personalidade. Já o termo opinião pública é bem mais complexo e abrangente, pois “pode ser usado para se referir a qualquer posição conceitual a cerca de qualquer objeto”.

No campo político, o fenômeno da imagem pública não é recente, o que o traz para o cerne das discussões atuais é a interação entre a esfera de visibilidade pública e os meios de comunicação de massa. A partir do século XIX a expansão do aparato tecnológico suscitou na contemporaneidade a presença constante de imagens visuais e conseqüentemente, de imagens públicas.

Para Rubim (1999, p. 71) o advento do modelo das sociedades democráticas e das sociedades de massa explica o surgimento e importância da imagem pública, por ele descrita como imagem social. Para ele são as “modalizações da sociabilidade que permite equacionar melhor a presença das imagens sociais na atualidade”:

A sociabilidade contemporânea conforma-se como uma complexa mesclagem de convivência e televivência, em um sentido de “vivência” à distância. A televivência, uma nova dimensão de sociabilidade engendrada pela mídia, ao propiciar um caráter planetário, instantâneo e simultâneo à vida humana, obriga os homens a habitarem esta dimensão pública ao modo de imagens sociais. A existência, enquanto imagem social, se já é possível também em outros idos, agora, na idade da televivência, torna-se sua modalidade “natural” e inescapável de ser.

Dessa forma, no mundo globalizado, onde as experiências não mais acontecem de forma sensorial direta, muito menos a partir de convivência imediata, mas através de interação mediada à distância, torna-se necessário para os políticos a apropriação de elementos outros capazes de reinventar uma aproximação, que pode ser através da identificação, de uma intimidade forjada ou de demais arranjos capazes de estabelecer elos emocionais através da comunicação de massa.

É justamente na busca por esses elos que se processa a parcela voluntária da criação do mito. Pois conforme afirma Gomes (2007, p. 264), as imagens públicas são passíveis de ser construídas e reinventadas, mas também destruídas:

Imagem pública não é uma entidade fixa, definitiva, sempre igual a si mesma e assegurada para todos os seres reais. Ao contrário, a existência real não é garantia de imagem pública, imagens podem deixar de existir sem que as pessoas ou objetos a que pertençam também o façam, imagens podem alterar-se para melhor ou pior com relação àqueles a quem pertencem ou mesmo de forma absolutamente independente destes, imagens podem ser construídas, destruídas, reconstruídas num processo sem fim e sem garantias.

Torna-se, portanto, fundamental para a produção de imagens sociais o acesso sucessivo aos meios midiáticos. Habitar de modo contínuo a dimensão pública, significa evidentemente ser imagem visual, esta, entretanto, imerge como suporte necessário, mas não suficiente na consolidação de uma imagem pública para a conquista da adesão dos indivíduos. A adesão se faz a partir de algo mais e não é simplesmente uma figura real e visível que suscita a adesão, mas sim um conceito, o grupo de características e atributos estáveis que cercam o político compondo sua personalidade. Por outro lado, nem todo e qualquer conceito é capaz de provocar adesão, pelo contrário, é preciso encontrar a imagem ideal ou o que

Gomes (2007, p. 274) chamou de *perfil ideal*. Imagem ideal é exatamente “o conjunto de propriedades que um público considera dever existir em uma pessoa ou instituição para que esta seja capaz de cumprir adequadamente determinada função real”. Ou seja, o que a política de imagem busca é “identificar o que o público já deseja e já considera valioso para acomodar a isso posição e ator”.

Assim, é decisivo, portanto, conhecer quais são as características que se consideram apropriadas ou ideais para o público, ou seja, a tarefa de compor uma imagem pública se faz no sentido de atender as expectativas do imaginário coletivo.

Patrick Charaudeau (2006) interpreta esse “jogo de cenas e cenários” de forma pontual ao afirmar que a política se desenvolve na cena pública na qual se apresenta ao mesmo tempo o *ator*, o *personagem* e a *pessoa*. O político é inserido em um cenário e conduzido a se expor a partir dos três papéis; o *ator*, com o qual mostra sua imagem, seu carisma; o *personagem*, que desempenha seu papel de político no exercício de suas funções próprias como tal; e a *pessoa*, que mostra suas peculiaridades como indivíduo, que tem sentimentos, pensamentos, enfim, não menos humano que os demais.

O autor comenta que o cidadão espectador desta cena encontra-se, portanto, “a espera de imagens que remetam a esses três papéis, pois ele realmente precisa de algo que justifique seus movimentos de adesão ou de rejeição ao político, mas ele espera igualmente por projetos políticos que façam sonhar e que sejam suscetíveis de transcendê-lo e de provocar esse ou aquele programa de ação” (CHARAUDEAU, 1996, p. 287).

Para Charaudeau (1996), quando eleitores respondem em pesquisas de opinião que escolhem seus candidatos primeiramente a partir de um projeto de governo e em segundo lugar pela personalidade do político, essa ação indica por um lado, uma inversão de prioridades para não evidenciar a sobreposição da emoção sobre a razão; e por outro lado, a sensibilidade do eleitor a esses dois imaginários: a imagem conduta do representante e suas propostas e idéias de governo. “Não há sociedade sem rumores, sem imaginários, sem projetos utópicos, sem aspirações a serem jogadas na cena do mundo real, portanto sem desejo de se deixar seduzir por quem desejar corresponder realmente essas expectativas.” (CHARAUDEAU, 1996, p. 288).

A identificação entre candidatos e eleitores acontece exatamente em meio a esse universo de imagens e imaginários sociais. Charaudeau (1996), ao relatar

sobre o *ethos* de identificação,³⁴ afirma que “o *ethos* político é resultado de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas dos cidadãos, por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser.” (CHARAUDEAU, 1996, p. 137).

Neste ponto é necessário elucidar que toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente, este, portador de uma imagem ideal de referência. Uma vez situado o lugar de cada um; o *si* procura endossar essa imagem ideal; o *outro* se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência.

Dessa forma, no discurso político, as figuras do *ethos*, são igualmente voltadas para si, para o cidadão eleitor e para os valores de referência. As imagens são então suscitadas a partir do emocional, do afeto social: o cidadão em uma ação de identificação irracional arregimenta sua identidade na do político.

Por outro lado, a questão da identificação se revela complexa, em detrimento do objetivo das imagens públicas dos políticos, estas são projetadas para impetrar o maior número de indivíduos, mas este número é demasiadamente vasto e heterogêneo no que se refere aos imaginários. De tal fato, resultam imagens pautadas em valores vagos e mesmo contraditórias. Outro comportamento comum na atividade política atual é publicizar imagens que remetem ao mesmo tempo à personalidade do candidato no seu exercício da política e à sua vida privada. Esse aspecto vem se tornando cada vez mais comum em períodos eleitorais quando, por exemplo, atitudes moralmente louváveis ou desprezíveis são respectivamente, suscitadas para qualificar ou desqualificar o personagem político em suas campanhas.

E é nessa conjuntura que ganha cada vez mais espaço os profissionais do marketing pessoal, político e eleitoral, pois não é suficiente simplesmente construir uma imagem pública adequada às expectativas do público, mas é imprescindível

³⁴ Ver em Patrick Charaudeau em “Discurso Político”, (1996. p. 113-139), discussão sobre O *ethos* de identificação e o *ethos* de credibilidade.

também garantir espaço de visibilidade pública, conferir a imposição desta imagem e administrá-la de forma apropriada diante das demais ofertas simbólicas.

Uma vez esclarecido o conceito de imagem pública enquanto dispositivo inerente à atividade do político contemporâneo, vale ressaltar que esta tem como apoio visual, a **marca**, que singulariza o ente e sua imagem. Trata-se de um dispositivo a mais na busca pela identificação e adesão. Reflete o que Schwartzemberg (1978) definiu como “marca da imagem”. Este rótulo, a marca de um candidato constitui parte integrante na composição do político como figura pública. Neste sentido, o autor afirma que:

Uma vez delineada e difundida a imagem de marca, o importante é ater-se à mesma. Pelo menos durante um período suficientemente longo. Evitando qualquer ruptura brutal, qualquer alteração demasiadamente súbita de tom, estilo, maneira de ser. Ostentando a imagem constante de uma personalidade sólida. Respeitando em suma a regra de ouro da coerência da imagem. (SCHWARTZEMBERG, 1978, p. 5).

Entende-se aqui o conceito de *imagem marca*, no domínio da *Política de Imagem*, como um processo planejado intencionalmente na construção do perfil de um personagem posto a exposição na esfera pública com a finalidade de conquistar a adesão dos destinatários (eleitores), em meio à disputa de sentidos e ofertas simbólicas dos concorrentes.

Para o conceito de *marca*, termo originário da evolução das técnicas da publicidade comercial, tomamos a definição de Randazzo:

A marca é mais que um produto, ela existe como entidade perceptual na mente do consumidor, tem uma dimensão psíquica. Enquanto entidade física, um produto é geralmente estático, finito, enquanto “marca”, entidade perceptual, habitante do espaço psicológico é extremamente dinâmica. (RANDAZZO, 1997, p. 49).

Seguindo a lógica da publicidade e do marketing comercial, na qual o cerne é deslocado do produto para o emissor, a *marca* sugere despertar associações entre o produto e os valores, as crenças e emoções do receptor. Ramilton Marinho Costa, em sua tese de doutorado *“Espelho de narciso – A subjetividade, O cenário e o Imaginário dos Anos 80 e a construção da imagem do Caçador de Marajás através*

da mídia e da publicidade” define a marca como “a tampa simbólica da imagem e cumpre a função de uniforme, conferindo àqueles que a abraçam o distintivo da tribo: o objetivo maior da marca é provocar uma auto-identificação e uma identificação social, uma garantia de referência, num contexto de relações sociais desagregadas.” (COSTA, 2002, p. 631).

A marca funciona então, como dispositivo que revela, identifica que torna singular uma imagem, esta pode ser de um produto, de uma empresa e também de uma personalidade. Cervelline (2000) afirma que “as marcas dos produtos utilizados por estes indivíduos ou grupos funcionam como geradoras e reafirmadoras da identidade individual e grupal” (CERVELLINE 2000, p. 87). A autora analisa a utilização da marca em partidos políticos, mas no contexto atual de forte expressão da personalização, prevalecem as marcas e imagens dos candidatos.

A marca de uma imagem política é composta por determinados símbolos verbais, sonoros e visuais. **Os símbolos verbais** são as palavras, frases de ordem, nomes dos candidatos, slogans, mensagens, etc. **Os símbolos sonoros** são a voz do candidato, os *jingles*, as músicas. **Os símbolos visuais** são as cores, logomarca, figuras chave, a aparência do candidato e aqui se inclui o corpo, os gestos, o vestuário, enfim, esta aparência corporal visual do candidato compõe o principal componente da marca. É este aspecto que faz a imagem visível, peculiar e manifesta.

A marca e o produto devem ser indissociáveis, por isso o cuidado excessivo das equipes publicitárias com o risco de contradição. Uma vez estabelecida, a imagem marca de um “personagem” político, se faz necessário uma re-alimentação a fim de garantir a plausibilidade desta.

Mas é preciso contar ainda com acontecimentos inesperados, com o fator surpresa, o imponderável, que pode desestabilizar uma imagem marca. Um fator que pode causar danos ao sucesso de uma imagem, por exemplo, é o ato falho do próprio portador da imagem que em seu discurso, por determinado motivo, através de palavras, comportamento ou gestos, pode comprometer a imagem criada. Outro fator é exatamente as mutações nos cenários de representação da política. Os temas agendados pela mídia podem neutralizar ou validar a imagem de um candidato. Existe ainda o fator relacionado às manobras dos opositores que atuam como *contra faces* das imagens marca.

É importante frisar que em casos de políticos que constroem carreira ao longo de anos no cenário político, a imagem marca apresenta-se mais apta a enfrentar o imponderável, uma vez que as falas do político ficam registradas pela mídia e os cenários de representação modificam-se ocasionando o paradoxo entre a confirmação e ao mesmo tempo, a necessária transformação (para a adaptação a novos contextos) da imagem construída. Desse modo, a publicidade institucional é uma forma de assegurar a permanência e coerência, ou seja, uma re-alimentação constante da imagem marca do político.

Até aqui vislumbramos como se efetiva parte da parcela voluntária e intencional da construção do mito, mas existe também a parcela espontânea desse processo, pois no campo das subjetividades do imaginário coletivo, é possível, que apesar de toda uma construção pública da imagem de um personagem, conforme os padrões técnicos do *marketing* político profissional, não aconteça a identificação povo-líder.

A trajetória política de Luiz Inácio Lula da Silva, desde sua aparição na cena pública, enquanto líder sindical até o início do tempo da lembrança, período que tem início com o término de seu segundo mandato como Presidente da República, é perpassada de elementos simbólicos manipulados para a construção de sua imagem pública, principalmente nos períodos de campanhas eleitorais.

Mas, a certo ponto de sua saga, particularmente quando o imaginário coletivo atende o seu apelo em 2002, tem início o processo de mitologização de sua imagem e durante o tempo da presença, um elo entre seguidores e líder se estabelece para além das formas de manipulação voluntária da propaganda e do *marketing* político. A reverência se faz pelo carisma, pelos atributos e características pessoais e particulares do Presidente. Mesmo na iminência de uma grande crise política que eclodiu em 20/05/2006 com o esquema de compra de votos de parlamentares mais conhecido como o “escândalo do mensalão”, o elo persiste refletindo uma confiança intangível por parte dos seguidores, de maneira a fortalecer o poder por eles investido através do voto.

Consideramos ainda a contribuição do próprio Presidente enquanto construtor de sua imagem. Em suas ações como estadista, na efetivação do “valor de ação do mito” e na forma como impôs sua imagem no imaginário coletivo e no cenário político brasileiro. Mas, são os atributos pessoais como o carisma e a imagem de líder popular identificado com as causas dos mais pobres, atrelados a sua própria

história de migrante nordestino, pobre, mas capaz de superar toda a sorte de adversidade e ascender socialmente que a partir de um determinado momento ocorre uma identificação entre o líder e o povo. Contudo, o apelo deste político é atendido somente em sua quarta candidatura, fato que revela transformações na cultura política brasileira.

Tal fato nos suscita indagações como: o que mudou no imaginário coletivo sobre a esfera política? Qual a conjuntura sócio-política das eleições de 2002 e quais as especificidades desse momento eleitoral capazes de explicar a adesão ao então candidato a Presidência somente nesse pleito? O que faz de Luiz Inácio Lula da Silva um Presidente peculiar? Por que enquanto chefe de estado foi tão admirado e aclamado? Por que ousamos nessa tese, assim como já o fazem os veículos da imprensa nacional, considerá-lo um mito político? Para buscar respostas a essas questões é necessário acompanhar a trajetória desse líder como um todo.

Dessa forma, sustentamos a premissa de que apesar de o processo de heroificação desse personagem se processar durante os períodos de governo, os elementos simbólicos que cercam sua trajetória, bem como o conjunto de qualidades que compõem sua personalidade, constituem partes de sua narrativa legendária, o que torna imprescindível um percurso pela saga pessoal e política para uma tentativa mais promissora da compreensão de sua gênese.

Esta narrativa deve então ser observada e interpretada em sua totalidade e essência, portanto nos próximos capítulos tentamos mostrar os diferentes momentos de atuação pública elencando os episódios emblemáticos de sua trajetória e os períodos sucessivos do processo de heroificação.

CAPÍTULO 2

O LÍDER SINDICAL

*“Se eu for fazer apenas o que diz a lei,
eu não vou fazer nada, vou ficar amordaçado.”*

*“Só há uma forma do governo fazer a gente parar.
Ou ele atende a gente, não os sindicalistas, mas os trabalhadores,
ou tira a gente da jogada pelos meios que já se conhece.”*

*“Vamos ter que ampliar o nosso campo de luta.
O movimento sindical, cada vez mais tem que entrar no campo político”.*

Luiz Inácio Lula da Silva

Um líder não nasce mito, mas pode se constituir como tal. Não afirmamos, contudo, que Lula é um mito político contemporâneo nos padrões teóricos que cercam este termo, mas consideramos a premissa de que presenciamos um processo de mitologização de sua imagem pública. Tal processo é cerceado pelo carisma inerente a este personagem que transitou em meio ao campo das subjetividades do imaginário político, das representações de liderança, dos artifícios empregados na identificação povo-líder, dos sentimentos e das paixões políticas, através de elementos simbólicos e míticos. Esta imagem agrega ainda elementos recorrentes às figuras míticas do universo da política, como uma narrativa de origem e os tempos característicos que compõem o que Girardet (1989, p. 71-72) define como “processo de heroificação”.

Neste processo, vale destacar a importância dos espaços de mediações, dos quais não apenas os meios de comunicação de massa se destacam, como também os espaços de coletividade como os movimentos sociais e políticos que contribuíram na projeção de Luiz Inácio da Silva como Lula, o líder carismático do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e figura central do chamado novo sindicalismo brasileiro.

Foi com a emergência do novo sindicalismo, com a retomada das lutas operárias, bem como de outros grupos sociais ³⁵, entre meados da década de 70 e a década de 80, que se estabeleceu o cenário no qual Lula surge como liderança carismática no espaço público. Entender este momento da história do país é crucial para a compreensão do significado deste personagem na política brasileira. Sua imagem é atrelada a este contexto e ao processo de construção do campo democrático e popular (CDP) possível a partir da nova perspectiva de democracia naquele momento no país.

Este segmento da tese aborda exatamente o início da saga de Luiz Inácio da Silva, como migrante nordestino, sua adaptação no universo novo de uma grande cidade, sua inserção numa categoria social, sua tomada de consciência de classe, a atuação no movimento operário e, por conseguinte no movimento sindical e sua projeção como representante da classe trabalhadora, reconhecido como liderança no País e mesmo internacionalmente. Esse momento da trajetória pessoal e de militância de Lula marca a história política do país e constitui a narrativa de origem deste personagem na vida pública.

A região paulista, tornada no final da década de 1950 em pólo das indústrias automobilísticas, conhecida como a grande região do ABCD, composta pelas cidades de São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano e Diadema, foi cenário do grande movimento sindical dos operários metalúrgicos na década de 1970 e início dos anos 1980. A atuação do chamado “novo sindicalismo” provocou transformações significativas e estruturantes na esfera trabalhista brasileira bem como na esfera social e política. A frente desse movimento se destacou como líder carismático Luiz Inácio da Silva. ³⁶ Sua atuação rendeu-lhe notoriedade nacional e internacional. Um trabalho intenso de redefinição da prática sindical, através do qual se intensificou a conscientização e mobilização da categoria dos trabalhadores metalúrgicos, marcou um ativismo sindical diferente que suplantaria o caráter assistencialista dessa instituição assumindo uma postura altamente combativa e de caráter transformador. Tudo isso, resultou em uma seqüência de greves e grandes

³⁵ O Estado de São Paulo foi neste período, cenário de movimentos sociais de caráter reivindicatório empreendidos por grupos sociais como estudantes e intelectuais, clubes de mães, profissionais de saúde e metalúrgicos, para citar os mais expressivos.

³⁶ Apesar de ser conhecido popularmente como Lula, o apelido ainda não fazia parte de seu nome de forma oficial.

assembléias capazes de parar a indústria automobilística. O movimento ganhou visibilidade e força, e junto também se projetou seu principal diretor sindical como líder popular e carismático.

Esse momento da história de Lula é decisivo para seus passos futuros. A visibilidade pública adquirida e sua inserção no universo da política advêm, sobretudo, de sua atuação a frente do novo sindicalismo.

É a partir da seqüência destes episódios históricos, que determinados fatos sociais importantes como a mobilização social, a formação de uma consciência de classe, o surgimento de uma liderança carismática forte e a passagem de um movimento da esfera social para a esfera da ação política acontecem. E como esse trabalho está abalizado na noção de Girardet (1987) de que para entender o processo de mitologização de uma personalidade política é necessário entender sua narrativa com um todo, acreditamos ser imprescindível apreender esse momento histórico e suas ressonâncias, ou seja, consideramos importante acompanhar a saga pessoal de Luiz Inácio Lula da Silva, sua atuação junto ao chamado “novo sindicalismo”, e todo o processo que culminou na passagem do movimento sindical da época, de uma causa operária à luta política.

2.1. A SAGA PESSOAL

Toda narrativa mitológica tem um princípio, o que é imprescindível para a sua composição. Ao ser compreendido como narrativa explicativa, o mito é o relato de como algo surgiu, seja um fenômeno, uma instituição, um costume ou pessoa. Em “Mito e Realidade”, Mircea Eliade explica o mito enquanto relato de como algo surgiu, constitui uma fonte de explicação sobre o surgimento dos fenômenos humanos e culturais, o que favorece o entendimento de como estes fenômenos chegaram a ser como são hoje:

O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. [...] É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente. Os personagens dos mitos são os Entes sobrenaturais. Eles são

conhecidos, sobretudo pelo que fizeram no tempo prestigioso dos “primórdios”. (ELIADE, 2007, p. 11).

Para o autor, o “sagrado” é a verdadeira realidade, a vida plena, desprovida de interferência, mas a compreensão do mito como uma narrativa de origem, no entanto, prescinde desta idéia advinda do mundo das formas de Platão, pois quando Eliade menciona “o mito fala apenas do que realmente aconteceu”, ele quer de fato falar da realidade concreta.

Eliade (2007) garante ainda que o homem ao “recitar os mitos reintegra-se àquele tempo fabuloso e a pessoa torna-se, conseqüentemente, contemporânea, de certo modo, dos eventos evocados, compartilha da presença dos Deuses ou dos Heróis”. E um pouco mais adiante explica que o “... indivíduo evoca a presença dos personagens dos mitos e torna-se contemporâneo deles. Isso implica igualmente que ele deixa de viver no tempo cronológico, passando a viver no Tempo primordial, no Tempo em que o evento teve lugar pela primeira vez.” O que deixa evidente a idéia de irrupção do tempo histórico.

E este princípio fabuloso geralmente se faz presente nos mitos políticos contemporâneos. Luis Felipe Miguel (1997, p. 25) adequadamente destaca que os próprios republicanos brasileiros de 1889 sentiram a importância da disseminação de mitos de origem como fator de estabilidade para um regime político. “A aura mítica que envolve a figura de Tiradentes foi deliberadamente construída a partir desse período, quando o mártir mineiro foi convocado para suprir a falta de élan heróico dos proclamadores do 15 de novembro”.

É comum o relato do passado e mesmo do surgimento do mito na cena política. A origem é perpassada por episódios emblemáticos e espetaculares. Elementos como a predestinação, ou a influência espiritual ou heróica, por exemplo, são chamados a compor a narrativa.

Mas o que se torna igualmente relevante para o entendimento do discurso político, na citada obra de Eliade (apesar de o mesmo não abordar o discurso político propriamente dito), é quando pontua que “a partir de um certo momento, a origem não se encontra mais apenas num passado mítico, mas também num futuro fabuloso”: é a “mobilidade da origem”. O discurso político tem como referência principal o passado para seu desdobramento, para a avaliação do mundo a partir da qual se projeta a imagem do mundo como tendo um futuro melhor. Mas é na

representação de um futuro que se coaduna tal discurso. É sempre uma proposta de futuro fabuloso que respalda uma argumentação em disputas políticas e justifica um programa de governo.

Figueiredo *et al.* (1998) explicam bem a natureza da argumentação política. Para estes autores esta argumentação é de natureza ficcional baseada em interpretações do mundo, ou seja, no debate eleitoral, visando convencer os eleitores, os atores políticos constroem em seu discurso um mundo atual possível, igual ou pouco diferente do mundo atual real, e com base nele, projetam um novo e bom mundo futuro, possível enquanto proposta. A realidade pode ter mais de uma interpretação política, ou seja, a estrutura dessa argumentação tem duas vertentes: a primeira é da oposição, “o mundo atual está ruim, mas ficará bom” e a segunda que é a da situação: “o mundo atual está bom e ficará ainda melhor”. Apesar da possibilidade de mais de uma interpretação política, a retórica deve guardar verossimilhança com dados da realidade, caso contrário o discurso perde a credibilidade.

O discurso político comumente expõe uma representação do futuro, ao conservar ou renegar ações, ao propor a continuidade ou alterações de práticas e projetos sociais, ele emite a imagem da sociedade que está por vir. Uma projeção por vezes fabulosa, a qual se propõe conduzir.

Contudo, vale ressaltar que o mito ao qual Mircea Eliade se refere não é o mito político e sim aquele das sociedades primitivas, sobretudo existentes na relação entre o sagrado e o profano, mas esta alternativa de interpretação contribui para uma compreensão do mito nas sociedades atuais, lembrando que não esgota nem pode ser deslocado de maneira simplória para o campo político, mas, como visto, apresenta questões de interesse para a elaboração de um conceito pelo menos operacional do mito político.

A última dessas questões a pontuar é exatamente a dessacralização do pensamento e do cotidiano do homem moderno. Na sociedade atual, o homem sai da áurea do sagrado e habita em uma sociedade dessacralizada, mas mesmo assim descende do “*homo religiosus*”. E esta origem, para o referido autor, encontra-se na base, por um lado, da conservação do pensamento mítico na sociedade moderna, e por outro, da forma degradada que o mito então adquire. Mas na verdade, o homem não vive sem uma dimensão do simbólico e do sagrado, buscando formas míticas em meio à sociedade em que vive. Como por exemplo, o fetichismo da mercadoria;

a criação de fantasmagorias, de simulacros e a naturalização do histórico. Eliade denomina como “refugos mitológicos” os redutos do sagrado e o mito político constitui um desses redutos onde transitam algumas “constelações míticas” abarcadas de características fundamentais recorrentes tal como ocorre nas sociedades arcaicas.

É justamente esta dessacralização do pensamento do homem moderno, atrelada a essência e origem simbólica do pensamento ocidental e a um “reencantamento” do mundo moderno que constantemente se recorre a elementos como a predestinação, ou a influência espiritual ou heróica como indicação de um líder político ideal. Elementos estes presentes tanto na saga pessoal como na carreira política de Lula, que se firmaram ao redor de sua figura, reforçados pela história de seu surgimento.

Uma história de vida que em nada indicava o nascimento de um líder político. Com uma trajetória marcada, sobretudo pela biografia de faltas, sua vida contraria todas as expectativas esperadas tanto em sua saga pessoal quanto em seu trajeto político, revelando uma capacidade extrema de superação e a idéia de que estava predestinado a vencer.

2.1.1. Uma Biografia de Faltas

A história de vida de Luiz Inácio da Silva em quase nada se assemelha a de outros Presidentes da República, mas foi, a princípio, como a de muitos brasileiros. Nasceu em 1945, em Vargem Grande, Garanhuns, atual Caetés, no sertão de Pernambuco, o sétimo de oito filhos de um casal de lavradores, Eurídice Ferreira de Mello (Dona Lindu) e Aristides Inácio da Silva.

Antes mesmo do seu nascimento, o pai mudou para São Paulo para trabalhar como estivador no porto de Santos. Lula, ao falar de suas recordações da infância ³⁷ relata sobre a precária condição de vida e a ausência do pai, que o viu pela primeira vez aos cinco anos de idade, quando este retorna ao nordeste para ver a família:

³⁷ Os depoimentos de Lula que seguem são de entrevistas concedidas em 1993 para sua biografia intitulada “Lula, o filho do Brasil” de autoria de Denise Paraná e publicada em 2002, 1ª edição.

Em 1950 ele volta, engravida minha mãe da minha irmã caçula, que era a oitava filha. Então ele volta para São Paulo trazendo com ele meu irmão mais velho e deixando lá minha mãe grávida. Eu não tenho muita lembrança desse episódio. [...]. Eu lembro, tenho uma imagem, dos meus irmãos mais velhos saindo para caçar preá, para caçar rolinha, era a forma que se tinha para encontrar a chamada “mistura”, ou seja, a carne para o almoço. Eu lembro que a primeira vez que eu comi arroz foi por um problema de doença, eu estava com dor de barriga e então a minha mãe comprou remédio, quer dizer, comprou arroz. Naquele tempo, arroz na minha casa era coisa rara, não era uma coisa normal. Se comia feijão com farinha. Minha mãe fazia uma espécie de quibe amassado com a mão e era aquilo que a gente comia. (PARANÁ, 2002, p. 46).

O relato dos irmãos Silva sobre a infância ³⁸ revela as agruras enfrentadas pelos camponeses nordestinos e, sobretudo pelas mulheres que ficam com os filhos enquanto os companheiros migram para os grandes centros do país em busca de trabalho e melhores recursos. A irmã de Lula, Maria Ferreira Moreno, confirma em seu depoimento, a dificuldade da subsistência de uma família pobre no sertão nordestino, e revela que a própria sobrevivência era incerta:

Na minha época não tinha nada. Você ficava doente ... Minha mãe mesmo perdeu dois filhos lá com disenteria. Era desidratação, mas lá ninguém sabia. Os dois morreram. Um morreu com 8 meses parece. Tanto que entre o Vavá e o Frei Chico tem uma diferença de três anos. E a outra que morreu foi entre eu e o Lula. (PARANÁ, 2002, p. 268-269). ³⁹

Tempos depois, Jaime Ferreira da Silva, o filho mais velho do casal que seguiu de volta com Aristides, escreveu à mãe, sem que o pai soubesse, para que ela e os irmãos seguissem também para São Paulo. Em 1952, Dona Lindu repetiu o percurso de milhões de migrantes nordestinos, e na esperança de refazer sua família, seguiu com os filhos, em um pau-de-arara, numa viagem de 13 dias finda no Brás Paulistano de onde seguiu para Santos. Mas, ao reencontrar o marido, descobre que o mesmo já estava unido à outra mulher, chamada Mocinha, prima de Dona Lindu. Aristides dividiu-se por um tempo entre as duas mulheres, mantendo uma em cada casa em Santos. As recordações desta época revelam a presença de

³⁸ Ver biografia “Lula, o filho do Brasil” (2002), de Denise Paraná.

³⁹ Entrevista concedida por Maria, irmã de Lula, no dia 6 de abril de 1994 a Denise Paraná, para a biografia “Lula, o filho do Brasil” (2002).

um pai trabalhador, que sustentava duas famílias, mas também de um pai tirânico e ignorante:

Eu tenho mágoa do meu pai porque acho que ele era muito ignorante. Tem duas coisas muito fortes no meu pai que me marcaram. A primeira é que meu pai não comia o pão que nós comíamos. Se para a gente ele comprava bengala de pão, para ele, comprava pão doce, aquelas broinhas, aquelas coisas mais bonitas. Ele levantava mais cedo que a gente, tomava café, comia o pedaço de pão dele. Depois pegava o restante que sobrava, botava numa lata em cima do armário e ninguém podia mexer. Ele não dava para agente aquilo, aquilo era uma coisa só dele. Coisa que hoje um pai normal, um ser humano normal, fica sem comer para dar ao filho. [...]. Uma outra coisa que me marcou muito no meu pai é que um dia – em 1952, a minha irmã tinha uns três anos – eu via meu pai comendo pão e minha irmã pedindo um pedacinho. Meu pai pegava os pedacinhos de pão e jogando para os cachorros, ele não dava para ela. [...]. Tem uma história do sorvete. Hoje eu lembro e brinco com isso, mas naquele tempo eu fiquei muito irritado. Meu pai, quando vinha do serviço, deve ter comprado, daqueles meninos que vendiam em caixinha de isopor, uns sorvetes. Ele chegou, deu sorvete para meu meio-irmão chamado Beto, para o Rubens que é meu outro meio-irmão, deu mais uns sorvetes para outras pessoas e quando foi dar um para mim. Esticou a mão e disse o seguinte: “Olha você não sabe chupar eu não vou te dar sorvete não”. E não me deu o sorvete. (PARANÁ, 2002, p. 50-52).

Em 1956, uma sucessão de maus tratos e humilhação, levou a família Silva a mudar para a capital paulista. Desta feita, longe de agressões e com mais liberdade, proporcionada pela ausência do pai, a família passou por privações morando em um quarto nos fundos de um bar na Vila Carioca. Lula relata que na época o bairro “não tinha asfalto, não tinha guia, não tinha sarjeta, era uma lama preta”. Mas para os irmãos Silva, apesar das dificuldades financeiras ocasionadas pela separação do casal, foi um momento bom, um período de liberdade e autonomia da família:

E eu lembro o que minha mãe tinha para levar, além da roupa do corpo e de algumas tranqueiras que tinha de roupa. O que a gente tinha para levar na mudança era uma tina, uma lata de leite Mococa – sabe aquela lata de leite Mococa que tinha uma vaquinha pintada? – para guardar pão e uma faca. Era essa a “móvel” que a gente tinha quando saiu de casa!... O resto ficou tudo lá. [...]. E aí para nós foi ótimo. Nós ficamos em liberdade, né? Meus irmãos mais velhos podiam ir ao cinema de noite! Eles trabalhavam, o mais velho como carvoeiro, mas chegava no domingo o cara podia ir ao cinema. Não tinha que ficar dentro de casa trancado! Meu pai fazia a gente caçar muito. Quase todo domingo a gente era obrigado a ir para o manguê

catar lenha, catar marisco, catar caranguejo. [...] É duro andar no mangue. Eu andava descalço, espetava o pé. Era um negócio violento. Meu pai fazia a gente fazer isso todo domingo então, a separação dos meus pais, no fundo, foi uma grande liberdade. (PARANÁ, 2002, p. 54).

Somente aos 10 anos de idade Lula começou a se alfabetizar e completou o primário ainda em 1956. Todos trabalhavam e, ainda menino Lula foi engraxate e vendia pipoca, amendoim, cocada e fazia entregas para uma tinturaria. Aos 14 anos conseguiu seu primeiro emprego de carteira assinada em uma metalúrgica. Ao mesmo tempo, trabalhando 12 horas por dia, ainda fazia durante a noite, um curso de torneiro mecânico pelo SENAI, o qual concluiu em 1963, aos 18 anos de idade. O curso técnico lhe proporcionou um bom emprego e muito orgulho para a mãe que via nos estudos a oportunidade de uma vida melhor para o filho.

No ano seguinte, foi trabalhar no turno da noite, na Metalúrgica Independência, período em que um companheiro de trabalho cochila e fecha a prensa transversal sobre a mão esquerda de Lula que veio a perder o dedo mínimo. Um ano depois, enfrenta outros tipos de privações decorrentes do desemprego somadas à pobreza e as condições precárias de moradia. Em seus relatos são constantes a menção a andanças em busca de emprego, à fome e as dificuldades com as enchentes:

Em 1965 eu fiquei parado um bom tempo. Era uma situação muito difícil, de muita miséria na minha casa. Nós passávamos muitas privações. Meus irmãos desempregados, e eu me lembro das andanças que eu fazia. [...]. Eu acho que a coisa mais deplorável que existe é você ir para uma fábrica, ficar ali um monte de tempo e o cara pegar sua carteira profissional e dizer: “Lamentavelmente não tem mais vaga, lamentavelmente a vaga já foi preenchida, lamentavelmente nós não estamos precisando...”. Você começa a andar às 6 horas da manhã. A empresa abre às oito. Você vai de empresa para empresa, chega no final do dia você está arrasado. Eu lembro que eu andava mais de dez quilômetros, andava de fábrica em fábrica. [...]. Eu lembro que chegava a hora de comer e não tinha o que comer; se tinha era arroz e batatinha cozida no molho. Não tinha carne, não tinha frango. Foi um período muito ruim na nossa vida. Tínhamos uma casa que sofria muita enchente. Vivemos naquela época umas cinco enchentes. [...] Eu acordava de noite com a água molhando o colchão. Água suja, que saía do vaso sanitário... e você tinha que acordar e sair levantando as coisas. (PARANÁ, 2002, p. 84).

Os relatos, depoimentos e biografias revelam não apenas uma infância difícil, perpassada por privações, mas também uma juventude ceifada pela falta de oportunidade que, marcada pela pobreza absoluta, priva o sujeito do desenvolvimento individual pleno. Condição desencadeadora de limitações pessoais como timidez, contenção, revolta, dentre outros sentimentos e comportamentos a serem também transpostos.

Um desses sentimentos foi o da perda. Em 1968, em um acidente de trabalho, aos 19 anos perde o dedo mínimo numa prensa na qual trabalhava no turno da noite. A partir de 1971 conhece a dor da perda dos entes mais próximos: a esposa em 1971. O pai, que encontrava-se há anos distante da família, morre em 1978 e Lula só tomou conhecimento de seu falecimento quando o mesmo já estava enterrado como indigente. E a mãe em 1980 morre com câncer de útero.

Em 1969 Lula casa com Maria de Lourdes, irmã de seu melhor amigo, o Lambari. Lurdes também operária e viveu feliz um casamento que durou pouco, pois a mesma morreu junto com o filho durante o parto em 1971, no hospital Modelo em São Paulo, por falta de atendimento médico adequado. Depois da morte de sua esposa, Lula volta a morar com a mãe que passa a cuidar dele durante um período de depressão:

Eu fiquei três anos e meio deprimido. [...]. No hospital eles não conseguiram nem salvar o meu filho. Era um menino. A Villares me ajudou muito. Naquele tempo a Villares tinha um serviço social razoável. Ela tinha convenio com o hospital, ajudou a transportar os corpos para São Bernardo. O que eu sei é que foi uma coisa difícil. Aí eu tive que vender a minha casa. Eu tinha que sair dali. Ali era um ambiente muito pesado, era um ambiente em que os que circulavam em torno de mim ou eram meus parentes ou eram parentes da Lurdes, então a conversa sempre era sobre ela. Eu todo domingo comprava um punhado de flores e ia para o cemitério levar. Aí eu resolvi mudar de vida. Vendi minha casa e fui morar de aluguel em São Bernardo com a minha mãe. (PARANÁ, 2003, p. 94).

Após a morte de sua primeira esposa, Lula passa a trabalhar com afinco no sindicato do qual já fazia parte. Em seus depoimentos sempre menciona a dedicação ao trabalho no sindicato como refúgio para a superação da perda da primeira esposa e filho. Foi durante uma reunião com a diretoria que ele recebeu a notícia da morte do pai que vivia sozinho após separação de sua segunda mulher.

Já a morte de sua mãe acontece em 1980 quando Lula estava detido nas instalações do DOPS paulista, após intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no curso da greve daquele ano. O então diretor geral, Romeu Tuma chamou Lula a sua sala e comunicou sobre a morte, em seguida dois delegados conduziram-no ao velório. No enterro, repleto de sindicalistas, a multidão cercou o carro e fez o possível para impedir a volta de Lula à cadeia, mas é somente em 20 de maio que os diretores presos são libertados.

Em 1974 Lula casa novamente com Marisa Letícia, também viúva na época. Uma história marcada por coincidências e que tem início através do sindicato. A nova etapa junto a Marisa Letícia tem início num momento de ascensão de Lula como diretor sindical. Vários depoimentos revelam o quanto essa união o ajudou em seus empreendimentos profissionais.⁴⁰ Mas, não é apenas em sua vida pessoal que demonstra capacidade de superação.

2.1.2. Capacidade de Superação

Em 1968, uma nova etapa se inicia para Lula a partir do seu primeiro contato com o movimento sindical. Até o momento, sua vida marcada pela “cultura da pobreza”⁴¹ passa por transformações determinadas pela atuação sindical. Operário das Indústrias Villares, foi incentivado a ingressar no movimento por seu irmão “Frei Chico” que fora convidado para compor a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo,⁴² mas a empresa na qual trabalhava, já contava com um representante, desta forma indicou o irmão, Lula, que apesar da resistência aceitou o convite do então Presidente Paulo Vidal e demais diretores.

⁴⁰ Ver: (PARANÁ, 2003).

⁴¹ Termo cunhado por Oscar Lewis em “Os filhos de Sánchez, La vida e Antropologia de la pobreza”. Nesta obra o autor defende que a pobreza nas sociedades modernas não constitui apenas um estado de privação econômica, ou de ausência de algo, mas é ainda algo positivo por ter uma estrutura “uma disposição racional e mecanismos de defesa sem os quais os pobres não poderiam seguir adiante”. Constitui um sistema de vida notavelmente estável que passa através de gerações. De maneira que “a cultura da pobreza apresenta modalidades próprias e conseqüências distintas de ordem social e psicológica para seus membros. É um fator dinâmico que afeta a participação na cultura nacional mais ampla e se converte a uma subcultura por si mesma”. (LEWIS *apud* PARANÁ, 2002, p. 375).

⁴² A denominação completa é “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema”.

A idéia de participar do Sindicato, a princípio, não o agradava. Afirma em sua biografia que até então não tinha uma consciência política. Começou a participar das assembleias e conhecer a dinâmica da ação sindical. Fez escola nos primeiros anos e em 1972 foi para o departamento jurídico onde era o primeiro-secretário. “Foi aí que eu comecei a aprender mesmo. Comecei a fazer cursinho de ‘previdência’, cursinho de ‘fundo de garantia’, cursinho de ‘sindicalismo’. Eu fui aprendendo, fui tendo mais consciência política”. (PARANÁ, 2002, p.98). Neste mesmo ano, Lula novamente assume uma diretoria, só que desta vez, o antigo trabalhador comum e despolitizado já havia modificado sua concepção sobre a atividade sindical e se tornara uma liderança promissora respondendo como primeiro-secretário do setor de previdência social da entidade.

Acompanhou de perto a luta pela antecipação salarial em 1971 e entendeu a lógica de um sindicalismo pelego e burocraticamente desarticulado. “Começamos a tomar conhecimento de que a legislação sindical no Brasil não dá nenhuma garantia aos próprios dirigentes sindicais. Daí começa a ficar difícil, porque os trabalhadores trazem os problemas e você não consegue resolver.” (DANTAS JÚNIOR, 1981, p. 21). Em seus relatos fica evidente o que pensava sobre a forma de trabalho vigente na instituição:

O pessoal fazia muito sindicalismo sem o trabalhador. Isso foi o que mais marcou em mim. Hoje eu tenho consciência disso. Se falava muito em trabalhador, mas sem estar com o trabalhador. O dirigente sindical sendo eleito pelos trabalhadores numa eleição praticamente imposta (porque quem não vota é multado ou coisa parecida e o chefe do pessoal faz pressão) pensava o seguinte: “eu estando eleito, até três anos eu estou garantido, contrato três ou quatro médicos, aumento a assistência médica e tal, daqui a três anos eu volto, peço voto outra vez e estou aí com o ‘status’ garantido por mais tanto tempo”. (DANTAS JR., 1981, p. 23).

A prática e o discurso que na época atraíam os trabalhadores para serem sócios do sindicato era o assistencialismo, o acesso a consultórios subsidiados pela entidade; atividades de lazer e outros benefícios desta natureza. Lula e um grupo de diretores se incomodavam com esta postura que em nada atendia os interesses gerais da categoria:

Era um tempo em que a gente, para convencer alguém a ficar sócio, não falava: “Olha, entra no sindicato porque ele é um órgão de defesa dos interesses da classe trabalhadora, a gente vai fazer greve...”. Nós dizíamos: “Entra no sindicato, que o sindicato tem colônia de férias, tem dentista, tem médico e tal”. Era essa a propaganda que você fazia para os caras entrarem no sindicato. (PARANÁ, 2002, p. 99).

De 1968 a 1972 Lula teve uma participação ativa, caracterizada pela busca pelo conhecimento de como se efetivava a atividade sindical na prática, mas somente em 1975, assume a Presidência, cargo ocupado por Paulo Vidal que passou a partir deste ano, à função de secretário-geral. Contudo, havia, junto aos diretores, a idéia de que este continuaria a presidir a categoria de fato enquanto Lula seria apenas o Presidente de direito. Na verdade, o orador nas assembléias continuara a ser Paulo Vidal. Lula falava de sua dificuldade em ser o interlocutor da categoria em decorrência de sua timidez e falta de desenvoltura para a comunicação:

Até essa época eu nunca havia falado num microfone. No meu discurso de posse, fui ler um documento (foi meu único discurso por escrito), mas não conseguia, tremia tanto [...] Por mais que eu quisesse falar não conseguia. [...] Em 1975, depois que ganhamos a eleição, realmente era duro presidir o sindicato. O Paulo Vidal era o secretário-geral, muito mais tarimbado, com muito mais conhecimento sobre sindicalismo, com muito mais traquejo em oratória, muito mais traquejo em comunicação. Na verdade eu iria apenas presidir, porque quem falava era sempre ele. Em 1975, eu ia para as assembléias com muito medo. Sempre ia preocupado de um trabalhador fazer uma pergunta e eu não saber responder, eu sempre ia preocupado de alguém me colocar em xeque... E eu era o Presidente do Sindicato. Eu ia para a assembléia me sentindo assim numa situação muito ruim. (DANTAS JR., 1981, p. 28).

Com base em seus relatos é possível afirmar que determinados fatos contribuíram para desencadear uma transformação pessoal de Lula. Além da experiência acumulada ao longo dos anos de trabalho como diretor, dois episódios são mencionados como cruciais para a maturação política e o despertar de uma consciência de classe. O primeiro, foi a prisão de seu irmão, José Ferreira, o Frei Chico:

Tenho dito para todo mundo que a prisão do meu irmão foi um fator preponderante para perder todas as cismas que eu tinha. Eu era um dirigente sindical comum, tinha medo de ser preso, pensava na minha família, pensava que para fazer sindicalismo não precisava muita coisa. A partir da prisão do meu irmão é que perdi o medo. Se lutar pelo que ele lutou foi motivo para ser preso e torturado, então vai ter que prender e torturar muita gente. [...] Foi preso porque diziam que ele era comunista. Foi muito bom porque despertou em mim uma consciência de classe muito grande. (DANTAS JR., 1981, p. 29).

O outro fato diz respeito a própria postura de Lula enquanto Presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo que tinha como porta-voz o ex-Presidente Paulo Vidal. Em 1976, foi realizada a campanha salarial, e o Sindicato conseguiu junto ao Tribunal Superior do Trabalho, autorização para fazer sua campanha independente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo ⁴³. Como resultado, obtiveram conquistas importantes para a categoria, como o salário substituto, a estabilidade da mulher gestante, a estabilidade do menor em idade de alistamento militar, dentre outras. Neste mesmo ano, Lula menciona o fato que ocasionou sua “independência política” dentro da instituição, um enfrentamento entre ele e o então secretário-geral:

Nesse mesmo ano de 1976 aconteceu um fato engraçado. Eu acho que aí aconteceu a minha independência política: aquele problema que eu tinha do secretário querer ser Presidente de fato e eu ser o de direito. No caso da Ford eu dei uma declaração em São Paulo, dizendo que enquanto eu fosse Presidente o Sindicato não ia convocar assembleia, porque entendia que o dirigente sindical as vezes, tem que assumir responsabilidades e não jogar responsabilidades para cima dos trabalhadores. O secretário, o Paulo Vidal, disse que tinha que convocar assembleia, numa outra entrevista para um outro jornal. No dia seguinte aparecem em dois jornais, declarações contraditórias. Eu tinha muito respaldo da minha diretoria, já naquela época contava com sete entre nove diretores, eu tinha pelo menos oito votos. Eu reuni o pessoal e disse: “a partir de hoje quem dá entrevista aqui no Sindicato é o Presidente; quando o Presidente não estiver, dá o vice; quando o vice não estiver dá o secretário-geral. O que não pode é numa diretoria cada um dar uma

⁴³ Para uma melhor compreensão sobre a vitória do Sindicato de São Bernardo no TST, para a realização da campanha de 1976 em separado da Federação dos Metalúrgicos do Estado ver: “O resgate da dignidade – Greve metalúrgica e subjetividade operária” de Laís Wendel Abramo (1999); e “Quando novos personagens entram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980” de Eder Sader (1988).

entrevista diferente a respeito de um mesmo assunto. Vai aparentar pra categoria que estamos divididos.” (DANTAS JR., 1981, p. 32).

A partir deste ano uma série de mudanças foram implantadas na ação sindical paulistana. Configurava-se o novo sindicalismo brasileiro responsável pelo movimento grevista da grande ABC. De maneira que o perfil do novo sindicalismo ultrapassa o caráter assistencialista e adquire uma função de mobilização representando anseios existentes no âmago da categoria, mas que teve como voz e representante um operário, migrante nordestino, o “típico” sujeito inserido e identificado a princípio com a “cultura da pobreza”, mas que consegue em meio ao turbilhão de acontecimentos, ultrapassar a fronteira cultural para o que Denise Paraná nomeou de “cultura da transformação”⁴⁴.

Para entender este processo é interessante apreender algumas questões. Primeiro, Eder Sader (1988), em seu trabalho sobre a experiência proletária entre 1960 e 1980, intitulado: “Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo”, ao transcrever relatos de trabalhadores operários, revela pontos importantes das relações de trabalho num período de expansão industrial, baixa oferta de operários qualificados e estagnação da ação sindical perante o manto repressivo do regime militar. Tudo isso ocasionava as constantes mudanças de empregos na busca por melhores salários. A necessidade e o medo da repressão causavam nestes trabalhadores uma submissão acompanhada de revolta.

Estes sentimentos pontuados por Eder Sader vão de encontro aos quatro componentes apontados por Oscar Lewis (1983) sobre a cultura da pobreza: a insegurança, a instabilidade, a revolta e a subserviência. Mas existe outro componente desta cultura que é a crença numa saída individualista, de um problema que na verdade era social, crença esta presente nos relatos de Lula e dos demais irmãos Silva. A luta pela vaga no SENAI, para o curso técnico, por exemplo, era encarada como o passaporte para esta saída. Contudo, a partir de um envolvimento mais efetivo com a atividade sindical, Lula e o irmão Frei Chico, puderam cruzar os

⁴⁴ O conceito de “cultura da transformação”, elaborado por Denise Paraná, representa o processo de passagem de uma preocupação meramente econômica e de uma teia de relações pessoais que marcam a “cultura da pobreza”, para algo mais amplo e mais complexo que chega a envolver um projeto social e político. (PARANÁ, 2002).

limites da cultura da pobreza ao tomar consciência de que por intermédio da organização coletiva dos trabalhadores seria possível angariar forças para as reivindicações, de maneira a conscientizar a massa de que estavam diante de um problema coletivo e não de uma luta individual por ascensão.

O segundo ponto a ser considerado é o momento no qual Lula começa a atuar como dirigente sindical, um período em que o movimento sindical, junto a outras matrizes discursivas como a Igreja Católica e a militância organizada de esquerda enfraquecida, começaram a elaborar suas respostas para se recuperarem enquanto instituições. A resposta dos sindicatos dos trabalhadores de São Paulo foi o “novo sindicalismo”, tendo Lula como o representante mais ativo.

Convém salientar que não faz parte de nosso trabalho, enveredar pelas inferências de todas estas matrizes discursivas,⁴⁵ mas nos interessa entender as transformações empreendidas por uma destas instituições ora em crise, o sindicalismo brasileiro, que tendo como expoente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, pôde num dado momento se estabelecer enquanto forma nova de agenciamento social constituindo junto a outros agentes, um campo de ação democrático e popular, provocando ações que desencadearam mobilizações populares e o surgimento de um novo sujeito coletivo que viria ultrapassar os limites de um movimento popular e atuar de forma central na história política do país.

Deste espaço de mediação e reelaboração de experiências e discursos, decorrem fatos como: o fortalecimento dos laços de solidariedades entre os trabalhadores; uma visão mais crítica destes sujeitos sobre a ordem vigente e a situação de desigualdade social; a percepção de suas lutas cotidianas e individuais como problemas coletivos e a fé numa justiça social capaz de conduzi-los a ações transformadoras da realidade a partir da união e mobilização de uma categoria ciente de sua participação efetiva na geração de riquezas do país. Ou seja, passava a operar o que Iasi (2006, p. 31) chamou de “movimento” desencadeador da “fusão de um ser comum: a classe”.

⁴⁵ Para isto ver: “Movimentos sociais na transição democrática” de Emir Sader (1987); e “Quando novos personagens entram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980” de Eder Sader (1988).

2.2. O NOVO SINDICALISMO

Entender o significado do chamado “novo sindicalismo” implica compreendê-lo além das condições dadas como o desenvolvimento urbano e industrial de uma região metropolitana bem como a acentuação do sistema de acumulação capitalista ou a situação econômica do chamado “milagre brasileiro” com suas conseqüências. Maria Hermínia T. Almeida (1975) já detectara que estas determinações estruturais por si só não explicam o que aconteceu com o sindicalismo brasileiro a partir da década de 70.⁴⁶ É preciso, portanto, entender a transição ocorrida na instituição sindical a partir de suas configurações anteriores, e como propõe Eder Sader (1995), tomando a atividade sindical enquanto matriz discursiva em crise decorrente de “um descolamento com seu público” que abre espaço para novas elaborações no sentido de reatar as relações com este público através de novas vias, novos discursos.

Para Eder Sader (1988, p. 143):

Os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais. Mas encontramos na sociedade agências que, embora participando da cultura instituída (condição para que haja comunicação social), expressam práticas de resistência e projetos de ruptura. Constituem novas formas de agenciamento social, que abrem espaço para a elaboração de experiências até então silenciadas ou interpretadas de outro modo.

É o que ocorre com o movimento sindical paulistano a partir de 1975, quando aparece como lugar novo de reelaboração de significados, de agenciamento, de interação com a realidade, de assimilação do cotidiano, apresentando como potencialidade tanto a consistência interna das suas lideranças quanto à abertura

⁴⁶ A autora define a nova corrente sindical como “algo próximo ao ‘sindicalismo de negócios’ norte-americano, de característica combativa, implantado na empresa, apolítico e preparado tecnicamente para enfrentar os problemas de seus representados. Tal definição não coaduna com o que aconteceu em São Bernardo. A contribuição desta autora é relevante muito mais ao conduzir nossa atenção para especificidades que vão além das condições estruturais dadas. Ver: “O Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”. De Maria Hermínia T. Almeida. In: Revista Debate e Crítica. São Paulo Ed. Hucitec. Julho, n.06. 1975.

para a incorporação do novo, daquilo que era indizível e, portanto não havia categorias para isso. (SADER, 1988).

A emergência dessa transição deve-se ainda a decadência desta instituição enquanto representante das reivindicações operárias quando teve sua principal função, a demanda por dissídios coletivos para cada categoria que reivindicava melhores índices de reajuste salarial, completamente desarticulada pela Lei 4725 de 1969 que versa sobre a política salarial, imposta pelo regime militar.⁴⁷ Com tais repressões sobre a atividade sindical, esta foi se reduzindo ao simples exercício de funções assistencialistas.

Os Sindicatos do Estado de São Paulo não dispunham de aproximação ou espaço de diálogo com o governo desde sua instituição. Numa relação expressivamente hierarquizante, os dirigentes sindicais encaminhavam suas reivindicações, sob forma de documento, através da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo ou pleiteavam uma audiência presidencial impossível de ser alcançada até 1970, quando depois de meses de negociações esta ocorre com o Presidente Médici e que ao seu término, pouco acrescentou a condição do operariado paulista. Esta situação permanece por anos diante a impotência e acomodação de dirigentes sindicais cientes das limitações impostas desde a criação da estrutura sindical no país⁴⁸. (SADER, 1988).

Contudo, em algumas categorias aconteceram conflitos fabris localizados pressionando os próprios sindicatos. Estudos apontam para dois tipos de reações das bases.⁴⁹ A primeira, operacionalizada pelos metalúrgicos de São Paulo, capital, na qual os trabalhadores se mobilizaram contra a acomodação dos dirigentes, e a outra aconteceu em São Bernardo onde os próprios diretores sindicais absorveram das bases suas inquietações e insatisfações e efetivaram uma “transformação de dentro” alterando a prática sindical. E é exatamente desta corrente sindical

⁴⁷ A Lei determinava que os reajustes só poderiam se efetivar em intervalo maior que um ano e estes seriam determinados com base no “salário real médio” dos 24 meses anteriores, com o acréscimo de uma taxa que corresponderia ao ‘aumento da produtividade nacional’ no ano anterior, sendo todos estes dados e cálculos fornecidos pelo governo. Ver em: “O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas” de Maria Hermínia T. Almeida (1975).

⁴⁸ O aparato sindical do país foi criado no Estado Novo com limites restritos que permitia poucos recursos dentro dos limites impostos. Ver em: “Sindicato e Estado” de A. Simões (1966).

⁴⁹ Ver em: “O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas” de Maria Hermínia T. Almeida (1975); e “O resgate da dignidade – Greve metalúrgica e subjetividade operária” de Laís Wendel Abramo (1999).

renovadora que surge a fissura, ou como definiu Eder Sader (1988), “o projeto de ruptura” com a organização sindical vigente. Essa corrente minoritária constituiu o chamado “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo” e tinha como objetivo se recuperar enquanto entidade e assumir as lutas e reivindicações de seus representados.

À frente deste projeto de renovação estavam líderes e diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, sob a direção de Benedito Marcílio; do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, tendo como presidente Henos Amorina; do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, um representante de militância comunista, Marcelo Gatto, posteriormente substituído por Arnaldo Gonçalves; do Sindicato dos Petroleiros em Paulínia, os diretores presididos por Jacó Bittar; e compondo este grupo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, diretoria mais atuante, representada a princípio por Paulo Vidal e a partir de 1975, tendo como Presidente Luiz Inácio da Silva, da diretoria executiva desde 1972 e que deu continuidade a gestão de Paulo Vidal, mas direcionando as atividades para um trabalho de base de caráter mais combativo sempre absorvendo ou esvaziando a oposição. (SADER, 1988).

O trabalho destes dirigentes, todos situados em grandes indústrias modernas, concentrou esforços na difícil tarefa de coordenar movimentos advindos da base, de maneira a canalizar estas pressões e conflitos pelo interior do aparelho sindical, reelaborando inclusive as práticas e ideais da própria diretoria. A questão mais problemática enfrentada por este grupo era acatar as solicitações dos trabalhadores e manter a atuação do movimento dentro da legalidade sem perder a confiabilidade de seus representados. (SADER, 1988).

Embora os dirigentes do chamado “grupo dos autênticos” seja referência para este período de ruptura, foi na verdade no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, onde a transição se processou de forma mais intensa,⁵⁰ e Luiz Inácio da Silva, o Lula, que tremeu ao ler seu primeiro discurso, que se alfabetizou aos 10 anos de idade e enfrentou todas as adversidades mencionadas alhures, que esteve a frente deste processo, num trabalho capaz de transformar esta entidade numa agência forte de organização e mobilização dos

⁵⁰ As atividades deste Sindicato começaram a ecoar pelos demais Sindicatos do Estado.

trabalhadores em defesa de seus direitos numa época de transição política, mas na qual vigorava ainda a repressão do regime militar.

Um episódio emblemático do início deste processo de transição foi o I Congresso dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, realizado mais especificamente de seis a oito de setembro de 1974, por ocasião dos últimos meses de gestão do diretor Paulo Vidal. O Congresso reuniu aproximadamente 250 trabalhadores e teve como finalidade a “formulação de orientações que correspondessem às especificidades da categoria” (SADER, 1988, p. 293). A partir de conferências, foram elucidadas as questões referentes à legislação trabalhista e as condições efetivas de trabalho dos diretores sindicais. Ao fim do congresso, os participantes deliberaram e aprovaram a “Declaração de São Bernardo do Campo”, documento que constituiu uma espécie de plataforma programática com os objetivos a serem assumidos pela prática sindical distinguindo o que seria o “novo sindicalismo”.

A “Declaração de São Bernardo” anunciava uma postura mais combativa perante a situação econômica das empresas multinacionais que aumentavam gradativamente suas produções e suas taxas de lucros “graças à alta produtividade do trabalho dos seus operários” que por sua vez, viviam em condições precárias de vida e de trabalho. Conforme Eder Sader (1988, p. 295), o documento evidenciava também a “vontade de romper as amarras que impediam a luta operária, sediada nas indústrias mais modernas de beneficiar-se de sua força específica para conquistar novos direitos”, confirmando como objetivo destes sindicalistas, a busca pela liberdade sindical. (SADER, 1988).

Em 1975 Lula assume como diretor geral do sindicato de São Bernardo, numa chapa sem oposição e num momento em que Paulo Vidal já encontrava resistência e oposição dentro da própria diretoria. É possível afirmar que o movimento desencadeado por este novo grupo de diretores foi marcado pelo enfrentamento às autoridades, mas este aconteceu, a princípio, de forma planejada por seus expoentes que tiveram a sensatez e a capacidade para descobrir lacunas e meios de atuação dentro da legalidade. A contraposição às autoridades de maneira mais efetiva e enérgica só veio acontecer depois de o movimento angariar forças junto às bases de forma organizada. A expressão a nível nacional do movimento aconteceu como resultado de um trabalho contínuo e de longo prazo, como veremos em detalhes mais adiante, mas já desde seu início anunciava o sentimento que regeria a

atuação daqueles dirigentes sindicais, como pode ser percebido no discurso de posse de Luiz Inácio da Silva:

De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais comezinhos ideais de liberdade [...] E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico, explorado por outros homens, privados da dignidade que o trabalho proporciona, tangidos pela febre do lucro, jungidos ao ritmo louco da produção, condicionados por leis bonitas, mas inaplicáveis, equiparados às máquinas e ferramentas. [...] E nesta hora, quando é fácil e lucrativo tecer louvores à situação estabelecida, cientes de nossas limitações e da pouca ressonância da nossa voz, queremos proclamar em alto e bom som que as estruturas devem estar a serviço do homem. Que os donos do poder em todo o mundo estão querendo provar o acerto de suas teorias com o sacrifício e miséria, a submissão e a escravidão de milhões de criaturas humanas que constroem riquezas e não participam delas, que erguem palácios e moram em casebres, que constroem máquinas e motores sofisticados e andam a pé, que possibilitaram o progresso da ciência e o avanço tecnológico e morrem nas filas do INPS, que ergueram metrópoles e vivem em favelas.⁵¹

É possível elencar neste discurso questões pontuais que caracterizam o movimento e o imaginário dos atores envolvidos. Primeiro, fica evidente o sentido de um compromisso de luta, da concepção do trabalhador como sujeito importante do processo de produção e merecedor deste espaço de luta por seus direitos, processo no qual o sindicato se apresenta como órgão responsável por defender os interesses dos trabalhadores. Em segundo lugar, verifica-se um deslocamento de significados, no qual o discurso de conciliação vai cedendo lugar ao de contestação. Em terceiro lugar e não menos importante, verifica-se a relação com o cotidiano dos trabalhadores, de maneira que os fatos e a situação individual destes sujeitos compõem os “lugares-comuns” capazes de instituir a classe. Característica que vai de encontro à descrição de Emir Sader (1987, p. 13) sobre os movimentos populares urbanos naquela época, que “têm tornado manifesta uma identidade que se caracteriza a partir da construção coletiva de uma noção de direitos, que,

⁵¹ O discurso de posse fora redigido pelo advogado do sindicato, Maurício Soares de Almeida. (DANTAS JR., 1981); (SADER, 1987); (PARANÁ, 2002).

relacionada diretamente com a ampliação do espaço de cidadania, dá lugar ao reconhecimento público das carências.”⁵²

Em outros trechos de seu discurso de posse, Lula anuncia como prioridades, um “amplo e coordenado trabalho de base”; a criação de cursos de capacitação sindical e debates com especialistas sobre os “grandes problemas que afetam a classe”.⁵³ É ele quem relata também as primeiras modificações no discurso dos diretores sindicais, quando a noção de um sindicato com funções assistenciais passa a ser substituída pela idéia clara de uma entidade centrada na função básica de representante dos interesses diretos dos trabalhadores:

Em 1975, quando eu tava no sindicato, parou com esse negócio de assistência médica e colônia de férias. Nós dizíamos: “olha, entra no sindicato porque isto aqui é um órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores. Sabe, tem que entrar aqui como um guerreiro, não como um cara que vai usufruir a assistência médica, ou alguma coisa que o sindicato oferece. (PARANÁ, 2002, p. 99).

É importante pontuar, contudo, que os benefícios assistenciais insistentemente proclamados até então, se fez, sobretudo na pretensão de atrair novos sindicalizados (DANTAS JR., 1981). Mesmo assim, a partir da “Declaração de São Bernardo”, os serviços assistenciais são revistos em detrimento dos novos objetivos assumidos.⁵⁴

Uma vez estabelecida as bases para uma nova prática sindical esta entidade precisou dispor de uma capacidade de agenciamento, uma vez que vigorava a desmobilização dos trabalhadores e a descrença na instituição como órgão representante de seus interesses dado o histórico do sindicalismo brasileiro. Sader (1988, p. 278) destaca que a imagem do sindicato para alguns operários estava relacionada ao prédio, ao edifício, à sede sindical, tendo os dirigentes como

⁵² Sobre os estudos a respeito dos movimentos sociais urbanos, ver em: “Movimentos sociais na transição democrática” de Emir Sader (1987).

⁵³ Ver na íntegra o discurso de posse do sindicato de São Bernardo nos anexos desta tese.

⁵⁴ Os espaços destinados as ações de caráter assistencialista como o posto de abastecimento foi substituído por uma escola profissional, enquanto o departamento jurídico foi ampliado e reforçado com a contratação de mais 3 advogados, sendo um deles, o Almir Pazzianoto, designado exclusivamente como assessor para as convenções e questões de dissídios coletivos. Ver em: “O resgate da dignidade (a greve de 1978 em São Bernardo), dissertação de mestrado, USP, de Lais Abramo (1986).

“burocratas de escritórios”; para outros, aqueles com menor grau de instrução e conhecimento, sindicalismo significava comunismo; havia ainda os que consideravam uma atividade inútil; enquanto a grande maioria percebia na instituição uma postura de submissão ao Estado, vendo seus dirigentes como “traidores da própria classe”.

Desta forma foi necessário um trabalho intenso para sua recuperação enquanto entidade vazia em detrimento de um descolamento com seu público. Para isto foi necessário reelaborar a identidade do sindicato e conscientizar o trabalhador de sua responsabilidade e participação direta nas ações e decisões sindicais.

De acordo com a vasta bibliografia existente e registros documentais ⁵⁵, é possível elencar as principais medidas favoráveis à mobilização da categoria, sendo estas: a) a forma de comunicação sindical com a produção e distribuição regular de boletins informativos como o jornal Tribuna Metalúrgica e com as modificações na linguagem e formato dos textos deste periódico quando necessário; b) o trabalho de porta de fábrica com as investidas para aumentar o número de sindicalizados; c) as assembléias constantes como forma de trazer o trabalhador para o sindicato e para o cerne da discussão; d) a postura combativa nas negociações judiciais e nas campanhas de reposição salarial; e porque não, e) a projeção de uma liderança forte simbolicamente representada na pessoa de Lula, que ao longo de sua atuação, foi reconhecido carismaticamente pela categoria.

2.2.1. A Comunicação Sindical

O trabalho desta diretoria acenou no sentido de envolver os trabalhadores metalúrgicos de forma efetiva na luta por seus próprios direitos. Neste sentido, dentre as medidas adotadas, é inquestionável a importância e eficácia da comunicação sindical da época. Por vezes repensada tanto em seu conteúdo quanto na forma de abordagem ao seu público, a imprensa sindical mostrou versatilidade e potencial criativo, inegáveis e cruciais a sua conservação perante a falta de liberdade de expressão imposta pelo regime militar.

⁵⁵ (ALMEIDA, 1975); (FENELON (org.), 1980); (DANTAS JR., 1981); (BETTO, 1989); (BARBEIRO, 1989); (SADER, 1988); (PARANÁ, 2002); (DÍAZ, 2004); (TAPAJÓS, 1982); (HIRSZMAN, 1992); (SALES, 2004); (COUTINHO, 2004).

Os boletins informativos entregues esporadicamente nas portas das fábricas foram substituídos pelo jornal “Tribuna Metalúrgica”⁵⁶, de circulação mensal, com a finalidade de atrair a atenção e angariar a mobilização dos operários. Na edição de número dois, por exemplo, o leitor é instigado, a partir de seu próprio pensamento, a elaborar o ‘tipo ideal’ de sindicato, bem como o perfil do trabalhador sindicalizado:

Como você se sente diante do seu sindicato? Está satisfeito? Acha que seu sindicato não presta? Ou você é daqueles que dizem que a firma lhe dá tudo que precisa [...] a você que está satisfeito, nós perguntamos: satisfeito com o quê? Você é daqueles que ficou sócio por causa da assistência médica, dentária, por causa da farmácia e do posto de abastecimento? Ou você tem cumprido seu dever, promovendo a união da classe e participando da luta? A você que vive dizendo que o sindicato não presta, nós perguntamos: E você presta? No dia em que todos os trabalhadores prestarem o sindicato vai prestar também, porque o sindicato não é apenas o prédio ou sua diretoria, mas a união de todos para defesa de nossos interesses.

Percebe-se, neste caso, uma transferência de responsabilidades, ou melhor, a idéia de emergência de uma co-participação entre o aparelho sindical e seus representados. Para Lula, “só tinha sentido fazer sindicalismo passando um pouco mais de responsabilidade para a classe trabalhadora”⁵⁷. A mobilização do operariado só seria possível a partir de sua conscientização. Para isto, o trabalho se fez intenso no intuito de angariar cada vez mais sindicalizados. O jornal do sindicato trazia informações sobre os benefícios e serviços oferecidos pelo sindicato, publicava resultados de embates judiciais, textos informativos sobre a legislação trabalhista, sobre os direitos dos trabalhadores bem como prestações de conta das ações da diretoria.

Contudo, quando se tratava de questões como a política salarial vigente e a conduta das autoridades políticas, o discurso da Tribuna em suas primeiras publicações era conduzido pela diplomacia e respeito às leis estabelecidas, com

⁵⁶ A Tribuna Metalúrgica surge em julho de 1971, durante a direção sindical de Paulo Vidal, com o objetivo de “dialogar com os trabalhadores”, seu primeiro redator foi o jornalista Antônio Carlos Félix Nunes que produziu o periódico durante 11 anos. Outros nomes importantes compõem a história deste informativo, que tem mais de 70 anos de atuação. Porém vale ressaltar o trabalho de Antônio Carlos pelo período de atuação de maior efervescência e inferência nas formas de comunicação entre a instituição sindical e seu público.

⁵⁷ Depoimento de Lula à Laís Wendel Abramo (1987). Ver: ABRAMO, Laís Wendel. O resgate da dignidade (a greve de 1978 em São Bernardo). (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1987.

apelos de caráter solícito, como pode ser percebido no primeiro exemplar do periódico:

Está na Lei que os sindicatos são órgãos de colaboração com o Governo. Na verdade, nenhuma entidade sindical de trabalhadores tem fugido ao reconhecimento desse conceito, ao desenvolver suas atividades visando a defesa dos interesses da categoria profissional que representa. A bem dizer, tal disposição legal é cumprida ao pé da letra pelos sindicatos de trabalhadores. Quem a descumpra, quase sempre, é o próprio Governo, ao emitir leis e regulamentos sem consulta aos trabalhadores, sem aceitar sugestões e, numa palavra, sem admitir a colaboração dos Sindicatos prevista pela própria Lei; lei que as autoridades, zelosamente, invocam para fazer valer suas determinações. [...]. Não somos contrários às leis e decretos, mas desejaríamos que eles não fossem o que aí está. Por isso, sempre defendemos, a título de colaboração com o Governo, uma série de medidas para modificar essas leis e decretos injustos.

Para Laís Abramo (1986) este tipo de colocação está associada a idéia de dignidade que por sua vez se constituiria enquanto noção de merecimento por parte dos trabalhadores, merecimento este referente aos serviços prestados ao avanço econômico do país e das grandes empresas. Mas em sua análise sobre a Tribuna Metalúrgica, a autora destaca a evolução do discurso sindical no sentido de uma ruptura e afirma que apesar do periódico não contestar diretamente a legitimidade do governo, essa condição de conciliação e solicitude vai diminuindo ao longo dos anos. É exatamente neste período de transformação dos conteúdos da comunicação sindical que surgem novas estratégias discursivas.

Ora, a Tribuna Metalúrgica destinava-se a um público, em sua maioria, sem o hábito da leitura, que se encontrava geralmente na porta das fábricas para começar sua jornada ou cansado após um dia de trabalho e ansioso por uma postura mais combativa por parte do sindicato. Este cidadão ao ler discursos conciliadores e por vezes extensos ou de difícil compreensão apresentava desinteresse pelo periódico.

Lula ao falar sobre as dificuldades de diálogo com um operariado disperso e descrente da atividade de um sindicato que por muito tempo evocou estes discursos conciliadores, revela importantes estratégias de comunicação mais compatíveis com o perfil do seu público:

Com a ampliação da movimentação do sindicato começaram a aparecer grupos de oposição, grupos de pessoas que criticavam a

diretoria. Então, ao contrário de alguns dirigentes sindicais, a gente convocava esse pessoal para trabalhar. [...] Foi nesse período que nós demos o maior salto no sentido da comunicação sindical. A gente fez um boletim de duas páginas com história em quadrinhos. Foi até o Laerte e o Henfil que fizeram. Aquele do feixe de varas [...] A gente encerrou com fecho de ouro a campanha da reposição salarial. Não conseguimos a reposição obviamente, sabíamos disso por antecipação. Mas a partir daquela história em quadrinhos começamos a perceber que a forma de comunicação que a gente fazia não era correta. Não bastava simplesmente forrar de boletim a base e achar que o pessoal tinha que vir ao sindicato. Então a gente começou a produzir muitas histórias em quadrinhos. A gente observa dentro da própria diretoria que tem alguns companheiros que lêem e não param em ponto, em vírgula, em ponto de interrogação. Lêem direto, as coisas. Por isso é comum sair uma matéria no jornal e vir um cara contar pra gente coisa totalmente diferente do que está escrito. Você vai pra porta de fábrica e entrega um boletim com um monte de palavras pros caras... O cara não tem costume de ler, não quer ler. A gente então começou a fazer histórias em quadrinhos. (DANTAS JR., 1981, p. 32-34).

É interessante notar também que este depoimento evidencia uma característica notável sobre a conduta da diretoria diante as críticas dos grupos oposicionistas, marcada pelo diálogo com aqueles que criticavam o sindicato.

Este foi o criativo momento de idealização do personagem “João Ferrador”, figura que se tornou ícone da comunicação sindical por mais de dez anos.⁵⁸ A cartum, um boneco representando um operário, usada para dialogar com os empresários e com o regime militar através da Tribuna, representava o trabalhador consciente e que se organizava para reivindicar seus direitos.

A princípio, o personagem foi idealizado com a finalidade de seduzir o trabalhador para a leitura do jornal e para sua participação mais ativa na vida sindical, mas com o tempo, a figura foi ganhando a simpatia dos trabalhadores ao ponto de se constituir referência e influenciar na postura do trabalhador. As charges continham mensagens direcionadas às autoridades e empresários, mas também, conteúdos específicos para os operários sempre no sentido de interpelá-los e convidá-los à união. O ato de sindicalizar-se era constantemente “sugerido” nas charges. (MIANI, 2000).

⁵⁸ Seu idealizador foi o jornalista Antonio Carlos Félix Nunes, rabiscado pela primeira vez em 1972 pelo chargista Otávio Manente e que ganhou formas e se popularizou através dos traços de Laerte, Vargas e Cleiton. Ver Dissertação de Mestrado de Rozinaldo Antonio Miani intitulada: “*A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80: e sua influência política e ideológica*”. São Paulo: ECA/USP, 2000.

Estudos destacam a importância deste personagem que acabou se tornando um símbolo para a categoria, particularmente pela identificação com uma conduta de oposição ao regime militar, pelo teor crítico e de denúncia contra os desmandos do empresariado, e pela “coragem desafiadora” de suas mensagens, amplamente divulgadas na seção: “Bilhetes do João Ferrador”, que circulou nas páginas da Tribuna de 1972 a 1980, e chegou a ocupar espaço em camisetas, bonés, chaveiros, broches, cartazes tornando-se um ícone da resistência sindical. (PARANHOS, 1999; MIANI, 2000; BESSA, 2001).

Para Lula, o personagem adquiriu uma importância no movimento a partir da identificação dos trabalhadores com o mesmo:

O João Ferrador são todos e cada um dos trabalhadores. É o símbolo de nossa consciência e da nossa dignidade. Só por isso ele foi criado. Foi a nossa voz na Tribuna Metalúrgica durante os últimos oito anos. Inicialmente, apareceu de perfil, cara e bonezinho, escrevendo seus bilhetes. Mandava nossos protestos às autoridades. E, à medida que cresceu nossa organização e começamos a conquistar espaços no campo das batalhas contra os patrões, ele se revelou de corpo inteiro. Então, sua linguagem e seus gestos se tornaram mais ousados. Assim popularizou-se essa figura na qual todos nós nos encarnamos. Hoje, para destruí-la, as autoridades teriam mesmo de prender e arrebentar todos os trabalhadores. (DANTAS JR., 1980, p. 8).

Para Kátia Rodrigues Paranhos (1999), os bilhetes do João Ferrador, ao denunciar as precárias condições de vida dos trabalhadores e situações cotidianas adversas como acidentes de trabalho, inflação, questões de moradia, dentre outras, conseguia desencadear uma lógica de identificação operária na qual a categoria reconhecia-se enquanto classe. (PARANHOS, 1999).

Para a historiadora Telma Bessa (2001) o personagem constituiu uma espécie de porta-voz da categoria, pois através dele, as reivindicações e protestos dos trabalhadores metalúrgicos, teve visibilidade por um amplo período dentro do movimento sindical. Suas mensagens por um lado, refletia um orgulho de sua condição de operário e por outro lado, a indignação ao se referir com ironia às “ilustres autoridades do governo” e ao questionar as ações dos “prezados senhores” a quem dirigia suas críticas e comentários, o que suscitou a simpatia e a confiança da categoria. (BESSA, 2001).

Já Eder Sader (1995, p. 189) traz uma análise contundente sobre o êxito do personagem em termos de comunicação política, pois as mensagens, ou seja, os bilhetes do “João Ferrador” contrastavam atitudes de “modéstia e humildade” com denúncias e críticas perante as autoridades. Esta maleabilidade se fez necessária, sobretudo em detrimento do contexto de repressão política vigente. Ora, a Tribuna Metalúrgica não podia fugir a legislação, tão pouco contestar diretamente o regime militar de maneira que, ao longo do tempo, os exemplares do periódico, apesar de não contestar a legitimidade do governo, têm seus discursos modificados e cede lugar ao personagem que emerge convenientemente e totalmente propício a este contexto político:

Uma das formas de comunicação de maior êxito passou a ser significativamente a das mensagens do “João Ferrador” que apareceu pela primeira vez em março de 1972. Representando o bom senso de um operário comum, dirige-se respeitosamente, mas com desenvoltura às autoridades. E é através da ironia que ressalta dos bilhetes do João Ferrador que o jornal vai expressando sua distância crescente em relação ao governo. O “João Ferrador” dirige-se às autoridades (“do meu Brasil grande e potente” como aparecia sempre) pressupondo o patriotismo destas e sua legitimidade. Afirma sua ignorância e quer ser esclarecido. Então refere-se a algum fato ou proclamação oficial e, expondo as condições concretas da vida operária, revela o absurdo de dada situação. A força da sua argumentação contrasta com a modéstia e humildade da conclusão, quando pede às autoridades que tomem providências. Provavelmente um dos fatores do êxito dessa personagem deve ter estado no equilíbrio entre sua capacidade de investir-se da postura subalterna dos dominados ao mesmo tempo em que dava forma racional e consistente às profundas insatisfações com a situação.

É importante destacar que ao lado dos bilhetes irônicos do João Ferrador, aparecia geralmente a opinião do Presidente do Sindicato, e este recorte a partir de 1975 apresentava, por um lado um caráter respeitoso ante as autoridades, e por outro lado, uma interpelação de forma igualitária, mas nunca demonstrando humildade ou subserviência. De maneira que é possível perceber em que sentido se processou a “evolução” do discurso sindical através da Tribuna, a qual se referiu Lais Abramo (1986). De 1971, ano de surgimento do periódico, passando pela apropriação dos “Bilhetes do João Ferrador” a partir de 1972, a Tribuna segue transpondo gradativamente um discurso de caráter conciliador para uma postura

mais combativa, culminando com a forma de expressão e força do discurso de Lula quando em 1975, assume a presidência do sindicato de São Bernardo.

Mas, além dos recursos de comunicação empreendidos pelos que constituíram o chamado “novo sindicalismo” em São Bernardo, outras ações foram igualmente importantes para a mobilização popular dentre estes, o trabalho do sindicato nas fábricas, dos diretores como mediadores da atividade sindical junto as suas bases.

2.2.2. O Sindicato, a Fábrica e as Greves do ABC Paulista

A diretoria sindical de São Bernardo distinguia-se e destacava-se, dentre outros aspectos, devido à atenção dedicada ao cotidiano das fábricas. Tal postura foi adotada principalmente pela crença de que somente através da conscientização e mobilização do trabalhador enquanto classe seria possível a luta por melhores condições de trabalho, mas também pelo fato de sua base encontrar-se concentrada em algumas grandes indústrias que detinham a maioria dos trabalhadores constituindo-se “epicentros de forte influência sobre a prática sindical”. Sader (1988, p. 289) relata que em 1978 a categoria estava “reunida em cerca de 600 empresas (compare-se com as 10 mil em que se distribuíam os metalúrgicos da capital), sendo que 50% dos operários eram empregados nas cinco grandes montadoras de veículos”.

De maneira que para vencer a distância entre sindicato e operários, esta diretoria procurava manter sua presença através dos diretores de base, estes sujeitos, ligados a produção, tinham como tarefa distribuir material informativo, angariar cada vez mais sindicalizados e apoiar de forma segura as lutas e movimentos que eclodiam localmente.

Laís Abramo (1986) explana sobre a dificuldade deste trabalho, no qual os diretores de base enfrentavam o clima repressivo das empresas e a desconfiança dos trabalhadores. Estes últimos temiam represálias dos patrões e evitavam qualquer aproximação com os diretores. Os depoimentos coletados pela pesquisadora confirmam que até mesmo a sindicalização era realizada “às escondidas, nas horas em que diminuía a vigilância das chefias e dos guardas, como por exemplo, durante o almoço”. (ABRAMO, 1986, p. 127).

Tais relatos apontam a Volkswagen, a Mercedes-Benz, a Ford e a Scania-Vabis como as empresas que exerciam o maior controle sobre a atividade sindical. Para os vigilantes das fábricas, o simples fato de sentar-se junto a um diretor sindical no ônibus poderia ser motivo para demissão do trabalhador. Este tipo de resistência e combatividade se expandia concomitante a eficácia do sindicato no campo das causas laborais levadas a justiça do trabalho contra estas e outras empresas. De 1972 a 1976, uma série de ações judiciais foi ganha por grupos de trabalhadores através da persistência do sindicato,⁵⁹ o que lhe rendeu notoriedade e aumento do número de sindicalizados. (ABRAMO, 1986); (SADER, 1988).

Mesmo com o trabalho de base, o sindicato dependia da disposição dos empregados em promover denúncias e mover ações contra as empresas. Neste sentido, os abusos mais mencionados eram sobre as condições insalubres de trabalho, a instabilidade e a exigência de horas extras, sendo essa última, condição para contratação e sua negativa por parte do trabalhador constituía motivo de demissão. Tais questões eram a princípio levadas para negociação direta com os patrões pelo sindicato, que não sendo atendido, buscava as vias legais para resolução de tais causas. (SADER, 1988).

Entre 1973 e 1974, uma série de paralisações isoladas dentre outras formas de ações começaram a pressionar as empresas por reajustes salariais. A concessão de pequenos reajustes na Ford e na Volkswagen, por exemplo, incentivou outros grupos de operários especializados que empreenderam paralisações e operações tartaruga diminuindo o ritmo de produção na Mercedes-Benz, na Villares, na Brastemp e na Crysler. (DANTAS JR., 1981; SADER, 1988).

Estas mobilizações refletiam o potencial da categoria organizada, mas as conquistas eram mínimas e a própria legislação não permitia maiores benefícios. As campanhas pela reposição salarial demonstravam isso. Pesquisadores e também Lula ao relatarem as benesses da campanha de 1977, destacam a importância deste episódio, pela participação da classe e pela capacidade de mobilização que

⁵⁹ Só para citar alguns casos, em 1972, chega ao fim um processo contra a Ford que se estendia desde 1967, requerendo o pagamento de adicional de insalubridade. Mesmo com reformas nas seções da fábrica, o Tribunal considerou o local insalubre e concedeu vitória ao sindicato. Outros processos por insalubridade são movidos contra a Seimec, a Autometal, a Fris-Moldu-Car, e a Ferropças Villares. Outra vitória ocorreu também em 1972, contra a Volkswagen quando o Tribunal decidiu que a fábrica deveria depositar o dinheiro correspondente ao fundo de garantia sobre as horas extras trabalhadas em atraso desde 1967. (SADER, 1988, p. 290-291).

teve o sindicato e não pela vitória sonhada e inalcançada naquele ano.⁶⁰ Mas a partir desta campanha, o sindicato se fez visível nas grandes empresas da região com um trabalho intenso de mobilização para a realização das assembleias. Entre as deliberações aprovadas em assembleia sindical, a possibilidade de greve foi pela primeira vez considerada e indicada pela diretoria, que expressava a idéia de que mediante os desgastes nas causas jurídicas, as derrotas freqüentes e as pequenas conquistas habitualmente retiradas depois pelas indústrias, só haveria negociação com as máquinas paradas.

A situação do Sindicato era complicada, pois mencionar abertamente a possibilidade de greve implicava grandes riscos, por outro lado, continuar refém dos insignificantes reajustes repassados pelo governo, únicas conquistas das campanhas por reposição salarial, constituía forte incentivo à dispersão de uma classe em pleno processo de formação⁶¹, bem como a descrença na atividade sindical. A palavra greve era evitada, mas a princípio, as paralisações e operações tartaruga empreendidas nas indústrias automobilísticas, eram referenciadas pela diretoria, como exemplos de ação eficaz e ordeira capaz de pressionar os empresários. Contudo, as regalias conseguidas nestas mobilizações foram facilmente retiradas após o retorno dos trabalhadores a sua rotina habitual de produção.⁶² A revolta entre os operários crescia concomitante aos desmandos da classe patronal que agia respaldada pelo governo.

Em 1978 Lula é reeleito Presidente do Sindicato de São Bernardo. Com prestígio consolidado junto à categoria, em seu discurso de posse questiona a postura do governo e a chamada “abertura democrática”; recolhe e ecoa o sentimento de revolta dos metalúrgicos de sua base e interpela seus interlocutores para medidas mais efetivas na luta por seus interesses:

⁶⁰ Ver em: “Quando novos personagens entram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980” de Eder Sader (1988); “O resgate da dignidade – Greve metalúrgica e subjetividade operária” de Laís Wendel Abramo (1999); “Lula, biografia política de um operário” de Frei Betto (1989); e “Lula sem Censura” de Altino Dantas Júnior (1981).

⁶¹ A idéia de ‘formação de classe social’ a partir da convergência e da ação de grupos sociais distintos será contemplada mais adiante ainda neste capítulo.

⁶² Na Ford, por exemplo, alguns funcionários ganharam na justiça em 1972, o direito ao adicional de insalubridade. Em 1978 um grupo de ferramenteiros obteve reajustes salariais após diminuírem consideravelmente o ritmo de produção na chamada operação tartaruga, mas tempos depois a empresa reage retirando benefícios dos funcionários como condução grátis e plano de saúde. Impõe ao trabalhador a hora extra como condição para contratação, e em março deste ano golpeia o sindicato com o dilema de escolher entre aceitar uma redução da jornada de trabalho com redução dos salários ou arcar com a demissão de mais de 500 operários. (SADER, 1988, p. 298).

Por isso procurei o governo. Procurei também os empresários. Mas depois de oito meses, infelizmente tenho a dizer que nada mudou e creio que dessa forma nada mudará. Cheguei, lamentavelmente a conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas tirar toda a sua força física até a última gota de suor. Por isso, está na hora de deixarmos o diálogo de lado e partir para a exigência, sem medo de nada. (BARGAS & RAINHO *apud* SADER, 1988, p. 298-299).

A campanha pela reposição salarial de 1978 foi movida por uma causa diferente das anteriores. Após anos de tentativa de diálogo e negociações com a classe patronal e com o governo, ficou evidente, sobretudo após a seqüência de paralisações e a represália por parte das empresas, a necessidade de considerar a greve como único recurso viável na luta pelos direitos dos trabalhadores. Lula descreve a situação que regia os processos de dissídios coletivos, uma realidade que o trabalhador desconhecia, e revela o sentido da campanha de 1978 e a forma de trabalho diferenciada desta diretoria:

Entramos na campanha de 1978 com o objetivo claro de desmascarar tudo o que havia sido feito pelo sindicalismo brasileiro. O que a gente queria provar? Queríamos provar que não adiantava convocar assembléia do sindicato, porque se viessem dois mil trabalhadores ou oitenta mil a coisa ficaria do mesmo tamanho, se fosse entrar com dissídio coletivo. Queríamos provar que os índices eram um decreto Presidencial e que podia ter cem mil caras na assembléia que o presidente iria decretar. É 30 % de inflação e acabou. Não iria aumentar coisíssima nenhuma. A gente passou a campanha inteira dizendo o seguinte: só haverá modificações no dia que os trabalhadores pararem as máquinas. Essa foi a tônica da nossa campanha. [...] O movimento sindical tinha mentido tanto para os trabalhadores que a gente queria provar que se não pedir, se o sindicato não fizer nenhuma reivindicação, não pedir sequer aumento de salário, os patrões pedem por ele. Porque aos patrões interessa dar o índice do governo para poder repassar os custos para os seus produtos. A gente queria provar para os trabalhadores que mesmo que os trabalhadores não fizessem nada, aquilo que o presidente decretasse a gente recebia. E só existia uma forma da gente mudar, era o peão parar a máquina. (DANTAS JR., 1981, p. 35).

O discurso incitava a ação que os próprios diretores descreditavam. Mas as greves eclodiram em 12 de maio daquele ano começando na Scania-Vabis e se alastrando por várias indústrias em todo o Estado. O movimento tomou grandes

proporções rapidamente. Nesse sentido, o trabalho dos diretores de base foi essencial, o sindicato precisava se resguardar legalmente e não havia ainda um reconhecimento expresso por parte dos trabalhadores para esta representação do sindicato diante das paralisações. (SADER, 1988).

A liderança sindical enfrentava o desgaste dos processos jurídicos e das campanhas por reposição salarial e percebia na categoria uma disposição geral para medidas mais efetivas. O sentimento era de euforia e de perplexidade diante da dimensão que o movimento grevista alcançava através de uma seqüência de greves isoladas que durou todo o ano de 1978. Mas, qualquer apoio a um movimento ilegal resultaria em intervenção ministerial e a diretoria temia uma desarticulação do trabalho junto as suas bases. Da maneira que repercutiu, ou se fez repercutir a idéia de que as greves eram espontâneas, contudo, uma série de depoimentos revela a racionalidade na ação,⁶³ como, por exemplo, o seguinte relato de Lula:

Fazia de 14 de abril pro dia 12 de maio exatamente 18 dias que a diretoria havia tomado posse. Quatorze companheiros que nunca haviam participado de nada no Sindicato. Nenhum de nós tinha participado de uma greve. Então a gente não sabia se pulava de alegria ou se ficava com medo. Porque a gente sempre tinha tido vontade de ver uma greve, e a vimos com a gente sendo coordenador dessa greve, tendo que cuidar dessa greve. As pressões começaram logo cedo. Nove horas da manhã, depois que a gente recebeu telefonema da empresa, o DRT chama a gente, empresa chama a gente, o Sindicato da Indústria Automobilística chama a gente. Vai pra reunião e é só ameaça, não tem proposta de acordo. A proposta que trazem pra gente é a seguinte: - "Volta a trabalhar porque vai ser preso, volta a trabalhar porque é ilegal..." A diretoria se reuniu e saiu dizendo: - "Oh! a greve é espontânea, não temos nada com a greve, vamos assumir ela porque o trabalhador está em greve, nós não temos nada com ela". (DANTAS JR., 1981, p. 38).

Ao afirmar que a diretoria se reuniu para depois declarar que a greve era espontânea, pressupõe a racionalidade presente nesta decisão. De fato, havia uma insatisfação dos metalúrgicos, e as "chamadas operações tartarugas" efetuadas por grupos de operários especializados com os ferramenteiros, por exemplo,

⁶³ Eder Sader também cita um depoimento de Gilson Menezes, diretor de base da Scania-Vabis, que demonstra a forma racional de pensar as paralisações. O próprio Lula em seus relatos demonstra como algumas paralisações foram pensadas previamente. Ver: (SADER, 1988, p. 300). Outros depoimentos de Lula revelam a mesma idéia. Ver: (DANTAS JR., 1981, p. 45).

aconteceram por uma iniciativa destes trabalhadores, mas é inegável a participação prévia do sindicato na conscientização dos metalúrgicos, sobretudo, através da comunicação sindical, das assembléias e do trabalho intensivo dos diretores de base.

A partir desta primeira paralisação o Sindicato assume declaradamente a representação dos grevistas, passando então a atuar como porta-voz da categoria nas negociações, mas ressaltando sempre que assumia naquele momento a responsabilidade do diálogo e não da “organização” da greve. Em nota oficial, o Sindicato divulgou em 18 de maio, no “Diário do Grande ABC”, as razões pelas quais assumiu a liderança do movimento grevista e recomendações sobre como deveriam proceder, os trabalhadores envolvidos:

1. As paralisações são fruto das dificuldades enfrentadas pela classe operária e da intransigência que temos encontrado no meio da classe patronal; 2. As paralisações tem sido espontâneas e através delas não há qualquer esquema ideológico ou político; 3. Reprovamos todos aqueles que porventura queiram se valer destas circunstâncias para acirrar ou sugerir soluções contrárias aos interesses dos trabalhadores; 4. Esperamos que os fatos levem às mesas de negociações e que resultem em soluções democráticas e razoáveis, e jamais sirvam de pretexto para radicalizações, repressões ou violências; 5. Aos trabalhadores recomendamos a firmeza sem violência e a abertura constante ao diálogo construtivo. Alertamos para que não se deixem influenciar por panfletos clandestinos e provocadores que nada têm de comum com a luta dos trabalhadores e do Sindicato. (Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Diário do Grande ABC, 18/05/1978).

Sader (1988) ao avaliar a nota oficial publicada, pontua a preocupação do Sindicato em desvincular a greve de qualquer ação ideológica ou radicalismo, no intuito de evitar a repressão militar. Por outro lado, através dela o Sindicato reafirma o compromisso com o movimento e menciona as negociações, como objetivo único das greves. É evidente também a preocupação em desvincular o movimento de qualquer conteúdo político.

O ano de 1978 foi marcado por paralisações em todo o Estado de São Paulo e mesmo em outros Estados. A onda de greve iniciada em maio pôde tomar tamanha proporção, por dois motivos específicos: primeiro porque o governo iniciara um novo modelo do sistema político com o qual a repressão militar generalizada não

coadunava mais como no passado; e segundo porque os empresários não esperavam tal disposição do operariado. Uma vez refeitos da surpresa governo e empresariado organizaram-se e reagiram perante o movimento grevista. O documento da Federação das Indústrias publicado em novembro daquele ano elencava os procedimentos que deveriam ser adotados pelas empresas contra os grevistas:

1. Não pagar em nenhuma hipótese horas paradas e não estabelecer acordos de compensações, pois não existindo no Brasil fundo para greve, esse será um excelente recurso para as empresas; 2. Tentar de todas as formas colocar os grevistas na via pública. Com esta providencia teremos a possibilidade de envolver o poder público; 3. Suspender por um ou dois dias (disciplinarmente) aqueles que entrarem na fábrica sob condições de trabalhar e não cumprir o prometido. Em última instância dispensar um certo número de pessoas por justa causa, após, junto com o responsável pela área paralisada pedir que o trabalhador execute uma determinada tarefa (a negativa caracterizará um ato de insubordinação). Essa situação gera insegurança no pessoal. Geralmente após essa prática ou os empregados ou o sindicato pedirão a sustação das dispensas, propondo volta ao trabalho. (Trecho do Documento da FIESP publicado na Tribuna Metalúrgica, nº 49).

Em resposta o Sindicato orienta os trabalhadores, indicando prudência e desaconselhando determinadas ações como as greves de seções, nas quais os grevistas poderiam ser facilmente identificados e pressionados. A ofensiva patronal foi enérgica, centenas de operários foram demitidos. Na Volkswagen, por exemplo, os participantes do III Congresso do Sindicato foram exonerados e nas demais grandes montadoras, os diretores sindicais de base perseguidos. (DANTAS JR., 1981); (SADER, 1988).

Para a campanha pela reposição salarial de 1979, o Sindicato realizou reuniões com os trabalhadores por empresa. Nestes encontros eram repassadas orientações para uma possível greve geral da categoria na hipótese de impasse nas negociações com o patronato, o que de fato aconteceu. As principais reivindicações da categoria foram negligenciadas e a contraproposta dos empresários descartava os reajustes alcançados nas campanhas anteriores.⁶⁴

⁶⁴ Na pauta de reivindicações apresentada pelo sindicato constavam a reposição dos 34% (que se tornara uma bandeira desde a campanha de 1977) adicionada ao índice oficial; jornada semanal de

Novamente eclodem as greves dos metalúrgicos mas diferente do ano anterior com uma série de greves isoladas, 1979 foi o ano da greve geral e das grandes assembléias no Estádio da Vila Euclides. A categoria estava preparada para a persistência do movimento, mas desta vez o sindicato esteve declaradamente a frente das greves desde sua organização às deliberações e conseqüências finais.

Lula falava a multidões em uma sucessão de assembléias que iam crescendo em número de participantes que se entusiasmavam e aderiam ao movimento grevista. A primeira assembléia reuniu 60 mil participantes, a segunda 70 mil.

Em assembléia realizada no Estádio da Vila Euclides, como mostra o documentário “Linha de Montagem” de Renato Tapajós, Lula convoca a categoria para a greve, mas alertava sobre a necessidade de coesão:

Vocês viram que a proposta não prevê o nosso aumento de salário imediato, o que se pede nesse documento é que os trabalhadores voltem a trabalhar de imediato e dentro de 45 dias será discutido, a partir da volta ao trabalho, a discussão dos nossos 11%. Se vocês acharem que dá pra levar essa greve, se vocês entenderem que da para continuar, se caso houver interventores e críticas, vocês se mantenham coesos, em consenso mesmo, que aí é necessário a verdade de cada um, é necessário a verdade de cada um de vocês. Ninguém pode aqui falar mais do que aquilo que pode fazer, se vocês se mantiverem coesos, eu não tenho dúvida que vocês vencerão mesmo sem essa diretoria Por isso é que eu perguntei pra vocês se há condições de continuar essa greve coeso do jeito que ta. (Lula no documentário Linha de Montagem).

Em resposta, a multidão grita o nome de Lula. O movimento ganha grande dimensão e o nome de Lula é repetido com entusiasmo nas assembléias que se repetiam no estádio da Vila Euclides. Em 1979 mais de três milhões de trabalhadores participaram de greves espalhadas em 15 Estados. Outras lideranças sindicais surgiram e Lula foi chamado para negociar em nome dos grevistas, mas as

40 horas; e outros pontos. As reivindicações de São Bernardo integraram-se numa pauta comum acordada pelos sindicatos metalúrgicos de todo o Estado. Dia 8 de março os patrões apresentam sua contraproposta. Os reajustes seriam escalonados de 57% para os que ganhavam até três salários mínimos, até 44% (que era o índice oficial) para os que ganhavam acima de 10 salários mínimos. Mas os índices incidiram sobre os salários de abril de 78 (eliminando-se, portanto, os 11% conquistados nas greves de maio) e descontariam os 13,5% concedidos como antecipação. O piso salarial corresponderia a 2 salários mínimos. Os itens sobre delegado sindical, estabilidade, 40 horas e outros nem foram considerados. (SADER, 1988, p. 304-305).

reivindicações não foram atendidas e o sindicato foi fechado sob intervenção federal.

Sem o Sindicato as reuniões passaram a acontecer na Igreja Matriz de São Bernardo e a liderança do movimento propõe uma trégua na tentativa de chegar a um acordo com o empresariado. Depois de dois dias a diretoria realiza assembléia no Estádio da Vila Euclídes e propõe aceitar o acordo de trégua que implicava na volta ao trabalho por 45 dias para depois haver negociações com o patronato:

Vocês sabem que eu fiquei praticamente dois dias sem manter nenhum contato com os trabalhadores porque o nosso Sindicato sofreu uma intervenção federal. E foi lamentável uma intervenção federal. Existem hoje três coisas fundamentais: a primeira delas é a garantia da volta da normalização do nosso Sindicato que sempre foi livre e o que nós vimos essa semana foi o Sindicato tomado por policiais. Existe uma outra coisa mais importante ainda, que é a reabertura das negociações. A reabertura das negociações, o que quer dizer é que alguém irá negociar pelos trabalhadores, porque nós temos 11 % em jogo e não vamos abrir mão desses 11%. Há uma outra coisa a ser feita que é os nossos dias que estamos em greve. Nós queremos receber os nossos dias. Nós queremos negociar. E pra não dizer que nós somos radicais nós vamos aceitar ao pedido do governo. Nós vamos voltar a trabalhar. A partir de hoje a gente volta 45 dias então a gente pode marcar uma assembléia aqui nem pra o dia 11 nem pra o dia 12, mas vamos marcar uma assembléia para o dia 10 de maio aqui e eu não tenho dúvida nenhuma de que com um novo chamamento: "Companheiros, ta na hora de parar!". Todo mundo para outra vez. Eu queria pedir agora aos companheiros que se quiserem dar um voto de confiança a mim e a essa diretoria, por favor, levante a mão. (Lula no documentário Linha de Montagem).

Novamente a resposta é positiva, com os milhares de trabalhadores gritando o nome de Lula. Mas ao fim do prazo estabelecido, o Sindicato aceita um acordo com as empresas tendo a garantia por parte do governo, da suspensão da intervenção dos Sindicatos. A decisão de não voltar às greves suscitou críticas dos setores mais organizados, no entanto a diretoria temia um enfrentamento com o regime. E em assembléia Lula explica aos milhares de trabalhadores porque foi necessário o acordo:

Pessoal, eu gostaria que não pensassem como sempre pensaram em todos os atos que nós fizemos e eu queria explicar algumas

coisas para vocês. Em primeiro lugar quem viram as minhas declarações na televisão viu que eu estava com o acordo pelo pescoço. Todo mundo viu e eu posso garantir pra vocês que não foi um bom acordo. É a minha palavra, é que não foi um bom acordo. Mas há algo muito sério a se tomar. Na Volkswagen, na sexta-feira houve uma greve e as reivindicações dos trabalhadores não eram por aumento de salário, mas era pela volta da diretoria do Sindicato. A volta da diretoria do Sindicato é uma atitude meramente política. E eu falo pra vocês, eu não vou pedir não vou pedir para os trabalhadores fazer greve segunda-feira, e vou explicar o porquê. E eu gostaria que vocês prestassem atenção numa coisa, de que nada adianta, de nada adianta a gente falar, as vezes até contra aquilo que a gente tá pensando. Uma greve amanhã, ela representa, e eu vou explicar o porquê, uma derrota da classe trabalhadora. Eu vou explicar o porquê. Exatamente pelo seguinte: Nós não vamos ter mais campo pra nos reunir, não vamos ter mais Sindicato e não vamos ter mais igreja. Nós vamos fazer uma greve de dois dias e depois de dois dias nós vamos trabalhar de cabeça baixa. Eu gostaria que cada um na hora de votar pensasse no amanhã, pensasse no filho, na sua esposa e pensasse em si mesmo. Eu acho que existe tática. Eu acho que existe momentos. E nós precisamos criar essas táticas e esses momentos. Então o que nós precisamos é de não jogar o trabalhador numa luta inglória. E eu que invoquei vocês a fazerem greve. Nós que brigamos aqui durante 15 dias consecutivos. Nós que brigamos durante 45 dias. Agora eu quero dizer a vocês que a greve segunda-feira não é importante. Politicamente, não é importante a greve de segunda-feira. Ela será importante qualquer outro dia e qualquer outro dia nós estaremos dispostos a fazer uma greve. Então eu gostaria de pedir aos trabalhadores que quisessem dar um voto de confiança a mim e a diretoria do sindicato é que aprovassem um acordo que é péssimo, mas que nós precisamos lutar pela volta da diretoria do Sindicato. Os companheiros que forem favoráveis e que quisessem me dar um voto de confiança levantem a mão. Eu acho, eu acho que não há dúvida. Eu acho que não há dúvida nenhuma e mesmo os descrentes, e mesmo os descrentes, aqueles que não acreditam na capacidade de luta dos trabalhadores amanhã nós daremos uma lição ao Brasil e ao mundo. Nós voltamos a trabalhar com tranquilidade, mas num determinado dia nós vamos voltar aqui e vamos agir com força total, é isso que eu proponho aos trabalhadores. (Lula no documentário Linha de Montagem).

Muitos trabalhadores ficaram contrariados. A estratégica fala de um dos diretores na abertura dessa mesma assembléia, Enilson Simões de Moura, conhecido por Alemãozinho, demonstra o sentimento dos operários presentes naquele evento:

Um minuto antes de começar a assembléia eu estava correndo todo o campo, e o que eu pude ver é mais uma vez estampada na idéia e

no rosto de cada trabalhador, mais uma vez, o sentimento de revolta contra a situação de miséria que nos foi imposto durante todo esse tempo. Cobertos de razão. Eu ouvi um monte. Eu ouvi diversos trabalhadores e diversos companheiros dizendo que o acordo significava uma derrota pra gente. Eu ouvi companheiros protestarem contra o acordo que na verdade não traz benefícios para os trabalhadores. E todos que protestaram contra o acordo estavam cobertos de razão. Mas nós vamos saber entender, nós vamos saber entender que 15 dias de greve não derruba 15 anos de exploração. Que derrubar 15 anos de exploração vai ter que significar muitas outras greves como essas que nós fizemos. Tem um fato que nós não vamos abrir mão em hipótese alguma e que é muito mais importante do que nosso aumento que é o retorno da nossa diretoria ao Sindicato. Mas não vamos abrir mão disso. Nós vamos estar preparados para mais uma greve caso a diretoria não volte ao Sindicato. (Alemãozinho no documentário Linha de Montagem)

Mas o apoio popular alcançado em 1979 foi imprescindível, mesmo sem grandes conquistas econômicas, mesmo contrários ao acordo firmado pela diretoria com o governo, a categoria mostrou sua força e o movimento apesar da frustração, não se esvaziou, ao contrário, em 1980 a disposição grevista foi ainda maior. A partir da campanha salarial o operariado nem se dirigia às fábricas. Na preparação anterior 400 operários foram eleitos representantes da comissão de salários, mas atuaram na verdade como um comitê de mobilização, organizando o movimento pelas bases. A politização do movimento grevista atingira seu auge naquele ano. No documentário de Renato Tapajós, Lula explica que a greve de 1980 foi antecipadamente preparada e medida como a instalação do 'Fundo de greve' e a 'Associação Beneficente Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema' foram fundados em sete de outubro de 1979 na perspectiva de subsidiar os trabalhadores e suas famílias durante o período de paralisações:

Quando a gente se prepara para a greve em 1980, ou para a campanha salarial, todos nós tínhamos em mente a importância do sindicato como instrumento de luta da classe trabalhadora, mas todos nós também tínhamos a experiência de que a medida que perdêssemos o Sindicato como perdemos em 1979, era necessário ter um instrumento que pudesse funcionar no lugar do Sindicato, daí nós já tínhamos criado o fundo de greve, daí já existia inclusive o estatuto próprio funcionando dentro do Sindicato como departamento do próprio Sindicato. (Lula no documentário Linha de Montagem).

Naquele ano o movimento foi adquirindo adesão em várias categorias. Em fevereiro de 1980 cinco mil professores entraram em greve em Goiás. Em seguida foi a vez dos portuários em Santos e no Estado do Acre, os professores conseguiram concessões e viram atendidas grande parte de suas reivindicações salariais. Em Vitória, Espírito Santo pararam os operários da construção civil e no Rio de Janeiro, pararam os vigilantes.

Em abril o Ministro do Trabalho decretou a intervenção dos sindicatos dos metalúrgicos de Santo André e São Bernardo e a Justiça do Trabalho considerou a greve ilegal. Mesmo assim, o dia 1º de maio de 1980 foi comemorado no ABC com a presença de mais de 120 mil trabalhadores. O episódio levou novamente à transferência da sede do Sindicato para a Igreja Matriz de São Bernardo. Temia-se pela vida de Lula e demais diretores, pois 42 sindicalistas já haviam sido afastados. A cidade virara uma praça de guerra, a polícia espalhou pelo centro quase três mil homens, enquanto na entrada pela Via Anchieta, 20 caminhões com soldados do exército impediam o acesso a São Bernardo. A multidão veio às ruas, a polícia interveio e depois de quatro horas de embate entre civis e militares, Lula foi detido juntamente com outros membros do Sindicato e jornalistas, mas apenas os líderes e militantes sindicais permaneceram detidos. Muitos dos membros sofreram tortura na prisão.

As greves se espalharam atingindo médias e pequenas empresas. Exigiam a liberação de seus líderes. As famílias de operários foram assistidas a partir de movimentações de solidariedade, acionadas pelo Fundo de Greve, que conseguiam distribuir 2,5 toneladas de alimentos por dia. Líderes religiosos, como D. Paulo Evaristo Arns intervinham em nome da paz, reunindo 10 mil pessoas para ouvi-los na Catedral da Sé. Para Lula, naquele ano a categoria havia compreendido a necessidade de uma organização política e estratégica do movimento capaz de possibilitar a permanência da paralisação, o que só seria possível num quadro de mobilização responsável pela subsistência das famílias dos operários em greve:

A diretoria do Sindicato foi presa dentro de um esquema já conhecido por nós. Era a repetição do que tinha acontecido na guerra dos bancários de Porto Alegre e na cadeia a gente tinha certeza de que a organização de base que nós tínhamos deixado aqui fora levaria o movimento tranquilamente junto com a organização de base, o próprio fundo de greve, mas o que mais deixava a gente otimista é que pela primeira vez na história do

movimento dos trabalhadores nesses últimos 17 anos se consolidava um comitê de solidariedade abrangendo todo o setor da sociedade, desde partidos políticos a ONGs e Sindicatos, a setores de classe média A sociedade brasileira, a nível de suas entidades, estavam efetivamente sensibilizadas e mobilizada no sentido de ajudar os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, a vencer não apenas os empresários, mas todo o regime que se colocava contra o avanço das nossas lutas. (Lula no documentário Linha de Montagem).

A repressão se intensifica e o governo proíbe a chegada de alimentos às famílias dos grevistas. Mais líderes são detidos e São Bernardo tem a maior passeata desde o AI-5 em 1968, reunindo quase 100 mil pessoas. Neste episódio, a polícia recua mas no dia seguinte voltou às ruas com mais violência na chamada “segunda-feira sangrenta” que resultou em mais de 50 trabalhadores feridos em conflitos espalhados por toda a cidade.

Em oito de maio daquele ano, mais de três mil mulheres, lideradas por Marisa, esposa de Lula, realizaram passeata pedindo a libertação dos presos e reabertura das negociações. No dia seguinte Lula e outros sindicalistas detidos iniciam greve de fome reivindicando novas negociações. O movimento se enfraquece diante da negação por parte do governo em reabrir as negociações. As greves vão cessando e os sindicalistas presos foram libertados.

Em 1981, Lula e outros líderes sindicalistas foram julgados e condenados pela Justiça Militar, mas em 1982, o Superior Tribunal Militar declara-se incompetente para julgar os acusados de acordo com a Lei de Segurança Nacional e anula as sentenças.

Depois de mais de um mês de greve e todos esses esforços empreendidos no sentido de sua continuidade, depois da prisão e desarticulação do movimento, Lula analisa os resultados obtidos:

Depois de 31 dias de cana, depois de 31 dias lá no DOPS, nós fomos soltos e para a nossa surpresa fomos enquadrados na lei de segurança nacional e condenados há alguns anos de cadeia, e a gente sabia que o governo tinha prendido a gente tentando nos afastar da porta da fábrica. A diretoria tinha certeza de que nada tiraria da porta de fábrica, de que a única forma de afastar da porta de fábrica era efetivamente permitir que o Sindicato voltasse as mãos dos trabalhadores convocando uma eleição e os trabalhadores elegendo livremente uma nova diretoria. O grande saldo de tudo isso, de todos esses três anos de luta, foi as experiências todas que nós passamos e foram muitas. Primeiro o

nível de consciência que a classe trabalhadora adquiriu nesses anos de luta, entre a greve de 78 e a greve de 80. A maturidade com que a classe trabalhadora hoje entende a questão de greve sem aquela euforia que a gente fez na primeira greve. Agora o estado mais importante que nós tivemos, na minha opinião, foi a descoberta da necessidade da organização política da classe trabalhadora porque em todos esses anos de luta ficou provado que tudo nesse país é decidido de acordo com as decisões políticas. Se tudo depende de uma decisão política como é que a classe trabalhadora pode ficar sem tomar decisões políticas? Foi daí que a gente descobriu de que é necessário a gente se organizar politicamente. E se organizar politicamente era preciso se organizar em um partido político. Então eu acho que o saldo de tudo isso é a gente quem sabe não colher hoje e nem amanhã, mas a gente colherá ele quem sabe dentro de alguns anos. Porque o nível de consciência da classe trabalhadora cresceu demais e é preciso agora que a gente continue levando a sério a questão da organização dentro da fábrica, da organização política da classe trabalhadora, das organizações de bairro, das organizações das comunidades de bases. Porque é preciso a gente atentar que esse povo ou se organiza politicamente ou a gente não vai conseguir, através de lutas específicas, resolver o problema da sociedade. Muita gente brinca no sentido em que temos que dizer por que temos que trocar o Sindicato por um Partido Político. E eu tenho afirmado que sindicalismo a gente faz para tentar melhorar o relacionamento de capital de trabalho e política, a gente faz para transformar a sociedade. (Lula no documentário Linha de Montagem).

Nesse depoimento, percebe-se que um dos resultados mais relevante de todo esse processo de luta, foi a capacidade de mobilização e conscientização da categoria da necessidade de uma organização política e que fosse além de interesses trabalhistas específicos e imediatos, mas que perpassa toda a esfera social e suas relações de trabalho e mesmo de classe.

A dimensão do episódio que marcou uma parte da história do Brasil foi à mesma adquirida por Lula em popularidade. Da atuação sindicalista ao ingresso na política, o caminho percorrido aparece como mera consequência da dimensão de um movimento que obteve o apoio não apenas da categoria operária, mas da sociedade em geral solidária aos grevistas e ao mesmo tempo eufórica perante o processo de transição política. Nesta conjuntura, as greves dos metalúrgicos, apesar das insistentes explicações de seus líderes em provar o contrário, acabaram emergindo politicamente trazendo as questões sociais para o centro das atenções. Como pontuou Eder Sader (1988, p. 306), o movimento “tinha ganhado uma irrecusável conotação política”.

2.3. DA CAUSA OPERÁRIA À LUTA POLÍTICA

A crise econômica do final da década de 70 desencadeou manifestações de ação coletiva e direta dos grupos mais afetados pela recessão, particularmente nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Diante destas manifestações, o Estado mostrou-se incapaz de atender de forma imediata às demandas destes setores mais deserdados, já os partidos de oposição também foram incapazes de se posicionarem contra a política do governo Figueiredo e criar canais institucionais apropriados para a criação de mecanismos efetivos de participação da população afetada. Diante disso, eclodem os movimentos sociais compostos por uma base marcadamente popular, ou seja, por grupos de sujeitos afetados diretamente em suas condições de vida e de trabalho.

De maneira que, como pontuou Emir Sader (1987, p. 14), “apesar dos movimentos sociais urbanos terem como marca registrada a necessidade de declarar seu caráter a-partidário, é fato que, em diversos movimentos, as manifestações do que se denomina cultura política identifica-os claramente com certos partidos.” O que aconteceu com o movimento dos metalúrgicos da região do ABC paulista, foi ainda mais significativo, pois a partir dessas lutas é que se constituiu um arranjo de forças sociais e políticas inéditas em seus ideais, o que impossibilitou uma mera identificação com partidos já existentes, sendo capazes de produzir novas propostas políticas. Para Vêras (2004) ⁶⁵, esse arranjo de forças sociais e políticas “através de organizações como o PT e a CUT, conformou o que ficou conhecido por *campo democrático e popular*” inaugurando assim uma nova “alternativa de democracia para o país”.

Desta forma, apesar das insistentes explicações de seus líderes sindicais, de não se tratar de um movimento político e com conotações ideológicas, a questão é que como pontuou Iasi (2006, p. 319) “ao se levantar contra o arrocho salarial o movimento [...] transforma a crítica à política [econômica] em crítica contra a

⁶⁵ Ver em: “Desafios atuais do campo democrático e popular: uma segunda chance” de Roberto Vêras de Oliveira, Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/nesth/ivseminario/texto11.pdf>. Texto adaptado de artigo publicado sob o título “Governo Lula, pacto social e ação sindical”, In: “Relações laborais e sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o contexto transnacional” (VÉRAS et al (orgs.), 2004).

ditadura.” Estava inerente na ação dos trabalhadores uma conduta de contestação política.

Vale ressaltar, contudo, que não entendemos este movimento como uma ação racionalmente planejada com intencionalidade política desde seu surgimento, mas sim tomando como referência o pensamento de Emir Sader (1978, p 20) de que “a maioria dos movimentos segue um determinado ciclo de vida, configurado pela obtenção de resultados positivos ou negativos face às demandas e pelo nível de organização e mobilização conseguido.” Neste sentido, com as práticas do novo sindicalismo, a mobilização e organização do movimento foram tão expressivas que os resultados superaram a dimensão inicial e passaram a ampliar tanto o nível de participação quanto o leque de reivindicações.

Emir Sader (1987, p. 20) acrescenta ainda que freqüentemente “a obtenção dos serviços reivindicados representa o fim do movimento e somente em certas situações as lideranças conseguem manter a população mobilizada visando reivindicar pela solução de outras carências.” Foi o caso das lutas operárias e populares da região do ABC paulista, que dentre outras conseqüências, projetaram Lula como líder popular carismático. Este líder, a partir de um aprendizado político, passou a desenvolver níveis de atuação mais amplos, ultrapassando a dimensão de demandas sociais e movimentos populares e impetrando o campo da esfera política institucionalizada. A formação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores revela o novo campo onde se situaram as novas carências e o caráter totalmente político que passa a operar a partir do início da década de 80.

Desta forma, esta possibilidade de institucionalização deve-se particularmente a dois elementos: a constituição de uma massa de trabalhadores enquanto potenciais seguidores de uma nova proposta política; e a projeção de um líder político carismaticamente reconhecido por estes seguidores.

2.3.1. A Classe Trabalhadora

Com a ampliação e visibilidade dos movimentos populares e, sobretudo, das grandes greves dos metalúrgicos do ABC, tem início o processo de surgimento de um sujeito coletivo, um ser comum: a classe trabalhadora brasileira. Considera-se aqui a noção de *formação de classe* debatida por Iasi (2006), que a partir dos

pensamentos marxista e sartriano, elabora a idéia da união dos grupos em classe tendo como fator determinante de sua instituição, a presença de uma circunstância compartilhada, o reconhecimento individual como um ser de classe e uma ameaça comum.

Quanto à consciência de classe dos metalúrgicos, Laís Abramo (1999) aponta um aspecto importante na constituição desse grupo como sujeito coletivo e no reconhecimento por parte do indivíduo como sujeito de classe: o resgate da dignidade. Para a autora, as greves, a mobilização, os reajustes obtidos, a conquista do direito de se fazer ouvir, a dimensão e repercussão do movimento proporcionaram aos sujeitos envolvidos nesta ação coletiva, o resgate da dignidade perdida.

Os depoimentos de operários coletados pela pesquisadora são perpassados por esta idéia de que com as greves se operava naquele momento, o resgate da dignidade dos trabalhadores e do reconhecimento destes sujeitos como pertencentes a uma classe social, como fica evidente nos seguintes depoimentos de funcionários da Ford e da Scania:

Aí começou a levantar a moral. A gente começou a se sentir assim, sei lá, mais útil, mais como ser humano, mais fazendo parte, sei lá, da sociedade, que você não estava jogado, sem ter para onde recorrer, lá esquecido, que você não estava ali para trabalhar até a hora que achassem necessário, depois era igual a laranja: chupa e joga o bagaço fora, é mais um a mais, um a menos, para mim não faz diferença. Você começava a se sentir útil, que era alguma coisa, alguém que já se encaixava mais. (ABRAMO, 1999, p. 271).⁶⁶

Dignidade pra mim é o direito que a gente tem. Através desses movimentos a gente começou a ser digno daquilo que a gente sempre fez. Começou a ver reconhecido um pouquinho do trabalho e do lucro que a gente vinha dando ao patrão. (ABRAMO, 1999, p. 271).⁶⁷

Quando o cara luta, se organiza, ele passa a reconhecer os próprios direitos, a própria dignidade, o próprio valor dele. Eu acho que foi o que aconteceu aqui. Pessoas que estariam dormindo até hoje, aceitando coisas como se fossem dadas a ele como benefício,

⁶⁶ Depoimento concedido à pesquisadora em entrevista realizada em 1985, por um operador de empilhadeira da Ford.

⁶⁷ Depoimento concedido à pesquisadora em entrevista realizada em 1985, por um ajudante geral da Ford.

reconhecem agora que é um direito que ele tem, que é merecimento dele. (ABRAMO, 2006, p. 274).⁶⁸

Estes sujeitos passaram a se reconhecer em termos individuais e de classe e ter ciência da capacidade de força e de transformação desta ação coletiva. Na avaliação das greves por parte do Sindicato de São Bernardo, igualmente se dissemina o reconhecimento da expressão social obtida pelo movimento e da potencialidade para novas lutas desde que organizado a partir da união da categoria e de sua consciência de classe:

É verdade que esse resultado não é financeiramente palpável. Até agora ninguém recebeu os 34,1%, que era o principal objetivo da nossa movimentação. Como experiência, todavia, relativamente a nossa capacidade de mobilização e de resistência às ofensivas patronais, demos uma belíssima demonstração. Agora sabemos de quanto somos capazes desde que unidos e organizados em torno de nossa entidade de classe.

Pela primeira vez foram realizadas grandes assembléias fora da campanha salarial e os trabalhadores estavam dispostos a alinhar-se em qualquer plano de luta que fosse idealizado. O Sindicato, porém preferiu agir com cautela (mesmo porque já se falava em repressão contra nós), equacionando o movimento nos estreitos limites de legislação vigente. [...].

Lição final: nada de pedir, mendigar, porque isso contraria a filosofia de um movimento trabalhista que se preze [...]. A luta pela reposição mostrou que temos condições para nos impor como força organizada e assim podermos negociar com os patrões de igual para igual. Esse é o poder de barganha que devemos conquistar para que não precisemos pedir, pechinchar e ser paternalizados pelo próprio governo. (Tribuna Metalúrgica, nº 44, dezembro, 1977).

A euforia que me deu a minha gente é por demais embriagante e não me deixa raciocinar em termos protocolares. Vencemos, meus senhores, a primeira grande batalha contra os patrões. Por essa razão daqui para diante deveremos ser tratados como força social digna do maior respeito pelas autoridades e pelos patrões [...] Conseguimos nos impor como classe social organizada e assim passar a influir nas decisões governamentais, sempre tomadas contra nossos anseios e interesses. [...] Finalmente, nos revelamos a nós mesmos, percebemos que temos força e que somos capazes, quando unidos e organizados, de levar o patronato ao diálogo produtivo com o nosso Sindicato, respeitando nossas reivindicações. (Bilhete do “João Ferrador”, Tribuna Metalúrgica, nº 46, julho de 1978).

⁶⁸ Depoimento concedido à pesquisadora em entrevista realizada em 1985, por um Mensalista da Scania.

Percebe-se, nestes trechos, a valorização da união e o reconhecimento da força do movimento. Revela ainda o orgulho de pertencer a uma ação coletiva significativa e transformadora. Laís Abramo (1999) destaca ao longo de seu texto a importância dos sentimentos compartilhados para a união e a ação coletiva dos operários: os sentimentos de injustiça (desrespeito, humilhação) e de dignidade (o merecimento, a consideração, o respeito). Este fato contribui sobremaneira para a persistência na ação e demonstra outra conclusão da autora: “a greve é o momento em que o trabalhador consegue recuperar a consciência da sua própria individualidade e da força do seu poder coletivo, em um mesmo processo”. (ABRAMO, 1999, p. 275).

Mas essa idéia de pertencimento a uma classe, a partir de um certo momento, suplanta esse grupo, e os próprios metalúrgicos afirmam que a causa deles é na verdade a causa de todo e qualquer trabalhador brasileiro que se sinta injustiçado, atingido em seu valor como ser humano, e que em detrimento desta condição, seja ouvido e tratado de igual para igual pelo seu patrão quando necessário. Para estes trabalhadores seria preciso reivindicar muito mais do que reajustes salariais ou melhores condições de trabalho, mas sim a dignidade e o respeito ao trabalhador, como pode ser percebido no depoimento de um operador de máquinas da usinagem da Scania: “o trabalhador, mas não só o trabalhador das indústrias, mas o trabalhador em geral, todos nós, o professor, a mulher que está dentro de casa, todos tem uma dignidade, um respeito que tem de exigir de alguém”. (ABRAMO, 1999, p. 274). O que vai ao encontro da colocação de Iasi (2006, p. 312):

Só pode haver um salto de qualidade quando a impossibilidade que se apresenta diante do grupo é uma impossibilidade geral, ou seja, uma ameaça geral a produção social da existência. A dimensão da ameaça externa é qualitativamente diferente e produz algo substancialmente distinto de um grupo, produz uma classe. A classe é ainda uma mediação particular e, portanto, o momento que corresponde ao movimento da consciência ainda assume a forma de uma particularidade. Entretanto, o ser da classe pode transformar-se num movimento em direção à genericidade, o que pode alterar qualitativamente tanto as dimensões da organização quanto da instituição e as formas de consciências correspondentes.

O movimento dos metalúrgicos do ABC paulista, a partir de determinado momento, ao adquirir visibilidade pública passa a incorporar outros grupos solidários

e identificados com a causa, alterando sua própria contingência e objetivos. De um grupo unido por sua condição de existência, pela posição que ocupa na divisão social do trabalho e pelos interesses comuns, o movimento passa a operar a constituição de uma classe, ao agregar outros setores da sociedade, sair da condição de grupo inerte e empreender a luta por uma causa não mais dos operários metalúrgicos, mas dos trabalhadores brasileiros.

Grupos de diferentes esferas trabalhistas como estudantes, setores diversos da intelectualidade, cristãos progressistas e mesmo de outras classes sociais aderiram ao movimento até então “pertencente” aos metalúrgicos do Estado de São Paulo. O que nos leva a rejeitar a noção de classe simplesmente definida pela posição dos sujeitos envolvidos em determinadas relações sociais de produção e de trabalho e diante da propriedade, e concordar com o argumento de Iasi (2006, p. 319):

De fato, aquilo que se forma neste bloco, são diferentes setores de classe e mesmo classes sociais distintas. Todavia, do ponto de vista da formação de um sujeito social que se move contra a dominação estruturada de uma classe social que passa a representar um “impasse geral”, permitindo a unificação daqueles que passam a representar um projeto societário alternativo a esta dominação, não haveria problema algum em tomar esse bloco como classe.

Para este autor, quanto às outras mobilizações sociais que foram ao encontro e passaram a apoiar as greves da região do ABC paulista, “o elo comum a todos estes movimentos particulares, em que pesem as especificidades de cada setor, são as perdas salariais impostas pela manipulação dos mecanismos de definição da inflação pelo então ministro Delfim Neto.” (IASI, 2006, p. 319).

Trata-se de grupos de setores distintos, mas que desenvolvem a consciência de si como um ser pertencente a uma classe a partir de sua relação com o capital e com outro(s) grupo(s) dominante(s). Constitui-se a formação de *classe* neste sentido também, a partir do movimento processado nas ações destes grupos:

Aquilo que aparece como duas essências diversas e confunde os analistas nada mais são que os momentos do ser da classe em movimento, de modo que a classe não é somente a condição comum partilhada pela posição comum no interior de certas relações sociais de produção (o que aproximaria o conceito da concepção weberiana

de “situação de classe”) ou um sujeito histórico numa ação decisiva em que se apresenta como universalidade. Entendendo a classe como universalidade histórica, não a reconhecemos quando de sua manifestação cotidiana fragmentada, subordinada ao capital, pulverizadas por interesses pessoais e imersas na serialidade. Compreendendo-a como esta manifestação imediata e fragmentada não a reconhecemos quando irrompe no cenário histórico como sujeito revolucionário em formação. (IASI, 2006, p. 20).

Desta forma, mesmo não tendo no início de sua organização, a clareza da magnitude das greves do ABC, o fato é que estas se constituem o momento de uma identidade e solidariedade de dimensões amplas, abrangendo setores internos e externos à categoria, tanto que nos anos seguintes, os metalúrgicos de São Bernardo, sua prática sindical e sua luta, tornaram-se um símbolo importante para o conjunto da classe trabalhadora brasileira e para os demais setores e instituições comprometidos com a luta pelo fim do regime e em prol da democratização.

2.3.2. O Líder Carismático

Assim como as greves do ABC tornaram-se pólo de toda a movimentação social da época, adquiriu conotação política e fez surgir um novo sujeito político na cena pública. Foi nas grandes assembleias plebiscitárias do Estádio da Vila Euclides que se firmou a liderança carismática de Lula perante a massa operária paulista. Seu poder de liderança impensado se considerado sua timidez e falta de eloquência na época de seu ingresso na atividade sindical, emerge com toda a força diante da massa a sua frente:

Sabendo captar os sentimentos dos ouvintes na elaboração de discursos que expressavam a disposição de reivindicar seus direitos, ele se projetou como uma expressão da vontade coletiva. Quase diariamente mais de 50 mil metalúrgicos em greve se encontravam no estádio e se reconheciam nas palavras daquele que havia recolhido as manifestações dispersas de uma rebeldia longamente sufocada. (SADER, 1988, p. 306-307).

Não queremos incorrer no engodo de assegurar que Lula enquanto indivíduo foi responsável pelo movimento grevista do grande ABC. Na verdade, existia uma

série de condicionantes econômicas, sociais e políticas pelas quais passava o Brasil no final da década de 70. A abertura política dava respaldo ao surgimento de grupos organizados na sociedade civil. Grupos de estudantes e intelectuais e segmentos da própria Igreja Católica, dentre outros que apoiaram o movimento. Mas o papel de Lula nesta conjuntura foi interessante inclusive, por este estar situado na chamada “cultura da pobreza” e conseguir em meio ao turbilhão de acontecimentos, ultrapassar a fronteira cultural para o que Denise Paraná nomeou de “cultura da transformação”.

Suas palavras eram seguidas, seus apelos atendidos mesmo em situações de impasse como no final da trégua de 45 dias em 1979, quando a categoria estava preparada novamente para greve e Lula recua, pede um voto de confiança para a diretoria, aceita o acordo e convoca a volta ao trabalho.

Em 15 de maio daquele ano, após o acordo firmado pelo Sindicato com o governo que a própria categoria não esperava, a diretoria se reúne novamente numa assembléia para reassumir o Sindicato, mas antes se coloca disponível a votação. As críticas eram ouvidas nos mais diferentes setores do operariado, pois nesse acordo as reivindicações principais não haviam sido atendidas. Mesmo assim, numa reunião dentro do Sindicato, Lula fala, se emociona e chora diante de todos que se encontravam reunidos e com aplausos acata a volta da diretoria:

Antes de Começar a assembléia, a 1ª que a gente tem no Sindicato depois dos militares tomarem isso aqui, depois do governo ter tomado isso aqui do povo e ter ficado para o governo. Eu gostaria de pedir para que subissem ate aqui a mesa todos os diretores do Sindicato. Essa diretoria que um a um de seus membros foram escolhidos por mim. Um a um dos seus membros estão aqui hoje porque receberam o voto livre de cada um de vocês, querem se subordinar a vontade de uma assembléia e se vocês trabalhadores entenderem que essa diretoria em algum momento falhou com vocês eu gostaria de todo coração que vocês livremente rejeitassem a continuidade dessa diretoria... [aplausos], [choro]. (Lula no documentário Linha de Montagem).

A frustração e mesmo a revolta não dispersaram a categoria que ao primeiro chamado de seu líder no ano seguinte responde prontamente e de forma mais enérgica e organizada. Vicentinho, ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores, comenta a expressividade e a força presente nos discursos de Lula:

Éramos ali 100 mil, 120 mil pra seguir aquele caminho, aquela orientação tinha que ter alguém para dar uma palavra. Eu me lembro que outros companheiros, até eu mesmo, falávamos para pequenos grupos, outros falavam para grupos maiores, diretores de Sindicatos falavam para grupos maiores ainda, mas a palavra que pegava e que valia e que marcava era a palavra do Lula. (Vicentinho no primeiro programa eleitoral de 2002, exibido no HGPE).

Seu poder de liderança foi por vezes testado ao longo de sua atuação sindical, mas seu apelo sempre atendido pelos seguidores. Vários diretores se dedicaram à causa operária, mas Lula consegue angariar para si o papel de líder único daquela luta. Djalma de Souza Bom, companheiro presente nas fábricas e um dos diretores do Sindicato, confirma no documentário de Renato Tapajós, o quanto a presença de Lula enquanto liderança se fazia necessária e mesmo vital para o movimento grevista:

Na madrugada daquela sexta-feira que houve a intervenção, houve uma desarticulação completa do próprio movimento. Naquela assembleia, mesmo dispersos, completamente desarticulados, desmobilizados, ninguém sabendo o que fazer. Aí que sentiu a necessidade dos companheiros começarem a gritar o nome do companheiro Lula, Lula, Lula, Lula. E que o Lula reassumiu efetivamente e se colocou a frente do movimento e daí pra frente foi o que todos viram o que aconteceu, o Lula está de volta. (Djalma no documentário Linha de Montagem).

Para aqueles que saíram de cidades longínquas em busca de melhores oportunidades, muitos deles nordestinos também, compartilhavam entre si as dificuldades, as dores e as histórias. Muitos, como revela o Documentário “Peões” de Eduardo Coutinho (2004), contam as mesmas experiências vividas por Lula e viam nele um orientador. O contexto que impulsionou estes trabalhadores para os grandes centros industrializados é sempre o mesmo: uma família para sustentar em uma cidade onde não há possibilidades de emprego, mas o cenário que os esperavam no Estado de São Paulo não era aquele idealizado pelas promessas de ascensão e prosperidade garantidas. O tratamento dispensado aos trabalhadores pelas grandes empresas despertavam o sentimento de revolta que por sua vez impulsionavam os operários para a luta por melhores condições de trabalhos.

Descrito por muitos metalúrgicos, com Sr. Zacarias, Joaquim Silveira, dentre outros como um cenário de guerra. É nesse contexto em que Lula aparece como interlocutor, como voz possível de ser ouvida e atendida em suas reivindicações:

Eu lembro bem companheiro. Eu indo trabalhar na Wolksvagem, eu não tinha blusa de frio, e eu saia naquela época, faz uma geada muito grande, e eu subindo na rampa da Ala cinco, nos fuscas, nessa época faziam fusca demais na Wolksvagem, e eu olhando assim, por cima do teto deles, tudo cheio de gelo, e um baianão tinha chegado aqui, e os caras tudo tirando sarro de mim e falava rapaz porque você não bota uma blusa? E eu falava: eu não boto porque eu não gosto, não precisa, não tá frio, ora eu sentindo a pele chega tremia, mas não tinha dinheiro pra comprar uma blusa. Isso aconteceu com nós todos que foi para lá tentar a vida.

P - Custava acostumar?

Não, não demorou muito não, acostumei e ao mesmo tempo não acostumei nunca, porque o meu sonho era esse, era se eu conseguisse me aposentar, pra vir embora pra onde eu nasci. Ai Deus é grande, me ajudou, e até que a gente chegou, com muito sofrimento, mas consegui me aposentar, e hoje nos tamos nessa vidinha ai.

P – Porque você diz que a vida na Wolksvagem foi muito sofrimento sempre?

Foi, não só na Wolksvagem como em todas as empresas grande, podemos dizer a Scania, porque não a Mercedes, porque não a Ford, era sofrimento porque quando começou a gente era tratado como escravo, isso é verdade, como escravo. Você viu aproveitaram da gente. Gente com medo, posso perder o emprego, chegar em você e ai de você se não der conta desse serviço, e a gente pegava e ia fazer o que? Chegava a largar uma máquina, como eu cansei de largar uma máquina para não bater na cara do chefe, ia pro banheiro, chorar dentro do banheiro. Cansei de fazer isso. Dói. Então nessa parte ai era um sofrimento. Vocês vão ouvir bastante gente que participou das greves de 1980, de todas as greves. Greves internas, greves externas, todo movimento que teve, todo sofrimento dos metalúrgicos que parecia uma guerra, nego correndo, nego jogando bomba, tomando chapéu de polícia, polícia metendo o rei em nego, nego caindo no chão aí, nego mandado embora sem direito, se revoltando e fazendo mais confusão ainda. E aquilo ali era um movimento rapaz, parecia um movimento como uma guerra. (Depoimento do ex-metalúrgico Zacarias no documentário Peões).

O ex-operário, Joaquim Silveira, como tantos outros, viam na figura de Lula, um guia, um líder condutor ou mesmo um pai, a quem dedicam e/ou agradecem qualquer idéia de prosperidade:

Eu saí daqui com trinta e poucos anos. Já, eu já tinha cinco filhos, eu tinha cinco crianças, então quando eu vi meus filhos chorando com fome, aí eu falei: aqui não dá. Então saí daqui. O trabalho foi muito duro. [...]. O trabalho na greve era duro porque era o seguinte, nós tinha, digamos, esse segundo pai, não era pra brigar por nós, era pra nos orientar. Então, o senhor sendo orientado, o senhor tem força, porque nós somos uma máquina, nós somos uma máquina, como, digamos, se nós não sulerar, ela não trabalha, mas se sulerar ela trabalha. Então nós tinha esse homem que nós tanto admira hoje, pra puxar nós, nos orientar, pra ficar com nós, pra passar o que passasse então. [...] Chamo o Lula de segundo pai porque hoje graças a Deus, eu só tenho essa casinha hoje e esse carrinho, e eu tenho duas casinhas em São Bernardo, abaixo de Deus, porque se eu tivesse aqui eu tava ganhando duzentos reais por mês e não tinha um jumento, como falei pra o senhor. No sítio que eu nasci, é 15 Km daqui lá, e meus parentes tudim não tem o que eu tem, porque era que eu tinha, se eu tivesse aí? [...]. (Depoimento do ex-metalúrgico Joaquim Silveira no documentário Peões).

Já entre os diretores, o sentimento era o da admiração e crença de que finalmente a atividade sindical estava se transformando em um movimento de luta por melhorias para o trabalhador e Lula não era mais apenas um diretor sindical, mas um líder capaz de promover transformações a partir da mobilização e conscientização dos trabalhadores, para eles os verdadeiros responsáveis pela luta:

Se eu tivesse que fazer tudo de novo exatamente como aconteceu, não me arrependi, absolutamente de nada e aí incluindo os erros, porque diretor sindical passa, os trabalhadores é que ficam, os trabalhadores são mais importantes do que nós. O Lula era o grande mestre nessa época. Em 79, greve geral, 140 mil trabalhador parado, toda diretoria reunida na sala do Lula, com aquele bonezinho preto dele, aquela roupona e aquela barba dele, chegou uma caixa do tamanho dessa mesa aqui. Ele abre a caixa, um puta aparelho de som. Quem mandou? Foi fulano de tal. Pegou o telefone e falou, olha filho da puta, você tem 10 minutos para tirar esse negocio daqui, se não, eu vou chamar a polícia e vou denunciar pra toda a categoria que você quis me comprar. No meio de todo mundo. De lá pra cá eu falei, esse é o cara. (Depoimento do diretor de Sindicato, Janeiro, no documentário Peões).

Lula não apenas se firmava como líder popular, mas como liderança carismática. O poder carismático, como Weber o considerava, é dependente das qualidades inerentes em um indivíduo. Porque ele repousa, em última instância, nas expressões próprias intransferíveis do indivíduo, tem ele uma qualidade excêntrica e arbitrária que o faz uma fonte em potencial de explosão em forma de poder de

utilização mais racional. Weber (1982, p. 285) explica o carisma como dom individual e direcionado a uma missão e poder de seu portador:

O carisma pode ser, e decerto regularmente é, qualitativamente particularizado. Trata-se mais de uma questão interna do que externa, e resulta na barreira qualitativa da missão e poder do portador do carisma. Em sentido e conteúdo, a missão pode estar dirigida a um grupo de homens que são delimitados localmente, etnicamente, socialmente, politicamente, ocupacionalmente ou de alguma outra forma. Se a missão dirige-se assim a um grupo limitado de homens, como é comum, encontra seus limites dentro desse círculo.

Mas, assim como sua atuação transcorre a partir de determinado momento por outras esferas, o carisma de Lula ultrapassa também os limites do círculo ao qual estava situada a sua missão. Com a passagem da condição de líder do movimento social da causa operária para a de fundador de um partido político, o Partido dos Trabalhadores, Lula aparece como representante da classe trabalhadora em caráter institucional e em espaço político, e tem sua força pessoal (carisma) novamente submetida à prova ao atuar em um novo campo e com um público bem mais abrangente. Mas como afirmou Weber (1982, p. 287) que “o líder carismático ganha e mantém a autoridade exclusivamente provando sua força na vida”, Lula segue neste intento, a partir de então, como líder político, detentor de uma história de vida ímpar e uma atuação pública que fez dele um homem extremamente carismático e ao mesmo tempo paradigmático, mas sem dúvida, um grande líder popular.

São exatamente esses atributos, ou seja, o carisma e a capacidade de liderança e convencimento popular que vão permear a atuação de Lula não mais como liderança sindical, mas como político. A frente do Partido dos Trabalhadores, Lula passa a ser conhecido em outras regiões do país. Ao lutar pelo voto direto para Presidente da República, sendo um dos políticos atuantes na Campanha pelas “Diretas Já”, Lula vai sendo conhecido, aceito e admirado cada vez mais pelos brasileiros no início de uma carreira política promissora, na qual foi se aprimorando sua popularidade, experiência e carisma.

CAPÍTULO 3

O LÍDER POLÍTICO

*“O povo precisa começar a acreditar que política é uma arte
que tem que ser feita por todo mundo,
não pode ser feita apenas, como é doutrina no Brasil,
pelos detentores do poder”.*

*“Sei que existe um preconceito contra mim.
Mas a elite sabe que eu sou um vencedor.
Uma criança nordestina que não morreu de fome
até os cinco anos já venceu na vida”.*

Luiz Inácio Lula da Silva

Enquanto político, Lula constitui a figura do líder popular carismático. Preservando seus hábitos simples e cultivando a aproximação direta com o povo, também se destaca como exímio comunicador político. É aquele que fala “a língua do povo”. Por vezes criticado por isso, para Lula o importante é se fazer entender:

Em matéria de (falta de) escolaridade nenhum candidato se equipara a Lula, homem de primeiras letras. Os erros de português compõem o único ponto imutável de seus discursos. Lula costuma torturar a língua com expressões como “menas” e “cidadões”. Compensa a deficiência com uma notável rapidez de raciocínio. (Folha de São Paulo de 15/05/1994).

Como os próprios críticos e adversários reconhecem, Lula é também de uma inteligência e acurácia política inquestionável. Lula não só reconhece a importância dos meios de comunicação de massa para a prática política, como também aprendeu a dominar as técnicas do meio audiovisual, fator relevante na atualidade para a construção, imposição e administração da imagem pública.

Vale ressaltar que já no início do século, o rádio, despontou como importante instrumento de propaganda política, utilizado inclusive na disseminação e instituição da imagem de personalidades como Franklin Roosevelt, nos Estados Unidos e Hitler, na Alemanha, considerados, cada um a sua maneira, como símbolos da era do rádio.

No Brasil, a prática da construção da imagem pública dos políticos se concretizou com a utilização dos meios de radiodifusão ⁶⁹ incorporada sistematicamente à estratégia política no período do primeiro governo getulista em 1930-1945. Por meio da radiodifusão, como “o pai dos pobres”, a imagem de Getúlio Vargas foi elaborada com o acúmulo de capital político tradicional refletido no paternalismo tradicional. Sua postura manteve as hierarquias, representou o povo, ‘junto ao povo’.

O populismo significou o paradoxo social vivenciado por um lado, pela identificação pessoal entre líder e povo, e por outro lado, foi marcado pelo desenvolvimento industrial, pela urbanização e conseqüente constituição de uma massa de indivíduos cada vez mais isolados entre si, marcados pela individualização das grandes cidades industrializadas. Com a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em 1939 e tendo como principal meio de difusão o rádio, estava selada a união entre a política e os meios de comunicação de massa no cenário brasileiro.

Mas a construção da imagem pública de candidatos na atualidade é distinta da prática vigente na Era Vargas e na década de 60. O capital político de outrora, dava-se no momento em que vigorava a forma de paternalismo tradicional, na qual crescia a face racional-legal do Estado, enquanto o capital simbólico acumulado na prática política atual, o *capital Imagético*, é racionalmente produzido para a exposição e divulgação mediática ⁷⁰. Trata-se do acúmulo de um capital simbólico, no qual a imagem prevalece como a face do encantamento, como o cerne do “novo”, veículo de exposição dos candidatos. Existe o acúmulo de capital político tradicional e este foi e é relevante, porém, a visibilidade pública e midiática destaca-se a partir do capital simbólico.

⁶⁹ Apesar de a primeira emissora de rádio do Brasil ter sido inaugurada já em 1923, no Rio de Janeiro, a radiodifusão só foi regulamentada na Era Vargas através do Decreto 20.047, de 1931 e do Decreto 21.111, de 1932. A expansão do sistema de radiodifusão se deu durante os anos 30.

⁷⁰ O conceito de capital político, extraído da Sociologia de Pierre Bourdieu, indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. Um capital político tradicional. Entende-se por capital simbólico, de maneira mais abrangente, o capital político acumulado e o Capital Imagético, embora seja uma forma de capital político acumulado, apresenta suas peculiaridades: é um tipo de carisma secular, racionalmente produzido e incorporado em uma imagem pública construída diretamente para transitar de acordo com as transformações vivenciadas no campo político. Para maiores esclarecimentos, consultar Bourdieu (1989) e Oliveira (1992).

Lula consegue, através de seu carisma, sua história pessoal e política, ao longo de sua trajetória, acumular capital simbólico e imagético. Mas isso não se deu de forma imediata, mas lentamente, nos desdobrados dos jogos políticos, dos cenários, das técnicas e das disputas simbólicas.

Este capítulo traz a história do Lula político, do militante, do candidato em seu tempo do apelo, da convocação da massa de trabalhadores num primeiro momento. E depois, do apelo aos eleitores, de novos pedidos de ‘voto de confiança’, mas desta vez para governar seu País, para ter enfim a oportunidade de colocar em prática a experiência adquirida e os projetos de um governo popular. Neste segmento da tese, trataremos num primeiro momento de contemplar sua militância política na formação, fortalecimento e projeção do Partido dos Trabalhadores; junto a movimentos populares como a campanha para eleições diretas para Presidente da República, o movimento das “Diretas Já”; a instituição da Central Única dos Trabalhadores, uma entidade capaz de continuar a luta pelas causas dos trabalhadores de forma institucionalizada e sua atuação na elaboração da Constituição Federal de 1988 e como expoente atuante na oposição ao governo.

3.1. ATUAÇÃO PÚBLICA NA ESFERA POLÍTICA

Convém antes de tudo afirmar que os meios de comunicação sempre deram visibilidade ao emergente líder sindical. Por todo o tempo, Lula, por sua vez, soube aproveitar o potencial da comunicação de massa. Ciente da existência de interesses de terceiros, ele também se mostrou habilidoso nesse meio:

Nesta época muita gente acha que o Lula foi usado pela imprensa burguesa, aquela baboseira toda que a esquerdinha festiva fala: - “Lula foi usado pela imprensa burguesa.” Acho que fui realmente, e eu queria continuar sendo usado da forma que fui por mais 50 anos. Porque eu sempre disse o que queria, e ela sempre publicou grande parte do que eu queria dizer e graças a isso é que a gente chegou onde chegou. Eu não nego que a imprensa teve uma atuação enorme no nosso trabalho. Por quê? Porque a Televisão, o Rádio, o Jornal passaram a publicar coisas que eram proibidas até 1977. Então a dona-de-casa no intervalo da novela ouvia falar em Sindicato, o cara que tava com o radinho trabalhando ouvia falar em Sindicato, o cara que lia jornal, a classe média, a classe média que é muito volúvel, que dança de acordo com a situação econômica, que tinha a mentalidade de que dirigente sindical era corrupto ou

subversivo, começava também a ver que existia um outro tipo de dirigente sindical. Um grupo de pessoas honestas que estavam dispostas a levar uma luta mais séria. Então a imprensa foi muito favorável no sentido de abrir esse espaço. É lógico que por trás disso havia os interesses das empresas, e ninguém era tonto de pensar que não existiam. Ora, porque a revista *Veja* é uma revista burguesa eu não vou dar entrevista? Tenho que ter em mente que ela atinge trezentas mil pessoas, e que pode ser lida por mais três caras, o que já significam novecentas mil pessoas. Essa era a clareza que a gente tinha e, era em cima disso que a gente atuava. (SILVA, 1981, p.52).

Por outro lado, a imprensa não podia negar a existência de um movimento social de tamanha magnitude e uma vez adentrando o espaço da política com a formação do Partido dos Trabalhadores, Lula se torna uma figura pertencente à esfera pública. Em paralelo a isso se tornava também conhecido internacionalmente. Entre 1980 e 1981 visitou os Estados Unidos, Espanha, Japão, Argentina, Nicarágua, Cuba, Bélgica, França, Portugal, Canadá e o Vaticano.⁷¹ Nestes países, dialogou com estadistas como: Eduard Kenney, Helmut Schmidt, Adolfo Suárez, Lech Walesa e até o Papa João Paulo II. O fato de ser bem recebido por estes dirigentes dos mais diversos países, por um lado, dava legitimidade a sua figura política e dificultava represálias do governo e por outro lado, evidenciava que o mundo clamava por caminhos alternativos à forma de governo militarista.

O caráter político do movimento grevista dos operários paulistas, a formação de um partido político de esquerda e os demais movimentos sociais de combate ao regime militar, como o movimento estudantil, das Comunidades Eclesiais de Base com a participação da própria Igreja Católica, dentre outros, haviam despertado vários outros grupos excluídos, formando uma massa ansiosa pelo fim do regime. Eram a estes que Lula se dirigia, era para essa parcela incitada que se apresentava como representante. Díaz (2005) menciona a força da figura de Lula diante da situação de revolta e desejo de liberdade política:

El movimiento opositor al régimen había logrado una victoria tras otra y algunos presagiaban un derrumbe estrepitoso de la dictadura. Se había encendido una llama difícil de contener porque estaba alimentada por el deseo de libertad e igualdad. Lula reclamaba ambas cosas a la vez, pero su voz se dirigía

⁷¹ Ver fotos de encontros com os estadistas destes países em anexo desta Tese.

especialmente a los excluídos de siempre, al Brasil profundo y a las grandes mayorías tantas veces postergadas. (DÍAZ, 2005, p. 49).

Nesse contexto, no qual se vislumbrava o fim do regime militar, a idéia de criação de um partido político para o trabalhador, se vez viável a partir da concessão do governo autorizando a inscrição de novos partidos políticos. Uma vez criado o Partido dos Trabalhadores, a causa operária passa a constituir-se em luta política de forma institucionalizada. E como presidente do partido, Lula torna-se figura pública da esfera política do país exercendo um papel singular de liderança de um partido não apenas fundado para servir as causas dos trabalhadores, mas criado, idealizado e dirigido por trabalhadores, sindicalistas e intelectuais nunca antes envolvidos com a prática política profissional, e totalmente desvinculado de outros partidos ou políticos advindos da elite ou da direita política do país.

A atuação pública de Lula na esfera política tem início, portanto, no domínio do movimento social, mas adentra a esfera política ganhando maior dimensão. Nesse percurso, fundou um partido político, tornou-se o um dos principais nomes da esquerda brasileira, participou ativamente do movimento pelas eleições diretas para Presidente, elegeu-se Deputado Federal por São Paulo com a maior votação para a Câmara Federal até o ano de 1986 e participou da elaboração da Constituição Federal de 1988, antes de pleitear a Presidência da República. De maneira que quando se candidata pela primeira vez ao cargo em 1989, Lula já era um político internacionalmente conhecido por sua militância social e política.

3.1.1. Formação do Partido dos Trabalhadores

A decisão de criar um partido político que representasse a classe trabalhadora foi sendo tomada gradualmente, concomitante a intensificação da polarização do imaginário político da liderança do novo sindicalismo. Com a capacidade de mobilização da classe percebida nas grandes assembléias sindicais e a emergência da abertura política ⁷², os líderes sindicais, chamados “combativos”,

⁷² A legitimidade mantida pelo regime militar geralmente pelo uso da força encontrou resistência na sociedade brasileira no final da década de 1970 quando parte da população diretamente atingida pela

optaram pela criação do Partido como instituição adequada para expressão política dessas forças sociais como forma legal de luta.

Neste momento, os líderes sindicais cogitaram alternativas partidárias já existentes. Assim como o PTB, outra opção foi o MDB, pois, sobretudo, a partir das eleições de 1974, o MDB se caracterizava como partido de oposição, com a atuação de vários Deputados engajados com as causas dos trabalhadores. Contudo, este partido jamais se desviara da função a ele imposta pelo sistema. Um partido constituído de “cima para baixo” com a missão específica de lutar pela causa dos burgueses país do campo e da cidade. Desta forma, para grande parte dos líderes sindicais, esta não era a alternativa mais apropriada para a luta política dos trabalhadores, como explanara Lula em 1979:

Minha opinião é a mesma sobre a ARENA e o MDB. São ambos partidos dos patrões, burgueses, e pouco farão pelo trabalhador, salvo raríssimas exceções de alguns candidatos que realmente tem vínculos com a classe trabalhadora... Não há possibilidade de eu repetir o apoio a um não trabalhador em termos tão participantes. (ALMEIDA, 1983, p 10-11).

Para alguns “autênticos”, conforme Oliveira (1988, p 121), o MDB era incapaz de produzir uma ordem social diferente do regime anterior a 1964. Era, portanto imprescindível a criação de um Partido que fosse além da incorporação da classe média e permitisse de fato a participação dos trabalhadores nas grandes decisões nacionais em vez de relegar a estes a condição de aliados, reprimidos ou excluídos. Assim, em janeiro de 1979, durante o XI Congresso de Metalúrgicos de São Paulo, foi tomada a decisão de iniciar a formação do Partido dos Trabalhadores. Uma proposta independente, diferente dos outros partidos de esquerda existentes e com

política econômica que desvalorizava os salários e condicionava os trabalhadores dos grandes centros a condições precárias de vida, reagiram através de manifestações contrárias à política imposta pelos militares. A sociedade fez ouvir suas insatisfações através de manifestações diversas e constantes sob forma de movimentos de bairro, movimentos de mães, de operários, de profissionais da saúde, dentre outros. Tais movimentos mostraram que a legitimidade do regime não era inabalável. A crise econômica causada pelo progresso imposto pela ditadura militar suscitou respostas da população e abalou o próprio regime. Diante da crise os militares começaram elaborar as condições necessárias para conduzir o país ao processo de democratização, mas de forma a não perder o controle, mas conduzir as mudanças de “cima para baixo” a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico. Ver em: (SADER, 1988) e (BRANDÃO, 2003).

participação efetiva dos trabalhadores, inclusive na elaboração das diretrizes do Partido como afirmou Lula, em entrevista ao Jornal *O Companheiro*, em 1979:

Eu acho que o que vai selecionar ainda mais as pessoas é o próprio programa. E o programa do PT não tem rótulo nenhum. Eu acredito que é um desejo da grande maioria dos trabalhadores, que ele não venha com rótulos de PS, de PC, ou de coisa parecida. Mas que venha com propostas socializantes eu acho fundamental. Agora, o programa final só existirá a partir do momento que os trabalhadores o fizerem [...]. As propostas de [PT] são anticapitalistas. É um partido democrático. Ele só tem razão de ser se tiver no seu bojo a permissão para a discussão, para que as pessoas militantes dêem a sua opinião. Eu acho que é um partido que propõe uma forma socializante das coisas. Mas quem vai decidir a forma de socialização é a classe trabalhadora. Não sou eu. (BRANDÃO, 2003, p. 40).

Mas a formação do PT não foi um processo simples. De acordo com Oliveira (1988) divergências internas de pensamento dividiam os sindicalistas “combativos” em “autênticos”; “unidade sindical”; “oposições sindicais” e “radicais”. Tanto a possibilidade de apoio a partidos já existentes quanto à ideologia, bem como questões sobre o lançamento público do partido, constituíam assuntos de impasse na discussão entre os líderes. Em meio às discussões, os radicais se anteciparam e lançaram em 1º de maio de 1979, o Manifesto de Criação do Partido dos Trabalhadores, fato que repercutiu negativamente para os autênticos que até então mantinham uma aliança com a unidade sindical. Para Lula, atuante sempre como articulador entre os grupos envolvidos, uma decisão precipitada⁷³, mas que levou os “autênticos” a uma postura mais efetiva na criação do partido, pois estavam sendo atropelados pelos “radicais”. Com este fato, formou-se uma aliança entre “autênticos” e “oposições sindicais”, ficando de fora a unidade sindical. Esse novo rearranjo incidiu em mudanças na formulação do programa do partido, pois fez

⁷³ Em “Entrevistas e Discursos” (1981, p 192-197), Lula demonstra sua opinião sobre a atitude dos radicais de lançarem um esboço de programa político do PT, enquanto as discussões ainda estavam acontecendo com os diversos grupos envolvidos no processo de elaboração do partido. “Eu disse aos companheiros que lançaram aquele esboço que a coisa foi muito precipitada, porque entendo que deveríamos procurar outros setores da sociedade antes de lançarmos qualquer coisa. Caso contrário você corre o risco de causar inveja, de causar ciúmeira, e a pessoa pode depois até ficar ofendida por não ter participado daquele esboço de programa, não ter tido tempo de discuti-lo e melhorá-lo [...] E não podemos perder de vista que nós temos hoje um grupo de políticos hoje dentro do MDB, elementos sérios, que sem dúvida, poderiam participar dessa discussão. Temos também outros grupos de políticos que estão aí, cassados, afastados, que sequer participaram da coisa.

repercutir a idéia de “formação de uma sociedade socialista” em vez do “modelo de equilíbrio”. (OLIVEIRA, 1988, p. 125-126).

Apesar das divergências, aqueles que optaram pela constituição do partido, não compartilhavam da idéia de que estavam dividindo os combativos. Oliveira (1988, p. 126) destaca que eles pensavam exatamente o contrário, pois estavam criando novas opções sem as quais haveria o risco de se “castrar o direito da classe trabalhadora de se engajar na política”.

Assim o Partido dos Trabalhadores viria constituir uma nova forma de ação por parte da esquerda, uma vez que o partido iria buscar diretamente nos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora sua principal fonte de sustentação política, como expresso em documento oficial do partido intitulado “Sobre o Partido dos Trabalhadores”:

A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende, das fábricas aos bairros, dos Sindicatos às Comunidades Eclesiais de Base; dos movimentos contra a carestia às associações de moradores; do movimento estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas. Surgiu, portanto como uma necessidade de:

- Criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo;
- Construir uma organização política dos militantes dos variados movimentos sociais que são freqüentemente fragmentados pelas suas próprias diferenças internas e por uma luta reivindicatória que nem sempre alcança a expressão política de que são capazes;
- E finalmente, se conquistar a política como uma atividade própria das massas populares que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais, mas também e principalmente nos momentos que permitem, a partir de sua prática no dia-a-dia, a construção de uma nova concepção de democracia, com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões da maioria. (BRANDÃO, 2003, p. 38).

Vale ressaltar que foi junto às estruturas dos movimentos sociais, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro que o partido encontrou apoio efetivo das instituições que constituíram seus pilares de sustentação: o Sindicato e a Igreja Católica. (BRANDÃO, 2003). O autor destaca que por um lado, as greves de 1979

tiveram grande relevância no cenário político, pois fez com que o Sindicato, enquanto instituição que vivenciava um descolamento com seu público, voltasse a atuar de forma combativa defendendo os interesses dos trabalhadores em detrimento de uma atuação até então passiva por estar atrelado ao Estado. Por outro lado, a Igreja Católica rompeu com a resistência aos assuntos políticos, proclamando e assumindo um discurso a favor dos pobres, marginalizados e oprimidos com a influência da “Teologia da Libertação” e sua luta na América Latina contra as injustiças sociais. Igualmente, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases) tiveram atuação importante à frente da luta por melhores condições de vida para as comunidades carentes ao organizarem movimentos tais como de bairros, por saúde pública e dos clubes de mães, dentre outros. (SADER, 1988).

Além dos sindicalistas e militantes católicos, também compunham a principal base de estruturação do Partido, parte da esquerda composta por dissidentes do PCB, do PC do B, antigos integrantes de grupos de resistência armada e membros sem agremiação política. Outra parte dos Partidos de esquerda como PCB, PC do B e MR8, encontrou no MDB uma possibilidade de atuação política legal em meio ao novo cenário que se formava.

Uma vez iniciado o processo de formação do Partido dos Trabalhadores se fez necessário identificar quem era o trabalhador, a quem se destinava a representação partidária para além de suas bases populares. À categoria operária precisavam agregar outros grupos de trabalhadores como assalariados e profissionais liberais, pois todos sofriam perdas salariais e ansiavam por uma mudança no quadro político. Grupos que desde as grandes greves dos metalúrgicos do ABC se identificaram com a luta por melhores condições de vida. Ficou então definido da seguinte forma quem compunha a classe trabalhadora brasileira:

A classe trabalhadora é a união dos trabalhadores com os operários e existe uma diferença entre operário e trabalhador. Trabalhador é todo aquele sujeito que vende a sua força de trabalho. Às vezes não sai nada pronto das mãos dele. Do operário, obrigatoriamente, alguma coisa sai pronta da mão dele. A classe trabalhadora, ela pega desde os profissionais liberais, até o sujeito que é varredor de rua. (OLIVEIRA, 1987, p. 126).⁷⁴

⁷⁴ Fala de Wagner Benevides (Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais e um dos fundadores do PT), em entrevista. Ver em: (OLIVEIRA, 1987, p. 126).

Estavam, portanto, desde o movimento grevista operário, firmadas as bases populares do partido e em seguida, também percebida a composição da classe trabalhadora. Caberia à liderança orientar politicamente as bases. Para isso foi redigida em 02 e 03 de julho, a “Carta de São Bernardo”, com a participação de Deputados Federais, Deputados Estaduais, intelectuais e 45 dirigentes sindicais. Com poucas alterações em relação ao Manifesto de Lançamento, este documento defendia a liberdade de filiação partidária, apoiava a Assembléia Constituinte, a anistia ampla e irrestrita e rejeitava tanto o bi-partidarismo quanto o sistema multipartidário. (OLIVEIRA, 1987).

Do encontro para a redação da “Carta de São Bernardo”, em julho de 1979, até o registro no Tribunal Superior Eleitoral, em abril de 1980, vários encontros aconteceram perpassados por discussões e controvérsias sobre quais seriam as diretrizes gerais do partido que durante esse tempo não teve um programa e orientação definidos para sua divulgação pública.

Um ponto de debate foi a questão ideológica, pois a “Carta de Princípios” não esclarecia se o partido se orientaria para o socialismo ou para um “governo dos trabalhadores”. Quanto ao ideário de luta política o impasse incidia entre um grupo majoritário defensor da luta contra a ditadura e o capitalismo e um grupo minoritário defensor da luta contra a ditadura e pela liberdade democrática, descartando a questão do socialismo. (OLIVEIRA, 1987).

A resposta a tais questões aparecem na “Declaração Política” e nas “Normas Provisórias”, documentos que confirmavam o compromisso com a abertura aos diferentes grupos e propostas, pois estes apresentavam uma proposta para discussão com as bases do Partido, os chamados núcleos Pró-PT e com as organizações populares, ou seja, as Associações de Moradores, Comunidades Eclesiais de Base, etc. A estes núcleos caberiam a escolha de seus representantes, e as decisões sobre a fundação do partido e elaboração de seu programa. (OLIVEIRA, 1987).

Os temas presentes na Declaração Política eram: origens do PT, o PT e os sindicatos, o PT e a reforma agrária e o PT e a frente oposicionista. O documento salientava ainda que as lutas populares em crescimento não podiam ser reprimidas pelo Estado, pois ao serem bem sucedidas desarticulando os principais mecanismos de repressão usados pelo regime, ou seja, o arrocho salarial e a proibição das

greves, adquiriram uma expressão propícia ao avanço da luta agora na dimensão política.

Oliveira (1987, p. 133-134) sintetiza o conteúdo destes documentos oficiais do Partido dos Trabalhadores:

Finalmente, a “Declaração Política” afirmava que o PT seria o canal de expressão partidária e política de todos aqueles explorados pelo capitalismo, reunindo militantes de movimentos sociais diversos e construindo uma organização nacional das massas. No que tange aos sindicatos, o partido não se envolveria com eles, mas lutaria por sua independência e pela construção da CUT. A luta teria sempre o caráter legal, visando a participação legítima das massas em todas as esferas de poder da sociedade, com vistas a construir um novo conceito de democracia, fundada nas bases da sociedade e apoiada pelas decisões da maioria, o que só poderia se dar em uma luta de longo prazo. O partido planejava lutar para que todo o poder econômico e político fossem exercidos diretamente pelos trabalhadores, de forma a colocar um término na exploração e opressão. As “Normas Provisórias” endossavam a “Carta de Princípios” publicada no Dia do Trabalho, especificando que os Núcleos Pró-PT poderiam se organizar nos locais de trabalho, de residência e por categorias profissionais.

Em novembro de 1979, o Comitê Provisório novamente se reuniu e definiu toda uma estrutura de trabalho para organização dos trâmites necessários ao registro oficial do partido. Na ocasião ficou definido a constituição de uma Secretaria para organização dos Núcleos, outra de finanças e infra-estrutura e uma terceira para a Imprensa e Publicidade. Foi instituída ainda uma Comissão de Textos para análise da situação vigente dos sindicatos e definição do programa com as “teses oficiais” a serem avaliadas e votadas pelos núcleos. (OLIVEIRA, 1987).

Membros do comitê tentaram conseguir apoio parlamentar em Brasília mas não conseguiram nenhuma adesão. De acordo com Brandão (2003, p. 61) “a legalização do partido estava condicionada ao cumprimento de certas exigências em âmbito nacional. Uma das exigências para que o partido conseguisse seu registro definitivo era possuir um quadro de filiados”. Desta forma, os Núcleos de Base, instrumento característico do partido, acabou sendo direcionado para fins de legalização do partido. Forma encontrada para intensificar o processo de filiação necessário ao cumprimento da legislação eleitoral.

Em fevereiro de 1980, mesmo sem apoio parlamentar, foi aprovado o “Manifesto para a criação do Partido dos Trabalhadores”, que mantendo as mesmas linhas mestras da “Declaração Política”, teve o registro no Tribunal Superior Eleitoral realizado em 20 de abril de 1980.⁷⁵

O PT surge num momento histórico único em que as transformações em curso favoreceram sua criação. Sob a égide da abertura política,⁷⁶ era o único partido que tinha como proposta surgir “de baixo para cima”. Ter como fundadores os próprios trabalhadores, sem representantes da elite. Contudo, a história do partido desde sua criação apresenta as contradições inerentes a todo processo de ruptura política que em seu intento exclui a revolução. Na tentativa de surgir na cena política de forma legal e passiva, o PT precisou aceitar as regras do jogo político eleitoral ditado pelo regime militar, para poder concorrer com outros partidos.

Brandão (2003) enfatiza que ações como o direcionamento dos Núcleos de Bases para fins de legalização do partido como mencionado alhures, revelaram contradições de propósitos⁷⁷ e geraram a primeira crise de identidade do partido. Mas na verdade, ao analisar os documentos oficiais do PT, percebe-se também que as indefinições se faziam presente até mesmo no princípio ideológico do partido. O que não revelava simples contradições e embates de idéias, mas sim a experiência de se fazer algo novo, sem copiar modelos de partidos socialistas de outros países. Os documentos revelam a insistente tentativa de criar um partido das massas, dentro da legalidade, sem revolução ou coerção e adequado à conjuntura política do país refletido num discurso de valorização da democracia.

⁷⁵ O Manifesto aprovado pelo Movimento Pró-PT, pronunciado no Colégio Sion, deu início à história do partido em 10 de fevereiro de 1980, na presença de 1.200 pessoas representando 17 Estados brasileiros.

⁷⁶ Em 22 de novembro de 1979 foi aprovada a Lei Orgânica dos Partidos, que extinguiu a Arena e o MDB e restabelecia o pluripartidarismo no Brasil. A lei foi aprovada por João Baptista Figueiredo. Disponível em: <<http://elogica.br.inter.net/crdubeux/hfigueiredo.html>>.

⁷⁷ Trecho do discurso na primeira Convenção do Partido dos Trabalhadores: “Não admitimos que as creches, os clubes de mães, as associações de moradores, os movimentos de favelas, os grupos de luta pela terra, as entidades feministas, os núcleos artísticos e demais formas de o nosso povo se organizar na base sejam manipulados como currais eleitorais ou tratados a base do clientelismo político. Reconhecemos a autonomia do movimento popular frente ao Estado e aos partidos políticos. É fundamental para a libertação deste país que os moradores de um bairro ou os posseiros de uma região – independente de suas preferências partidárias – possam se encontrar na base em torno de suas lutas específicas. Se temos como militantes políticos um papel junto aos movimentos populares é o de ajudá-los em sua educação política, sem, porém induzi-los à nossa opção partidária”. Ver em: (BRANDÃO, 2003).

3.1.2. O Socialismo Democrático do Partido dos Trabalhadores

Os documentos oficiais, bem como a vasta bibliografia, com entrevistas e depoimentos dos idealizadores e organizadores do partido, revelam o pluralismo ideológico que norteou as discussões no período de fundação. Mas, uma idéia recorrente em todos os documentos e falas, é a afirmação do PT como um partido das massas totalmente desvinculado de propostas e políticos da elite:

A experiência fracassada e débil dos partidos de trabalhadores no Brasil decorreu sempre do fato de se pretender à força bitolar o trabalhador; então a idéia de um partido autônomo dos assalariados nasce da necessidade de se valorizar o trabalho, para que o capital não continue sendo espoliativo; mas isso numa frente ampla, de tal forma que ele não se feche politicamente nem ideologicamente... O partido do trabalhador em que nós acreditamos é um partido neutro, com ampla liberdade, amplo pluralismo ideológico, um programa aberto, um partido de massa, que tenha como fim primeiro abrir um espaço político para o trabalhador e mostrar a ele que ele pode ter o seu partido, feito por ele, e não votar no partido do Dr. Ulisses, do Dr. Brizola e do Dr. Tancredo. (OLIVEIRA, 1987, p. 130).⁷⁸

O surgimento do partido dos Trabalhadores foi perpassado pelos sentimentos de liberdade e aclamação de direitos que ganharam ressonância com a perspectiva de democracia cada vez mais corrente a partir do final da década de 1970. Sentimentos que se vinculavam diretamente aos pobres e oprimidos, pois era democraticamente que os grupos organizados decidiam pelo início ou fim de uma greve, pela organização de uma passeata para reivindicar melhorias junto aos governantes e demais autoridades, dentre outras ações deliberadas pelos grupos de movimentos sociais. Foi, portanto esse valor da democracia que para seus idealizadores representaria o elo entre o partido e a grande massa, na sua maioria composta por trabalhadores;

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem em seu interior.

⁷⁸ Dídimo Paiva (membro da diretoria da Confederação Nacional dos Jornalistas e Presidente do sindicato de Jornalistas de Belo Horizonte, entre 1975 e 1978) em entrevista. Consultar: Maranhão (1981, p. 82).

Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração às tendências, ressaltando apenas que as inscrições sejam individuais.⁷⁹

Mas vale ressaltar que a democracia defendida pelo PT, ao mesmo tempo em que se constituía sua principal bandeira, era também uma de suas principais peculiaridades, pois como se percebe em todos os documentos oficiais do partido, este condicionava a construção de um futuro socialismo brasileiro, à manutenção da democracia. O que afastava a compreensão dos ideais do PT com propostas de governos socialistas de outros países, pois é sabido que todas as experiências históricas que estabeleceram uma nova ordem social com regimes socialistas experimentaram governos autoritários.⁸⁰ Mesmo tendo a democracia com principal bandeira da revolução, posteriormente essa democracia passa a ser abolida em nome da própria causa revolucionária.

Para o PT, a via era, portanto a social-democracia, que emanada das instituições representativas democráticas da sociedade capitalista, constituía percurso legal para o caminho de transformações progressivas e institucionais da sociedade como meio para atingir o socialismo. Como o PT almejava mudanças por vias pacíficas e legais, mantendo a democracia na luta pelos direitos dos trabalhadores e contra os interesses burgueses, a força política seria, portanto, os movimentos sociais. A proposta era então promover a conscientização e agenciamento da classe trabalhadora e fazer desta a “grande” massa de eleitores do partido:

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto antes de terem sequer a idéia da necessidade do partido. E por isso sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano das lutas dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados a sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os

⁷⁹ Trecho do Manifesto do Partido dos Trabalhadores. Ver texto completo nos anexos desta Tese.

⁸⁰ O modelo recorrente no século XX empreendido contra a ordem social capitalista, comumente teve como característica inerente, um processo de ruptura respaldado em certa dose de violência como ocorreu com a Revolução Russa, a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana.

trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne, e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz nosso programa, terá que ser uma sociedade sem explorados e exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?⁸¹

Mas a persistência na idéia de manutenção da democracia incide em contradições quando se afirma ao mesmo tempo a instituição de uma sociedade socialista, pois a idéia de uma “sociedade sem explorados e exploradores” pressupõe uma sociedade de consenso, noção contrária, portanto, ao próprio conceito de democracia, o qual sugere a garantia da unanimidade da vontade da maioria em detrimento da vontade de uma minoria que teve seus interesses e anseios derrotados. Ora, se o Partido dos Trabalhadores propõe uma sociedade sem partes vencidas, como então obter o consenso respeitando valores distintos numa sociedade plural?

Contrário a ordem estabelecida o PT sugere constantemente que a resposta a questões como essa, bem como às características da sociedade e do socialismo a serem implantados viria das escolhas e decisões do povo, dos trabalhadores:

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém nem está em nosso horizonte adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar as crises em que este sistema econômico se encontra. Sabemos também que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático que atende as novas castas de tecnocratas e de privilegiados que os trabalhadores e ao povo [...]. O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência completa das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar [...]. O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo que estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.⁸²

⁸¹ Trecho do discurso da primeira convenção do Partido dos Trabalhadores.

⁸² Trecho do discurso da primeira convenção do Partido dos Trabalhadores.

Contudo, faz-se pertinente a observação de Brandão (2003, p 56) quando alerta que uma questão a ser considerada quando se propõe um socialismo democrático é pensar se o conjunto da classe trabalhadora teria condições de decidir qual a sociedade que se deseja. Provavelmente se conceberia uma sociedade melhor do que a vida sob as condições sociais e econômicas do final da década de 1970 e início dos anos 80, mas o autor questiona ainda se “essa ‘sociedade melhor’ seria socialista? Os trabalhadores teriam condições de visualizar uma sociedade socialista? Qualquer sociedade que fosse ‘justa’ seria socialista?”.

De fato, os documentos do PT, sobretudo entre o período de 1979 a 1981, pouco ou nada definiam o socialismo que se pretendia instaurar. Brandão (2003, p. 59) destaca que a única prerrogativa que fica evidente nos documentos do partido é que a nova sociedade socialista vislumbrada por seus idealizadores seria sim “fruto das lutas dos trabalhadores contra o seu principal inimigo, a ditadura militar. Os trabalhadores saberiam por sua própria experiência acumulada nas lutas dos movimentos sociais, o que seria melhor para eles”.

Diferente das experiências socialistas russa, chinesa e cubana, no Brasil a classe trabalhadora unida através dos movimentos sociais não tinha o socialismo como sua bandeira de luta, tão pouco havia uma “situação revolucionária”. Os movimentos sociais daquela época lutavam muito mais por reformas na sociedade vigente do que por uma ruptura com esta. Prova disso é que o próprio regime militar conseguiu conduzir até o fim, a transição democrática.

É possível concluir, portanto, que o período de fundação do Partido dos Trabalhadores não deve ser concebido como momento de definição clara de postura ideológica com idéia consistente do modelo de sociedade a ser construída, mas perceber que em vários aspectos foi um movimento inovador, pois pela primeira vez na história do Brasil, setores populares conseguiram organizar e cunhar seu próprio instrumento político e legalizá-lo segundo critérios impostos pela classe dominante.

Uma vez em condições de cumprir a Legislação Eleitoral, o Partido participou pela primeira vez em disputas majoritárias em 1982, concorrendo a todos os cargos elegíveis, mas o desempenho não foi o esperado, elegeram apenas 8 deputados federais, 12 estaduais e 117 vereadores no País, dentre os quais, 78 paulistas, e apenas 2 prefeitos, em Diadema (SP) e Santa Quitéria (MA). A pior constatação daquele pleito foi que em alguns Estados como Pernambuco, Paraíba, Rio Grande

do Norte, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná, o número de votos foi inferior ao número de filiados.

Já o ano de 1983 foi de destaque para o PT que organizou o primeiro comício pelas Diretas-Já. No ano seguinte o movimento se espalhou por toda a sociedade resultando na maior manifestação de massa contra a ditadura.

Em 1988 o PT se institui como partido nas eleições municipais ao conquistar 36 prefeituras, dentre as quais as de três principais capitais do país: São Paulo, Porto Alegre e Vitória. Elegeu 1.007 vereadores e formou alianças com outros partidos de esquerda como o PC do B, o PCB, PSB e o PH, além de apoios estratégicos do PDT.

Depois de conhecido nacionalmente o PT intentou na busca por reconhecimento internacional, organizou em 1990, o Foro de São Paulo, no qual reuniu 48 organizações políticas da América Latina, este foi apenas o primeiro de uma série de encontros concentrando partidos de esquerda da América Latina.

Ao longo dos anos o PT ganha representatividade nos mais diferentes cargos de gestão pública, amplia seu leque de alianças políticas, destaca-se no cenário internacional e adquire representação no cenário partidário brasileiro. Concomitante ao espaço alcançado o debate sobre suas bases ideológicas não apenas persiste como se acentua diante das alianças com partidos e políticos outrora criticados.

Wladimir Pomar ⁸³ afirma que apesar do conteúdo do Manifesto de lançamento do PT, assim como do seu Programa, ser claramente anticapitalistas e apontem para o socialismo como alternativa estratégica, é somente durante o 5º Encontro Nacional que o partido é definido como socialista. Pomar afirma ainda que apesar de o socialismo ter sido discutido pela cúpula do partido até o 11º Encontro nacional em 1997, o PT nunca concebeu o socialismo como proposta inevitável ou futuro imediato, e que este deixou definitivamente de ser objetivo estratégico do partido.

Já André Singer (2002) afirma que ocorreu uma transição de pensamento ideológico durante a passagem da década de 1980 para a década de 1990. Para o autor, ao longo dos anos, houve no discurso do PT um deslocamento da ênfase na ocupação do Estado pelo proletariado para uma proposta de *transformação social*,

⁸³ Wladimir Pomar é Jornalista, foi membro da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores de 1986 a 1990 foi ainda coordenador geral da Campanha presidencial de Lula em 1989.

esta que é denominada nos documentos internos de *'Revolução Democrática'*. É fato também uma significativa diminuição da presença de sindicalistas nos quadros da estrutura partidária.

De acordo com Singer (2002), o PT até 1990 oscilou ora como um partido democrático, comprometido com a alternância de poder, defensor da completa liberdade para a disputa pela direção do Estado através de eleições, ora como um partido que concebia o momento eleitoral apenas como uma fase de conquista da hegemonia após a qual os partidos que se opusessem a causa da classe trabalhadora não mais subsistiriam. Essa oscilação foi assim sintetizada pelo autor:

Ao longo dos dez primeiros anos de sua história as tensões internacionais no Partido refletiram divergências que o encaravam como mero instrumento político de enfrentamento revolucionário com a ordem burguesa ao democratismo basista dos que desvendavam o futuro socialista brasileiro como resultado da progressiva acumulação política, que possibilitaria uma superação pacífica do sistema capitalista. Assim, como o PT não tinha clareza do caráter de sua estrutura partidária, oscilando entre o democratismo basista e ao centralismo leninista, sem de todo superar a tradição caudilhesca de que política é, no fundo, um acordo entre amigos, faltava ainda uma discussão mais profunda sobre o perfil do socialismo que propõe ao Brasil. (SINGER, 2001, p. 72-73).

A partir de 1991, o partido começa a defender a *'Revolução Democrática'*, num esforço de apaziguar a disputa ideológica entre grupos internos. O partido de fato começa a rejeitar a "ditadura do proletariado" para adotar a idéia da alternância no poder. Passa também a admitir a convivência com uma economia de mercado e a defesa da propriedade privada.

Outra questão também contestada por alguns grupos petistas, como o trotskista, foi a formação de alianças políticas, esta como já mencionado, estiveram presentes desde a primeira participação do partido no jogo eleitoral em 1982.

Pode-se tomar como marco a aceitação das transformações ocorridas no discurso petista, o 1º Congresso Nacional do partido, em 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991. Neste momento, o discurso desloca seu foco do Estado para a sociedade.

A partir deste evento se fez constante na mídia e no próprio *corpus* do partido a discussão sobre a real postura ideológica do PT. Setores da imprensa nacional afirmavam que o partido teria amenizado seu discurso e mesmo adotado o discurso

neoliberal, outros segmentos da mídia impressa e televisiva defendem que o discurso do PT fora maquiado em prol de uma maior aceitação entre os eleitores. Mas a concepção da imprensa sobre a postura ideológica do PT excede os objetivos desta pesquisa. Para este momento importa ressaltar que as discussões, que por décadas tentaram conceituar ideologicamente o Partido dos Trabalhadores, tem respostas plausíveis nos próprios documentos de fundação do partido, uma vez que estes elucidam uma coerência se for considerado que um partido com tais características históricas e circunstanciais tem como período de “formação” muito mais do que poucos anos necessários a sua legalização, mas sim anos de adaptação ao sistema político e partidário brasileiro e sua lógica intrinsecamente desfavorável a partidos de esquerda.

Em entrevista concedida à Folha de São Paulo, Lula resume, em sua opinião, a trajetória do partido em relação à orientação ideológica e a formação de alianças:

O PT nasceu em 1980, nasceu de uma base majoritariamente sindical onde a minha grande experiência política era a porta da fábrica e o confronto direto com o empresariado, depois nós fomos juntando em torno do PT, sabe, remanescentes da luta armada no Brasil, companheiros que tentaram derrubar o regime militar. Depois nós fomos recebendo parte dos principais intelectuais brasileiros, depois fomos recebendo outras organizações de esquerda, depois nós fomos recebendo um monte de gente, pequeno e médio empresários, profissional liberais, e aí eu me dei conta de que o PT que eu queria construir que precisava construir era maior do que o PT de macacão que eu sonhava em construir. Porque no meu tempo de metalúrgico eu achava que o mundo girava em torno do metalúrgico. E depois eu descobri que não é assim. Numa sociedade, ela é muito complexa, ela é muito ampla, e um partido que representa uma parcela da sociedade, que tem um manifesto, um programa, ele acolhe todas as pessoas que querem partilhar daquele programa. (Lula em entrevista à Folha de São Paulo, em 12 de agosto de 2002).

Para Lula, não houve uma alteração de orientação ideológica, mas uma adequação a um novo objetivo mais complexo e ambicioso que o inicial, que acolhesse todos os setores da sociedade que compartilhassem das mesmas idéias do programa do partido. Quanto às alianças, é fato que desde o início da atuação do PT em processos eleitorais, em 1982, as alianças políticas já eram efetivadas.

3.1.3. Militância Política – Da Fundação da CUT à Campanha das Diretas Já

Após registro oficial do Partido dos Trabalhadores, em 1980, Lula tratou de alterar seu nome judicialmente de Luiz Inácio da Silva para Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo de acrescentar o nome Lula, forma hipocorística de “Luís”, ao seu nome de batismo, era usar sua alcunha dos tempos das mobilizações dos metalúrgicos em campanhas eleitorais, uma vez que a legislação vigente proibia o uso de apelidos pelos candidatos.

Em 1982, Lula participou das eleições para o governo do Estado São Paulo, mas perdeu a disputa para Franco Montoro do PMDB.

Em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, os dirigentes sindicais, dentre eles Lula, fundaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Uma Entidade Sindical brasileira de massas, vigente até os dias atuais de caráter classista, autônomo, que surge com o compromisso de representar e defender os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, tendo como primeiro coordenador geral, o metalúrgico Jair Antônio Meneguelli, operário, diretor sindical e ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Os objetivos mais específicos da CUT são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade democrática. Fundar uma organização como essa representava firmar de vez um espaço próprio e institucionalizado para a continuidade da luta da classe trabalhadora independente de Estado, governo, patronato, partido e grupos políticos.

No final de 1983, tem início o movimento popular e pluripartidário contra o regime militar e pelas eleições diretas para Presidente da República. Lula, enquanto Presidente do Partido dos Trabalhadores participou ao lado de Ulisses Guimarães, Presidente do PMDB e Leonel Brizola do PDT, da campanha “Diretas Já”, que tomou maiores proporções em 1984. A CUT também aderiu ao movimento.⁸⁴

⁸⁴ A Central Única dos Trabalhadores adere ao movimento das “Diretas Já”. Realiza Plenária Nacional na cidade de São Paulo, momento em que reuniram delegações de 18 Estados. A Plenária

A campanha pelo voto direto surgiu com a iniciativa do Deputado Federal Dante de Oliveira do PMDB de Mato Grosso, quando percebe uma incoerência com a vigência das emendas existentes no Congresso, estas estavam prejudicadas, pois tinha nascido na legislatura anterior. O deputado então lança uma emenda constitucional de conteúdo sucinto e objetivo, em 15 linhas, assinada por 23 senadores e 177 deputados, propondo o restabelecimento das eleições diretas para Presidente. Foi o início de 15 meses de campanha. Uma seqüência de mais de 50 comícios realizados por todo o País conduziam um número cada vez maior de populares e ativistas do campo político, intelectual e artístico. Com o slogan: “Quero votar para Presidente”, a campanha adquire adesão na luta pela democracia, mobiliza e empolga a sociedade num evento social emocionante e histórico, que apesar da tentativa de alguns órgãos da imprensa nacional de negligenciá-lo, adentra o campo da visibilidade pública da comunicação de massa.⁸⁵

Nesse cenário Lula também mostra seu potencial de mobilização. Seus discursos nos comícios da campanha das Diretas eram sempre ovacionados. Leonelli & Oliveira (2004, p. 415) relatam que os organizadores dos comícios planejavam sua vez no palanque de forma estratégica e revelando por vezes, que independente de partidarismo, a massa de seguidores de Lula mostravam-se receptivos a outros políticos, tanto pela causa como pela confiança no petista, como aconteceu em Osasco em 19 de fevereiro de 1984:

reafirmou a posição de exigir o boicote dos parlamentares ao Colégio Eleitoral e definiu o dia 25 de maio como o Dia Nacional de Luta e Greve Geral, como forma de retomar a luta pelas Diretas Já. Em agosto de 1984 organiza marcha à Brasília pela democracia que agregou outras reivindicações como: reforma agrária, salário-desemprego, reajuste trimestral e contra o Decreto-Lei 2.065 que arrochava os salários. Os trabalhadores manifestaram-se no Congresso Nacional e entregaram aos deputados um projeto de redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais. A marcha também serviu para o lançamento da "Campanha Nacional de Luta" pelas 40 horas semanais de trabalho sem redução de salário. Ver: <<http://www.cut.org.br>>.

⁸⁵ A campanha das “Diretas Já” mobilizou cada vez mais adeptos. Os comícios reuniram milhares de pessoas, mesmo assim a imprensa televisiva, sobretudo a Rede Globo de Televisão, emissora de maior audiência no país, se negou a divulgar os desdobramentos do movimento. O silêncio e invisibilidade foram rompidos pela TV Bandeirantes, que contrariando seus próprios interesses empresariais e desobedecendo a orientação governamental de não transmitir os comícios das Diretas, colocou no ar durante o *Jornal da Bandeirantes* transmitido às 19:00 horas as imagens ao vivo do comício da praça da Sé em São Paulo, no momento exato do encerramento quando uma multidão de 300 mil pessoas junto aos líderes da oposição cantavam o Hino Nacional. Leonelli e Oliverira (2004) relatam que a decisão de noticiar o comício foi um corajoso ato do dono da emissora João Jorge Saad que sofreu represálias do General-Presidente João Figueiredo, ao chamá-lo a Brasília logo após a transmissão ao vivo do comício. Os autores acrescentam que nesse encontro o Presidente rasgou na frente do empresário João Saad o decreto referente ao pedido de instalação de uma emissora da TV Bandeirantes em Brasília. A partir da transmissão da TV Bandeirantes, as outras emissoras inclusive a Rede Globo também transmitiram o evento em seus respectivos jornais do fim da noite. Sendo, portanto a TV Bandeirantes a única a fazê-lo ao vivo. (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004).

Ainda no domingo, no final da tarde, um comício em Osasco, São Paulo, levou 25 mil pessoas a Praça da Estação. Apesar do grande número de artistas – como Bruna Lombardi, Raul Cortez, Regina Duarte, Carlos Alberto Ricceli –, as maiores estrelas da manifestação foram Lula e Montoro, que chegaram no início da noite. Quando os dois subiram ao palco, a praça quase veio abaixo, numa estrondosa ovação. Lula foi quem primeiro falou. Extremamente popular em Osasco, devido ao grande número de operários na cidade, o líder petista fez um discurso direto e contagiante. Irônico, comentou as ameaças de decretação de medidas de emergência em Brasília no dia da votação da emenda das Diretas: “Dizem que eles vão decretar medidas de emergência. Mas o povo brasileiro vive em estado de emergência desde que nasce com salários de fome e falta de emprego”. Estimulado pela fala de Lula, Montoro foi tão enfático quanto o Presidente do PT, arrancando muitos aplausos do público no seu discurso de encerramento do comício – para alívio dos seus assessores, que estavam preocupados com possíveis vaias dos militantes petistas.⁸⁶

Mas, o movimento “Diretas Já” não logrou sucesso e as eleições presidenciais de 1984 foram feitas por um Colégio Eleitoral de forma indireta. Lula e o PT abstiveram-se de participar desta eleição. O processo indicou o governador de Minas Gerais Tancredo Neves, outro participante ativo na campanha das “Diretas Já”, como novo Presidente do Brasil.

Com a morte de Tancredo Neves, antes da sua posse como Presidente, assume o cargo o vice José Sarney. Lula e o PT decidem firmar uma posição independente, mas logo se posicionaram no campo de oposição ao novo governo.

Em seus momentos derradeiros o regime militar lança seu último golpe contra a democracia, pois mesmo rendido ao caminho da redemocratização já em curso, o fracasso do movimento por eleições diretas tem repercussões pontuais para a história do país, como afirma Leonelli & Oliveira (2004, p. 604) que participaram diretamente da campanha: “A vitória das ‘Diretas Já’ seria, portanto, uma revolução democrática, na medida em que alteraria a estrutura política do Brasil em ato praticado por milhões de brasileiros”. Obter o direito ao voto através de um movimento como este traria mudanças imprescindíveis para a cultura política do País, contrárias aos ideais das elites, pois “numa eleição conquistada, o seu

⁸⁶ Temia-se pela rejeição de Montoro pelos militantes petistas pelo fato deste ter vencido Lula nas eleições para o governo do Estado de São Paulo em 1982.

resultado teria um efeito devastador sobre a estrutura política social e administrativa do Brasil” porque “por mais moderado que fosse o Presidente eleito, a carga de expectativa e o grau de compromisso do povo com o novo governo praticamente o obrigariam a escrever uma história nova. Ou pelo menos tentara isso seriamente”.

Leonardo Díaz (2005, p. 52) também entende a derrota da campanha pelas eleições diretas como uma frustração para todos os envolvidos e como um fato que só retardaria a transição democrática:

La derrota del movimiento Directas Já sólo prolongó más la lenta transición hacia la democracia que tuvo Brasil. Los principales partidos opositores, unidos a otros escindidos del partido oficial, se unieron en La Alianza Democrática para apoyar la candidatura de Tancredo Neves a la presidencia. La figura de Lula aparecía demasiado escorada hacia la izquierda para esta dirigencia que em su gran mayoría había convivido con el régimen militar. Pero aunque fue marginado de estas negociaciones, Lula apoyó a Neves em el Colégio Electoral. [...] Tancredo Neves era un dirigente moderado y de gran popularidad sobre todo tras su paso como gobernador del Estado de Minas Gerais. Pero el primer presidente civil tras veinte años falleció antes de tomar posesión del cargo. Lo sustituyó su vice-presidente, José Sarney, que era uno de los dirigentes que se habían escindido del partido oficialista PSD. Se inició el proceso de transición a la democracia, que para el sociólogo brasileño Emir Sader fue el ‘más largo de América latina’.

A próxima eleição foi realizada em novembro de 1986 e com um avanço, pois o governo havia aprovado uma emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para os demais cargos majoritários. Foi concedido o direito a voto aos maiores de 16 anos e aos analfabetos. Nesta eleição também foi permitida a participação de partidos até então proibidos como os comunistas. (DÍAZ, 2005, p. 53).

Neste ano Lula foi eleito deputado federal por São Paulo com a maior votação para a Câmara Federal até aquele momento. Ainda neste cargo, participou da elaboração da Constituição Federal de 1988. Lula não se candidata novamente como deputado e a partir do início da década de 1990, dedica-se a intensificar suas atividades pelo Partido, colaborando na estruturação das seções regionais do PT, o que ajudou a consolidar sua liderança dentro do Partido.

Em 1989 foram realizadas as primeiras eleições diretas, depois de quase 30 anos de ditadura militar para Presidência da República, e como um militante político

assíduo em pró da democracia, Lula se candidata pela primeira e quase é eleito, perdendo no segundo turno para o candidato pelo PRN, Fernando Collor de Mello por uma diferença de 5 pontos percentuais das intenções de voto. Teve início nesta campanha o tempo do apelo de Lula ao eleitor brasileiro que após o período de governo autoritário, apresentou por anos uma tendência à rejeição a qualquer candidatura de perspectiva mais radical ou alinhado às teses de esquerda, não que o imaginário coletivo associasse o Partido dos Trabalhadores ao regime, mas que perante um processo tão árduo e lento de redemocratização, a inclinação se dava por formas de governos que preservassem os direitos obtidos de forma segura e sem grandes transformações.

3.2. A LUTA PELA PRESIDÊNCIA

O tempo do apelo é o momento da aparição e visibilidade do mito ou do discurso mítico, de sua propagação e da definição de seus contornos. É o tempo em que o líder político surge e inicia seu processo de identificação com os grupos sociais na busca por sua legitimação. É ainda como afirma Montenegro (2001, p. 263), “o tempo do apelo da sociedade pelo Salvador, do surgimento de um indivíduo que queira ser o Salvador, das lutas partidárias e ideológicas, das tensões advindas das diferentes concepções de mundo, de política e de direção do Estado”.⁸⁷

Percebemos, portanto, dois lugares produtores do apelo, os grupos sociais, a coletividade com seus anseios, emoções, desejos e expectativas; e o indivíduo aspirante a tornar-se o representante desta coletividade que para tanto precisa compreender as tendências, as forças e os aspectos subjetivos dos sentimentos e saber aproveitar as oportunidades para a mobilização das imagens e arquétipos capazes de atender os sonhos alimentados pelo coletivo social. Deste modo, existe a intervenção do indivíduo na elaboração das narrativas míticas. É na intenção de agregar em sua imagem os elementos necessários a corresponder os anseios da coletividade que o líder político vai compondo e por vezes reelaborando seu discurso, sua imagem.

⁸⁷ Ver “Juscelino Kubitschek: Mitos e mitologias políticas do Brasil Moderno” – Tese de doutoramento de Rosilene Dias Montenegro, defendida em 2001 pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Neste sentido, identificamos como tempo do apelo, o período de luta pela Presidência, o recorte temporal que compreende a atuação de Lula como candidato aspirante a este cargo, e priorizamos o seu discurso como lugar de produção do apelo. Sabemos que suas ações neste intento, foram ora menos, ora mais expressivas, porém, ininterruptas. Mas analisaremos aqui as mensagens produzidas e disseminadas durante suas candidaturas, por constituir os períodos mais significativos da apresentação e mesmo elaboração de sua imagem, momentos que já expressavam determinadas narrativas e mitologias políticas.

Mesmo delimitando desta forma o tempo do apelo, este ainda se apresenta de maneira ampla, uma vez que constam quatro campanhas presidenciais, o que imprimiu mudanças de discursos e da postura do personagem. Mas como alertara Girardet (1989), sobre os mitos contemporâneos:

A partir do momento em que todo mito desse tipo ganha uma certa amplitude coletiva, ele tende a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, a constituir-se, em outras palavras, como uma espécie de encruzilhada do imaginário onde vem cruzar-se e embaralhar-se as aspirações e as exigências mais diversas, por vezes mais contraditórias. (GIRARDET, 1989, p. 72-73).

Diante das especificidades da conjuntura de cada disputa e do caráter intrínseco da própria elaboração do discurso mitologizado, a atuação de Lula como candidato também apresentou suas peculiaridades. De maneira que os símbolos e as mitologias políticas empregadas surgiam de maneira cambiante, sendo substituídas conforme as circunstâncias. Sua narrativa é constituída deste percurso intrincado. O apelo ao imaginário coletivo se fez a partir de diferentes símbolos e formas, assim como o apelo advindo dos grupos sociais também suscitaram diferentes modelos de representante.

Desta forma, é imprescindível um percurso sobre as diferentes formas e conteúdos dos discursos proferidos na perspectiva de perceber as imagens colocadas em ação nos momentos de apelo ao imaginário coletivo e como vai se apresentando o processo de heroificação deste personagem, uma vez que o tempo do apelo também faz parte deste processo.

3.2.1. Campanha Presidencial de 1989

Na primeira eleição direta, após o regime militar para Presidente da República em 1989, o país passava por um processo de reformulação política, econômica e institucional. A mudança do regime e o fim da ditadura militar marcaram o início da vida política brasileira rumo à redemocratização. A expectativa de toda a sociedade ocorria em torno do crescimento econômico, de mudanças na distribuição de renda e do fim da corrupção. Com um número expressivo de candidatos ⁸⁸, a disputa presidencial deste ano contou com coligações partidárias, tamanha era a incidência de novos partidos após a abertura política.

O Partido dos Trabalhadores, por exemplo, lançou a candidatura de Lula, juntamente com o apoio do PC do B e PSB, formando para esta campanha, a coligação: “Frente Brasil Popular”. Lula representava então a chamada “legítima esquerda” e se apresentava como a única opção contrária às elites. Em seus discursos, evocava constantemente sua profissão, sua origem humilde e o seu vínculo com o movimento sindical com a finalidade de afirmar uma imagem ligada a uma classe social específica.

Apresentava-se como retirante nordestino e representante da classe trabalhadora: “(...) Eu sou candidato a Presidente da República porque a classe trabalhadora, a dona de casa e a classe média proletarizada resolveram assumir para si a responsabilidade de dirigir este país”. Neste vídeo, de 12 minutos de duração, conteúdo da primeira exibição do HGPE, Lula aparece como representante de uma parcela da população, diferente do que acontece em 2002 quando se apresenta como um candidato para todos.

Com idéias socialistas e poucos recursos, grande parte doada por eleitores, militantes e alguns empresários simpatizantes, a campanha do PT de 1989 foi marcada pela sofisticação e utilização da mídia. Os comerciais eram produzidos em estúdios e contaram, por vezes, com a presença de cantores e atores globais ao som de “Lula lá”, slogan de campanha.

⁸⁸ Fernando Collor de Mello (PRN, PSC, PTR, PST), Luiz Inácio Lula da Silva (PT, PSB, PC do B), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Salim Maluf (PDS), Guilherme Afif Domingos (PL, PDC), Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PSD, PDN), Afonso Camargo Neto (PTB), Enéas Ferreira Carneiro (PRONA), José Alcides Marronzinho de Oliveira (PSP), Paulo Gontijo (PP), Zamir José Teixeira (PCN).

O programa exibido no HGPE procurava se assemelhar à maior emissora de televisão do País, a Rede Globo, desde o nome: “Rede Povo”, a vinheta, a logomarca, o sinal eletrônico “*plim plim*”, tudo era uma imitação da emissora, mas de forma inversa, na tentativa de fazer uma crítica a esta. A paródia consistia em mostrar que a Rede Globo defendia os interesses dos poderosos da classe burguesa, enquanto a Rede Povo, os interesses do povo, das classes populares, dos esquecidos e excluídos da história política, cultural e econômica do País. Os primeiros vídeos apresentavam não o candidato, mas o seu programa, “Está no ar uma estação de TV diferente, uma emissora da Frente Brasil Popular”.

O tema central do primeiro pleito foi “Sem medo de ser feliz”. As mensagens veiculadas continham um forte teor ideológico. Falava-se constantemente em defesa da verdade, ato diretamente vinculado a idéia de que a Rede Globo do empresário Roberto Marinho, ligado às elites, bloqueava as informações e manipulava o agendamento⁸⁹ da programação de maneira a favorecer o candidato adversário. Os slogans anunciavam: “Aqui você vê a verdade na TV”, “Aqui você vê o que não vê nas outras tevês”.

Os projetos de seu programa de governo eram discutidos de maneira vaga, orbitando em torno de temáticas específicas como: melhorias para a segurança pública, para a saúde e melhores condições de moradia, dentre outras, mas sempre utilizando sua origem como atestado de compromisso. Sobre a necessidade de uma reforma urbana, por exemplo, Lula conta as dificuldades enfrentadas por ele como cidadão comum, trabalhador humilde, morador de uma área sem infra-estrutura:

Eu conheço perfeitamente bem as necessidades de uma Reforma Urbana. Eu lembro quando em 1958 eu morava na Vila Carioca até 1964, no bairro do Ipiranga em São Paulo e lembro as enchentes que eu enfrentava. Lembro quando em 1969 eu morava na Ponte Preta, divisa com São Caetano e São Paulo e lembro quantas noites a gente acordava meia noite, uma hora da manhã com a água já molhando o colchão e a gente tinha que levantar e nem sempre tinha tempo de subir as coisas e estragava tudo e depois não tinha reparo por parte do poder público. Lembro quando casei a 1ª vez e

⁸⁹ O *agenda-setting* ou agendamento e o *framing* ou enquadramento, são ferramentas da mídia utilizadas na identificação de um Cenário de Representação Política. O primeiro supõe que a mídia agendaria os assuntos discutidos pela opinião pública; ou seja, a mídia determinaria o conteúdo de discussão do público em certo período e o segundo conceito, determinaria como um assunto agendado pela mídia deveria ser pensado; ou seja, o enquadramento daria direção para o tema, destacando ou depreciando certos aspectos do assunto.

fui morar no Parque Prister em São Paulo e sei o que é levantar de manhã pra ir trabalhar numa rua que não guia, que não tem sarjeta, que tem um metro de barro quando chove e que a gente sai de casa limpo e chega no ponto de ônibus que nem um porco de tanto barro que já carrega na barra das calças. É por essas coisas que eu entendo que a reforma urbana é necessária pra dar ao trabalhador que produz a riqueza deste país o mínimo de decência. (...). (Lula no HGPE das eleições de 1989).

O cerne da interpretação da situação social do país se deu em torno da exploração de uma classe social por outra. Os diferentes temas de campanha, como reforma agrária, dívida externa e economia, estavam sempre relacionados a esta questão. Os comerciais traziam críticas à administração pública e freqüentes denúncias contra o governo.

Os temas centrais da campanha foram a inflação, a distribuição de renda, o problema da situação precária da saúde, da educação, a discriminação contra a mulher e o negro, entre outros, mas todos apresentados como expressão de um único problema: a existência de uma sociedade de classes. Lula sempre ressaltava a questão da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas:

A nossa classe dominante é hipócrita, a nossa classe dominante não chegou ainda na Revolução Francesa, que foi feita há 200 anos atrás. Na hora de ganhar dinheiro eles são modernos e querem dinheiro como empresários do século XXI. Na hora de pagar salários, eles pagam como empresários do século passado. (Lula no HGPE das eleições de 1989).

As propostas para a solução dessa problemática apareciam em forma de medidas de amplo desígnio, sem maiores objetividade e aplicação prática, como a suspensão do pagamento da dívida externa e renegociação de dívida interna: “Nossa posição é clara: nós teremos que suspender o pagamento de dívida externa”. (Lula no programa Rede Povo, em 1989, no HGPE).

Questões como a inflação e a situação do país com os credores estrangeiros eram abordadas de maneira abrangente como problemas que interferiam diretamente no poder aquisitivo dos trabalhadores. O problema da desigualdade social é enfatizado logo no primeiro programa do horário eleitoral. Esta

fala de Lula, no programa “Rede Povo”, evidencia a preocupação com o conflito capital-trabalho:

Todo trabalhador quer ter o direito a um emprego,... ter direito a uma casa,... ter direito à alimentação necessária, ... ter direito a escola, todo trabalhador sonha com o filho ser doutor, ... em poder dar a sua família o melhor possível, com relação às condições de vida. Todo trabalhador sonha poder comprar um presente de natal para o seu filho, ... poder, no dia da criança, por menor que ele seja, dar um presente a seus filhos. Esse é um sonho, esse é um sonho pequeno, ... que não é nada para quem trabalha a vida inteira, ... que não deveria ser nada para quem trabalha 240 horas por mês, ... para quem trabalha sol a sol e por que não podem fazer isso/ por que é que não podem? Exatamente porque o sistema que predomina nesse país é um sistema capitalista arcaico onde meia dúzia pode tudo e a maioria não pode nada. (Lula em comercial exibido no HGPE nas eleições de 1989).

Sobre a reforma agrária, as idéias especulavam entre a generalidade de opinião. Para Soares (1994), tratadas com falta de detalhamento técnico e apelo ao imediatismo das ações. Alguns depoimentos de Lula demonstram a opinião do autor:

Essa situação do Brasil só vai acabar no dia que existir duas coisas fundamentais, a primeira é uma política agrícola capaz de privilegiar o pequeno e o médio agricultor, e a segunda é uma política de reforma agrária para evitar que o povo pobre desse país continue morrendo de fome (...) (Lula em comício, apresentado no Programa Rede Povo, do HGPE nas eleições de 1989, sobre a reforma agrária).

Onde tiver um terreno vazio o trabalhador sem moradia deve invadir. (Lula em comício, apresentado no Programa Rede Povo, do HGPE nas eleições de 1989, sobre a reforma agrária).

Desde a fundação do Partido dos Trabalhadores, apesar da polêmica gerada em torno da temática, sempre ficou evidente o ideal socialista do Partido. Lula já declarava em 1981: “Além de o PT ser um partido de esquerda, é um partido que tem um objetivo socialista”. Em 1989, a argumentação central da campanha tendia a atribuir a solução dos problemas sociais do País à conquista do poder pelos trabalhadores:

Nós, Bisol, eu e você, vamos aqui, na frente do povo, assumir um compromisso. Nós vamos construir essa sociedade e nós queremos dizer que essa sociedade não vai ser encontrada no regime capitalista. Ela vai ser encontrada no sistema socialista que a gente vai implantar um dia nesse país. (Lula, no primeiro programa da Rede Povo do HGPE nas eleições de 1989).

O programa do HGPE exibia suas imagens em assembleias sindicais, fazendo discursos enfáticos na emoção do momento. Buscou-se particularmente nesta campanha a identificação com os telespectadores e a ênfase em declarar importância aos movimentos populares organizados. Como um legítimo líder popular, o apelo era direcionado a uma classe específica, aos seus iguais. Lula foi apresentado ainda como símbolo da luta pela redemocratização, habilitado para o desempenho político pela sua atuação na luta pelos direitos dos trabalhadores. Sua trajetória era comparada com a de seu principal adversário:

No ar onde estava você, um programa para o eleitor pensar. 1972: O operário Lula, que começou a trabalhar com 11 anos de idade, era eleito secretário do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo. 1972: Collor completava 23 anos, sem nunca ter trabalhado, e ganhava de presente do pai milionário, uma empresa, a Gazeta de Alagoas. 1975: Lula se candidatava à presidência do sindicato dos metalúrgicos e onde estava Collor? No Rio de Janeiro dando uma festa de marajás para 5 mil convidados. Era festa de seu casamento com Lili Beth Monteiro de Carvalho, filha de um milionário sócio de Roberto Marinho. Lula foi eleito presidente do sindicato com 92% da votação e Collor ganhou como presente de casamento a prefeitura biônica de Maceió. Lula lutava junto com seus companheiros trabalhadores. Collor vivia em farras e viagens pela Europa com seus amigos milionários. Na sua opinião, qual deles é sincero quando diz que vai defender os pobres? (Programa Rede Povo do HGPE nas eleições de 1989).

Em meio a esse diálogo com os adversários, a campanha foi marcada por ataques diretos aos demais candidatos, principalmente o candidato de direita e os que se apresentavam bem colocados nas pesquisas de intenção de voto. Era o caso de Collor, Maluf e Affif:

O passado condena. Novela política, Capítulo 1: Geisel andava com Figueiredo que andava com Sarney que começou a andar com Ulysses. Sarney era Presidente do PDS e andava com Delfim que,

naquela época, andava com Affif. Affif era secretário da agricultura e andava com Maluf. Maluf andava com o Prefeito Biônico Collor. Collor que votou em Maluf, no Colégio Eleitoral, hoje anda com Antônio Carlos Magalhães, que anda com Sarney que andou muito com Figueiredo que andava com Geisel que hoje anda com Aureliano. Esta é uma novela política que vai terminar. Um capítulo que se depender da gente, nunca vai se repetir. (Propaganda do PT apresentado no HGPE nas eleições de 1989).

O cerne desta candidatura foi o escopo de reunir os segmentos populares e estabelecer uma divisão nítida de representantes, de um lado, os partidos de esquerda defendendo os interesses populares e do outro, seus adversários representantes das elites e dos grandes empresários:

(...) Você já deve ter distinguido quem é que está falando a verdade nesta campanha, quem é que está do lado do povo e quem é que está contra o povo. Quem é que tem aliados ligados ao povo e quem é que tem aliados ligados a classe dominante. Do meu lado você já viu: Lula, Brizola, Mário Covas, Miguel Arraes, a esquerda do PMDB, PSB, PCB, PC do B. Do outro lado você também já conhece as pessoas que são manjadas: Delfin Neto, Roberto Campos, Maluf, Ronaldo Caiado, Roberto Marinho, dono da Globo, ou seja, de um lado você tem, na candidatura da Frente Brasil Popular aqueles que lutaram durante 30 anos para conquistar a democracia e do outro lado você tem aqueles que 30 anos, fizeram todo tipo de maracutaia pra evitar que conquistássemos a democracia. (Lula no HGPE nas eleições de 1989).

Seu discurso procurou relacionar os principais adversários ao Presidente da República da época, José Sarney, a quem fazia referência como seguidor e substituto do antigo regime militar, instaurado no país desde 1964 e como representante dos interesses do grande empresariado. Logo na primeira exibição do programa Rede Povo, após o primeiro pronunciamento feito por Lula, o ator Paulo Betti, fala em cenário fechado, o texto é acompanhado de cenas das greves no ABC, da repressão dos civis pela polícia em São Paulo e da prisão de Lula:

O horário político está com tantos candidatos e tantas promessas vão rolar que é capaz de confundir o eleitor, por isso nós aqui da Rede Povo, vamos recordar um pouco de história pra você saber quem está realmente do lado do povo e quem está tentando enganar você. Vamos voltar ao tempo da ditadura militar, de prisões, de tortura, assassinatos, foi nesse tempo, quando fazer greve era crime e dava cadeia que estouraram as greves dos metalúrgicos do

ABC paulista. Luiz Inácio da Silva, o Lula era o líder dos metalúrgicos. O partido que apoiava a ditadura era o PDS, José Sarney era o líder do PDS no senado, Figueiredo nomeou um jovem líder do PDS para prefeito de Maceió. Seu nome, Fernando Collor de Mello. Na greve do ABC de 1980, a polícia militar de São Paulo reprimiu violentamente o movimento dos operários, junto com vários companheiros Lula foi preso pela polícia de São Paulo. Nesse tempo, o governador indireto de São Paulo era Paulo Maluf, também do PDS. Em 25 de janeiro de 1984, 500 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé em São Paulo, clamando por eleições diretas, Lula foi um dos principais líderes dessa campanha. Na votação do congresso, a emenda das diretas foi derrotada. José Sarney comandava o voto dos parlamentares do PDS contra as diretas, para isso, contou com o apoio do seu colega Paulo Maluf. Fernando Collor de Mello, prefeito de Maceió continuava no PDS e apoiava Maluf (...) (Texto apresentado pelo ator Paulo Betti durante a exibição do primeiro programa do PT no HGPE nas eleições de 1989).

Ao contrário do que se esperava o principal adversário de Lula não foi Paulo Maluf ou José Sarney, mas Fernando Collor de Mello, jovem da oligarquia nordestina, ex-governador de Alagoas, que se apresentou como o mensageiro da modernidade, “defensor dos descamisados”, “salvador da pátria” e “o caçador de marajás”. Um líder jovem que falava em nome do progresso e da modernidade. Prometia acabar com a corrupção e lançar o País no cenário da economia mundial. Assim como seu discurso, seu conceito era igualmente arrojado, com aparência sempre impecável, aparecia nos programas do Horário Eleitoral como o “líder da exceção”, o desbravador, corajoso disposto a enfrentar e vencer os corruptos.

Em sua análise sobre a conjuntura do País, Collor defendia a idéia da necessidade da inclusão do Brasil como potência internacional, através da modernidade e do progresso tecnológico. Para as questões sociais, o candidato do PRN reforçava a idéia da geração de empregos a partir de uma política neoliberal. Apontava como responsável pelas desigualdades sociais a corrupção na política, prometia acabar com os “colarinhos brancos” e defender “os descamisados”. Collor tratava Lula, o PT e seu programa de governo como arcaicos, conservadores e totalitaristas; em entrevista concedida a Revista Veja, Collor assim se pronunciou:

[...] Lula não tem um programa de governo. É estatizante, socializante, e seu discurso pode soar radical no confronto com minhas posições... A diferença entre nós dois diz respeito à maneira como encaramos o Estado. Defendo o enxugamento da máquina

estatal e a economia de mercado. O PT defende o fortalecimento do Estado, a estatização e a socialização do país. Há correntes no PT que pensam que não se chega ao poder sem revolução sangrenta. (Trecho de entrevista concedida por Fernando Collor a Revista Veja: Jogo para fazer gol – Veja, 22 de novembro de 1989, p. 68-69).

Em resposta, o discurso petista tentava resgatar a idéia de que a esquerda sim representava uma proposta nova e diferenciada na política brasileira. Nos programas eleitorais se buscava desconstruir a imagem que Collor transmitia sobre o PT como partido arcaico, com idéias obsoletas:

O Lula e a Frente Brasil Popular é o novo. Todos hoje, falam no novo, na novidade, e no moderno. O novo na história política brasileira é o que vem da organização popular, é o que vem dos movimentos das massas, do movimento dos trabalhadores, dos grupos organizados na cidade ou no campo, dos profissionais das mais variadas áreas. (Depoimento da Cientista Política, Maria Vitória Benevides no HGPE, nas eleições de 1989).

Era exatamente para esta parcela que Lula direcionava o apelo, o pedido de voto de confiança para um tipo de representação a partir da identificação, de um político advindo da mesma classe social que dizia representar.

Mas nesta disputa pela imposição da imagem e pela interpretação da realidade, o candidato petista perde para o seu adversário. Lula é derrotado por cinco pontos percentuais. Com uma postura ostensiva, sempre acusando os adversários e revidando prontamente os ataques recebidos, seu discurso ecoou de maneira conflitante com o cenário de representação vigente e sua imagem não se instituiu frente aos ataques mais pujantes.⁹⁰

⁹⁰ Para Kucinski (1998) e Miguel (1999), três episódios envolvendo difamação e fraude foram decisivos para a derrota de Lula. Um deles foi à exposição da vida pessoal através do depoimento, no programa do horário eleitoral de Fernando Collor, de Mirian, ex-namorada de Lula, que na época o acusava de propor que praticasse aborto, pois esperava um filho seu. O episódio teve grande repercussão na imprensa. A filha Lurian apareceu no programa do HGPE do PT, no dia seguinte, apoiando o pai, mas o episódio o abalou tanto que no último debate promovido pela Rede Globo de Televisão, apareceu abatido e acuado diante de um Collor confiante. O debate foi o segundo episódio mencionado por Kucinski. E o terceiro e último episódio foi a abordagem e enquadramento dado pela mídia ao seqüestro do empresário Abílio Diniz, as vésperas do segundo turno, quando Jornais de todo o país relacionaram o PT ao seqüestro por apresentar fotografias nas quais os seqüestradores estavam vestidos com camisetas do partido e alguns periódicos deram manchetes, como o Jornal *Rio Branco*, do Acre: 'PT seqüestrou Abílio Diniz (...)'. Mais tarde, o próprio governador, Orestes Quércia revelou que 'houve pressões no sentido de que se conduzisse às investigações para envolver o PT'.

Outros fatores, como denúncias e determinadas posturas de veículos da imprensa nacional influenciaram em certa medida o resultado das eleições⁹¹. O discurso do medo, por exemplo, encontrou espaço na grande mídia, mas o que nos interessa neste momento é identificar o discurso acolhido pelo imaginário coletivo, até mesmo porque o próprio discurso do medo como recurso só encontrou respaldo no imaginário social por já pertencer a este de alguma maneira. A representação da juventude, da força e da modernidade encarnadas na figura de Fernando Collor de Melo correspondeu mais prontamente aos anseios de uma população que se viu anteriormente coagida pela repressão militar e agora respirava a possibilidade da liberdade e do progresso coletivo e individual.

Enquanto Lula clamava pela união da classe trabalhadora na busca pela autonomia e pela implantação do socialismo, o candidato do PRN não mencionava mais mudanças de regimes políticos e sim a estabilidade necessária a uma política de aceleração do crescimento com promessas de emprego e ascensão social. Este discurso vai de encontro aos desejos de uma juventude sedenta por liberdade e oportunidades. O individualismo impera de uma maneira diferenciada a partir da década de 80 no país e este fato não coadunava com os apelos a união e ao surgimento do socialismo.

É possível afirmar que Lula apresentou-se como candidato de forma autêntica e coerente com sua atuação anterior de líder sindical, mas a conjuntura de uma eleição presidencial é muito mais complexa do que uma luta por melhores salários e melhores condições de trabalho. Soares (1994, p. 4) expressou o caráter ideológico de suas falas:

Numa narrativa com inequívoco sentido mítico, mostrando as origens do candidato, que se parece com as de muitos brasileiros, Lula aparece como autêntico líder popular que sempre lutou pelos interesses populares, sem nunca traí-los. Ele é reconhecido mundialmente, sua legitimidade vem também do exterior. Um torneiro mecânico com sabedoria do próprio povo que ele encarna; a legitimidade de sua candidatura vem também das origens de Lula. Há um forte sentido de autenticidade, pela consistência entre o personagem e o ator político real.

⁹¹ Alguns autores como Bernardo Kucinski (1998), afirmam que a mídia atuou como força auxiliar da candidatura de Fernando Collor de Mello. Ver em: "O ataque articulado dos barões da imprensa: a mídia na campanha presidencial de 1989" In: "A síndrome da antena parabólica – ética no jornalismo brasileiro" de Bernardo Kucinski, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 105 – 113.

Mas o apelo dos grupos sociais era pelo herói Celeritás e Fernando Collor, enquanto “O caçador de Marajás”, encarnou melhor o personagem como o herói da juventude e do movimento. O candidato aparecia sempre em situações que remetiam a esta mitologia política, as imagens que impregnavam os comerciais de campanha eram quase sempre do candidato em alguma atividade envolvendo o movimento, a ação e a aventura. Pilotando um jet-ski, por exemplo, a imagem sugeria o domínio sobre o ‘não dominável’ (a natureza). Para este modelo de herói “o gesto de seu braço não é o símbolo de proteção, mas convite à partida, sinal de aventura”. (GIRARDET, 1989, p. 75). Já a imagem de Lula remetia a idéia de proteção e o herói da normalidade representado na figura do protetor não fazia parte do apelo dos grupos sociais daquela época.

Por outro lado, havia a necessidade de sepultar os marcos da ditadura militar e Lula para muitos representava o perigo de um possível retorno ao regime militar, pois se dizia que caso eleito presidente, Lula não governaria e os militares tomariam novamente o poder, enquanto Collor simbolizava a modernidade através do progresso que seria alcançado gradativamente e a partir da garantia da ordem estabelecida.

3.2.2. Campanhas Presidenciais de 1994 e 1998

Após a derrota para Fernando Collor de Mello, Lula não se candidatou a outro cargo. Dedicando-se ao “governo paralelo”, ampliou contatos e aprofundou seus conhecimentos sobre as questões administrativas do País para enfrentar sua segunda campanha presidencial em 1994.

No contexto social, o desencantamento com a política econômica era evidente, após o período de instabilidade, que teve início com o lançamento do “Plano Collor”, o conjunto de reformas econômicas e plano para estabilização da inflação criados durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992) combinava liberação fiscal e financeira com medidas radicais para estabilização da inflação.⁹² Dentre as medidas adotadas por este modelo econômico, estava o

⁹² Oficialmente chamado Plano Brasil Novo, mas ele se tornou associado fortemente a figura de Collor, tornando-se “Plano Collor”. Este foi desenvolvido pelos economistas Zélia Cardoso de Mello,

confisco das cadernetas de poupança dos brasileiros efetuado em 1990. Mesmo depois da implementação dos três pacotes de medidas, os índices de hiperinflação persistiam e em 1992, Collor enfrenta a maior crise envolvendo o seu irmão, Pedro Collor e o empresário Paulo César Farias em um esquema de corrupção. Fernando Collor renuncia em 2 de outubro de 1992 diante o processo de *impeachment*.⁹³ Seu vice Itamar Franco, assume a presidência em 29 de dezembro do mesmo ano.

Com o intento de desfazer visões de parte dos brasileiros sobre a sua capacidade administrativa e experiência, e a pretexto de conhecer o interior do País, Lula realiza uma ambiciosa atividade: viajar por todo o Brasil na “Caravana da Cidadania” no ano de 1993.⁹⁴ A comitiva tinha como objetivo percorrer todo o país para discutir problemas e necessidades da população, antecedeu o período tipicamente eleitoral e objetivava obter uma “conscientização” que abalizasse a sua segunda candidatura.

Em discurso proferido por ocasião da quinta caravana Lula explica os objetivos da comitiva e fala sobre o aprendizado com a derrota em 1989:

A verdade é que os objetivos da caravana da cidadania não é o de fazer comício. (...). O que foi que eu descobri em 1989? Após a campanha de 1989 eu descobri que não apenas meu partido, mas a esquerda como um todo e a central sindical que nós ajudamos a criar, que é a CUT, e a minha candidatura de 1989 atingiu de forma extraordinária os chamados setores organizados, estudantes, metalúrgicos, bancários, intelectuais e uma parte da classe média. Mas a gente não tinha discurso para os chamados excluídos da sociedade. Não tinha contato com milhões e milhões de brasileiros... Então nós resolvemos fazer a Caravana da Cidadania para atacar os dois opostos. Primeiro para conversar com os descamisados, os excluídos, aqueles que não estão organizados em Sindicatos, Partidos Políticos e que às vezes são presas fáceis. (...). Do outro lado nós fomos conversar com vários setores empresariais, pequeno, grande e médio. Fomos conversar com general, padre, bispo e leigo. Vou conversar com quem for necessário porque nós

Antônio Kandir, Ibrahim Eris, Venilton Tadini, Luís Otávio da Motta Veiga, Eduardo Teixeira e João Maia e contemplava tres pacotes de medidas: o Plano Collor I; o Plano Collor II e o Plano Marcílio.

⁹³ Como último recurso para preservar os direitos políticos, Collor renunciou ao mandato antes do início do julgamento, mas a sessão teve continuidade. O julgamento foi polêmico e alguns juristas consideraram que o julgamento, após a renúncia, não deveria ter acontecido. Foi condenado à perda do cargo e a uma inabilitação política de oito anos pelo placar de 76 votos a 5 numa sessão presidida pelo ministro Sydney Sanches, presidente do Supremo Tribunal Federal.

⁹⁴ Os espaços percorridos pela caravana englobaram mais de 250 cidades de diferentes regiões ao longo de sete caravanas iniciadas em abril de 1993 e encerradas em 4 de julho de 1994. (BARREIRA, 1996, p. 12-13).

queremos ganhar estas eleições. (Discurso de Lula em Fortaleza, na 5ª Caravana da Cidadania).

Neste momento, Lula ratifica a “falha” em sua atuação anterior, na qual se apresentou como um candidato de determinadas categorias sociais. Declara a percepção quanto à necessidade de abrangência da recepção de seu discurso e admite a necessidade de novas estratégias.

O percurso da Caravana da Cidadania, assim como toda a sua carreira política, é marcado por um deslocamento de hierarquias, no qual o candidato ora se apresenta como representante do povo, ora como indivíduo pertencente à própria realidade do povo. Barreira (1996) destaca estes dois papéis desempenhados por Lula como candidato à presidência: o de Político em busca de reconhecimento e adesão do eleitor e o de metalúrgico, identificado com os interesses populares. A identificação com o eleitorado incide, principalmente, a partir da crescente personalização das campanhas e na publicização da biografia do candidato. Essa “marca da falta” para a autora veio a se constituir ponto crucial de identificação entre o candidato e o eleitorado durante a Caravana da Cidadania. Vale frisar, no entanto, um dilema em torno da escolha do representante político via identificação. Na disputa, no jogo de interesses e conflitos que cercam as candidaturas de Lula, sua biografia suscita o paradoxo que reside entre sua origem popular, sem formação superior e inexperiência administrativa e a capacidade para o cargo.

Os discursos proferidos pelo próprio candidato, assim como o enfoque dado pela imprensa e pela mídia em geral, refletem o conflito simbólico que contornaram as eleições de 1994, a qual ocorreu em torno de “lugares sociais, que reprisando o confronto de 1989, a partir de regulação de competências e origens socioeconômicas, assume a dimensão de um conflito entre classes”. (BARREIRA, 1996, p. 13).

A questão foi ainda agravada pela própria condição do adversário de Lula, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, candidato pelo PSDB, com o apoio do PFL, ex-ministro do governo Itamar Franco e criador, neste governo, do Plano Real que veio a propiciar o controle da inflação. A campanha de Fernando Henrique enfatizava o sucesso do Plano Econômico como responsável por grandes avanços no país.

Assim como nas Caravanas, nos programas eleitorais do PT, a partir de uma estratégia diferenciada Lula foi apresentado como um candidato disposto a defender os interesses dos mais carentes, mas demonstrando compromisso com diferentes segmentos da sociedade. Constantemente apontado pelos adversários como radical, os programas do HGPE procuraram desconstruir essa imagem. Temas polêmicos como as privatizações, foram evitados e discursos foram elaborados para acalmar os empresários.

Antes do início da campanha oficial, Lula é apontado nas pesquisas como alternativa de governo com 30% das intenções de voto.⁹⁵ Em sua dissertação de mestrado, “A eleição presidencial de 1994 e os meios de comunicação de massa”, Wladimir Lombardo Jorge (1995) destaca que em termos de programa de governo, a campanha petista foi marcada por propostas sociais. Mas, para o autor, sem projetos bem definidos, Lula retomava o discurso de sua trajetória de migrante nordestino para assegurar seu compromisso com a questão social. Jorge (1995) destaca ainda que a temática de maior visibilidade durante a campanha foi o Plano Real, tanto no que se refere ao agendamento dado pela mídia, como no conteúdo dos programas do horário eleitoral de Fernando Henrique. O plano econômico foi mencionado em todos os programas do candidato tucano. Em torno desta temática, FHC foi apresentado como experiente, competente, otimista, mais preparado para governar. Em seus programas retratava Lula como um candidato radical, que instigava os conflitos de classe.

Em seus dados, o autor mostra que a candidatura de FHC teve dois saltos significativos decorrentes desta temática. O primeiro em julho de 1994, momento de lançamento da nova moeda – O Real; e o segundo em agosto, reflexo do início do HGPE. Durante o mês os números subiram de 36% para 45% das intenções de voto.

A eleição de 1994 trouxe dois fatos novos de grande relevância: primeiro, a incorporação dos analfabetos e os jovens a partir de 16 anos com direito a votar, a eleição compreendeu quase 95 milhões de eleitores e segundo, a lei eleitoral 8.713/93 que ocasionou alterações significativas nos programas do horário eleitoral gratuito de televisão. O artigo 76 da lei 8.713 determinou a proibição da exibição de

⁹⁵ Ver em: “A eleição presidencial de 1994 e os meios de comunicação de massa”, de Wladimir Lombardo Jorge (1995). Dissertação de Mestrado defendida em 1995 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do IUPERJ. Rio de Janeiro.

cenas externas, montagem, trucagem, utilização de desenhos animados e vinhetas eletrônicas sob a justificativa de manter a moralização política. Os programas só poderiam ser gravados em estúdios fechados, com falas exclusivamente de seus candidatos, sem a presença de convidados e apresentadores. Para Albuquerque (1995) as restrições contidas no artigo 76 comprometeram os objetivos do próprio horário eleitoral, reduziram o potencial informativo dos programas, limitando a possibilidade dos partidos de utilizarem com eficácia o espaço televisivo para se contrapor às versões e enquadramentos dados aos acontecimentos veiculados diariamente pelas emissoras.

Os programas do horário eleitoral do PT não puderam exibir imagens das viagens da “Caravana da Cidadania”. Autores como Bernardo Kucinski (1998) e Luis Miguel (1997) relatam em seus estudos que os jornais de circulação nacional e as emissoras de televisão favoreceram, através de seus noticiários, a campanha de Fernando Henrique em 1994.

Luís Miguel (1997), ao analisar a referida eleição, afirma que a legislação restritiva tornou os programas eleitorais mais distintos da lógica midiática e, portanto, menos atrativos, fato que embora não tenha repercutido uma queda considerável na audiência,⁹⁶ reduziu a eficiência persuasiva dos programas. O autor destaca ainda que em decorrência deste fato, a mídia acabou adquirindo mais poder em face da mudança e tal fato acabou favorecendo o candidato situacionista:

Os meios de comunicação ganharam, assim, o monopólio do agendamento da campanha, determinando o peso relativo de cada fato político. Saíram prejudicados os candidatos de oposição (oposição ao governo e à Rede Globo, diga-se de passagem), incapazes de qualquer reação efetiva à campanha (pouco) velada, travestida de objetividade jornalística em favor de Fernando Henrique Cardoso. O episódio ‘Ricúpero’ é emblemático: apesar do impacto intrínseco ao incidente – um ministro do Estado confessando ilícitos em conversa informal com um repórter – e do esforço dos partidos de oposição, acabou reduzido a um fato menor pela pouca importância que lhe foi atribuída pela Rede Globo de Televisão. (MIGUEL, 1997, p. 93).⁹⁷

⁹⁶ Luís Miguel cita em seu trabalho que de acordo com pesquisa junto ao Vox Populi, o horário eleitoral continuou sendo o principal canal de contato entre candidato e eleitorado. Na época, 67% dos eleitores já tinham assistido ao programa eleitoral.

⁹⁷ O famoso episódio resulta de um ato falho de Rubens Ricúpero que em uma conversa com o jornalista da Rede Globo, Carlos Monforte, acaba revelando detalhes sobre o Plano Real, quando se preparava para entrar ao vivo no Jornal da Globo, em 1º de setembro. O episódio ficou conhecido como “Escândalo da parabólica” porque o sinal do *link* via satélite que transmitiria a entrevista já

Bernardo Kucinski (1998), em sua análise sobre a atuação da mídia nas eleições de 1994, destaca que os editores dos jornais impresso e televisionado excluíram de suas pautas o evento das Caravanas, mencionando-o apenas para desqualificar ou ampliar incidentes técnicos para transmitir a idéia de desorganização. A primeira reportagem expressiva e informativa sobre as Caravanas da Cidadania foi publicada pela revista norte-americana *Newsweek* e não por um órgão da imprensa brasileira. O autor aponta os ataques direcionados a Lula durante a campanha, os desgastes a partir de acusações e o tratamento preconceituoso de vários órgãos da imprensa e dos adversários. Para o autor, esta campanha foi marcada pelo preconceito contra a origem popular e a falta de uma formação superior de Lula:

Mais uma vez a campanha tuana age cientificamente: uma pesquisa do IBOPE identifica os preconceitos contra Lula municiando o comando da campanha tuana. Esses preconceitos perseguem Lula desde sua primeira campanha para governador de São Paulo, em 1982, quando ele se apresentou ao eleitor como “Um trabalhador igual a vocês”. Numa cultura de dominação em que o título de ‘doutor’ é o atestado de autoridade e de status, a falta de escolaridade de Lula era internalizada pelos trabalhadores como falta de autoridade e de valor. A campanha contra Lula torna-se mais agressiva, sendo explorados e alimentados no início desta fase os principais preconceitos da população. Eles já haviam surgido nas falas curtas de FHC elogiando o Lula ‘como líder operário’ (apenas), ou dizendo que ‘o Lula não entendeu direito’. (KUCINSKI, 1998, p. 127-128).

Fernando Henrique era chamado pela imprensa de “o Príncipe da Sociologia Brasileira”, elogiado pela implantação do Plano Real, enquanto Lula, o já estigmatizado operário, enfrentou uma campanha na qual sua imagem foi constantemente denegrada. Brizola, do PDT, chegou a fazer menção a Lula como o

estava aberto pelo Canal 23 e os lares cujas antenas parabólicas estavam sintonizadas no canal privativo de satélite da Rede Globo captaram a conversa informal do ministro com o jornalista Carlos Monforte (que também é cunhado de Ricupero - a irmã do jornalista é mulher do ex-ministro). Sua fala foi a seguinte: “*Eu não tenho escrúpulos: o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde*”. “Nesta conversa, Ricupero declara-se parte de um esquema com a Rede Globo para interferir nas eleições presidenciais (e de quebra se oferece para fazer “alguma coisa” no programa de domingo à noite). O diálogo foi publicado na imprensa nacional, mas apesar do grande escândalo, a repercussão eleitoral foi quase nenhuma.” Carlos Eduardo Carvalho. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1540>>.

“Sapo Barbudo”, frase que marcou toda a campanha. Enfrentou críticas e comentários distorcidos de suas opiniões em famosos jornais brasileiros como a Folha de São Paulo. Kucinski (1998) apresenta uma seqüência de trechos e títulos de matérias jornalísticas que contribuíram para desgastar a imagem pública de Lula, como por exemplo: “Petista é político profissional há 13 anos”, “Candidato tenta manter a imagem de trabalhador” e “Patrimônio é pequeno, mas cresceu desde a última eleição presidencial.” (Folha de São Paulo, 01/05/1994, In: KUCINSKI, 1998, p. 122). As referências ao preconceito encontraram amplo espaço na mídia, tornaram-se comuns comentários como o proferido pela empresária Ruth Escobar e amplamente divulgado pela imprensa:

Nesta eleição temos duas opções. Votar em Sartre ou escolher um encanador. (Trecho retirado de depoimento da Empresária Ruth Escobar ao jornalista Alexandre Medeiros em 08/11/1994, In: BARREIRA, 1996, p. 18).

Passar pela cabeça de uma pessoa que um torneiro mecânico tem competência para governar o Brasil não é um negócio fácil. As pessoas têm uma formação cultural de achar que o poder é coisa para gente muito requintada, que pobre tem mais é que trabalhar e fim de papo. (Depoimento de Lula ao jornalista Alexandre Medeiros em 08/11/1994, In: BARREIRA, 1996, p. 18).

A campanha de Lula foi dirigida de forma ideológica por um comitê de quadros do partido, enquanto a de Fernando Henrique teve uma experiente equipe de *marketing* político, com a assessoria de James Carville, o especialista que levou Bill Clinton à vitória nos Estados Unidos.

Em relação ao diálogo entre os discursos dos candidatos, Mauro Porto e Liziane Guazina (1999), ao analisar o conteúdo dos programas do Horário Eleitoral Gratuito dos principais candidatos à presidência, verificaram que o principal apelo dos programas de Lula foi a “Propaganda Negativa”, com 28% do tempo total da programação dedicado a críticas contra Fernando Henrique. O segundo apelo de maior destaque foi “Políticas Futuras”, com 13% do tempo, dedicados a temas como educação, geração de empregos, saúde e reforma agrária. Em terceiro lugar aparece o apelo “Atributos Pessoais”, destacando as qualidades do candidato, como sua origem popular, competência, coragem e honestidade. Em quarto e último lugar

ficou o apelo “Análise de Conjuntura”, apresentando referências críticas constantes ao Plano Real.

Na análise dos programas de Fernando Henrique Cardoso, os autores constataram que “Políticas Públicas” foi o principal apelo com 33% do tempo total da programação. Dentro desta temática, o destaque foi para as cinco metas do governo: emprego, saúde, educação, segurança e agricultura. O segundo apelo, com 23% do total do seu tempo foi “Análise de Conjuntura”, do qual o destaque foi para o Plano Real. Empatados em terceiro e quarto lugar ficaram os apelos ao partido e ao simbolismo. Dentre os aspectos simbólicos, o destaque foi para a união, “a grande nação”, o otimismo, a confiança no país, na prosperidade, a valorização do povo, ressaltando o sentimento de orgulho de ser brasileiro. Em quinto lugar, apareceu o apelo “Atributos Pessoais”, apesar do pouco tempo dedicado a este apelo, as características pessoais do candidato eram expostas com frequência em *jingles* de campanha. Os autores destacaram ainda que os apelos “Propaganda Negativa” e “Políticas Passadas” tiveram pouco tempo na programação do horário eleitoral do tucano.

Desta forma, percebe-se que mais uma vez, assim como em 1989, o discurso de Lula assume uma postura ofensiva. Eram constantes as críticas ao plano econômico, classificando-o como eleitoreiro, mas o discurso de degradação do Plano Real constantemente proferido pelo petista ia de encontro com os benefícios alcançados, embora temporários, pelo plano econômico, como a queda da inflação no período de sua implantação. No cenário midiático, como já mencionado, a aceitação do plano econômico bloqueou o discurso “pessimista” do candidato petista. Lula perdeu as eleições ainda no primeiro turno.

Já em 1998, a eleição trouxe como novidade, a possibilidade da reeleição, tanto para o cargo de Presidente da República como para o cargo de governadores de Estado. Fernando Henrique Cardoso, novamente se candidata pelo PSDB investindo em uma estratégia situacionista de valorização de suas realizações durante o mandato enfatizando a existência de uma economia estável resultante do “sucesso” do Plano Real.

Lula pela terceira vez se candidata com um discurso destacando seu amadurecimento como político, a experiência adquirida com o tempo e estudos sobre as questões administrativas do país e a capacidade como articulador e negociador. Nesta empreitada ajudou particularmente o crescimento do PT que

desde 1994 vinha ganhando destaque e elegendo candidatos em vários cargos e em diferentes Estados.⁹⁸

De fato, Lula parecia cada vez mais maduro e confiante, mais articulado, fez alianças inclusive com Leonel Brizola (PDT). Mostrando-se mais acessível, só aceitara se candidatar a partir de concessões feitas pelo partido. A principal condição foi formar uma grande frente de esquerda (KUCINSKI, 1998, p. 138). Havia correntes fortes no interior do partido contra esta proposta, mas ele venceu e conseguiu formar a primeira grande frente de esquerda desde o fim da ditadura militar quando foi formada a “Frente Brasil Popular”. Sob sua liderança aglutinou o PDT de Leonel Brizola e o PSB de Miguel Arraes.

Dessa forma, o então candidato do PT aparece neste pleito como “articulador” nato. Conseguiu edificar alianças e a partir de viagens e contatos feitos por vários países, Lula fez grandes líderes políticos conhecer seus projetos e foi apresentado como um político experiente. Tais mudanças foram interpretadas e transmitidas pela imprensa nacional como prova de mudança de idéias e fraqueza ideológica. Lula retificava: “Podemos fazer alianças sem nos prostituir”.

Os discursos procuravam ao mesmo tempo jogar com valores opostos para paralelamente atingir a maioria e corroborar sua imagem de líder popular:

Vou chamar os banqueiros e vou dizer: ‘Olhem, eu até reconheço a dívida, mas entre pagar juros para vocês e encher a pança do povo, vou ficar com o povo brasileiro. Enquanto houver uma criança morrendo de fome no Brasil, não terei como pagar a dívida’. (Discurso proferido durante campanha de 1998 e mencionada na revista Veja, 30/09/2002, p. 41).

Ao longo das suas candidaturas, a expectativa de abrandar o discurso e torná-lo mais abrangente serviu como argumento para as críticas da mídia e dos adversários. Para comparar as modificações nos discursos sobre a temática, Lula em 1989 enfatizava: “Não podemos, não queremos e não devemos pagar a dívida externa”. Em 1994, essa temática fora quase excluída da pauta do discurso petista e em 1998, a opinião sobre a temática como mencionado, adquire outro tom. Nos programas do HGPE, imagens mostravam Lula em viagens e assembléias ao lado

⁹⁸ Ver dados sobre a evolução do Partido dos Trabalhadores de 1982 a 2002 nos anexos deste texto.

de presidentes e líderes de várias nações de maneira a destacar seu crescimento como político conhecedor da realidade social e política brasileira e mundial e competente articulador em detrimento da abordagem exacerbada das dificuldades da infância e da luta sindical de outrora.

Mas o potencial eleitoral do preconceito já havia sido percebido em 1994 e os marketeiros aplicaram-no de forma mais intensa em 1998. Agora o próprio Presidente Fernando Henrique, ao referir-se a Lula e aliados, empregava adjetivos como: “despreparados”, “ignorantes”, “negativistas”. Além do preconceito, recorreu-se a demonização de Lula. As insinuações incentivavam uma exploração do medo da volta da inflação e do agravamento da crise. Os discursos apontavam Lula como inexperiente, despreparado, o homem que ia acabar com o Real e conduzir o país à situação de crise. O discurso do medo foi com freqüência utilizado neste pleito favorecendo FHC, já conhecido e ‘confiável’ em contraposição ao desconhecido:

A idéia do medo envolve o seu oposto – a esperança e se faz presente em todos os momentos da vida do homem, sendo relacionada, segundo vários autores, à própria natureza humana. O medo expressa uma sensação de dúvida, um mal estar diante do desconhecido e também implica uma atitude de precaução em face do desconhecido e do novo. (CHAIA, 2002, p. 01).

Além do recurso ao sentimento do medo, nesta eleição, o preconceito também foi explorado pela mídia e pela equipe de *marketing* de Fernando Henrique. Kucinski (1998) afirma a parceria entre a mídia e a equipe de *marketing* do candidato tucano:

Nem mesmo faltou a trama entre mídia e política que sempre ocorre em momentos críticos de todas as campanhas. Mas o que caracterizou a campanha de 1998 foi, acima de tudo, o uso intensivo e combinado do marketing político com a mídia, num jogo de sedução que explorou a fundo preconceitos e sentimentos de medo. (...) A percepção popular de que Lula ou uma frente de esquerda não estavam preparados para governar, em especial na parcela da população subalterna com baixa auto-estima, estava suficientemente disseminada para facilitar a ação dos marketeiros e consolidar um voto fundado em convicções fortes (como é o preconceito), pouco suscetível de mudança em função do debate racional. (KUCINSKI, 1998, p. 134-135).

De fato, a eleição presidencial de 1998 demonstrou que a parcela da população de menor renda e escolaridade mais baixa renunciava a idéia de uma pessoa vinda da mesma classe social ter a capacidade de governar. Esse mecanismo acompanha Lula desde sua primeira candidatura em 1982 para governador, quando o lema de campanha era: “Vote num trabalhador igual a você”. Para Kucinski (1998, p. 143), “a dominação da maioria pela minoria só se explica pela incapacidade de pelo menos uma parte da maioria subalterna acreditar em si mesma”. O autor menciona ainda que a desqualificação das propostas do PT começa por excluí-las da pauta jornalística, assim como aconteceu em 1994, e em 1998, a imprensa nacional só tornava público matérias e fatos que desqualificassem o candidato petista. Um dos principais exemplos dessa resistência de publicização no cenário midiático ocorreu na exposição pelo Comitê de Lula de sua proposta de dez pontos para enfrentar a crise de liquidez que afetou o Real, no auge da campanha, a mídia, com raras exceções, a ignorou.

Para a elaboração dos dez pontos, a Frente reuniu uma equipe de especialistas em economia, intelectuais, na forma de um “Movimento em Defesa da Nação”. As idéias reunidas em três capítulos foram divulgadas em nota oficial e incluíam juros mais baixos, estímulos ao mercado interno e ao comércio exterior, controle das importações, reforma tributária, aceleração da reforma agrária, políticas de criação de emprego, defesa da moeda nacional mediante o controle das remessas e de pagamento de serviços e juros. Um documento importante para a campanha petista e completamente ignorado pela mídia que assumiu uma postura mais propícia a divulgar o discurso do medo.

Alguns autores consideram a eleição presidencial de 1998 um jogo de cartas marcadas. Sobre essa questão, Kucinski (1998) descreve parte de um texto publicado na Folha de São Paulo:

Uma entusiasmada salva de palmas e exclamações de contentamento por parte de mais de 500 banqueiros saudaram o anúncio da reeleição do presidente Fernando Henrique no primeiro turno. Eram 16h 45 em Washington (17h45 no Brasil) e o ministro da Fazenda Pedro Malan abriu o discurso que faria num seminário promovido pelo FMI e pelo Banco Mundial dizendo que as indicações eram de que o Presidente havia sido reeleito com mais de 50% dos votos válidos. (Folha de São Paulo, 05/10/1998, p. 4 – Especial In: KUCISNSKI, 1998, p. 131).

Na disputa pela interpretação da realidade, diante do exposto, pode-se considerar que o discurso de Lula não só se encontrou deslocado do lugar de fala, mas também enfrentou ataques não apenas dos adversários, mas também da imprensa escrita ⁹⁹. Já a mídia televisiva, detentora do maior espaço de visibilidade pública, acessada pela maioria da população brasileira ocultou de sua agenda a discussão sobre a sucessão presidencial, favorecendo o então candidato situacionista. ¹⁰⁰ Lula perde novamente para Fernando Henrique numa disputa que já teve início com os rumores do resultado final.

As candidaturas de Lula em 1994 e 1998, apesar de empreender mudanças quanto a exposição de seus atributos, na perspectiva de suplantar a imagem de um simples líder popular em detrimento de um político maduro e articulador, manteve a mesma postura quanto ao diálogo com os adversários, de caráter ostensivo, recorrendo a propaganda negativa e respondendo prontamente aos ataques. Duas disputas perpassadas pelos mesmos dilemas da condição de classe dos respectivos candidatos e do recurso aos discursos do medo e do preconceito, que evidenciaram a retrógrada noção da atribuição de papéis sociais pautada na condição de classe.

Mas a imagem pública de Lula foi sofrendo transformações ao longo dos anos. Em cada momento de disputa esta imagem procurou se adequar à conjuntura vigente e aos poucos foi se mostrando diferenciada daquela apresentada em sua primeira candidatura. Contudo, Lula não conseguiu mobilizar o imaginário coletivo em torno da mitologia política da unidade, da igualdade social, idéia central que o acompanhou desde seu primeiro intento em 1989, discurso que sucumbiu diante a mitologia da modernidade e do progresso encarnada por Fernando Collor, e também apropriada por Fernando Henrique Cardoso e diante os discursos do medo e do preconceito.

Enquanto Collor assume o apelo coletivo como o modelo do *herói Celeritás*, líder impetuoso, dinâmico e desbravador, disposto a varrer do mundo a corrupção para então conduzir a juventude rumo à liberdade e ao progresso, Fernando Henrique surge, após um período de recessão e desencantamento com a política,

⁹⁹ Bernardo Kucinski revela que o discurso preconceituoso e o tom irônico de desdém e descrédito utilizado por Fernando Henrique eram compartilhados com a imprensa escrita que atendendo o “pedido de apoio” do Presidente entoavam o mesmo discurso de descrédito em total sintonia com o de FHC. Ver Bernardo Kucinski, *A síndrome da antena parabólica*, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 136-141.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

encarnando o *herói Gravitass*, modelo que trás consigo a notoriedade através do conhecimento, de grandes feitos do passado e que é então chamado a “socorrer o presente”. O herói comedido, firme, prudente e experiente. O Plano Real simbolizou para o imaginário coletivo esta experiência e firmeza. Este tipo de discurso legendário, afirma Girardet (1989, p. 74), revela-se “lugar essencial ocupado pelos princípios de continuidade e de estabilidade, pelos valores de permanência e conservação”. Exatamente o que se percebe na fala deste líder ao enveredar rumo ao segundo mandato proclamando sempre que a mudança ocasionaria o caos.

Nos jogos que cercam o universo da política atual, não basta buscar o elemento de distinção de uma candidatura das demais, é preciso ir além de boas propostas de governo, é fundamental que sua mensagem seja recebida e sua imagem acolhida, que os anseios dos mais diferentes grupos sociais sejam representados. Juscelino Kubitschek, como líder carismático de uma acurácia política incomparável, já nomeara como personalidade o requisito imprescindível a um político. Dizia que a “personalidade de homem público não se improvisa. Forma-se através de um longo processo de decantação, no desenvolvimento do qual três fatores desempenham papéis de grande relevo: intuição, experiência, vontade”. (MCPB, 1976a, p. 186 *apud* MONTENEGRO, 2001, p. 205).

Vontade era algo inerente aos discursos de Lula, experiência foi sendo adquirida ao longo destes anos nos quais sua única atividade consistia no preparo de suas candidaturas e na busca pelo conhecimento das mais intrínsecas questões sociais, econômicas e políticas do País, e a intuição de fato deixou de ser subestimada em detrimento da racionalidade absoluta num campo perpassado pela manipulação de sentimentos, ideais, sonhos e demais elementos subjetivos. De maneira que em 2002, na sua quarta tentativa, o então candidato petista não negou seus antigos discursos, mas os re-significou. Já ficara evidente que a inovação e a mudança custavam caras à imagem pública de Lula, as transformações então precisavam e foram minuciosamente justificadas e uma adaptação do discurso à conjuntura vigente foi planejada.

Desta forma, o processo de heroificação deste personagem, teve como ponto alto a campanha eleitoral de 2002, quando finalmente o apelo ao imaginário coletivo fez-se a partir da mitologia da unidade num momento em que o apelo dos diferentes grupos sociais também convergia para este tipo de mitologia, externavam o descontentamento com o segundo mandato de FHC e expectativa por mudança.

Mas, é igualmente neste período que incide sobre este processo a parcela de manipulação voluntária numa elaboração intencional da narrativa mítica, como pode ser percebido ao acompanhar o desempenho de Lula na disputa pela imposição da imagem, pela interpretação da realidade e na mobilização do imaginário coletivo na disputa que lhe concedeu a vitória.

3.2.3. Campanha Presidencial de 2002

Para compreender a atuação da imagem pública de Lula em 2002, faz-se necessário entender a conjuntura política neste ano. Logo após a disputa de 1998, os Partidos começaram a se articular, tendo como primeiras candidaturas confirmadas a de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT e a de Ciro Gomes, lançada pela aliança PPS/PTB/PDT. Em seguida, veio o lançamento da candidatura de José Serra, do PSDB, que enfrentou problemas de resistência de setores de seu partido. Tasso Jereissati, do partido de Serra, governador do Estado do Ceará, por exemplo, passou a apoiar publicamente a candidatura de Ciro Gomes, seu ex-correligionário e ex-governador do Ceará. Outra candidatura que também enfrentou resistência de seu partido foi a de Anthony Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro, candidato pelo PSB, que superando as adversidades, conseguiu alcançar o terceiro lugar no primeiro turno.

Vale registrar ainda as candidaturas de José Maria de Almeida do PSTU e de Rui Pimenta do PCO, ambos pertencentes a grupos da esquerda que romperam com o PT. É válido lembrar a meteórica ascensão e queda da candidatura de Roseana Sarney, do PFL, o chamado 'fenômeno' do *marketing* político. A imagem de Roseana ganhava destaque na mídia e força através das pesquisas de opinião em uma velocidade considerável até que sucumbiu perante o escândalo de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a empresa do marido Jorge Murad Junior.¹⁰¹ Este episódio favoreceu os ataques do PSDB. A pré-candidata desistiu da disputa com a imagem totalmente comprometida.

¹⁰¹ Em 1º de abril de 2002, a Polícia Federal fez operação na empresa Lunus Participações, da qual a então candidata Roseana Sarney era sócia, administrada pelo marido Jorge Murad Júnior. Na operação, foram apreendidos R\$ 1.340.000,00 não-declarados. Em 6 de abril, Roseana renunciou ao Governo do Estado, passando-o ao vice José Reinaldo Tavares, para se candidatar à Presidência pelo PFL, em meio ao escândalo. Nos dias seguintes, o marido Jorge Murad apresentou sete versões

Estes eram os candidatos à Presidência no momento em que o país encontrava-se em um contexto econômico marcado pelo aumento da inflação, estagnação do crescimento econômico, particularmente devido ao esforço de manutenção da estabilidade dos preços, alto índice de desemprego e desequilíbrio das contas nacionais.

Para especialistas da área,¹⁰² o baixo crescimento econômico incidiu no agravamento do problema do desemprego. De acordo com dados do BNDES, a taxa de desemprego entre a população economicamente ativa em 2002 foi de 7,3% (dado que corresponde a um aumento de 18% se comparado ao ano anterior). O economista do BNDES, Fábio Giambiagi, justificou o aumento do desemprego como causa das sucessivas crises externas, desencadeadas desde 1997:

Entre 1997 e 2002, o Brasil foi impactado por não menos que quatro crises externas: a asiática (1997), a russa (1998), a argentina, (2001), e a decorrente da restrição de crédito externo, combinando forte aversão ao risco e retração das economias centrais, e que se superpôs à crise de 2001 e se estendeu durante todo o ano de 2002. A sucessão de eventos adversos e seus efeitos sobre a economia brasileira, representados pela forte desvalorização do Real, pelo impacto desta sobre os preços, e pela pressão sobre a política monetária operada pelo Banco Central, foram convencendo a maioria dos analistas acerca da importância de se ter a melhoria do resultado em conta corrente, como forma de reduzir a chamada “vulnerabilidade externa” da economia brasileira. (GIAMBIAGI, 2003. Disponível em: www.bndes.gov.br/empresa/relatório/relatório20002).

A conjuntura econômica e política foram interpretadas por cientistas sociais e economistas como fator desfavorável ao crescimento do Brasil, despertando, conseqüentemente, a aversão à idéia de continuidade da política econômica vigente. A situação foi evidenciada pelo especialista em economia, José Carlos de Souza Braga, em artigo publicado na revista Isto É:

diferentes sobre a origem do dinheiro. O episódio repercutiu significativamente na imprensa e com isso ocorreu a perda de pontos nas pesquisas e posterior desistência da candidatura.

¹⁰² Fábio Gianbiagi é economista do BNDES e analisou a situação do país em “Um cenário para a Economia Brasileira como Permanência da Austeridade Fiscal e Redução da Vulnerabilidade Externa”. Textos para discussão Nº. 98, BNDES, Rio de Janeiro. Consultado na página: www.bndes.gov.br/empresa/desempenho/relatório/relatório2002.

Nas próximas eleições, governistas e oposicionistas terão que se definir sobre os rumos do país, dada a estabilidade de preços. Já se nota que a mensagem do continuísmo não será convincente. A inflação baixa esgotou-se como bandeira diante do crescimento medíocre, do desemprego, da estagnação ou queda dos rendimentos reais, da dependência externa. O clamor nacionalmente majoritário deverá expressar-se não apenas pelo crescimento, mas sobretudo, pela mudança no estilo de crescer. (...) As dificuldades existentes na economia mundial devem reforçar a necessidade de construir nacionalmente um projeto que seja ao mesmo tempo menos vulnerável à instabilidade internacional e participativo das energias construtivas que derivam da interdependência financeira, tecnológica e produtiva entre os países. (Revista Isto É, 16/ 01/2002).

Apesar das questões sociais, como a seca do Nordeste, o desemprego, a fome e a miséria serem constantemente abordadas, os temas que se transformaram o centro das preocupações da mídia foram de fato, os de caráter econômico. As oscilações da Bolsa de Valores e a subida do dólar eram assuntos permanentes das discussões dos principais telejornais nacionais e da imprensa em geral. A instabilidade econômica transformava o País em “O risco Brasil”. Para especialistas somente restabelecendo a estabilidade econômica é que se tornaria viável a aplicação de medidas no âmbito social. Diante de tal conjuntura, e das avaliações acima mencionadas, pode-se constatar que para as eleições 2002, os principais temas de discussão para a esfera pública já estavam selecionados e impostos: o crescimento econômico, a estabilidade monetária, a inflação, a política externa e o desemprego. Este seria, portanto, o conjunto de temas impostos e agendados para todo e qualquer discurso eleitoral que pretendesse se impor no cenário da disputa e se tornar receptível para o eleitorado.

Compondo este cenário, vivenciamos uma disputa realizada sob o signo da visibilidade, ao contrário da campanha silenciada de 1998,¹⁰³ vivenciamos uma superexposição proporcionada pela mídia. A campanha começou cedo a se fazer visível no cenário midiático. Rubim (2004, p. 10) destaca três momentos distintos: um considerado pré-eleitoral; outro eleitoral, mas anterior ao horário gratuito e um terceiro momento eleitoral, com o horário gratuito.

¹⁰³ Consultar (KUCINSKI, 1998) e (RUBIM, 2004).

O primeiro momento, considerado pré-eleitoral, é marcado pelo uso da propaganda partidária, não eleitoral e legalizada. Neste período são veiculados os *spots*¹⁰⁴ e programas de pré-campanha para a apresentação dos candidatos. Números do Ibope¹⁰⁵ demonstram que de janeiro a junho daquele ano esse recurso foi utilizado excessivamente. Os quatro principais candidatos tiveram o seguinte tempo de exposição de sua imagem em segundos: Serra – 18.660, Lula – 18.360, Ciro Gomes – 14.430 e Garotinho – 14.340. Rubim (2004) acrescenta que além da construção das (pré) candidaturas, a mídia foi também acionada pelos profissionais de comunicação dos grupos partidários para fazer mesmo a disputa prévia da viabilização das candidaturas.

Na fase legalmente eleitoral, já a partir de confirmações de candidaturas e antes do horário gratuito, a mídia abriu amplo espaço para apresentar os candidatos, suas respectivas agendas e suas propostas. Além das constantes matérias nos noticiários, os candidatos eram convidados a participarem de programas de auditórios – de entrevistas e humorísticos.

Presenciamos a volta dos debates, “esquecidos” em 1998, e tiveram destaque, também, as entrevistas promovidas pelos principais jornais da Rede Globo, Jornal Nacional, Jornal da Globo e Bom Dia Brasil. Outras emissoras seguiram a tendência, a Rede Bandeirantes inovou neste ano ao realizar o primeiro debate entre candidatos a vice-presidente da história televisiva, em 18 de agosto de 2002. Rubim (2004) cita que de acordo com matéria publicada na revista *Época* só as emissoras de televisão – Rede Globo, Bandeirantes, Rede Record, SBT, Rede TV e Globo News – promoveram juntas 63 entrevistas em programas jornalísticos com os candidatos e ainda realizaram quatro debates. (VELLOSO, 2002, p. 85, In: RUBIM, 2004, p. 12).

Esta postura da mídia foi percebida por diferentes atores sociais como garantia e exaltação da democracia no cenário político:

¹⁰⁴ Os *spots* são pequenos comerciais de veiculação televisiva. O primeiro *spot* foi desenhado para campanha de Eisenhower para a presidência nos Estados Unidos em 1952. A técnica foi sendo desenvolvida e a partir da década de 80, alguns com duração de 30 segundos, tornaram-se dominantes nas estratégias de mídia das campanhas não apenas nos Estados Unidos, como também no Brasil e em outros países de sistema democrático.

¹⁰⁵ Os dados do Ibope foram extraídos de matéria “*Serra é o líder em aparições de comerciais de pré-campanha.*” publicada na Folha de São Paulo, edição de 07 de agosto de 2002, p. A-5.

A mídia não só deu visibilidade às eleições presidenciais, mas exaltou, inúmeras vezes e através dos mais variados veículos, esta visibilidade como afirmação do exercício exemplar de seu papel social e muitas vezes, de sua imparcialidade, objetivando com isto obter legitimidade e credibilidade para a sua atividade. A intervenção da Rede Globo na cobertura das eleições 2002 é notória nesta perspectiva. A Globo resolveu em 2002 fazer esquecer os pronunciados lapsos e manipulações da cobertura eleitoral acontecidos em eleições anteriores, a exemplo da famosa edição do debate presidencial entre Lula e Collor. (MACHADO, 1991, In: RUBIM, 2004, p. 12).

Uma característica desta competição eleitoral e proporcionada pela ampla visibilidade foi o objetivo de tornar conhecidos os candidatos em disputa, o que favoreceu ainda mais a personalização do ator político nas campanhas publicitárias, os feitos, realizações, experiência administrativa, idéias e propostas de governo eram referenciados tanto quanto as qualidades pessoais dos candidatos. Nesta perspectiva, o *marketing* político foi utilizado sem restrições. As candidaturas foram conduzidas por grandes nomes da área da publicidade política como Duda Mendonça, que dirigiu a campanha de Lula, Nizan Guanaes e Nelson Biondi que coordenaram a campanha de José Serra, marcando a disputa com o alto nível da publicidade eleitoral.

Já em momentos pré-eleitorais, a equipe de *marketing* de Lula soube aproveitar o horário partidário não eleitoral. A campanha “No fundo, no fundo, você também é um pouco PT” revela o caráter humanista que seria dado à campanha petista e o intuito de desconstruir os discursos do medo e do preconceito usados contra o candidato petista. Os vídeos que caracterizavam este momento da campanha traziam comerciais pequenos, de 1 minuto de duração, com mensagens curtas, com vasta utilização de imagens e em todos se repetiam a mesma mensagem final.

Um deles de alto teor simbólico era destinado à classe média: um grupo de jovens saem juntos de uma festa, em uma noite de chuva e, na volta pra casa, todos se divertem no passeio de carro, quando uma jovem observa lá fora uma senhora, moradora de rua, sentada no chão, no frio com uma criança de colo. A imagem choca a jovem que segue no carro triste e pensativa. Ao final do comercial, o apresentador (personagem já conhecida das campanhas petistas) aparece e fala:

“Se cenas como essa tocam você, você pode até não saber, mas com certeza no fundo você também é um pouco PT”.

A imagem do Lula radical de 1989 foi substituída pela imagem de um Lula mais “*light*”, a composição “Lulinha paz e amor” circulou na imprensa adquirindo por vezes uma conotação pejorativa, concebendo as mudanças na campanha petista, como mera estratégia eleitoral ou mesmo falta de ideologia. Mas para o PT e para a equipe de comunicação, a radicalidade de Lula provinha de propostas políticas inscritas na trajetória e no programa do partido, em um momento de enfrentamento social, de rupturas societárias, de luta de classes, de mudanças bruscas. Duda Mendonça, em entrevista, declarou em relação à questão dos ideais políticos que “na verdade, o Lula mudou porque o PT mudou”. Nesta perspectiva, a campanha publicitária em 2002 procurou concatenar fatos do passado com o presente no intento de justificar as alterações no discurso e alianças políticas realizadas.

Os programas do HGPE foram conduzidos, por um lado, por uma perspectiva humanista, centrada em questões do cotidiano do cidadão comum, o trabalhador, o pai de família, indivíduo em busca de ascensão e melhor condição de vida, com destaque para a exposição de soluções técnicas para os problemas sociais e, por outro lado, concentravam esforços na apresentação detalhada do programa de governo e no progresso e amadurecimento do PT como partido atuante em diversos cargos políticos.

O vídeo “A História da vida de Lula”, que foi exibido dia 9 de maio de 2002, é o que melhor expressa a apresentação da imagem de Lula para esta disputa. Neste programa, Lula é apresentado como cidadão comum, cuja trajetória se constituiu a partir de uma história de vida não planejada, abalizada primeiramente pela luta pessoal e posteriormente, pela luta solidária na defesa dos direitos dos trabalhadores. No vídeo de 20 minutos de duração, Lula narra a sua biografia e traz depoimentos de pessoas ligadas a ele, traz episódios tanto de sua vida privada como de sua vida pública. O início conta a sua infância, a saga de retirante nordestino, sob o som da canção “Pau-de-arara”, de Luiz Gonzaga e Guido Moraes, interpretada por Gilberto Gil. Em seguida, vem o relato da mudança e adaptação sofrida da família para São Paulo. Lula se emociona ao falar da coragem da mãe em uma viagem de treze dias em um pau-de-arara com oito filhos rumo ao desconhecido. A dificuldade de criar os filhos, sozinha, morando em um único

cômodo. Lula fala de sua adolescência, mas com alegria, pois é a passagem de sua vida que marca a transição da adversidade para a dignidade decorrente do trabalho:

(...) a gente foi se consolidando, os irmãos todos trabalhando, aí nós mudamos para uma outra casa um pouquinho melhor. Surgiu a oportunidade de ir para o SENAI. Foi o meu primeiro contato com a cidadania. Uma pessoa que teoricamente poderia estar predestinada a não ser nada, de repente se viu diante da oportunidade de ter uma profissão. Aí eu me formei em torneiro mecânico. Naquele tempo torneiro mecânico era uma profissão razoável, ganhava um salário razoável, (...) Eu fui o primeiro filho da minha mãe a ter uma profissão. Eu fui o primeiro a ter uma casa. Eu fui o primeiro a ter uma televisão. Eu fui o primeiro a ter um carro. Tudo por conta de uma profissão que os outros meus irmãos não tiveram a oportunidade de ter. (Lula, no HGPE, de 09 de maio de 2002).

Nesta fala percebe-se uma característica da imagem de Lula que se fez constante nesta campanha, a identificação com o cidadão comum, mas como um indivíduo que ascendeu socialmente. Na seqüência do vídeo, Lula mostra seu primeiro carro, a família reunida em seu sítio, manifestando a possibilidade de ascensão baseada em oportunidade e trabalho. Sua trajetória pessoal mais uma vez é utilizada como atestado de compromisso com as camadas menos favorecidas, mas não se apresenta como uma pessoa derrotada e sim como um vencedor, um cidadão que ascendeu socialmente através do trabalho. Em 2002, a ênfase é dada à conquista da cidadania, em detrimento da luta de classe, retratada em 1989.

Ainda neste vídeo, sua história de vida pessoal traz as alegrias, romances e os dramas vividos pelo cidadão comum. Na passagem em que narra a morte da primeira esposa, juntamente com o filho que esperava, em 1970, Lula se emociona e chora:

(...) Aí, namorei, casei, dei entrada numa casinha no parque Prister em São Paulo. Em julho de 1971, minha mulher morreu. Ela tava grávida já com 8 meses e pouco. Ela teve uma necrose hepática. Acho que foi no sábado. Eu fui no hospital falaram assim pra mim: olha, você venha amanhã e traga a roupa do bebê, aí no domingo de manhã eu preparei a roupinha que ela tinha comprado e levei. Cheguei no hospital ela tinha morrido, ela e a criança. [...] Sei que na minha cabeça até hoje, ela morreu como morre milhares de brasileiros, (...). (Lula, no HGPE, de 09 de maio de 2002).

Por duas vezes o discurso é interrompido porque Lula se emociona e chora. Ao final, ele não acusa ou culpa o sistema de saúde brasileiro, mas compara seu drama com o de muitos brasileiros. A biografia foi explorada neste pleito, mas mostrando o que não se mostrou nos outros episódios eleitorais: a emoção. Em matéria da revista *Época*,¹⁰⁶ de 13 de maio de 2002, Ronald Freitas comenta sobre o uso da biografia na campanha:

Seu triunfo é a biografia. Nenhum roteirista escreveria melhor. Nenhum publicitário seria capaz de forjá-la. 'Lula apareceu como ele é, sem parecer coitadinho'. Mesmo correndo o risco de incorrer no dramalhão, Duda teve coragem de agregar valor político à biografia. (Ronald Freitas, Revista *Época*, 13/05/2002, p. 13).

Duda Mendonça fala sobre a estratégia adotada, mas afirma que o Lula que apareceu emocionado, mais humano e menos agressivo não foi uma produção do publicitário, mas a expressão de como Lula era realmente:

Não transformei o Lula. Mostrei ao povo o Lula do jeito dele, falando nos olhos, com emoção. Não foi o *marketing* que fez arrepiar o ABC em 1980. (Duda Mendonça em entrevista a jornalista Ana carvalho, da revista *Isto É*, 30/10/2002, p. 91).

Sua trajetória pessoal aparece como fator de identificação não mais de uma única classe, ou com o operariado apenas, mas de todo e qualquer brasileiro que luta pela emancipação através do trabalho e da cidadania. Desde o pequeno trabalhador assalariado ao pequeno, médio ou grande empresário que busca o progresso de sua empresa. Em lugar do discurso da luta de classes, se fala agora em pacto social. No comercial sobre crescimento da economia, Lula chama atenção para a necessidade de um novo contrato social:

(...) Veja as minhas principais propostas: estabelecer novo contrato social entre Governo, empresários e trabalhadores, visando à retomada do crescimento econômico, geração de empregos e

¹⁰⁶ A edição da revista *Época*, de 13 de maio de 2002, traz o depoimento de Ronald Freitas na matéria: "História de cinema: biografia bem contada, discurso politizado e estética apurada marcam o programa de Lula".

melhor distribuição de renda. (...). Quero aproveitar pra dizer também aos empresários que o Brasil precisa muito deles para esse grande desafio de voltar a crescer, gerar empregos e exportar e que eles terão da minha parte todos os incentivos necessários, mas quero dizer também claramente que este será o país da produção e não da especulação, o país do trabalho sério, do lucro justo e não o país dos aproveitadores (...). (Vídeo exibido no HGPE nas eleições 2002).

A propaganda eleitoral segue com Lula apresentando seu candidato a Vice-Presidente, José Alencar, como modelo de empresário justo e honesto. Retomando a seqüência do vídeo “A História da vida de Lula”, além da saga pessoal, a vida pública de Lula é mencionada. A passagem do contexto privado para o contexto público é marcada pelo início da atividade de Lula como líder sindical. Em seguida, no Estádio de Vila Euclides, São Bernardo do Campo, Lula emocionado, relata episódios marcantes de sua vida à frente do movimento do ABC Paulista:

Mas os dois fatos que marcaram minha vida e que, cada vez que eu vejo a imagem, eu fico emocionado, foi a grande assembléia de 1979 e a grande assembléia que nós fizemos, aqui, em 1980. Era um clima muito emocionado e, de repente, a gente percebe um helicóptero do exército sobrevoando as nossas cabeças. E eu comecei a ficar preocupado porque, se desse um tumulto qualquer, poderia o pessoal sair correndo e alguém poderia se machucar. Aí, eu chamei o pessoal e falei: - Olha, vamos levantar nossas bandeiras; vamos cantar o Hino Nacional; porque nós temos que provar pra eles que nós é que somos brasileiros, nós é que amamos essa terra, e é das nossas mãos que saem à produção e a riqueza deste país. (Lula, no HGPE, nas eleições de 2002).

Lula foi apresentado tanto neste vídeo, como em toda a campanha, como líder nato, a tendência para a liderança, o dom da palavra foram atributos conferidos ao então candidato em depoimentos como o de Vicentinho, ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores:

Éramos ali 100 mil, 120 mil pra seguir aquele caminho, aquela orientação tinha que ter alguém para dar uma palavra. Eu me lembro que outros companheiros, até eu mesmo falávamos para pequenos grupos, outros falavam para grupos maiores, diretores de sindicatos falavam para grupos maiores ainda, mas a palavra que pegava e que valia e que marcava era a palavra do Lula. (Vicentinho no primeiro programa exibido no HGPE em 2002).

Em seguida, no mesmo vídeo, Lula é qualificado como: “o maior líder popular da história do Brasil, conhecido, admirado e respeitado nos quatro cantos do mundo”. Em seguida são exibidas imagens de Lula ao longo de sua trajetória em encontros com líderes de diversos países, em reuniões, conferências e congressos internacionais. A partir deste momento percebe-se um outro deslocamento da imagem pública do então candidato: a construção da imagem do Lula negociador, que se somando a imagem de um político menos radical e mais emotivo, veio a se constituir referencial da identidade do então candidato em 2002.

Mas como o propósito nesta campanha era também manter a coerência e a credibilidade, novamente se buscou concatenar fatos do passado com o presente. O depoimento do empresário Paulo Francini expressa essa estratégia da campanha, ao remeter a imagem de negociador a um outro momento histórico em que não se mencionava tal atributo. A finalidade era imprimir esta marca no presente, mas defendendo uma existência anterior e mesmo apresentando as dimensões de articulador e negociador como características inatas da personalidade de Lula:

Lula era um líder sindical que você tinha afinal confiança e porque não dizer, prazer de negociar porque ao teu lado se tinha uma pessoa que defendia os interesses da categoria do sindicato de que era presidente, porém fazia isso com lisura e quando se comprometia a alguma coisa cumpria o que tinha se comprometido cumprir. (Paulo Francini, Industrial, ex-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, para o HGPE de 2002).

A imagem do Lula negociador, assim como a imagem do Lula não mais radical, não deve ser considerada tão somente ou exclusivamente uma estratégia de *marketing* para o horário eleitoral. Rubim (2004) defende que esta constitui uma qualidade presente em toda a sua trajetória, quando destaca ser:

(...) obrigatório ressaltar o caráter não obrigatório da (re)construção da imagem em relação à Lula e sua trajetória política. Se foi possível atribuir uma dimensão de intransigência a esse itinerário, com engenhosidade certamente seria possível, de modo também pertinente através da utilização de um outro olhar privilegiado, destacar a dimensão de negociador sempre presente na história de uma liderança, que oriunda do meio sindical, teve que exaustivamente negociar com os patrões e com o governo. Aliás, o próprio Lula não cansa de repetir em muitos espaços geográficos e

mediáticos “que o que mais fez na vida foi negociar”. (RUBIM, 2004, <http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Albino.pdf> p.11).

O Jornal Folha de São Paulo, por exemplo, publicou em sua edição de 01 de janeiro de 2002, em Perfil/Lula, uma reportagem com o título: “ABC do negociador” e subtítulo: “Como líder sindical em São Bernardo do Campo (SP), Lula já exibia o perfil conciliador que ensaia levar ao Planalto”. (Armando Antenore, Folha de São Paulo, 01/01/2002).

Após relatar a saga pessoal de Lula, de maneira a destacar atributos como emotividade, preparo para o cargo e capacidade de negociação, o vídeo transporta o espectador para a história do PT. Essa transição na verdade acontece através de uma etapa da vida de Lula, pois a história do partido e de seu principal candidato se constitui uma só. A passagem para o discurso sobre a origem do PT acontece ainda no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, onde Lula declara:

A primeira idéia que eu tive do PT na verdade foi num congresso. Eu lembro como se fosse hoje, um congresso dos petroleiros. Eu estava no Hotel Bahia. Tava lá o Fernando Henrique Cardoso e o Almino Afonso como conferencistas também, e lá pela primeira vez eu tive a idéia de que era preciso criar um Partido dos Trabalhadores. Eles até concordaram comigo, mas depois foram pra outro campo. (Lula no primeiro programa do HGPE das eleições de 2002).

Em seguida, no mesmo vídeo, já em outro cenário, José Dirceu fala sobre a importância do PT no cenário político nacional:

O Lula teve a idéia de criar o PT no mesmo momento em que a sociedade brasileira cansada da ditadura começava a renascer no debate político e a idéia de um partido novo de trabalhadores, movimentos populares, estudantes, artistas, intelectuais, entusiasmou entidades e personalidades de todo o Brasil. Foi nesse clima que nasceu o PT, defendendo a liberdade e a democracia. (Depoimento de José Dirceu no HGPE nas eleições de 2002).

Percebe-se a partir de então, ainda neste vídeo, o segundo ponto relevante na estratégia de campanha que foi a reconfiguração da imagem do partido. Assim

como realizado com a imagem de Lula, as alterações ocorridas no discurso do PT foram constantemente explicadas com a finalidade de atribuir coerência às idéias petistas e apresentar os resultados das administrações do Partido em diversos Estados brasileiros como manifestação de crescimento:

Sem dúvida alguma são marcas registradas da administração do PT: a honestidade e os eficientes programas sociais como: a Bolsa escola, o Renda mínima, o Médico da Família, o Banco do povo, o Orçamento Participativo e tantos e tantos outros. Mas, e as obras? Estradas, pontes, viadutos, será que o PT também sabe fazer? (...). (Narrador em off, em vídeo: “A História da vida de Lula” para o HGPE nas eleições de 2002).

Este vídeo segue apresentando as obras realizadas durante as administrações do PT no Rio Grande do Sul, pelo governador Olívio Dutra, em Belo Horizonte, com as administrações de Patrus Ananias, Célio de Castro e Fernando Pimentel; em São Paulo, pela prefeita Marta Suplicy; no Mato Grosso do Sul, pelo governador Zeca do PT; em Aracajú, pelo prefeito Marcelo Deda; em Porto Alegre com a administração de Tarso Genro; em Recife, pelo prefeito João Paulo e no Acre, com a administração de Jorge Viana. O vídeo encerra com Lula apresentando sua equipe e os membros representantes do PT em Brasília, os líderes do Senado (Eduardo Suplicy) e da Câmara (Dep. João Paulo Cunha) e toda a bancada do PT no Congresso Nacional. Faz o apelo final convocando o espectador a entender o PT como Partido experiente e capacitado para governar.

(...) Este ano vamos ter eleições e eu não tenho dúvida de que esta bancada vai ficar ainda maior e ainda mais forte, pois eu tenho certeza de que todos vocês, hoje mais do que nunca, já perceberam que o que a gente quer é exatamente o mesmo que vocês: fazer do nosso Brasil um Brasil mais decente e mais feliz. (Lula, no HGPE nas eleições de 2002).

Lula convoca a credibilidade e a confiança do eleitor e utiliza termos leves como decente e feliz, dispensando o uso de palavras de forte conteúdo ideológico com se fazia em 1989. O vocabulário de militância esquerdista – elites, proletariado, exploração, classe dominante – foi substituído por termos como: oportunidade, cidadania, união, pacto social, etc. Esta tendência segue em todos os outros vídeos. A linguagem leve e simples, sem ataques aos candidatos adversários, o uso de

jingles, clipes e músicas, deu um ar de leveza aos vídeos do HGPE. Tudo para desconstruir a imagem de líder popular radical do início de sua trajetória.

Quanto à exposição dos projetos políticos e a disputa pela interpretação da realidade, Rubim (2004) pontua que a agenda pública de discussão é capaz de interferir no bom desempenho dos candidatos, pois esta é constituída a partir de uma interação desigual, porém combinada, entre a agenda da sociedade – esta percebida através de pesquisas e sondagens de opinião que captam os atos e opiniões dos atores sociais, a agenda da mídia e a agenda elaborada pelo horário eleitoral. De modo que é possível a reinserção de um determinado tema que não faça parte da agenda midiática, pelo horário gratuito eleitoral.

Desta forma o agendamento midiático proporcionou uma convergência dos discursos dos candidatos ao dar especial atenção à temática do crescimento econômico e à colaboração com o FMI, exigindo mesmo que os candidatos assumissem o compromisso aos acordos realizados. Na busca pelo enquadramento com a agenda midiática, os candidatos convergiam para uma plataforma bem próxima das proposições das temáticas em evidência. Semelhante ao fenômeno dos partidos *catch-all*, descritos por Albuquerque (1999) e mencionados no primeiro capítulo desta tese, os discursos pareciam muito semelhantes entre si.

Na campanha presidencial de 2002 um tema que teve pouca repercussão no início da campanha, mas foi inserido na agenda pública produzida pelo horário eleitoral, foi o tema do emprego e do salário mínimo. Todos os candidatos debateram em seus programas os temas citados. Para a candidatura de José Serra, por exemplo, estes constituíram temáticas centrais.

Já a campanha do PT, por um lado, priorizou a apresentação de propostas concretas e de um programa de governo bem elaborado. Por outro lado, procurou igualmente conferir à imagem de Lula a competência para governar. Para ambas as propostas, o recurso utilizado foi apresentar uma equipe de especialistas em diversas áreas trabalhando permanentemente na elaboração de um novo projeto, completo e eficaz na solução dos diferentes problemas brasileiros. Um vídeo foi elaborado para apresentar a equipe:

O PT está preparando um grande programa de governo para o Brasil e cuja equipe central está aqui reunida. Aqui estão alguns dos responsáveis pela área econômica, alguns dos mais importantes economistas brasileiros. Esta é a equipe que cuida da área de

segurança, foi ela quem criou o nosso programa lançado em fevereiro em Brasília, considerado por todos como a mais completa proposta sobre segurança pública já feita no Brasil. Essa é a equipe da área de educação, ciência e tecnologia, uma área que o PT sempre considerou prioridade para o Brasil. Essa é a equipe responsável pela área de energia. O Brasil do futuro vai precisar de muita energia para crescer, se desenvolver e criar milhões de empregos para o povo brasileiro. O que acabamos de apresentar para vocês são algumas das nossas prioridades, apenas uma parte do grande plano de governo do PT para o Brasil. (Lula no HGPE/Eleições 2002).

No cenário, enquanto apresenta as equipes, Lula caminha entre as mesas onde os profissionais de cada área se encontram reunidos a discutir os projetos. Não existe uma intervenção dos membros no discurso, é como se trabalhassem normalmente, no momento em que Lula, no seu papel de apresentador, profere a sua fala aos telespectadores.

A cada programa um tema específico na área social (saúde, emprego, segurança, educação, fome) foi abordado particularmente e as imagens dos especialistas, técnicos e políticos simulando grupos de trabalho, em salas e mesas redondas, serviam também como abertura dos vídeos que tratavam de cada um destes temas. Em determinados programas alguns dos membros das equipes foram apresentados com suas respectivas experiências técnicas, formações profissionais, com ênfase nos títulos acadêmicos.

A idéia era de imprimir credibilidade às propostas e desconstruir de vez o discurso do medo tantas vezes atribuído à falta de curso superior e da inexperiência administrativa de Lula que ao perceber a complexidade dos problemas que viria a enfrentar garantia a presença de um assessoramento de especialistas capacitados em diferentes áreas. O programa eleitoral de Lula priorizou a Análise de Conjuntura, a preocupação maior estava em explicar os problemas a partir de uma análise técnica, através da utilização constante de gráficos, dados estatísticos e quantificados. Diferente de 1989, quando as análises dos problemas foram consideradas por diversos autores como superficial.

De acordo com pesquisa realizada por Mauro Porto,¹⁰⁷ a estratégia político-comunicacional adotada pelo PT dedicou 28,2% do tempo total de programação ao tratamento da Análise de Conjuntura. Foi inclusive, o candidato que dedicou mais tempo a essa temática.¹⁰⁸ O enfoque dos programas do HGPE se deu em torno do diagnóstico dos problemas do país. Com o segundo maior tempo da programação, 18%, ficou a atenção dedicada às Políticas Futuras. Desta forma o cerne da programação do horário eleitoral do PT era associar a avaliação da situação atual do Brasil à apresentação de propostas de governo e soluções para os problemas detectados.

Dentro do apelo Análise de Conjuntura (AC), os temas que tiveram prioridade foram: Economia, com 50,9% da frequência da programação dedicada à AC, em segundo lugar ficou as Questões Sociais com 45,6% e em terceiro, os temas Violência e Segurança. Quanto aos temas abordados dentro do apelo Políticas Futuras, os que tiveram maior atenção foram: Economia, com os subtemas: Política Econômica, Emprego, Salário e Finanças, totalizando 38,2% e em seguida Questão Social com os subtemas: Saúde, Educação e outros, totalizando 52,8%.¹⁰⁹ Quanto aos temas em destaque na agenda midiática e também eleitoral, ou seja: o crescimento econômico, o desemprego, a estabilidade monetária, a inflação, a política externa e a dívida externa, novamente o discurso do PT aponta seu programa de governo como a alternativa mais apropriada para o momento vivenciado pelo país. Em relação ao crescimento econômico e ao desemprego no documento: “Um outro Brasil é Possível”, o PT defende o “Crescimento econômico

¹⁰⁷ O esquema de classificação dos “apelos” utilizados nos programas eleitorais dos candidatos foi desenvolvido por Mauro Porto e Guazina (1999). São identificados oito tipos de apelos: 1. **Políticas Futuras**: apelo no qual se apresenta as idéias e programa de governo do candidato; 2. **Políticas Passadas**: apelo que remete as realizações feitas pelo candidato ou pelo seu partido durante administrações do passado; 3. **Atributos Pessoais**: ressalta as qualidades e características pessoais do candidato, como conhecimento, preparo, honestidade, experiência, etc.; 4. **Partisão**: vincula o candidato a partidos, personalidades, movimentos sociais, incluindo manifestações de apoio a sua candidatura; 5. **Ideológico**: apelo que relaciona a candidatura com categorias como esquerda/direita, socialista, liberal, conservador, etc.; 6. **Simbólico**: apelo que remete a valores culturais, mitos, ideais, tais como: estabilidade, otimismo, solidariedade, justiça, etc.; 7. **Análise de Conjuntura**: apelo destinado a avaliar a situação do país, apresentando um diagnóstico de uma ou mais áreas como, desemprego, saúde pública, educação, segurança, etc. e 8. **Propaganda Negativa**: apelo destinado a criticar e atacar outros candidatos, personalidades ou instituições.

¹⁰⁸ Consultar os gráficos com os temas abordados pelos principais candidatos a presidência, nos anexos desta tese.

¹⁰⁹ Para análise mais detalhada dos números citados, consultar a tabela 6 dos anexos.

sustentável e ampliação do emprego formal”, no item: “Os principais compromissos do novo modelo” pode-se ler:

No meu programa de governo está escrito que o Brasil precisa criar no mínimo 10 milhões de emprego, e cabe ao governo, tendo o emprego como a coisa mais grave neste momento da história do Brasil, nós fazermos de tudo para que cada centavo que o Estado investir, ter como possibilidade de retorno à geração de um posto de trabalho. (...) Nós precisamos fazer um ajuste na política tributária brasileira, nós precisamos desonerar a produção e as exportações, porque as exportações são um instrumento muito forte para que a gente não tenha que ficar tomando dinheiro emprestado ao FMI. E nós vamos ter que fazer com que a nossa relação com os Estados Unidos possa se aprimorar, nós vamos ter que aperfeiçoar nossa relação com a União Européia, nós vamos ter que abrir mais espaços com a China e com a Índia. Nós vamos ter que recuperar o Mercosul, porque o Mercosul é uma coisa muito importante para o Brasil, agregando inclusive novos países, (...). (Lula, em trecho do programa Eleições 2002, da Rede Bandeirantes, conduzido por Márcia Peltier e exibido no HGPE).

Quanto à estabilidade monetária e à inflação, Lula aponta as medidas a serem tomadas no documento: “Por um Brasil melhor”:

As dificuldades que enfrentamos exigirão coragem e espírito de sacrifício de todos. O pacto pelo Brasil vai se completar com um conjunto de medidas que levem o governo a desempenhar um papel ativo diante da crise. Essas medidas partem da constatação de que é preciso: 1. Conduzir a política cambial de modo que a necessária flutuação da moeda não ocorra com os excessos atuais e tamanha volatilidade; 2. Manter o controle da inflação, de modo que ela não corra o poder de compra dos cidadãos; 3. Assegurar um superávit primário suficiente para que se inverta o quadro do atual governo em que a cada ano a relação da dívida com o PIB aumenta, em lugar de cair. (Trecho do documento “Por um Brasil melhor”, p. 3-4).

E no item, dívida externa, Lula promete honrar os compromissos assumidos durante o governo FHC e declara:

A dívida externa pública, de cerca de U\$ 90 bilhões, será objeto de um grande esforço de renegociação, no sentido de permitir um alívio nas contas públicas para acelerar os programas de investimentos e políticas sociais. (Trecho do documento “Um outro Brasil é possível”).

Percebe-se, nos últimos programas eleitorais mencionados, que as propostas do PT para a solução dos problemas agendados estão constantemente relacionadas às questões sociais, mesmo temas como crescimento econômico, política externa ou dívida externa. Comumente antes da exposição das propostas de governo em áreas sociais específicas – tais como educação, desemprego, saúde e segurança – os problemas sociais são dramatizados, por meio das experiências de cidadãos comuns em situações do cotidiano. O que proporciona um caráter humanista e desperta o fator identificação.

Sobre o tema educação, por exemplo, no dia dos professores, o vídeo exibido no HGPE retratou a vida de Carla Lima, uma professora, personagem da vida real:

Só mesmo quem tem muita garra leva a vida assim. Carla acorda às cinco e meia da manhã, dá café para os filhos e todos se preparam pra sair. O fusquinha anos 70 leva todos para o mesmo destino: a escola. De manhã, Carla dá aulas para uma turma de alunos da rede pública, meio dia em ponto vai pra casa, almoça e 40 minutos depois já está alfabetizando crianças numa escola particular. Depois de dois turnos nas escolas, a Carla ainda tem que ter fôlego para se dedicar aos estudos, só que agora ela assume o papel de aluna no curso de pedagogia: “São 14 horas na sala de aula, 10 como professora e quatro como aluna”. A professora sustenta os filhos e acredita num ensino de qualidade (...). (HGPE/Eleições 2002).

Depois de apresentado o vídeo, são expostas as soluções e propostas de governo para a área discutida. Neste caso, Lula, em estúdio, apresenta as principais propostas para a área da educação. Este modelo se repetia para abordar outras temáticas, como saúde pública, segurança, dentre outros.

Vale destacar que na disputa pela interpretação da realidade, os compromissos assumidos por Lula nos documentos: “Carta ao Povo Brasileiro”, “Compromisso com Soberania, Emprego e Segurança do Povo Brasileiro” e “Um outro Brasil é possível” vieram compor as estratégias pensadas para angariar a confiança do eleitorado.¹¹⁰

Mas o discurso do medo foi novamente acionado nesta campanha. Desta vez, em consonância com os temas que constituíam o cenário da disputa, a estratégia se deu em volta da instabilidade econômica, política e do desemprego. A situação

¹¹⁰ Ver estes documentos na íntegra nos anexos desta Tese.

instável da economia brasileira e, conseqüentemente, o aumento nos índices de desemprego, o agravamento das questões sociais somou-se ao posicionamento das instituições financeiras internacionais, que exigiam o pagamento da dívida e a honra dos compromissos financeiros assumidos anteriormente e durante o governo FHC, fez emergir um sentimento de insegurança durante a campanha.

Diante das circunstâncias foi imediata a associação entre instabilidade econômica e política com a candidatura de Lula. De acordo com o enquadramento¹¹¹ dado pelos diferentes meios de comunicação, as principais revistas e jornais impressos de circulação nacional passaram a adotar um discurso que tomavam o mercado como algo dotado de autonomia. Tornaram-se constantes as matérias de capas das principais revistas ao expressarem o medo da possível vitória de Lula, como as descritas abaixo:

A revista *Veja*, de 22 de maio de 2002, traz estampado na capa: “Por que Lula assusta o mercado”. Nesta edição a *Veja* relaciona a inquietação dos investidores estrangeiros com o crescimento da candidatura de Lula nos resultados das pesquisas.

Já a revista *Isto É Dinheiro*, de 15 de maio de 2002, traz como matéria de capa: “Por que o mercado teme Lula – cresce a tensão entre empresários e banqueiros com a candidatura do PT e Lula mostra a citada revista o seu plano econômico para acalmar a comunidade financeira.” Percebe-se nesta manchete que o enfoque recai sobre o medo e em segundo plano é que a revista menciona o plano econômico do PT. A disposição do conteúdo do texto poderia ser inversa, o que proporcionaria novo sentido à matéria.

A revista *Veja*, de 19 de junho de 2002, traz novamente a questão do medo: “O Brasil pode virar uma Argentina?”. Nesta mesma edição, a revista apresenta outra matéria com a idéia de que “A crise explodiu antes da hora” e que “os tucanos não param de afirmar que Lula eleito equivale ao risco de caos”. (*Veja*, 19/06/2002). Novamente se recorre ao discurso do medo, desta vez em referência à crise exterior. Percebe-se que este enunciado é reforçado com uma opinião (a dos tucanos) e não

¹¹¹ Como explicitado no primeiro capítulo, o *enquadramento* é um recurso da mídia que determina como um assunto agendado pela mídia deveria ser pensado; ou seja, o enquadramento dá a direção para o tema, destacando ou depreciando certos aspectos do assunto. Para maiores informações sobre essa questão, consultar Venício Lima, In: *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, Cebela, VI, n. 1, 1994.

com fatos. Vale destacar ainda que nesta edição, em ambas as matérias, a revista trabalha com a idéia de que a desvalorização do Real poderia desencadear uma crise semelhante ao desastre econômico e político ocorrido na Argentina. Por outro lado essa situação é relacionada não a uma gestão anterior, mas a um risco provável de acontecer com uma possível vitória do candidato petista.

Diante da iminente disseminação do discurso do medo, com vários acordos, o PT divulga uma carta ¹¹² esclarecendo seus posicionamentos e propostas para a área econômico-financeira. Neste documento o PT busca reverter esta imagem de associação entre a crise do Brasil com a da Argentina e do crescimento da concepção do PT como partido de “alto risco”.

Somente após a mudança de estratégia e da intensificação da veiculação de vídeos apresentando propostas e o conteúdo do programa de governo, o partido consegue “acalmar o mercado” e invalidar a disseminação do discurso do medo no âmbito da imprensa escrita: A revista Isto É, de 14 de agosto de 2002, expressa a nova situação em matéria: “Lula não assusta mais – com a proposta de um capitalismo humanizado, o candidato petista ganha elogios da imprensa conservadora estrangeira, é aprovado no debate da Rede Bandeirantes e é aplaudido na Fiesp e na Bovespa, onde antes era um sapo difícil de engolir”. (Veja, 14/08/2002).

Assim, Lula vence o primeiro turno com 46,6 % dos votos válidos e vai para o segundo turno disputando contra José Serra que obteve 23,2%. Mas iniciada a campanha para o segundo turno, novamente é suscitado o discurso do medo, desta vez enfocando a falta de experiência administrativa e formação superior, sendo articulado não mais pela imprensa, mas pela equipe da candidatura de José Serra. A ex-deputada federal Rita Camata, candidata a vice de José Serra, declarou para o jornal O Estado de São Paulo: “Não podemos entregar o Brasil na mão de quem não tem experiência, de um aventureiro”. (OESP, 21/10/2002).

Outro episódio que marcou a campanha foi a participação da atriz Regina Duarte no primeiro programa eleitoral de José Serra para o segundo turno. O depoimento da atriz que suscitou polêmica durante a disputa dizia:

¹¹² Os documentos: “Carta ao povo Brasileiro”, publicado em 22 de junho de 2002 e tantas vezes mencionado por Lula em sua campanha, e “Por um Brasil melhor” de 19 de outubro, sendo este último publicado uma semana antes do encerramento da campanha pelo segundo turno, encontra-se na íntegra nos anexos desta tese.

Estou com medo. (...). O país corre o risco de perder a estabilidade tão duramente conquistada. Não dá pra jogar tudo na lata do lixo. O Serra eu conheço, sei o que vai fazer. O outro eu achava que conhecia. Isso dá medo na gente. Medo da inflação desenfreada de 80% ao ano (...). Voto no Serra, porque este eu conheço e voto sem medo. (Regina Duarte no HGPE de José Serra).

Sua fala apresenta argumentos fundamentados na crise do mercado e finaliza convocando os eleitores a optarem por uma “mudança segura”. A polêmica deste episódio reside na questão do efeito da validade e da legitimidade que um discurso adquire a partir da fala de uma personalidade pública e respeitada em determinado meio. O depoimento da atriz popularmente conhecida, direcionada ao público, incluindo fãs, dota o discurso de validade e eficácia. Em resposta, a atriz Paloma Duarte declara dia seguinte, no programa de Lula:

Estava ontem à noite com o meu marido Marcos, a gente estava assistindo o programa eleitoral do José Serra. Há muito tempo não me sentia tão revoltada, eu me senti desrespeitada, eu me senti violentada como cidadã brasileira, como eleitora. Veja bem, eu não estou aqui pra falar mal de ninguém. Eu vim aqui registrar o meu protesto, eu procurei o pessoal do Lula e pedi pra vir aqui fazer esse depoimento, pra dizer o quanto eu to chocada com o uso do terrorismo, com o uso do medo, numa campanha para Presidente da República do meu País. (...) A eleição vai passar e o Brasil continua e eu quero dizer que um candidato que precisa aterrorizar a população brasileira em vez de se calcar nas suas próprias virtudes pra tentar se eleger não merece o meu respeito, não merece minha confiança e no meu entender não mereceria jamais ser Presidente da República. (Depoimento da atriz Paloma Duarte, no HGPE, Eleições 2002).

Lula em entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo, em 16 de outubro de 2002, desabafa: “Enquanto eles (PSDB) fazem a campanha do medo eu faço a da esperança” (OESP, 16/10/2002)

Nas vésperas da eleição do segundo turno, a revista Veja, de 23 de outubro de 2002, volta a publicar matéria comprometendo o desempenho do PT, desta vez, uma agressiva figura de um animal com três cabeças representando Marx, Trotsky e Lênin, os “personagens” apareciam enfurecidos, raivosos sob o título da matéria: “O que querem os radicais do PT – Entre os petistas, 30% são de alas revolucionárias. Ficaram silenciosos durante a campanha. Se Lula ganhar, vão cobrar a fatura. O PT diz que não paga”. (Veja, 23/10/2002). Nesta matéria, o recurso do medo,

apropriado pela revista instiga desconfiança no eleitorado em relação ao PT, retratando-o como partido incoerente e desorganizado.

Mas a candidatura de Lula continua convencendo o eleitorado com um discurso otimista.¹¹³ Com o slogan “A esperança venceu o medo”, o verbo ‘venceu’, no passado fazia analogia ao crescimento e as vitórias obtidas pelo partido. Os discursos indicavam o amadurecimento do PT e a capacidade de governar: “Hoje, o PT governa aproximadamente 50 milhões de brasileiros. São 5 Estados, são 7 Capitais, são 180 cidades das quais parte delas com mais de 200 mil habitantes”. (Programa exibido pelo HGPE em 2002).

O discurso do medo desta vez não repercutiu como o esperado e o preconceito referente à falta de experiência administrativa e de formação superior igualmente não impetrou o imaginário da sociedade e cultura brasileira em 2002. Enquanto José Serra falava em “continuidade sem continuísmo” e prometia dedicar maior atenção também ao plano social, o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo Vera Chaia (2004), praticamente admitiu a vitória do candidato do PT, em matéria do jornal O Estado de São Paulo, em 25 de outubro de 2002:

Segundo a matéria, FHC pronunciou a palavra ‘medo’ sete vezes no discurso de 45 minutos, que proferiu por ocasião da abertura do XXII Encontro Nacional do Comércio Exterior (Enaex): ‘Como o brasileiro é um povo novo, não vai querer ficar com medo do que é novo, e, portanto vai continuar acreditando no Brasil. E nós vamos vencer vença quem vencer’ (OESP, 25/10/2002). Nesta fala FHC referia-se ao clima de liberdade e aos avanços da democracia naquele período eleitoral. (CHAIA, In: RUBIM, 2004, p. 43).

A autora afirma ainda que tal depoimento de FHC causou um “clima de mal estar” na campanha de José Serra, primeiro por ser o candidato governista e segundo, porque tentava em apelo veiculado no programa eleitoral gratuito convencer o eleitorado a dar “mais um voto” para que ele pudesse vencer as eleições, o que se tornava cada vez mais difícil de acordo com a posição já adotada pelo eleitorado demonstrada nas pesquisas de intenção de voto.

¹¹³ De acordo com pesquisa da Datafolha, o gráfico mostra que as intenções de votos válidos no candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva, oscilaram entre 64% em 11 de outubro de 2002, chegando a 66% entre 18 e 23 de outubro e chegando nas vésperas de eleição em 26 de outubro, a 64%. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=163>.

Na situação pela qual passava o país o clima era de insatisfação e existia um forte anseio por mudança. Lula foi o candidato que melhor se apresentou como alternativa com a promessa da unidade e com a proposta do “Pacto Social” envolvendo vários setores da sociedade em prol de uma melhor qualidade de vida para todos.

Não constitui objetivo desta pesquisa identificar os fatores determinantes da vitória de Lula em 2002, igualmente não se pretende aqui assinalar as assertivas ou falhas da campanha petista, mas é possível destacar alguns aspectos que apontam para o sentimento coletivo que abarcou o discurso da esperança adotado por Lula em detrimento do discurso do medo tão “eficaz” em outros pleitos.

Como aspectos que comprovam este sentimento encontram-se dados referentes à conjuntura eleitoral vigente, além da atuação “democrática” da mídia. Em primeiro lugar vale pontuar, ao longo das candidaturas, uma mudança na avaliação do candidato petista por parte do eleitorado, os índices de aprovação de Lula nunca foram tão significativos, e os de rejeição diminuíram gradativamente desde 1989.¹¹⁴ Em segundo lugar, Lula era o candidato mais conhecido nacionalmente neste pleito se comparado a seus adversários e o programa de governo do partido fora elaborado por especialistas de diferentes áreas, apresentando-se de maneira coerente e adequado ao momento que o país enfrentava, a partir de uma campanha planejada nos mais modernos padrões do *marketing* político. Em terceiro lugar, o discurso do medo, adotado por seu principal adversário, apareceu deslocado do seu lugar de fala diante da confiabilidade conquistada pelo PT, representada nos diversos cargos políticos ocupados por todo o país e pela crise do modelo neoliberal que lançou o país num período de recessão econômica e desemprego.

De maneira que a imagem de Lula em 2002, como definiu Luiz Dulci, “constituiu-se na grande novidade da disputa”, apesar de ser sua quarta candidatura consecutiva. Lula aparece como novo político capaz de mobilizar os sentimentos da esperança, da confiança e do otimismo indo de encontro ao apelo do imaginário coletivo, que conforme a situação vigente clamava por um representante completamente distinto dos anteriores.

¹¹⁴ Ver as tabelas com as pesquisas de índices de aprovação e rejeição dos candidatos à presidência nos anexos desta Tese.

Em sua campanha marcada por símbolos que retratavam a luta, a ascensão, a perseguição, a superação e a predestinação, Lula atendeu este apelo como o “Homem providencial” que, em nome da fidelidade às mensagens que ditou aos princípios que estabeleceu, “corresponde às interpelações e aos desafios do presente”; encarnou o arquétipo do “Herói gravitas” com a “firmeza na aprovação, a experiência, a prudência, o sangue-frio, o comedimento, a moderação.” (GIRARDET, 1987, p. 74); e porque não, o arquétipo do “Chefe profético” com sua mensagem de otimismo e esperança, foi capaz de “lê na história aquilo que os outros ainda não vêem. Ele próprio conduzido por uma espécie de impulso sagrado, guia seu povo pelos caminhos do futuro” (Ibidem, p. 78) , num momento marcado por uma áurea, um clima que indicava o momento de glória e da tão almejada vitória como uma espécie de “predestinado”.

Com uma vitória emblemática, encerra-se o tempo do apelo para dar início ao tempo da presença, do Salvador enfim surgido, momento este como afirma Girardet (1989, p. 72) “em que o curso da história está prestes a se realizar”, momento de canalizar as emoções suscitadas em prol da impressão de seu nome como uma marca na memória coletiva; este é o nosso tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

O ESTADISTA

“Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista”.

“Cheguei à Presidência para fazer as coisas que precisavam ser feitas e que muitos presidentes antes de mim foram covardes e não tiveram coragem de fazer”.

“Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções”.

Luiz Inácio Lula da Silva

Em 1º de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva inicia um novo tempo e como Estadista, se torna protagonista de um importante episódio da história política do país. Durante este período, que se estende por dois mandatos, Lula consegue, de maneira magistral, imprimir na história sua marca como governante.

O tempo da presença, um dos períodos sucessivos do processo de heroificação, é momento fértil na produção de elementos simbólicos capazes de perpetuar a imagem do herói surgido. Mas para isso, uma vez ouvido o apelo, é necessário colocar em prática o “valor de ação do mito” e da mitologia da unidade através da contínua mobilização do imaginário social.

É verdadeiro afirmar que durante este tempo, o Presidente soube perfeitamente efetivar o “valor de ação do mito”, pois não apenas administrou impecavelmente sua imagem pública como acumulou ainda mais capital simbólico, agregando à sua imagem, valores múltiplos, emblemáticos e de significados históricos. Confirmam isso episódios marcantes e fatos inéditos como o evento da posse presidencial em 02 de janeiro de 2003 que evidenciou o caráter singular daquele resultado eleitoral. A presença em massa da população, de grupos de movimentos sociais, a euforia de muitos que não se limitaram a assistir e passou a

participar do evento transformando-o numa festa popular, com quebra do protocolo do início ao fim confirmou que uma esperança maior e o sentimento de participação popular naquele governo eram compartilhados por grande parte da população brasileira. Os altos índices de aceitação e popularidade do Presidente no término deste mandato, a reeleição em 2006, mesmo após o escândalo do chamado “mensalão” e ainda o índice de popularidade inédito para um Presidente brasileiro ¹¹⁵ de quase 90% de aprovação ao término do segundo mandato, confirmam a aceitação de Lula não apenas a partir de seu carisma, mas também, e sobretudo, por sua atuação como Presidente.

O Tempo da presença, do poder e da glória é o período de maior visibilidade e poder de ação. Foi o tempo em que Lula pôde plasmar sua imagem, materializar as promessas de campanha, tornar-se um estadista respeitado mundialmente, mas, sobretudo, seguido e amado por seus representados.

Conhecedor de seu carisma e da força desse dom em sua própria trajetória pessoal e política, a esse perfil pessoal, o Presidente segue sua gestão agregando características capazes de reforçar seu poder carismático. Seu perfil distingue-se dos demais líderes brasileiros e rompe a tradição republicana de Presidentes de cara fechada como Castelo Branco, Ernesto Giesel e Figueiredo, de aspecto raivoso como Fernando Collor de Mello, de cara enigmática como Itamar Franco ou ar nostálgico como Fernando Henrique Cardoso. Lula, ao contrário, escapa como Juscelino Kubitschek pelo bom humor. É um Presidente que sorri, fala a linguagem do povo, transmite a alegria de presidir. Esse *marketing* pessoal foi fundamental para a formação dessa aura de líder excepcional.

Com a vitória eleitoral é natural ocorrer uma transfiguração política, que é exatamente o tipo de mudança na aparência, na forma, no comportamento, inerente e mesmo exigido pelo cargo assumido. Trata-se de agregar valor ao seu perfil administrativo, ou seja, fortalecer a idéia de homem de percepção, capaz de julgar, decidir, avaliar situações, enfim, ser confiável e competente como Presidente. O que acontece com o ex-Presidente Lula, porém, é algo mais sutil e complexo, pois tanto

¹¹⁵ O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) se encerrou com o maior índice de popularidade já registrado para um presidente, de 87%. O número foi divulgado pelo Instituto Ibope e refere-se a uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os dados foram colhidos entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2010. Ver em: “Isto É” nº 2147 de 05/01/2011.

em seu comportamento como em suas decisões de gestão, suas atitudes são paradoxais.

Quanto a seu comportamento, agiu com disciplina e indisciplina ao mesmo tempo, sendo o Presidente obediente que segue a recomendações de conteúdo e descumpre regras de protocolo. Um mandatário com disciplina estratégica e indisciplina tática de político intuitivo. Manteve seu perfil popular e informal, indo, sempre que possível, até o povo e fazendo com que o povo o alcançasse. (CAVALCANTI, 2003).

Já quanto a sua conduta de gestor, procurou ser fiel às promessas de campanha, enfocando a área social com a implementação de programas de geração de emprego; de projetos habitacionais; de inclusão na educação e, principalmente de combate à fome e à miséria. Foi fiel aos contratos e adotou uma política econômica de incentivo ao crescimento que contemplasse austeridade fiscal. Sendo estas últimas medidas justificadas pela expectativa do chamado crescimento sustentado, que por sua vez, promoveria oportunidades e ascensão social para os mais pobres.

A transfiguração política do Presidente Lula ocorreu de maneira que ele mudasse, mas continuasse a ser. Nesse sentido, o líder operário se transfigura em Presidente da República sem deixar de ser líder de massa e homem do povo. Em suas aparições públicas, o discurso de autoridade maior da nação era sempre perpassado por paródias e pelas habituais metáforas. Um Presidente que fala a língua do povo, que troca afetos com seus seguidores, que faz de seu bom humor recurso para palavras de esperança, otimismo e auto-estima. Sentimentos estes empregados como força motriz na mobilização do imaginário popular que juntamente com a idéia de inclusão e ascensão social para os mais pobres, constituíram a marca de seu governo.

Desde a campanha eleitoral de 2002 Lula adotara o apelo a autoestima. Por esta ocasião, tal estratégia busca estabelecer um elo com sua própria história de ascensão e justifica o voto no então candidato petista. Ora, num país tradicionalmente governado por representantes da elite e no qual a população mais pobre negou três vezes consecutivas o voto em um homem advindo das fileiras do sindicalismo, ex-operário com formação de torneiro mecânico, era necessário uma mudança de pensamento, sobretudo, despertar a crença em si mesmo para poder eleger um igual.

Transformar ou mesmo despertar a atenção de um povo para a retomada de sua auto-estima implica em diversas modificações em termos sociológicos e culturais, como na expressão de Theodor Adorno, “a mutação da auto-estima tem, por sua potência repercussões substantivas em inúmeras e diferentes dimensões, sejam elas individuais ou sociais todas intrinsecamente articuladas.” (ADORNO, In: RUBIM, 2002). Ciente desse potencial, Lula segue em seus dois mandatos repetindo o mesmo discurso de campanha: “eu descobri uma coisa: este país não precisa apenas de emprego, de salário, de combate à fome. Este país precisa primeiro recuperar a autoestima de 175 milhões de brasileiros” ¹¹⁶. Em outros momentos Lula evoca sua trajetória de trabalho e ascensão como exemplo, sempre atrelado ao poder da autoestima:

O meu papel é vender autoestima, o meu papel é dizer o seguinte: se um País como o Brasil permitiu que um operário metalúrgico chegasse à Presidência da República, eu fico imaginando o que este País não pode permitir para vocês que estão começando agora. (26/02/ 2008. Rio de Janeiro - RJ. Inauguração da fábrica de pneus de mineração e terraplenagem da Michelin – América do Sul).

A era Lula teve como base política o fortalecimento do nacional-desenvolvimentismo. No sentido indicado por Celso Furtado ¹¹⁷, Carlos Lessa em 1998, quatro anos antes da vitória de Lula, destacou a importância de uma identidade nacional e autoestima compartilhadas para o desenvolvimento político, social e econômico a partir da participação do povo:

Cheguei a conclusão de que a construção de qualquer projeto voltado para o futuro do Brasil precisa, como pré-requisito, retomar duas questões fundamentais: a da identidade nacional e a da auto-estima. Sem se reconhecer e sem se considerar capaz, um povo perde a possibilidade de sonhar e ter utopias, deixa de ser sujeito de sua própria história, e passa a condição, digamos, de material etnográfico. Quando isso se instala, as idéias desaparecem e, com elas, as grandes opções, inclusive as de natureza econômica. (LESSA *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 136).

¹¹⁶ Em discurso proferido em 27/03/2003 na cidade de São Paulo – SP, durante a Posse do Presidente da Associação Comercial de São Paulo.

¹¹⁷ Ver em: “O mito do desenvolvimento econômico”, de Celso Furtado (1974).

De encontro a tal pensamento e por compartilhar do mesmo, sobretudo por encarar sua vitória em 2002 como uma garantia da retomada da autoestima do brasileiro, Lula esboça também mensagens de otimismo e convoca o povo brasileiro a ter orgulho e se sentir agente e responsável por conquistas na situação social e econômica do país, alcançadas ou que estivessem por vir:

Estamos nesse sentido vivendo um momento especial, pois a elevação de nossa autoestima favorece a exploração de todas as possibilidades do Brasil, seja na economia, na cultura, nas artes, na ciência, na tecnologia e em outras áreas do conhecimento humano. (29/04/2004. Brasília – DF. Teleconferência sobre Programa de Regionalização do Turismo “Roteiro do Brasil”).

Eu já sou um poço de orgulho por ser brasileiro e por ser Presidente da República. Eu quero dizer para vocês que eu saio de Urucu ainda com mais orgulho de ser brasileiro, porque um país que tem homens e mulheres como vocês, não têm por que não ser otimista e não tem por que não acreditar no futuro. (22/ 04/2004, Urucu – AM. Inauguração da Unidade de Processamento de Gás Natural de Urucu – UPGN III).

Foi uma gestão em tempos de transição com desafios postos pela história política do País, pelas medidas neoliberais do governo anterior e pelos novos ideais propostos pelo governo Lula. Um governo caracterizado pela promessa de mudança e voltado para o âmbito social. Com este quadro, Lula governou otimista e apesar de alguns preconizarem o fracasso, durante os dois mandatos do Presidente, o Brasil alcança a estabilidade econômica, não apenas supera o temor de investidores estrangeiros do chamado “risco Brasil”, como passa a atrair gradativamente cada vez mais capital estrangeiro, promove a melhoria de diversos indicadores sociais, como a inclusão de quase 30 milhões de brasileiros na classe C, a chamada “nova classe média”, ¹¹⁸ projeta-se no cenário internacional como país com potencial excepcional de desenvolvimento.

Alguns desses fatores têm motivação estrutural e vem acontecendo ao longo dos anos, particularmente nas duas últimas décadas, mas é inegável a relevância da atuação direta do então Presidente em tais conquistas. Nas relações internacionais,

¹¹⁸ Ver pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) intitulada: “A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres.” Divulgada em: 10/09/2010.

por exemplo, a visibilidade e afirmação do país devem-se às mudanças alcançadas, mas a habilidade política e diplomática de Lula foi essencial nessa tarefa. Prova disso foi o acúmulo de prêmios e homenagens recebidos em todo o mundo.¹¹⁹

Tais atributos foram demasiadamente apontados por analistas como essencial nas relações internacionais e também na conquista por um lugar de destaque entre os estadistas contemporâneos. Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico de Davos, por ocasião da premiação de Lula como Estadista Global, comenda criada para comemorar os 40 anos do Fórum, afirmou que “Lula mostrou um verdadeiro compromisso com todos os setores da sociedade”. Já o historiador Virgílio Arraes destaca a iniciativa como um dos diferenciais de Lula: “Nossos líderes não estão dispostos a tomar posições duras frente a temas importantes como mudança climática, proliferação nuclear, governança econômica e migração. Todos se sentem constrangidos pelas políticas domésticas”. E acrescenta: “É uma figura extremamente habilidosa. Ele tem uma rara habilidade de transitar entre a esquerda e a direita sem constrangimentos”. Já o historiador Francisco Doratioto menciona a acurácia e sagacidade de Lula no uso do *marketing* político: “Desde a Segunda Guerra Mundial, nenhum presidente teve a sorte de pegar um contexto internacional tão favorável. Ele é um gênio do *marketing* político e soube aproveitar isso”.

Estadistas como Shimon Peres, Presidente de Israel, Nicolas Sarkozy, da França e Barack Obama dos EUA, dentre outros, não pouparam elogios. Shimon Peres em visita ao Brasil, falou ao Presidente: “o senhor conseguiu fazer o que

¹¹⁹ Em 2003, na Espanha, o Presidente recebeu o prêmio de cooperação Internacional: *Príncipe de Astúrias 2003*. Em 2004, nos EUA foi premiado *Personalidade do ano*. Em 2006 nos EUA recebeu o prêmio *Estadista do Ano da Fundação Apelo à Consciência* (Nova York). Em 2008 também nos EUA, recebeu o prêmio *IPS International Award 2007*. Também em 2008, no Brasil recebeu o I *Prêmio Internacional Dom Quijote De La Mancha* (Toledo, ES). Em 2009 foi premiado nos EUA, com o *Prêmio ao Serviço Público do Woodrow Wilson Center* (Nova York). Na Espanha, foi premiado *Personagem Ibero-Americana*, pelo Jornal El País. Na Inglaterra, também em 2009 recebeu o prêmio: *The Chatham House Prize 2009*, em reconhecimento à contribuição do presidente Lula para a melhoria das relações internacionais. Na França, o *Prêmio Félix Houphouët – Boigny* pela Busca da Paz e ainda de *Homem do Ano* de 2009, pelo Jornal Le Monde. Na Suíça também em 2009, o Prêmio World Telecommunications and Information Society (Genebra/ Suíça). Em 2010, nos EUA, o *Prêmio Fearab América* – concebido pela Federação de Entidades Árabes Americanas. Na Espanha, recebe o *Prêmio Nova Economia Fórum 2010* (Madri). Na Suíça também em 2010 recebeu o *Prêmio The Global States-manship Award 2010*, prêmio estadista Global concedido pelo Fórum Econômico Mundial em Davos. E em 2011, o prêmio *Indira Gandhi para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento de 2010, concedido pelo governo indiano*. Ver: Revista Isto É, nº 2147 de 05 de janeiro de 2011.

várias gerações da social-democracia apenas desejaram”.¹²⁰ Segundo o ex-assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia, tal sucesso deve-se a prioridade dada pelo governo às políticas de redistribuição de renda: “Um país pode se afirmar com a bomba atômica ou porque tem um grande exército, ou mesmo pelo tamanho do território. Nós fizemos isso ao enfrentar o problema da desigualdade social. Essa batalha nos deu visibilidade internacional inédita”.¹²¹

Desta forma é importante elencar os principais aspectos dos dois mandatos da era Lula. Vale frizar, no entanto, não é nosso objetivo empreender uma análise abrangente dos últimos oito anos, seja no que se refere ao desempenho e acertos do governo, seja nas implicações que as políticas adotadas possam acarretar para o futuro do país, mas sim pontuar determinadas peculiaridades dessa administração, na perspectiva de apreender a marca que esta personalidade paradigmática deixa na história política do país, bem como os elementos que durante sua gestão pôde contribuir para a mitologização da imagem deste líder enquanto Estadista.

4.1. PRIMEIRO MANDATO - UM GOVERNO EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO

O Brasil é um país em transição e esta passagem gradual de um estágio político a outro, desencadeada particularmente com a frustração das políticas neoliberais no final da década de 1990, acelerou-se nos últimos anos. Vale ressaltar que a noção de transição pressupõe a idéia de ruptura, mas a transcende. Consiste não somente em romper com o paradigma neoliberal, mas de conduzir a transição para um outro, alternativo em seus fundamentos. Ou nas palavras de Juarez Guimarães (2004, p. 36); “Trata-se conscientemente de evitar uma situação de caos sistêmico, no qual as antigas regras já não funcionam, mas as novas não adquiriram ainda eficácia e legitimidade”.

Guimarães (2004. p. 37) situa historicamente o cerne da formação deste cenário de transição:

¹²⁰ Ver: Revista *Isto É* nº 2147 de 05 de janeiro de 2011. Reportagem Especial A vida na Terra onde Lula é rei.

¹²¹ *Ibidem*.

A conjuntura brasileira dos últimos anos pode ser lida a partir do conceito-chave de crise de legitimidade do paradigma neoliberal. Havia ordem na incerteza, um fio invisível a vincular fenômenos tão diversos como a impopularidade estrutural do governo Fernando Henrique Cardoso medida sistematicamente desde março de 1999 e a crise crescente de sua base parlamentar, a migração de poderosos agentes econômicos de sua base política para a formação de uma nova sensibilidade da consciência de centro mais disponível à esquerda. As eleições municipais de 2000 haviam sinalizado mudanças profundas (as principais eleições desde a ascensão de Collor que promoveram o nítido avanço das esquerdas e o recuo das forças conservadoras) e as eleições presidenciais de 2002, em seus temas, dinâmicas e resultados, só vieram confirmar as mudanças profundas na cultura política.

O governo Lula se insere e ao mesmo tempo contribui para a constituição de um novo conceito-chave, o da transição de paradigmas, que conforme o autor organiza a atual evolução da conjuntura do país. E para onde transitou o governo Lula? Para tentar responder tal questão, consideramos iniciativas e escolhas deste governo sem, contudo, priorizar todos os resultados obtidos, pois acreditamos que tais resultados dependiam de certas condicionalidades, restrições, constrangimentos materiais e políticos, dentre outros fatores que até podem ser regulados, mas não evitados pela vontade soberana. Guimarães (2004, p. 56-57) pontua os meandros que perpassam este período:

Um período de transição é, por definição, um período de choque de valores, racionalidade e projetos de país. Valores da ordem estatal, cristalizados até em instituições, leis e procedimentos, estão em questão; novas idéias, novos compromissos de Estado que revisitam opressões seculares - como a reforma agrária e políticas públicas de ação afirmativa dos direitos dos negros - conquistam a legitimidade democrática de seu exercício. E os direitos do trabalho, com o direito ao emprego em seu núcleo, estão no centro desta transição de paradigmas após uma década em que o Estado brasileiro agiu, em todas as frentes, para degradá-lo.

Desta forma, é possível afirmar que vivemos uma época de transição do paradigma neoliberal para um novo princípio de organização de Estado ¹²². Alguns falam em paradigma republicano e apesar de este termo não ter sido

¹²² Ver: Celso Furtado (2001, 2002); Juarez Guimarães (2004); Maria da Conceição Tavares (1998).

conceitualmente pronunciado e admitido pelo governo, o fato é que durante a posse em 2003, um dos primeiros atos do Presidente Lula foi anunciar o Programa Fome Zero.¹²³ Ao fazer tal anúncio, ele se propôs a uma revisão dos fundamentos ético-políticos do Estado brasileiro. Iniciativa que em sintonia com a idéia de trazer para o centro das decisões administrativas, a sociedade civil através da criação do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social¹²⁴ e a promessa do fortalecimento de um Estado democrático voltado para a redistribuição de renda e redução da miséria, este governo se dispôs como reduto de afirmação do profundo trabalho de crítica ao paradigma neoliberal e como caminho para o republicanismo. Para Guimarães (2004), o referido modelo é o que melhor representa o projeto político deste governo, desde suas bases ao seu fundamento e objetivo:

Só o republicanismo pode dar à natureza contratualista do governo Lula sua vocação largamente democrática e universalizante, uma direção e um sentido construtivos ao fundar a esfera pública, a simetria entre direitos e deveres, a dimensão sistêmica da nação e, mais importante, o ideal cívico da cidadania ativa e da democracia participativa como fundamentos da contratação. [...] O trabalho desta cultura republicanizante, que vem do socialismo democrático, do nacional-desenvolvimentismo, do comunitarismo cristão, do liberalismo ético e da sensibilidade popular da civilização brasileira, é a construção do público e de seu centro de gravidade, a economia do setor público. (GUIMARÃES, 2004, p. 53):

No entanto e em detrimento do que fora acima exposto, integrar fortalecimento da soberania nacional, inclusão social e democracia política com crescimento econômico numa época de reformulações é tarefa complexa. Principalmente perante a fragilidade da linguagem contratualista para repor o público diante da dimensão dos interesses particularistas tão viabilizados num país marcado pelas heranças patrimonialistas e pelo incentivo às investidas privadas do modelo econômico liberal. Apesar das críticas diretas ao modelo neoliberal, admite-se,

¹²³ Em seu discurso de posse, um dos primeiros compromissos assumidos por Lula foi o de resolver, ou tentar minimizar a fome e a condição de miséria de milhares de brasileiros. Ver discurso completo nos anexos dessa Tese.

¹²⁴ Aprovado pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, o CDES é um órgão de consulta da Presidência à sociedade civil, constitui ainda um canal institucionalizado de negociações de pactos entre diferentes atores societários e o governo e em questões referentes a agenda das reformas econômicas, políticas e sociais.

entretanto, uma autocrítica do nacional-desenvolvimentismo, pois é frágil ainda a instituição do público, dos valores republicanos necessários à vigência de uma nova lógica de desenvolvimento. Em síntese, para a transição de paradigmas, se faz necessário retomar, expandir e mesmo criar a legitimidade da economia do setor público.

Analistas como Juarez Guimarães (2004) e Luiz Otávio Cavalcanti (2003) alertaram, logo no início da gestão, sobre a situação de encruzilhada na área da economia, vivenciada nos anos iniciais, em detrimento dos condicionantes estruturais, institucionais e legais necessários ao crescimento econômico, o que poderia acarretar, nas palavras do primeiro, uma espécie de ingerência ou “transição bloqueada”;

Esta situação, que poderíamos chamar de “transição bloqueada”, pode configurar uma conjuntura problemática para as próprias bases políticas e sociais que sustentam a governabilidade da gestão Lula. De um lado, as forças políticas que orbitam em torno dos interesses do capital financeiro não tendem a apoiar Lula, mas seus adversários políticos; de outro, as bases políticas e sociais originais do governo Lula tendem a diminuir seu ativismo de apoio diante de um quadro que não confirma suas expectativas de mudança. (GUIMARÃES, 2004, p. 69).

Mas este parecer premonitório não permaneceu provável por muito tempo, pois o Presidente colocou em prática sua acurácia política e habilidade de articulação, definindo, desde o início, como seria sua forma de governar. Ao participar, em 24 de janeiro de 2003 do Fórum Mundial Social, em Porto Alegre e discursar dois dias depois no Fórum Econômico Mundial, em Davos na Suíça, Lula esboça simbolicamente o itinerário de seu governo, ou seja, um dualismo administrativo. Com uma política de respeito ao mercado financeiro e a busca pelo avanço social. Esse dualismo ajudou e muito na manutenção e viabilidade das políticas macroeconômicas e na execução de políticas públicas.

É possível afirmar que o Presidente atuou a partir do metadiscurso, dialogou com o mercado, viabilizando crescimento econômico ao mesmo tempo em que buscou base parlamentar para efetivar as reformas sociais. Alargou as relações internacionais ao mesmo tempo em que fortaleceu as instituições estatais. Foi elogiado por líderes de países desenvolvidos e trocava afagos com populares das

mais pobres e longínquas localidades brasileiras. Ou como bem definiu Cavalcanti (2003, p. 72): “O que ele parece buscar é um discurso único com códigos sociais que sejam decifrados em todos os ambientes políticos”. Mas, tal conduta, além de caráter estratégico, pode ser entendida justamente como um cuidado em evitar a chamada “transição bloqueada” e reflete ainda a condição dos partidos da esquerda no cenário sócio-político atual como elucidou o líder socialista italiano Massimo D’Alema, durante reunião de chefes de Estado de 1999: “hoje, talvez mais ainda do que em outras circunstâncias, a vitalidade da esquerda está associada essencialmente à sua capacidade de reformular-se e transformar-se.” (D’ALEMA *apud* CAVALCANTI, 2003, p.73). Capacidade esta que há muito tempo já constava no conjunto de habilidades do então Presidente.

Desta forma, os caminhos da transição, seguidos pelo governo para uma situação favorável a um novo ciclo de desenvolvimento com crescimento sustentado, distribuição de renda e inclusão social enfrentou obstáculos, críticas e os habituais “constrangimentos, temporalidades e dinâmicas próprias à condição de governo”. (GUIMARÃES, 2004, p. 103). Mas o que mostram as variantes econômicas e sociais registradas ao final dos dois mandatos do Presidente Lula, bem como a eleição de sua sucessora, a petista Dilma Rousseff em 2010, é que este governo conseguiu reunir impulso e condições para afirmar sua vocação transformadora. E mesmo não tendo sido exercida plenamente, lançou as bases para as transformações atualmente em curso.

Vocação que tem origem na própria tradição histórica do PT e do seu líder maior. Diante deste quadro de contestação da velha ordem e da expressão ascendente da transição de paradigmas, o resultado do pleito presidencial de 2002 adquire significados histórico e simbólico reveladores da cultura política brasileira que vão além do ineditismo de um Presidente da República advindo da esquerda.

4.1.1. Repercussão e Significados Histórico e Simbólico da Vitória em 2002

Em todos os momentos de visibilidade pública após a vitória e no evento da posse do Presidente, os acontecimentos, as falas, os gestos e a repercussão suscitavam a idéia da predestinação. Como na relação descrita por Joseph Campbell (1990) entre o sacrifício e a *bem-aventurança*, na qual o homem que

“pondo-se no encaço da sua bem-aventurança, se coloca numa espécie de trilha que esteve aí o tempo todo, a sua espera”, e a vida que este tem de viver é por fim a mesma com a qual finalmente se encontra. (CAMPBELL, 1990, p. 97).

Ao ser diplomado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em Brasília, emocionado, Lula ao encontrar-se com sua bem-aventurança, discorre sobre a peregrinação, as adversidades e sacrifícios que perpassaram sua busca. Comparou a ausência do diploma formal com o diploma que o declarou Presidente da República. “Se havia alguém no Brasil que duvidasse que um torneiro mecânico, saído de uma fábrica, chegasse à Presidência da República, 2002 provou exatamente o contrário”. Lula chora e acrescenta: “e eu, que durante tantas vezes fui acusado de não ter um diploma superior, ganho o meu primeiro diploma, o diploma de Presidente da República do meu país”.

O tempo do poder e da glória é alcançado por este líder com 53 milhões de votos e aclamação, após um longo período de busca, com uma formação pessoal e política autodidata e distintiva de qualquer outro representante brasileiro e com quatro momentos mais intensos de apelo, que foram as disputas eleitorais que desencadearam num processo de heroificação intensamente vivenciado por Lula e pelo Partido dos Trabalhadores até a aclamação em 2002. Lula alcança a glória tendo como principal responsável por isso, sua trajetória construída por ele próprio como exemplo notável de uma vida de agruras vencidas, de exemplos de superação, luta e ascensão social por mérito e esforço. O que nos leva a afirmar que até tornar-se estadista, seus atributos pessoais, valores como a ética, a perseverança, a habilidade e a moral que cercaram sua trajetória consistem em elementos efetivos para a motivação do eleitorado.

A vitória de Lula em 2002 teve repercussão internacional. Os principais órgãos da imprensa americana deram visibilidade ao fato. Em 28 de outubro de 2002 o jornal *New York Times* publicou: “Brasil consolida virada da esquerda”. Já o *Wall Street Journal* trouxe a reportagem: “Crescimento da economia será 1º desafio de Lula”, e a rede norte-americana *CNN* enfatizou: “Pleito é histórico para a esquerda”. Na Europa, o debate segue as mesmas perspectivas, o jornal francês *Le Monde* divulgou: “Com Lula, Brasil tenderá à ‘terceira via’”. Já o *Corriere Della Sera* publicou: “Otimismo não acalma banqueiros”. E a manchete de capa do jornal *El Mundo*, que segue uma linha mais liberal, foi: “Lula é o início de uma nova era para o Brasil”, destacando que o petista é o primeiro operário eleito Presidente em

toda a América Latina. Já os periódicos dos países latinos, expressam a euforia e a expectativa por governos de esquerda. O Jornal mexicano *El Universal* divulgou: “Esquerda do México pode ‘seguir exemplo do Brasil’”. O jornal argentino *Clarín* publicou: “Lula é um basta no discurso neoliberal”. E o *El Universal* da Venezuela foi mais radical: “Bloco marxista pode ser formado”.

Foram intensas também as reflexões sobre as conseqüências e significados da vitória de Lula em 2002. Acreditar, ter esperança e confiança em um “igual” para governar o País, implica para muitos em superar o *medo* e o *preconceito* enraizados por uma sociedade de classe. A mudança política e cultural em processo foi bem colocada pela escritora e psicanalista Betty Milan, em artigo publicado na *Folha de São Paulo*: “Seja qual for o governo Lula, ele já cumpriu um grande papel, porque nós devemos a ele a dissolução do nosso secular complexo de inferioridade. A Lula e a nós mesmos, que o elegemos.” (Folha de São Paulo, 07/01/2003).

Transformar ou mesmo despertar a atenção de um povo para a retomada de sua auto-estima implica em diversas modificações em termos sociológicos e culturais, como na expressão de Theodor Adorno, “a mutação da auto-estima tem, por sua potência repercussões substantivas em inúmeras e diferentes dimensões, sejam elas individuais ou sociais todas intrinsecamente articuladas.” (ADORNO, In: RUBIM, 2002).

Uma dessas dimensões mais evidenciada foi a superação, de certa forma, do preconceito sobre a capacidade de pessoas oriundas das classes mais populares para desempenhar cargos de alto nível e responsabilidade social, como elucidado pela socióloga Maria Vitória Benevides que também alertou para as cobranças vindouras: “Lula Presidente será injustamente cobrado pelo que os doutores fizeram e por aquilo que ele não poderá fazer em ‘tempo real’”. (Folha de São Paulo, 28/10/2002).

Outra questão referenciada pela socióloga é que tal resultado eleitoral reflete um momento singular na história da democracia brasileira, por ela descrito como “verdadeira revolução democrática”. A socióloga justifica seu pensamento ao lembrar que se trata de um líder que chega ao poder através de um partido de origem “efetivamente popular” e que contará diretamente com o apoio da sociedade civil organizada.

Antônio Cândido também analisou o significado simbólico da eleição de Lula como “uma investidura histórica conferida pelo povo brasileiro”, fato que assegura os valores democráticos, e destacou o perfil singular de Lula como político:

Note-se que ele não é um trabalhador que, pelo esforço, conseguiu sair da sua classe e incorporar-se às elites dominantes, como Lincoln. A singularidade no seu caso é que continua essencialmente identificado aos interesses da sua classe, mas decidido a atender às necessidades de todo o povo brasileiro. (Folha de São Paulo, 28/10/2002).

Já Roberto Verás de Oliveira, em seu artigo: “Desafios atuais do campo democrático e popular: uma segunda chance” concebe a eleição presidencial de 2002 como um desdobramento e conquista do Campo Democrático e Popular em evolução desde a década de 1970. Apreende o resultado eleitoral em seu significado histórico como uma alternativa, um projeto político que mesmo nunca tendo alcançado o poder, esteve presente reformulando-se até firmar-se definitivamente no campo político brasileiro:

Uma *promessa*, que tem raízes históricas na formação, em conflito, da sociedade e do pensamento brasileiro. Que adquiriu ares de um projeto mais *autônomo* na transição do Regime Militar ao Estado de Direito democrático. Que, ao mesmo tempo em que evoluiu em diálogo com as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo, afirmou-se como *alternativa de poder* no jogo político do País, sobretudo a partir das eleições presidenciais de 1989. E que naquela ocasião, na condição não só de bandeira de segmentos organizados da *sociedade civil*, mas também de projeto de *governo*, precisaria testar suas possibilidades de tornar-se *realidade*.

Adverte ainda o autor sobre os possíveis dilemas de uma gestão que dependeria de várias condicionantes capazes de desdobramentos imprevisíveis:

A eleição de Lula em 2002 já é uma marca inquestionável na história do País e da América Latina. Entretanto, mesmo naquele momento em que se configurava um novo contexto político no País, havia claras indicações de que seus desdobramentos seriam imprevisíveis. Tratou-se, sempre, de um jogo difícil, a ser decidido tanto em

partidas domésticas como internacionais, em geral tendo que atuar sob as regras e condições determinadas pelo grande capital.¹²⁵

Ciente desses desafios, Lula assegurou na “Carta ao Povo Brasileiro”, material de campanha eleitoral, que atenderia às expectativas e afirmou o seu conhecimento sobre os anseios de muitos pelo que chama de projeto alternativo. “Um projeto de mudança pra valer” com idéias que asseguram a implantação de antigas causas como a reforma agrária e, por outro lado, anuncia o “respeito aos contratos e obrigações do País e preservação do superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar seus compromissos”. Neste documento, o então candidato fala ainda de uma “coalizão suprapartidária” e pede o apoio de “lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos, prefeitos e parlamentares, parcelas significativas do empresariado”.

Já após a vitória, o desafio crucial é então cumprir as promessas de campanha. Exigência que adquire uma conotação maior em detrimento da representação de Lula, agora Presidente da República, enquanto representante da massa trabalhadora. Toda sua história pessoal, sua trajetória política e ainda o simbolismo democrático que reveste sua vitória¹²⁶ exige deste líder um governo tão diferente dos anteriores quanto sua imagem enquanto político.

As promessas envolvem grandes feitos como a implantação e o funcionamento do projeto “Fome zero”, carro chefe da candidatura petista, e a reforma agrária, para citar os projetos mais expressivos e importantes da campanha. Em seu discurso de posse, Lula revelou que estava ciente das responsabilidades e dos desafios a serem enfrentados em sua gestão e apela mais uma vez ao imaginário coletivo pela união tantas vezes evocada em seus discursos de

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ O último general-presidente João Figueiredo, precedido por Ernesto Geisel, não quis passar a faixa presidencial para José Sarney vice-Presidente eleito indiretamente na chapa de Tancredo Neves. José Sarney então passou a faixa para Fernando Collor, primeiro Presidente eleito pelo voto direto, depois do Regime Militar, mas que não completou o mandato, assumido por Itamar Franco que ao final do mandato passou a faixa para Fernando Henrique Cardoso, eleito pelo voto direto que em 2002 passou a faixa presidencial para Lula, também eleito diretamente. Ou seja, foi a primeira vez no País que um Presidente eleito pelo voto direto passa num evento democrático a faixa Presidencial para outro Presidente também eleito pelo voto direto. O Brasil perdia os resquícios do militarismo ou de qualquer outra ação antidemocrática neste evento de posse de 2002.

campanha, desta vez não apenas no que se referia à união entre partidos e representantes políticos, mas uma união entre o líder e a população civil:

Eu tenho plena consciência das responsabilidades que estou, junto com os meus companheiros, assumindo neste momento histórico da nossa vida republicana. Mas, ao mesmo tempo, tenho a certeza e a convicção de que nenhum momento difícil, nessa trajetória de quatro anos, irá impedir que eu faça as reformas que o povo brasileiro precisa que sejam feitas. [...] E quero propor isso a vocês: amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país. É o primeiro dia de combate à fome. E tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa, todo santo dia, tomar café, almoçar e jantar, porque isso não está escrito no meu programa. Isso está escrito na Constituição brasileira, está escrito na Bíblia e está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. E isso nós vamos fazer juntos. [...] Digo a vocês que, com muita humildade, eu não vacilarei em pedir a cada um de vocês: me ajude a governar, porque a responsabilidade não é apenas minha, é nossa, do povo brasileiro, que me colocou aqui. Muito obrigado, meus companheiros e até amanhã. (Discurso de posse do Presidente Lula no Parlatório em 02 de janeiro de 2003, às 09 h e 25min.).

Durante o seu discurso de posse proferido no Congresso Nacional, ao falar sobre a tão prometida mudança, Lula alerta para a necessidade da espera e da compreensão daqueles que o elegeram na busca por mudança. O Presidente assumia agora seu lugar de liderança e sabia as negociações que iria enfrentar. A reforma agrária, por exemplo, exigia negociações a longo prazo com duas categorias fortes e organizadas em torno de interesses contrapostos, de um lado uma categoria com poder expressivo na economia nacional representada por aproximadamente 30 mil fazendeiros, donos de metade de todas as terras do país e de outro lado, cerca de cinco milhões de famílias direta ou indiretamente ligadas ao Movimento dos Sem Terra (MST).

Ciente ainda dos trâmites políticos que enfrentaria junto aos representantes parlamentares de partidos de oposição ao governo, o Presidente fala em diálogo, negociações, paciência e perseverança, pede à população que mantenha sob controle “as ansiedades sociais” e para isso usa como recurso simbólico os sentimentos do otimismo, da união coletiva entre governados e governante e ainda da paciência e esperança:

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos. Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro. O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança. Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores. (Discurso de posse do Presidente no Congresso Nacional em 02 de janeiro de 2003, às 12 h e 39 mim.).¹²⁷

Este momento inicial do mandato aglutina um sentimento forte de união, o próprio empresariado, a classe média e, por outro lado, a classe pobre, amplamente interpelada durante a campanha e que seria supostamente contemplada com os principais planos e promessas, percebe uma áurea de melhores tempos, não apenas anseia, mas acredita no porvir de uma mudança, da resolução pelo menos dos grandes problemas de cunho social que afligiam o País. Para tanto, é preciso colocar em prática a “mitologia da unidade” e o “valor de ação do mito” e, nessa perspectiva, as contradições da representação política brasileira são relegadas a um segundo plano perante a esperança e credibilidade que cercam o legendário do então Presidente junto ao imaginário coletivo. E este potencial é amplamente

¹²⁷ Ver discurso na íntegra nos anexos desta Tese.

suscitado também em suas primeiras falas como Presidente do País, no sentido de colocar em ação esses “novos” sentimentos do cuidado, da paciência e da consciência da necessidade de espera.

Aos “companheiros” agora governados, dirige um discurso mais esclarecedor, indicador das provações que o governo no intento de cumprir o proposto em campanha irá enfrentar, e o apelo se faz a partir de então em busca da compreensão, do apoio e paciência dos cidadãos. Para vencer as presumíveis provações é necessário manter e fortalecer a identificação, o pacto entre o governo Lula e o coletivo social.

A expectativa e idéia de mudança são por dias alimentados pelos veículos de comunicação de diferentes Países e os primeiros meses que sucedem a posse presidencial são marcados por reuniões, expectativas, mais promessas e uma expressiva demonstração de apoio e boa vontade até mesmo entre os líderes da oposição que parecem embevecidos ainda com a idéia do “pacto social”, do qual todos se comprometem em participar. Mas as ações a serem empreendidas são complexas, as reformas da previdência e tributária, encontraram resistência na oposição, o que vem a ser apenas o início de uma seqüência de negociações, consensos e contradições neste primeiro governo. Mas, apesar desse quadro, a gestão do ex-Presidente é marcada pela presença dos programas de políticas sociais que iniciados no primeiro mandato obtêm êxito e se consolidam no segundo mandato como elementos responsáveis pela redistribuição de renda e inserção dos mais pobres no mercado de consumo.

4.1.2. Políticas Sociais – Valor de Ação do Mito

O governo Lula na prática tinha a missão de, conforme prometido em campanha, priorizar o desenvolvimento social como mostra o programa de governo de 2002 intitulado: “Um Brasil para Todos - Crescimento, Emprego e Inclusão Social”.¹²⁸ O cerne do programa de governo é promover a inclusão social ao combater a miséria e a fome, através de subsídios de renda mínima e geração de emprego, além das reformas política, agrária, previdenciária, trabalhista e tributária.

¹²⁸ Ver o Plano de Governo na íntegra nos anexos desta Tese.

A atenção aos problemas sociais aparecem nos discursos de Lula enquanto candidato com assunto primordial, o que o distingue do governo FHC concentrado nas questões econômicas. A convocação de todas as esferas da sociedade civil, bem como dos poderes públicos, dos Partidos e grupos políticos aliados e adversários para a formação de um “Pacto Social” reflete o simbolismo da proposta da união coletiva ou como Girardet (1987) define, da “mitologia da unidade”.

O sentido da união para o País esteve centrado na questão dos problemas sociais. Uma nação unida não poderia admitir a situação de pobreza extrema e a fome para milhões de brasileiros.

Durante a campanha eleitoral, como mencionado também no capítulo anterior, o carro chefe foi o Projeto “Fome Zero” implantado em substituição ao *Programa Comunidade Solidária* que fora instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, para o enfrentamento da fome e da miséria. A finalidade do programa é combater a fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social e garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros e brasileiras em três frentes: um conjunto de políticas públicas; a construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e um grande mutirão contra a fome, envolvendo as três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal) e todos os Ministérios.

O Programa Fome Zero consiste exatamente num conjunto de mais de 30 programas complementares dedicados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar, todos implantados pelo ou com o apoio do Governo Federal.¹²⁹ Trata-se, portanto, de um conjunto de medidas a serem instituídas, administradas e quando necessário, reelaboradas, em longo prazo. Para isso, o organograma apresenta-se de maneira a contemplar quatro eixos articuladores: 1. acesso à alimentação; 2. geração de renda; 3. fortalecimento da agricultura familiar e 4. articulação, mobilização e controle social. Cada um desses eixos compreende os projetos de ação imediata quanto aos objetivos do programa.

Apesar de críticas recebidas, os resultados apareceram de forma crescente ao longo do primeiro mandato do presidente Lula. O Programa Bolsa Família, por exemplo, principal programa de transferência de renda vinculado ao eixo 1. acesso à alimentação do Programa Fome Zero, trouxe uma melhoria significativa para milhões

¹²⁹ Ver: <http://www.fomezero.gov.br>.

de brasileiros. São quase 11,2 milhões de famílias pobres em 2002 a serem contempladas, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). José Prata Araújo (2006, p. 155) mostra que os recursos de transferência de renda triplicaram durante o período do primeiro governo Lula passando de R\$ 2,148 bilhões, em 2002, para R\$ 6,476 bilhões, em 2005, conforme dados da Caixa Econômica Federal. “O número de famílias beneficiadas subiu de 3,6 milhões, em 2003, para 8,7 milhões, em 2005”. Já em 2006, o número passou para 11,1 milhões de famílias em todo o país o que corresponde a 45 milhões de pessoas pobres assistidas pelo programa.

Programas como o Bolsa Família composto pela unificação de quatro programas de renda mínima como o Bolsa Escola, o Vale Gás e o Cartão-Alimentação proporcionaram uma lenta, porém progressiva redução da pobreza e da desigualdade. Os indicadores sociais que aparecem nas pesquisas, sobretudo, a partir de 2004, sinalizam mudanças significativas e mesmo inéditas no País, nesse sentido. Araújo (2006, p. 155-156) cita um estudo coordenado pelo economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas que evidencia os novos e positivos indicadores sociais:

A proporção de pessoas abaixo da linha da miséria passou de 27,26% em 2003 para 25,08% em 2004 atingindo agora o nível mais baixo da série desde o lançamento da nova PNAD em 1992, quando era de 35,87%. Esse número é obtido a partir de uma linha de miséria correspondente a R\$115,00 mensais.

Esses números significam uma redução de 8% num único ano, trata-se de um número relevante que mostra a saída de mais de 3 milhões de brasileiros da linha da pobreza. Não defendemos aqui que estes índices são decorrentes de programas sociais unicamente, mas concordamos com o economista Marcelo Néri que atribui tal índice a um conjunto de condicionantes como: o crescimento da economia, a estabilidade da inflação, a recuperação do mercado de trabalho, o reajuste do salário mínimo, o aumento da geração de empregos formais, a transferência de renda focalizada do Estado e a redução da desigualdade de renda do trabalho. (ARAÚJO, 2006).

Os especialistas vêem nesses números uma redução da desigualdade social que se processa de maneira progressiva e permanente como explica outro economista, Marcelo Medeiros:

É possível que esta seja uma das boas notícias dos últimos 30 anos e vem pela voz de quem entende do assunto, o economista Marcelo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Aplicada, o Ipea: 'Desde 2001 a desigualdade social brasileira entrou num declínio sistemático e vigoroso. O declínio da desigualdade veio junto com uma redução da pobreza. É um fato inédito no Brasil, sem paralelo no mundo de hoje'. O índice de Gini, sinalizador internacional de desigualdades sociais, caiu sucessivamente de 0,597 em 2002, até 0,574 em 2004. Entre 2003 e 2004, a queda foi de 5%, coisa jamais vista no Brasil. Isso aconteceu numa época em que o mundo passa por um surto de desigualdade. No México e na Índia, por exemplo, a diferença aumentou. (ARAÚJO, 2006, p. 156-157).

Tal transformação passa a refletir fortemente no comércio a partir do poder de compra da população de baixa renda antes impossibilitada de adentrar a esfera do consumo. O jornal *O Globo*, por exemplo, em sua edição de 5 de fevereiro de 2006 menciona o segmento do comércio destinado a atender essa parcela da população como "Popular e milionário":

Crédito farto, mais empregos de até três salários mínimos e um ganho na renda das famílias mais pobres levaram a uma verdadeira explosão do consumo popular nos últimos anos. Grandes redes de varejo e indústrias de diferentes setores já perceberam essa expansão e, cada vez mais, procuram atender melhor ao cliente de baixa renda. Lojistas disputam a oferta de computadores populares, telefônicas lançam tarifas específicas, bancos e seguradoras criam apólices a preços módicos e fabricantes de cosméticos inovam nas suas linhas de produtos. Quem quiser crescer terá que vender para as classes C, D, E. (ARAÚJO, 2006, p. 157).

É o início do tão sonhado círculo vicioso de retomada da movimentação da economia movido pelas camadas pobres da população, que por sua vez, vive melhorias consideráveis em sua condição de vida. Contribuíram para esse quadro outras questões como uma verdadeira revolução no crédito; melhorias em acordos

salariais e auxílios como o “Bolsa Dissídios”; a retomada da geração de emprego, dentre outras medidas.¹³⁰

É fato que os primeiros dois anos de governo Lula não apresentaram grandes transformações, mas, sobretudo a partir de 2004 e de forma mais efetiva em 2006, os indicadores sociais apresentam nítidos resultados das políticas sociais implantadas. Especialistas e noticiários divulgam o surgimento da chamada “nova classe média”, são aproximadamente 7 milhões de brasileiros que conseguem ascender socialmente e chegam a classe média. Esse fenômeno gerou inúmeras outras modificações na economia brasileira. (SADER, 2006).¹³¹

E é exatamente quanto à emergência dessa mobilidade social ascendente e a possibilidade de consumo dos mais pobres que se evidencia a concretização das promessas de campanha e o conseqüente “valor de ação do mito”. A grande parcela da população atingida pelas políticas sociais adere em peso à aclamação do Presidente. Fato comprovado pelos índices inéditos de sua popularidade. Durante os dois mandatos a imprensa brasileira publicou resultados de pesquisas e reportagens expondo a situação econômica e social das famílias beneficiadas.¹³² É um verdadeiro exército de eleitores que atribuem suas conquistas pessoais como um novo emprego, a entrada de um filho numa faculdade, a compra ou reforma de uma casa, ou mesmo a compra de eletrodomésticos, como sonhos antes inacessíveis e agora tornados realidade através das políticas sociais do governo Lula.

Mas não foram apenas as políticas de transferência de renda que marcaram a gestão do Presidente petista, tão pouco pretendemos elencar aqui todas as ações empreendidas e seus resultados positivos ou negativos, mas sim mencionar algumas das medidas que além de projetar publicamente a figura do Presidente, foram imprescindíveis para a manutenção e fortalecimento do elo entre líder e eleitores, e na conseqüente concretização do “valor de ação do mito”.

¹³⁰ Ver tabelas com os índices referentes a essas questões nos anexos desta Tese.

¹³¹ Agências Carta Maior/Blog do Emir. Ver em: <http://www.cartamaior.com.br>. Consultar também: A revista *Isto É* de 05 de janeiro de 2011, intitulada: “A vida na terra onde Lula é rei – O Brasil depois do Mito”.

¹³² Reportagens como: “Sete milhões de pessoas sobem para a classe média” do jornal *O Globo* de 09 de julho de 2006. “O governo Lula produziu uma melhora considerável na classificação econômica dos eleitores a partir de 2003” do jornal *Folha de São Paulo* de 09 de julho de 2006. “A vida na terra onde Lula é rei – O Brasil depois do Mito” da revista *Isto É* de 05 de janeiro de 2011, para citar algumas.

Com essa perspectiva, mencionamos a política educacional que se distinguiu da adotada na gestão de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso de concepção focalista no ensino fundamental. No governo Lula, a política educacional concentrou-se no desenvolvimento integrado dos diversos níveis de ensino. Uma das principais iniciativas foi a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) que constitui “o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira”. (ARAÚJO, 2006, p. 159). Outra iniciativa que demarca o caráter integralizador da educação deste governo foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) que substituiu o Fundef, voltado apenas para o ensino fundamental.

Se junta a essas medidas, ações beneficiárias aos mais pobres em outras áreas sociais como a política de atendimento ao agricultor com o fortalecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Subsídios de apoio às famílias do campo atingidas pela seca como o Bolsa-Estiagem e ainda a política de incentivo de grande repercussão para a agricultura familiar, a produção de biodiesel, combustível renovável produzido a partir de plantas oleaginosas como mamona, amendoim, babaçu, dendê, girassol, pinhão manso e soja.

Como consequência da disponibilidade e acessibilidade ao crédito, a retomada da geração de emprego e o surgimento da chamada “nova classe média”, destaca-se também uma evolução quanto à aquisição de domicílios próprios, serviços e bens domésticos. Em sua pesquisa Araújo (2006) ressalta que não há dados disponíveis referentes a estes itens de governo determinado. Mas de acordo com as duas últimas PNADS divulgadas pelo IBGE com dados coletados em setembro de 2002 e setembro de 2004, o autor expõe que o número de domicílios próprios avançou quase 2,5 milhões, ou seja, um crescimento de 7%, como pode ser visto em tabela nos anexos dessa tese.

Com a inflação reduzida à metade ainda no primeiro mandato e as políticas sociais mencionadas aqui, foi possível empreender melhores condições de vida e de trabalho para milhões de brasileiros que por sua vez, em sua grande maioria, atribui à gestão do Presidente Lula a realização de seus projetos pessoais.

Em cada evento social, a cada inauguração de instituições e obras, enfim, a cada aparição pública do Presidente, os populares presentes faziam questão de expor sua admiração e gratidão ao seu governante, que por sua vez, aproveitava as oportunidades para fortalecer o elo entre ele e seus seguidores ao falar a língua do

povo e diretamente para o povo, ao cumprimentá-los pessoalmente sempre que possível com o contato direto em forma de abraços e beijos, e, sobretudo, através do apelo direto a seus interlocutores. Sempre pedindo paciência, força, união, determinação e confiança:

Vocês sabem que nós só estamos há quatro meses no Governo, e eu sei que esse povo tem uma paciência extraordinária. Esse povo sabe o que nós faremos neste país. Vocês podem ficar certos, com a fé com que eu estou olhando na cara de vocês: nós vamos fazer cada coisa que nós prometemos neste país. (Aracajú – SE. Outorga da Medalha do Mérito Serigy, em 06 de maio de 2003).

Eu quero poder, a cada mês, a cada ano, olhar na cara de cada criança, de cada mulher, de cada homem e dizer: nós estamos construindo uma nova nação. Nós estamos construindo um novo país. E teimo em dizer, todo santo dia: eu hei de realizar um sonho, que não é só meu, mas um sonho que é de todos vocês; que haverá um dia, neste País, onde nenhuma criança irá dormir sem um prato de comida e nenhuma criança acordará sem um café da manhã. Haverá o dia em que, neste País, as pessoas poderão morrer porque nascemos para morrer, mas ninguém morrerá de desnutrição, como muitos morrem hoje. Chega um dia em que a gente tem que ter consciência de que este País que eu sonho e que vocês sonham pode ser construído. Depende da nossa disposição de fazê-lo. Depende da nossa coragem. Depende da nossa disposição. (Porto Alegre – RS. III Fórum Social mundial, em 24 de janeiro de 2003).

Dessa forma, vale ressaltar que além de colocar em prática as políticas sociais, na efetivação do “valor de ação do mito”, a palavra, o apelo também se faz presente tanto para fortalecer o elo entre líder e seguidores, na reafirmação da mitologia da unidade, como também como respostas às críticas recebidas, no sentido de reafirmar que a questão da fome e da pobreza é e continuará sendo o principal foco desse governo:

Neste país tem um tipo de político que não gosta de pobre, tem um tipo de político que não respeita os trabalhadores, que acha que a gente dar dinheiro para a pessoa comprar arroz e feijão para comer é assistencialismo. É assistencialismo para quem toma café da manhã, almoço e janta e ainda joga metade da comida fora, que sobrou. Mas, para quem vive a pobreza neste país sabe o que significa uma criança tomar um café com pão com manteiga, sabe o que significa uma criança tomar um copo de leite, sabe o que

significa uma criança ir dormir com a sua barriga cheia. Quem vive fazendo política só na capital ou na universidade, ou quem fica fazendo política só em Brasília, não tem dimensão do Brasil real que nós enfrentamos. (Aguiarnópolis – TO. Vistoria às obras do trecho ferroviário Araguaína-Arguiarnópolis da ferrovia Norte-Sul, em 23 de maio de 2006).

Não é possível que, em pleno século XXI, no estágio de civilização e de desenvolvimento tecnológico que nos encontramos, a pobreza e a miséria ainda sejam toleráveis. (Brasília – DF. Entrevista ao jornal O Globo, em 11 de fevereiro de 2005).

Suas falas buscam a todo o tempo confirmar o compromisso do combate a fome, a pobreza e a extrema pobreza. Geralmente em apelos enfáticos, o Presidente se coloca como responsável e compromissado com essa luta que assumiu e aspira, não apenas para o povo brasileiro, mas para a humanidade. Lula fala de melhores condições de vida para a população pobre brasileira como um anseio, uma aspiração pessoal. Trás para si o sonho que na verdade é daqueles que vivem essa realidade:

Eu quero aumentar o número de ricos, quero aumentar o número de gente na classe média e quero acabar com a pobreza neste país. Por isso, para nós é uma questão de honra não abirmos mão de fazer as políticas sociais que estamos fazendo agora. (Brasília – DF. Mesa de negócios do Economist Newspaper Group, em 12 de março de 2008).

Podemos afirmar, portanto, que nada mais apropriado para os representados, ouvir de um líder, que o seu sonho, sua aspiração pessoal e imediata é realizar o sonho de seus representados e ainda num discurso que reflete vivência, aproximação e compromisso num verdadeiro elo estabelecido para além das promessas de um político qualquer, mas advindas de um político que vivenciou as mesmas agruras, as mesmas mazelas da desigualdade social:

A pobreza e a extrema pobreza apresentam hoje os níveis mais baixos da História, exceto durante o pico do Plano Cruzado, numa demonstração de que é plenamente possível você combinar uma política econômica séria, em que tem que ter um ajuste fiscal sério porque nós devemos um trilhão de reais e, portanto, nos temos que

ter responsabilidade, temos que fazer um superávit para dizer aos credores que nós vamos pagar nossa conta, porque é isso que dá credibilidade ao nosso comportamento e, ao mesmo tempo, fazer uma forte política social. Essa combinação é que vai permitir que o Brasil possa acreditar e voltar a ter esperança de que o Brasil entrou numa fase em que não tem pirotecnia, em que não vai ter uma mágica em que alguém vai aparecer na televisão e dizer: “Está resolvido o problema da humanidade a partir de agora”, como nós já vimos muitas vezes no Brasil. E vamos fazer as coisas com tranquilidade que uma pessoa responsável faz. (Brasília – DF. Entrevista coletiva concedida às emissoras de rádio Band AM e Bandnews FM, CBN e Jovem Pan, no palácio do Planalto, em 07 de dezembro de 2005).

Mas, percebe-se também que para Lula, sua atuação no combate a fome e a miséria transcende o espaço da situação dos brasileiros. Lula revela em vários momentos como, por exemplo, em Paris, em evento tradicional da França, em presença do Presidente Jaques Chirac, que ele enquanto estadista brasileiro foi responsável pela questão da fome, da pobreza e da extrema pobreza constituir na atualidade o centro das discussões internacionais:

Nunca na história recente da humanidade, se discutiu tanto a questão da pobreza no mundo. Só no G-8 já discutimos duas vezes. Em Davos, a fome foi tema prioritário durante dois anos seguidos. (Paris – França. Recepção oferecida pelo Presidente da República francesa, Jaques Chirac, por ocasião da Data Nacional Francesa, em 14 de julho de 2005).

Em seus discursos Lula promove uma constante manutenção do elo entre ele enquanto líder e seus eleitores; compõem o “valor de ação do mito” juntamente com as ações colocadas em prática e ainda cumpre o papel de agente produtor de sua própria imagem mítica, pois como mencionado alhures, a imagem de Lula vai sendo associada cada vez mais a de um líder símbolo da união, da paz e da defesa dos pobres. Uma imagem que ele próprio reforça.

Desta forma, podemos afirmar que o “valor de ação do mito” do primeiro período de governo do Presidente Lula se fez, sobretudo, na prática de implantação de políticas sociais tendo como foco o combate a condição de pobreza, fome e extrema pobreza de milhões de brasileiros. Por outro lado, o Presidente tratou de levar ao mundo sua própria imagem, junto à preocupação com estas questões,

adentrando a esfera da agenda pública internacional. O que lhe rendeu admiração não apenas dos brasileiros contemplados pelas políticas sociais, mas de líderes de outras nações e de milhões de pessoas em todo o mundo, fato que por sua vez, revela a presença da efetivação da “mitologia da unidade”.

Lula trouxe, em seus discursos, a idéia de que unidos é possível melhorar a vida dos mais pobres, a emergência da luta intensa pela resolução de uma problemática mundial e que passara por um longo período em que havia sido naturalizada pelo resto da humanidade e que agora havia a voz de um Estadista de uma grande nação que clamava pela “desnaturalização” desse problema. Suas falas mostravam a urgência da necessidade da resolução desses problemas, e que nesse intento, acabou através do *marketing político* praticado por ele mesmo, abarcando ao redor de sua imagem pública, a figura do grande Estadista representante dos pobres, o simbolismo do Líder do combate à fome e a pobreza.

4.1.3. Consensos, Contradições e Crise Moral ao Término do Mandato

Apesar dos vários apelos a “mitologia da unidade”, e dos consensos em alguns campos obtidos, não tardou em aparecer no governo Lula os “constrangimentos materiais e políticos” sobre os quais alertou Guimarães (2004).

A vitória de Lula já trazia o prenúncio de um governo refém do que Lúcia Hippolito (2005) chamou de “maldição dos três quintos”. Trata-se da realidade que toda coalizão vitoriosa enfrenta no País desde a promulgação da Constituição de 1988, pois o texto constitucional tem suas próprias metas econômicas e sociais constituindo muito mais do que uma declaração de princípios. Então cada grupo vitorioso que queira efetivar seu programa de governo apresentado em campanha eleitoral e pelo qual votou o eleitorado, precisa propor alterações na constituição e para isso precisa de uma maioria no Congresso que forme o quórum de três quintos, ou seja, 308 votos na Câmara dos Deputados. O que significa que ter uma aliança eleitoral capaz de eleger um Presidente não necessariamente será suficiente para garantir seu governo.

No caso do governo Lula se fez necessário ampliar alianças e obter uma base aliada fiel e consistente, o que é bem diferente do arranjo eleitoral que o elegeu. Na verdade Lula foi eleito em minoria no Congresso apoiado por pequenos partidos,

mas mesmo sendo o PT a maior bancada da Câmara, foi necessário ampliar a aliança inicial de 12 pequenos partidos, para conseguir maioria na Câmara, o que só foi possível a partir da adesão do PMDB. Ora, é sabido que as divergências começam no instante em que interesses diversos começam a conflitar e no governo Lula diferente do governo de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso que já se elegeu em 1994 a partir de uma aliança entre dois partidos fortes o PSDB e o PFL, ampliando a aliança para quatro partidos que juntos somavam 75% da Câmara, o governo do PT precisaria dialogar, e muito, perante a fragmentação dos diferentes interesses envolvidos.

Mas a situação de impasse entre governo e oposição parlamentar, não era a única situação de confronto. Existia também a necessidade de um bom diálogo com os principais grupos sociais de apoio ao PT. Como por exemplo, os funcionários públicos e os movimentos sociais, sobretudo, O Movimento dos Sem-Terra – MST.

Quanto ao funcionalismo público, é sabido que este grupo, ao longo dos anos se alinhou ao partido constituindo sua principal base de apoio depois dos trabalhadores, e agora, ansiavam assumir o poder junto ao PT, tendo como principal aspiração a distensão salarial. Mas, bem lembra Cavalcanti (2003, p. 43) que “o imperativo orçamentário que fixa a obtenção de *superávits* fiscais como meio de controlar a inflação, se sobrepõe à possibilidade de concessão de aumento salarial na medida almejada pelos funcionários”. Ora, essa é uma reclamação central dos funcionários públicos. Outra questão que suscita divergência com o funcionalismo é a reforma da Previdência Social.

Já o confronto com o MST é de certa forma esperado, pelo menos no início do governo, pois enquanto partido de oposição, as idéias do PT coaduna com o papel reivindicatório do movimento. Mas, uma vez no governo, o PT precisaria encontrar colaboração dos Sem Terra que por sua vez sempre teve a invasão de terra como estratégias de luta. Ora, o governo Lula precisava mostrar a população brasileira que era digno de confiança e para isso ser capaz de assegurar o respeito a lei e a propriedade privada. O que não foi tarefa fácil, com a insistente prática do MST de invasão de propriedades, mesmo durante o governo Lula.

Mas, mesmo diante os impasses surgidos, a princípio, com ambos os grupos mencionados, o governo vai aos poucos estabelecendo diálogo com os diferentes setores sociais, porém, todo esforço empreendido nesse sentido é neutralizado pela maior crise política do governo Lula, desencadeada a partir de maio de 2005 que

perdura até 2006 contornando o período das eleições presidenciais daquele ano. O chamado “Escândalo do Mensalão” ou “Esquema de compra de votos de parlamentares”, envolvem exatamente 40 acusados, dentre eles, parlamentares, ministros, tesoureiro e demais representantes de cargos de confiança do governo.

O esquema consistia, para definir de forma mais objetiva, no pagamento de uma “mensalidade” a deputados de partidos da base aliada do governo, como o PL, o PP, o PMDB e o PTB para que estes votassem a favor e assim viabilizassem os projetos federais na Câmara.¹³³

O caso veio a público em 14 de maio de 2005, com a divulgação, pela imprensa, de uma gravação de vídeo na qual o ex Chefe do DECAM/ECT, Maurício Marinho, expunha um esquema de corrupção através de licitação envolvendo um falso empresário, o advogado Joel Santos Filho. A gravação delatava como principal responsável pela corrupção envolvendo a estatal dos Correios, o então Presidente do PTB, o Deputado Federal Roberto Jefferson. Este, – acuado, pois o esquema de corrupção e desvio de dinheiro público, com a divulgação do vídeo feito por Joel Santos Filho estava focado, em um primeiro momento, em dirigentes dos Correios indicados pelo PTB, resultado de sua composição política com integrantes do Governo – divulga então pela imprensa, detalhes do esquema de corrupção do qual fazia parte, e esclareceu que outros parlamentares que compunham a chamada “base aliada” recebiam, periodicamente, recursos do Partido dos Trabalhadores em razão do seu apoio ao Governo Federal, constituindo o que se denominou como “mensalão”.

Segundo o deputado Roberto Jefferson, o termo já era comum nos bastidores da política entre os parlamentares para designar essa prática ilegal e especula-se que a quantia paga mensalmente era de R\$ 30 mil. (CAMAROTTI; PEÑA, 2005).

A cada dia, novos nomes aparecem envolvidos no esquema, como o do Chefe da Casa Civil José Dirceu, o tesoureiro do PT Delúbio Soares e o Ministro José Genuíno, tendo como operador da compra de votos, o empresário Marcos Valério. A seqüência de investigação e CPIs ia desvendando a operacionalidade do esquema e o envolvimento de pessoas do alto escalão do Governo Federal com outros escândalos como o “escândalo dos Bingos”, e o “escândalo dos fundos de Pensão”.

¹³³ Ver detalhes em: (CAMAROTTI; PEÑA, 2005).

A repercussão vem a público lançando a mácula sobre a moral e a ética, valores tão proclamados pelo Partido dos Trabalhadores ao longo de anos de atuação política. Já em fevereiro de 2005 a jornalista e cientista política Lúcia Hippólito, da Rádio CBN, comenta sobre a prática da compra de votos:

Na Câmara dos Deputados, volta e meia circulam histórias sobre deputados que teriam vendido o voto por tantos mil reais. Ninguém conta a história até o fim, ninguém apura direito. As coisas ficam por isso mesmo, mas vai se cristalizando a imagem do Congresso como um mercado persa, onde tudo se compra e tudo se vende. Desde a semana passada, circulam boatos de que vários deputados teriam recebido dinheiro para engordar bancadas partidárias na Câmara. Por conta do troca-troca desenfreado que aconteceu nos primeiros dias do ano legislativo criou-se até a figura do 'deputado pré-pago'. (HIPPOLITO, 2005, p. 161).

O comentário da cientista política ilustra bem como na época a imprensa teve sua agenda preenchida com as novidades diárias proporcionadas pelas denúncias e investigações. Notícia bombástica aconteceu quando, no Conselho de Ética da Câmara, o então Presidente do PTB, Roberto Jefferson afirmou que havia avisado os ministros Miro Teixeira, Aldo Rebelo, Walfrido Mares Guia, Ciro Gomes, José Dirceu e Antonio Palocci sobre o esquema.

José Dirceu e Antônio Palocci, as figuras mais importantes do governo petista, negaram terem sido alertados, os demais admitiram que sabiam. No mesmo depoimento, Roberto Jefferson alerta José Dirceu para que o mesmo deixasse o governo "rapidinho". Uma semana depois Dirceu pediu para sair da Casa Civil sendo substituído por Dilma Rousseff. No dia seguinte, Roberto Jefferson se licenciou da presidência do PTB. Delúbio Soares também se licencia do cargo de tesoureiro antes da instalação da Comissão Parlamentar de Inquéritos do Mensalão em julho de 2005, mas continua como membro do Partido dos Trabalhadores.

Em agosto daquele ano, no auge da crise, o presidente Lula fez um pronunciamento na TV no qual se disse "traído", que não sabia nada sobre o esquema e afirmou que o "PT tem que pedir desculpas", mas não citou nomes. Tal afirmação não se coaduna completamente com os depoimentos de Roberto Jefferson, que afirma ter procurado o Presidente em janeiro de 2005 e contado para ele detalhes sobre o esquema em presença dos ministros José Dirceu, Aldo Rebelo

e Walfrido Moraes. O então Presidente do PTB chegou a descrever a reação do Presidente Lula como “a de quem levava uma facada nas costas” e que o mesmo prometeu investigar o assunto.

Ainda em agosto, Delúbio Soares envia à CPI do Mensalão uma carta, na qual afirmava que o PSB e PC do B também estavam envolvidos com o esquema.

A confirmação oficial dos primeiros envolvidos veio a público quando a CPI do Mensalão aprovou, em setembro, o relatório solicitando a cassação de 18 deputados.¹³⁴ Mas, apesar da investigação, apenas José Dirceu, Pedro Corrêa e Roberto Jefferson perderam o mandato e os direitos políticos por oito anos. Já Delúbio Soares é expulso do PT em outubro.

Em dezembro, novas apurações da CPI dos Correios aponta para a existência do mensalão em quatro padrões de funcionamento do esquema: pagamentos semanais para o PL, dinheiro para trocas de partido, compra de votos de parlamentares e pagamentos para o PP.

Em 2006 a Procuradoria Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal – STF denúncia contra as 40 pessoas supostamente envolvidas com a compra e venda de votos que favorecessem o governo.

Em 2007 o Supremo converteu o processo em ação penal e os acusados passaram a responder como réus. Ao todo eram 40 indiciados, mas o ex-secretário geral do PT, Silvinho Pereira, conseguiu isenção ao fazer acordo com a Procuradoria Geral que suspendeu o processo do qual era indiciado por formação de quadrilha, em troca de serviços comunitários. Dessa forma são 39 réus que respondem processo que tramita desde 2007 no Supremo Tribunal Federal.

Toda essa seqüência de escândalos atingiu diretamente a popularidade do Presidente. De acordo com pesquisa do Ibope divulgada em 23 de agosto, o Presidente seria derrotado pelo tucano José Serra no segundo turno das eleições de 2006, com um resultado de 44% para Serra contra 35% dos votos para Lula. Mas a pesquisa indicou ainda outra questão, a perda da confiança da população brasileira no Presidente petista. Do total de entrevistados 52% responderam que não confiava

¹³⁴ Carlos Rodrigues (PL-RJ), João Magno (PT-MG), João Paulo Cunha (PT-SP), José Borba (PMDB-PR), José Dirceu (PT-SP), José Janene (PP-PR), José Mentor (PT-SP), Josias Gomes (PT-BA), Paulo Rocha (PT-PA), Pedro Corrêa (PP-PE), Pedro Henry (PP-MT), Professor Luizinho (PT-SP), Roberto Brant (PFL-MG), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Romeu Queiroz (PTB-MG), Sandro Mabel (PL-GO), Valdemar Costa Neto (PL-SP) (que já havia renunciado um mês antes), Vadão Gomes (PP-SP), Wanderval Santos (PL-SP).

em Lula, enquanto 43% mantinham a confiança no atual gestor. Esta pesquisa foi significativa também, porque pela primeira vez desde a posse, a avaliação negativa superava a avaliação positiva: (31% avaliaram como ruim ou péssimo enquanto 29% consideraram o governo bom ou ótimo). Já para 38% dos entrevistados o governo foi descrito como regular. (CAMAROTTI; PEÑA, 2005, p. 209-210).

A possibilidade de reeleição do Presidente começara a parecer inviável. A estratégia a princípio foi continuar com viagens pelo País para intensificar os contatos diretos com a população, mas de acordo com Camarotti & Peña (2005) tal manobra foi suficiente para assegurar a popularidade do Presidente somente por um período de dois meses. Em seguida, Lula finalmente resolveu fazer um discurso no Planalto e falar sobre o assunto durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social:

Sou um homem de consciência muito tranqüila. Não farei como Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart. O meu comportamento será o comportamento que teve o Juscelino Kubitschek: paciência, paciência e paciência, porque a verdade prevalecerá. E o povo vai saber, verdadeiramente, o que está acontecendo no Brasil, o que está por trás do que está acontecendo. Quem são os [inimigos] ocultos ou não, porque os públicos, já sabemos. E vai saber quem praticou ou não corrupção neste país. (CAMAROTTI; PEÑA, 2005, p. 211).

No mesmo discurso, Lula critica a antecipação do processo eleitoral de 2006 revelando a tensão que estava passando sobre a dúvida de concorrer ou não às eleições. “Se eu perceber que o PT perdeu muito politicamente com este episódio, mesmo que as condições não estejam boas, eu posso me candidatar para fazer a disputa do que foi o nosso governo, do que é o PT”.

A crise política enfrentada pelo PT nas vésperas de uma campanha eleitoral pela reeleição do Presidente significava muito mais do que uma crise política, mas sim uma crise moral ímpar, particularmente por ser um governo do Partido dos Trabalhadores, um Partido com uma história de lutas, perpassada por valores como igualdade, justiça, solidariedade e ética. Um Partido que surge da classe trabalhadora com o intuito de obter o poder que sempre esteve nas mãos da elite brasileira, e uma vez no governo, prometia governar para os trabalhadores. Com a crise, o PT perdeu o monopólio do discurso da ética, um fundamento construído por esse grupo político ao longo de 25 anos.

Apesar do esforço em manter uma separação entre a crise política e a imagem do Presidente, três outros episódios vêm acrescentar à inquietação no Planalto. Um dos fatos foi a ligação empresarial de um dos filhos do Presidente, Fábio Lula da Silva, com uma megacorporação privada da área de telefonia. A Gamecorp, que tem o empresário como um de seus proprietários, fechou uma sociedade milionária com a Telemar. O segundo fato envolve o irmão de Lula, Genival Inácio da Silva, o Vavá, que abriu um escritório em São Bernardo do Campo, para intermediar transações entre empresas privadas e órgãos federais. A oposição se manifestou aferindo ao governo, em ambos os casos, a prática de tráfico de influência. Mas, o terceiro episódio repercutiu de forma ainda mais grave, quando o publicitário José Eduardo Cavalcanti Mendonça, o Duda Mendonça confessou em depoimento concedido a Polícia Federal em 11 de agosto, que os fundos da campanha eleitoral de 2002 eram provenientes de caixa 2 e que os pagamentos foram realizados de forma ilegal, depositados em uma conta no exterior.¹³⁵

Mesmo com episódios envolvendo parentes, não foi comprovado nenhum fato que vinculasse diretamente o Presidente da República a eventos de corrupção, o que garantiu a continuidade do mandato de Lula. Toda essa seqüência de episódios revelou a força do poder presidencial no País. Para Camarotti & Pena (2005) “vendo o episódio em uma perspectiva mais ampla, a força do poder presidencial terá travado um dos seus embates mais duros em todo o ciclo da representação política do país”. Estava confirmada a certeza de que no Brasil o poder presidencial é muito forte e em momentos econômicos favoráveis torna-se uma força quase inquestionável.

Dessa forma, apesar da gravidade da crise, Lula não apenas sobreviveu a crise e assegurou a continuidade de seu mandato como viu, ao arrefecer dos acontecimentos, a viabilidade de sua candidatura a reeleição, mas esta se daria de forma distinta daquela esperada antes da crise.

Após a crise mudou o PT e mudou o Presidente Lula. O Partido passa a compor a política tradicional de forma igualitária a todos os outros Partidos brasileiros e não mais como um contraponto. Já o Presidente, líder carismático até

¹³⁵ Consultar: “Memorial do Escândalo – Os Bastidores da Crise e da Corrupção no Governo Lula”, de Gerson Camarotti & Bernardo De La Peña (2005).

então, de conduta inquestionável, precisava agora de muito mais do que sua trajetória de luta e simpatia pessoal, ao mesmo tempo em que precisou também mudar seu espectro de alianças bem como o conteúdo de seu apelo ao imaginário coletivo.

Era esse o quadro político no qual teve início o período de pré-campanha eleitoral para o pleito de 2006. Uma campanha diferenciada, na qual a preocupação de reconstruir a imagem do Presidente atingida diretamente pelos escândalos de seu governo precisava ser sanada de forma diferente da campanha presidencial de 2002. Primeiro, porque com a perda temporária do monopólio da ética, o PT deixou de ser o grande diferencial simbólico dentre as agremiações partidárias brasileiras. As bandeiras da ética e da distinção que o distanciava dos partidos conservadores não constava mais no repertório do PT. O debate político deveria agora ser contornado por outros temas, por discussões mais amplas e multifacetadas capazes de ultrapassar abordagens emocionais e que suscitasse debates mais objetivos e racionais. Segundo, porque era chegado o momento do novo apelo do líder aos seus seguidores, porém, num contexto diferente, em que, de forma concreta, seriam julgadas a sua conduta e postura enquanto governante de uma nação, ou seja, desta vez, quem se apresentava como emissor do apelo não era mais simplesmente um ícone da classe trabalhadora, o nordestino líder do movimento operário paulista, mas sim um Presidente, um político situado exatamente em seu espaço de atuação e poder, a esfera política, e, portanto deveria aparecer agora, em parte desnudado de emblemas ou revestido de novos personagens.

4.2. SEGUNDO MANDATO – A CONTINUIDADE DE UM PROJETO POLÍTICO

Mas o que se viu na campanha eleitoral para a reeleição do Presidente Lula foi uma composição dos antigos e novos lugares de fala. Uma concatenação entre a atuação de Lula no passado como homem simples, nordestino, militante sindical, e no presente como estadista. Como um governante que iniciou seu projeto político e agora pede a oportunidade para continuar no poder para governar para o povo.

Comprova isso, o primeiro programa eleitoral, exibido em rede nacional em 15 de agosto de 2006 com narração em *Off* tendo como ilustrações, imagens

pertencentes a um álbum de fotografias, que reforça o passado de luta e em detrimento desse, o compromisso com os mais pobres:

O Lula que sai de Caetés, interior de Pernambuco em 1952 em cima de um pau de arara, e depois virou um dos Presidentes mais conhecidos e respeitados do mundo. O Lula, que trabalhava como engraxate para ajudara a colocar comida na mesa de sua casa e hoje ajuda a colocar comida na mesa de 45 milhões de brasileiros atendidos pelo Bolsa Família, o Lula que vendia amendoim e tapioca em São Paulo e hoje sai pelo mundo a promover a agricultura, a indústria e os produtos brasileiros, trazendo emprego e desenvolvimento para o Brasil. O Lula, que quando chegou em Vicente de Carvalho, bairro pobre do Guarujá, dividia o pouco que tinha com sete irmãos, e que como Presidente provou que um país pode crescer e distribuir renda ao mesmo tempo. O Lula metalúrgico e líder sindical, que um dia virou o Lula Presidente e, desde então, luta não apenas pelos direitos e pela dignidade dos trabalhadores, mas de 180 milhões de brasileiros. (Lula, no HGPE de 15 de agosto de 2006).

É possível localizar dois lugares de fala, ambos demarcados pela experiência vivida, o lugar do brasileiro comum que vivenciou a fome, a dificuldade e a pobreza superadas e o lugar do governante que compromissado, está fazendo tudo para mudar a realidade dos brasileiros que como ele, sofreram e sofrem as mazelas da desigualdade social. Nesse sentido, é evidente que a força da simbologia de sua trajetória pessoal ainda é significativa, como um legado que independente do que acontecera durante sua gestão permanece como atestado de credibilidade e compromisso.

Em vez de incitação a sentimentos eufóricos de grandes mudanças, a estratégia foi apresentar os pontos positivos do governo, de maneira a conduzir o eleitor a pensar sobre qual seria o projeto político mais viável ao país naquele momento;

Vivemos hoje a melhor combinação das últimas décadas de resultados na economia e no social. Provamos que é possível crescer e, ao mesmo tempo, distribuir renda. É fundamental, portanto, que isso não pare. A inflação esta controlada, a estabilidade garantida, os juros caem e a taxa de crescimento aumenta. A comida esta mais barata, o crédito mais fácil e os salários estão melhorando. Nos últimos três anos, mais de 3 milhões de pessoas saíram da linha da miséria e outras 7 milhões subiram da pobreza para a classe média.

Abalizado nos indicadores sociais e confiante no apoio da parcela da população contemplada pelos programas sociais implantados em sua gestão, o Presidente faz seu primeiro apelo enquanto candidato da situação, Lula profere pela primeira vez o discurso da continuidade. Mas, suas palavras de ordem são as mesmas de sua antiga condição de oposição: *“peço um voto de confiança”*. Tais palavras constituem uma marca do apelo político desse líder que da mesma forma pedia um voto de confiança aos operários paulistas na década de 1970 e 1980.

Dentre tantos pedidos como este, vale mencionar aquele já referenciado nessa tese, quando Lula pede um voto de confiança enquanto diretor sindical, logo após a desistência da greve, em 1979 quando Lula aceita um acordo sindical com o governo e os empresários, deixando parte dos operários revoltados e desconfiados do então líder do movimento. A classe operária sentira-se na época, traída por causa do acordo, mesmo assim em Assembléia geral, Lula pede um voto de confiança e sob aplausos é atendido e aceito pela categoria para continuar seu trabalho sindical. Assim como naquele episódio, na campanha de 2006, Lula pede um voto de confiança para a população brasileira que acabara de assistir uma das maiores crises políticas desde a redemocratização:

Depois de quarenta e quatro meses na presidência posso olhar nos olhos de cada um de vocês e pedir outro voto de confiança. Peço seu voto de confiança com a consciência tranqüila. Com a certeza de que o Brasil está bem melhor do que encontramos. E que temos todas as condições de avançar muito mais.

Em 1979, Lula pede pela continuidade de seu trabalho junto a seus companheiros de diretoria, mas em 2006, Lula apresenta-se “sozinho”. O PT praticamente não aparece nos programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. O cenário político depois da crise de 2005 indicava para 2006 um processo eleitoral acirrado tendo como expectativa um debate político mais centrado, por um lado, na avaliação do governo em suas ações práticas mais imediatas e por outro lado, na repercussão da crise política. Ou seja, era imprescindível um cuidado criterioso na administração adequada da imagem pública do Presidente candidato perante os discursos dos adversários e da agenda social no que se refere às críticas e imputações sobre a crise.

Nesse sentido, ao analisar os conteúdos do programa eleitoral, de fato percebe-se que a campanha foi conduzida no sentido de minimizar a imagem do Partido dos Trabalhadores, de maneira que fosse evidenciada apenas a imagem do Presidente. Enfim, uma campanha caracterizada como definiu Albuquerque (2005) com a presença de consultores especializados e centrados no candidato, na sua imagem, “laboriosamente produzida” em detrimento de apresentação de doutrinas, plataformas ou partidos. Logo após o primeiro programa da propaganda eleitoral, a imprensa já chamava a atenção para ausência de elementos que referenciassem o PT, como por exemplo, na matéria de capa do Jornal “O Globo” de 16 de agosto de 2006:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva eliminou o Partido dos Trabalhadores de sua biografia. O primeiro programa eleitoral de sua campanha eleitoral, exibido ontem no horário gratuito de TV, mostrou a vida de Lula, a infância pobre em Caetés, a ida para São Paulo como migrante, a ascensão a líder metalúrgico e a conquista da Presidência. Nem uma palavra sobre o PT, partido que fundou em 1980. Nem uma única cena com a estrela vermelha. Desapareceu o número 13, campeão histórico do voto de legenda. Foram banidos os companheiros e as bandeiras que tremularam por 26 anos atrás de Lula. Em sua campanha eleitoral, Lula saiu das assembleias sindicais diretamente para o Palácio do Planalto. Sem um partido político. (MEDEIROS; GOIS; FRANCO, 2006, p.3).

De fato, em outros programas do horário eleitoral, em vídeo onde o próprio Lula é o locutor, ele menciona a traição, e outras formas de perseguição que todo político e porque não dizer, todo mito político está propenso a enfrentar. Mencionar a traição também remete ao período da crise, pois foi assim como Lula descreveu sua relação com o PT e os acontecimentos quando mencionou sentir-se “traído”, em seu depoimento, e que o PT teria “que pedir desculpas”:

A gente poderia pegar a história e iríamos perceber que, numa mesa de doze, um traiu Jesus Cristo. Aí poderia pegar a reunião dos inconfidentes, um traiu Tiradentes. E nem por isso Cristo seria menos importante, nem por isso Tiradentes deixou de ver acontecer a independência pela qual ele foi esquartejado, sua carne salgada, pendurada nos postes. (Lula, 25 de setembro de 2006, no HGPE).

É interessante perceber também a comparação feita entre Lula e as figuras históricas mencionadas nessa fala, são mártires, heróis, mitos. Estava presente, portanto, novamente nessa campanha as simbologias, os elementos míticos. Como se percebe de forma mais evidente ainda no *jingle* da campanha, a descrição de Girardet (1987, p. 78) sobre o homem providencial, nesse caso encarnando o arquétipo do profeta, “anunciador dos tempos por vir”, aquele que “lê na história aquilo que os outros não vêem”. Guiando seu povo pelos caminhos do futuro, “ele próprio conduzido por uma espécie de impulso sagrado”, consegue fazer o mundo se iluminar, livrando a todos das trevas, dos maus tempos e guiando para tempos melhores, como pode ser percebido no *jingle* de sua campanha:

Não adianta tentar me calar. Nunca ninguém vai abafar a minha voz. Quando o povo quer, ninguém domina. O mundo se ilumina! Nós por ele, ele por nós. Nós por ele, ele por nós. O Brasil quer seguir em frente com o primeiro homem do povo Presidente. Ele sabe governar com o coração e governa pra todos com justiça e união. É o primeiro Presidente que tem a alma do povo e tem a cara da gente. São milhões de Lulas povoando este Brasil, homens e mulheres noite e dia a lutar por um País justo e independente onde o Presidente é povo e o povo é Presidente. Por um país justo e independente, onde o Presidente é povo e o povo é Presidente.

Emblemático também nesse *jingle*, a alusão à identificação de Lula com o povo, enquanto um homem do povo. “É o Primeiro presidente que tem a alma do povo e tem a cara da gente”. Um representante igual ao representado na alma e na face. Na alma por compartilhar das mesmas dificuldades, das mesmas histórias de vida e na face por ser um típico nordestino, que age, fala, se expressa em linguagem simples como o povo, por trazer a insígnia da falta do dedo mínimo decorrente de um acidente de trabalho braçal, como muitos outros trabalhadores. No trecho “São milhões de Lulas povoando este Brasil”, reflete a alusão a semelhança entre a biografia de Lula e a de cada brasileiro comum que enfrenta a sua luta diária por melhores condições de vida.

Na verdade, a busca pela identificação do eleitor com o líder não é estratégia recente desse político. Albuquerque (1999) já destacara a presença desse recurso na campanha de 1989 contra Fernando Collor de Mello. A diferença é que agora Lula alcançara o ponto mais alto de sua ascensão. Mostrou ao mundo como um homem comum pode através da luta e do trabalho tornar-se um dos mais poderosos

homens do mundo. E o elemento da identificação, nesse caso, proporciona à transformação de sentimentos significativos, como o orgulho, a auto-estima, a admiração e o sentimento de pertencimento a vitória do outro enquanto seu igual e ao mesmo tempo representante:

A imagem construída de Lula foi a de um trabalhador, alguém que conhece os problemas fundamentais dos brasileiros porque os experimentou pessoalmente. A sua relação com os telespectadores/eleitores foi retratada, assim, como uma relação de identidade e co-participação no processo político. (ALBUQUERQUE, 1999, p. 157).

Identificação e pertencimento foram os sentimentos desta campanha. Pouco menos de um mês após o início oficial da campanha eleitoral, Lula pronunciou a emblemática frase: “Cada um de vocês é uma célula do meu corpo”. Por um lado, tal fala buscou enfatizar a idéia de que pela primeira vez havia um governo no qual o próprio povo estava governando, pois todos estariam no poder presentes através de seu gestor, por outro lado, podemos entender que era esse o elo que pretendia evidenciar acima de tudo, ou seja, que o elo existente era entre Lula e o povo somente e não com companheiros de Partido.

Lula teve a chance de mostrar o projeto político da esquerda brasileira dentro das possibilidades postas. Havia colocado em prática o valor de ação do mito ao iniciar os programas sociais propostos em seu plano de governo. Com resultados modestos se comparado à onda eufórica de esperança e fé na mudança que suscitara no imaginário coletivo, mas estavam lançadas as bases de um novo projeto político.

O primeiro mandato do Presidente Lula trouxe mudanças significativas não para a situação econômica ou política do País, mas para o cotidiano de milhões de brasileiros, parte de extrato decisivo do eleitorado antes avesso ao discurso ideológico petista, mas que ao logo da gestão foi contemplado de alguma forma com os programas sociais do governo e como assegura Singer (2009) aderiu em bloco à candidatura de Lula em 2006. Tal resultado significa muito mais do que uma simples reeleição, mas trata-se de uma das facetas do lulismo.

E é pertinente entender esse fenômeno pela sua singularidade, pois diferente de outros movimentos em torno de figuras políticas, como o peronismo na Argentina, caracterizado pela união de forças políticas e populares em torno de um

pensamento político personificado em um líder, o lulismo não é simplesmente um culto à pessoa de Lula, mas também não chega a constituir um pensamento político. Tem as características de algo mais disperso, porém com força política evidente. Tanto que conseguiu angariar várias forças políticas antagônicas e heterogêneas, foi capaz de reunir desde classes sociais diferentes até apoios contraditórios como, por exemplo, defensores do regime militar (1964-1985), como o senador José Sarney e até ex-guerrilheiros que lutaram contra esse mesmo regime, como a atual Presidenta Dilma Rousseff.

Assim, com a reeleição do Presidente em 2006, mesmo com a mácula da grande crise política que ainda cintilava em torno dele, do seu partido e de sua gestão, ficou evidente mais uma vez a força desse líder e a importância de entender e discutir a emergência do lulismo, que aos pouco foi se revelando como movimento singular e independente de bandeira partidária.

4.2.1. Reeleição – Realinhamento Eleitoral e a Emergência do Lulismo

O resultado da campanha presidencial de 2006, apesar dos resultados numéricos semelhantes ao de 2002 (em ambas as disputas, a diferença foi em torno de 20 milhões de votos), revelou uma nova realidade política para o País. Segundo vários pesquisadores,¹³⁶ aconteceu um realinhamento político de parcela do eleitorado a partir da satisfação com o primeiro mandato. Uma adesão que se fez de forma silenciosa e independente de propostas e ações partidárias, mas pautada na crença direta na pessoa, no seu modelo gerencial e forma de governabilidade.

Essa parcela da população satisfeita com o governo Lula é a de baixíssima renda, o subproletariado que ao longo das campanhas presidenciais desde 1989 sempre se manteve distante de Lula. Como mencionado anteriormente, o PT, angariou ao longo de sua história, o apoio de trabalhadores registrados, sindicalizados, de funcionários públicos, de estudantes e intelectuais, e demais eleitores trabalhadores do setor médio dos centros urbanos, mas a camada mais pobre da população não compactuava com as ideologias do partido. Singer (2009)

¹³⁶ Ver: (NICOLAU; PEIXOTO, 2006), (COIMBRA, 2007); (CARREIRÃO, 2007); (HUNTER; POWER, 2007) e (SINGER, 2009).

lembra que a parcela da população de baixíssima renda sempre foi a preocupação maior de Lula, desde sua primeira candidatura em 1989. Assim se expressou Lula citado por Singer (2009):

A minha briga é sempre esta: atingir o segmento da sociedade que ganha salário mínimo. Tem uma parcela da sociedade que é ideologicamente contra nós e, não há porque perder tempo com ela: não adianta tentar convencer um empresário que é contra o Lula a ficar do lado do trabalhador. Nós temos que ir para a periferia, onde estão milhões de pessoas que se deixam seduzir pela promessa fácil de casa e comida. (SINGER, 2009, p. 87).

Ao avaliar a primeira derrota em 1989, para Fernando Collor de Mello, Lula demonstrava saber exatamente onde se encontrava a resistência a sua candidatura:

A verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade [...]. Nós temos amplos setores da classe média com a gente – uma parcela muito grande do funcionalismo público, dos intelectuais, dos estudantes, do pessoal organizado em sindicatos, do chamado setor médio da classe trabalhadora. (SINGER, 2009, p. 87).

Ora, trata-se de uma parcela de significativo peso eleitoral, mas Singer (2009) acrescenta que ao contrário do pensamento de Lula, não foi apenas a “promessa fácil de casa e comida” que determinou o voto em Collor, mas uma postura mais tradicionalista dessa parcela do eleitorado. Um eleitor que teme mudanças e instabilidade política e econômica. O autor cita como exemplo, que ao contrário do esperado, “os mais pobres eram menos favoráveis às greves do que os mais ricos”. Para estes eleitores mais pobres existia o anseio pela redução das desigualdades, mas acabavam se inclinando para a opção política que promovesse tal mudança através de uma intervenção direta do Estado, de maneira a evitar “movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem”. E como a esquerda era identificada como a opção que poderia colocar a ordem em risco, a direita era preferida por oferecer a possibilidade de uma solução advinda de cima, com uma “autoridade já constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade”. (SINGER, 2009, p. 87-88).

Já as derrotas de Lula em 1994 e 1998 podem ser entendidas como uma repetição do que aconteceu em 1989, pois o fato do então Presidente Fernando Collor ter provocado a recessão de 1990/1991, com medidas como o confisco das cadernetas de poupança e demais ações desencadeadoras do *Impeachment*, não modificaram o quadro do comportamento eleitoral percebido em 1989.

Os discursos do medo, empregados por Collor referindo-se ao PT como ‘ameaça comunista’ apenas mudou quanto ao argumento nos pleitos de 1994 e 1998 quando novamente aparece através de Fernando Henrique Cardoso sob a versão do preconceito, e incitação ao medo do “despreparo”, ou da “falta de formação superior” de Lula.

Já em 2002, ajudaram as mudanças do próprio candidato petista, que se uniu a um partido de centro-direita, convocou um empresário para o cargo de vice-Presidente, assinou uma carta-compromisso com garantias ao mercado e assumiu uma postura e discursos menos radicais em quase todas as questões sociais, mesmo assim, pesquisadores como Hunter e Power (2007) revelam que naquele ano, os votos advinham de setores diversos, não havendo identificação dos votos com nenhum estrato social específico, porém, com concentração maior entre “os eleitores com níveis superiores de escolarização nos Estados mais urbanizados e industrializados do Sul e do Sudeste”.¹³⁷

Somente em 2006, depois de assumir o governo e colocar em prática os programas sociais, é que Lula consegue a adesão da parcela de baixa renda, daqueles de quem buscava o voto desde 1989. Singer (2009, p. 90) explica que para o diretor do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, “Lula perdeu intenções e, provavelmente, votos entre alguns de seus eleitores ‘tradicionais’, ‘decepcionados’ com os ‘escândalos’. Substituiu-os, porém, e compensou as perdas com votos de ‘não-eleitores’, pessoas que nunca haviam votado nele antes”.

Dessa forma, assim como em 2002 acontece a demorada ascensão da esquerda num país de tradição conservadora, somente em 2006 é que se processa um realinhamento eleitoral no qual a reeleição de Lula se opera a partir de uma base social específica. (SINGER, 2009).

¹³⁷ Ver “*Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*” de André Singer In: Revista Novos Estudos nº 85, nov. p. 83-102. 2009.

Para o autor, tal realinhamento eleitoral pode revelar uma nova base eleitoral e uma nova orientação ideológica, pautada na forma de governabilidade de um líder da esquerda que uma vez no poder foi capaz de quebrar o paradigma da crença por parte da população de baixa renda de que a diminuição da desigualdade social, com manutenção da ordem e da economia vigente só seria viável a partir de um governo de direita.

O autor menciona como as bases material do realinhamento, a implantação de medidas e programas sociais, que em conjunto com a elevação do salário mínimo, proporcionou à parcela da sociedade de baixíssima renda, uma melhor qualidade de vida, a partir principalmente, da inserção dessa camada social na esfera do consumo, o que dinamizou as economias locais menos desenvolvidas atendendo dessa forma o pequeno empresário e demais formas de comércio direcionados a esse público consumidor em formação:

O tripé formado pelo Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, somado aos referidos programas específicos, resultaram em uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar. É isso que Marcelo Néri chama de 'o Real de Lula': 'No biênio 1993-1995 a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria cai 18,47% e, no período 2003-2005, a mesma cai 19,18%. Em particular no ano de 2005, quando eclodiu o escândalo do "mensalão", ocorreu, segundo classificação de Waldir Quadros, a primeira redução significativa da miséria desde o Plano Real, presumivelmente em consequência do conjunto de medidas tomadas pelo governo Lula. Assim, enquanto os atores políticos tinham a atenção voltada para a seqüência de denúncias do "mensalão", o governo produzia em silêncio, o "Real do Lula" que, diferentemente do original, beneficiava, sobretudo, a camada da sociedade que não aparecia nas revistas. (SINGER, 2009, p. 94).

Para Singer (2009) tais medidas constituem uma plataforma capaz de direcionar politicamente uma fração de classe, e aponta para o caminho desejado por esta, um caminho de manutenção da estabilidade com "expansão do mercado interno, sobretudo, para os setores de baixa renda". Ao atender os anseios dessa parcela da população, Lula se colocou a frente de um projeto compatível com os aspectos de sua biografia. Coimbra (2007) acrescenta que dois fatos vêm acrescentar a essa adesão, primeiro o fato de Lula ser o primeiro Presidente que vivenciou a experiência da miséria e conseguiu chegar ao "topo do sistema", o que

mexeu com o orgulho e auto-estima do eleitorado popular. Segundo, pela sensibilidade demonstrada, uma vez no poder, à realidade vivida pelos miseráveis.

Vale ressaltar que a expressão adquirida por Lula em seu primeiro mandato e a troca de base eleitoral em 2006 não se estende ao PT, comprova isso o estudo de Henter e Power citado por Singer (2009, p. 96):

A tendência do apoio ao partido na Câmara dos Deputados, comparado ao de Lula, é cada vez mais incongruente. Enquanto Lula fez impressionantes avanços nas regiões mais atrasadas do país (os grotões, o mais duradouro calcanhar de Aquiles do PT), a fortaleza do partido continua a ser a área mais urbana e industrializada do Brasil.

Ou seja, apesar de estudiosos perceberem o realinhamento como um sinal de desideologização, acreditamos que acontece algo mais significativo, pois apreender a totalidade desses eleitores como desprovida de compreensão política é negligenciar as motivações desse eleitorado e sua capacidade de entendimento e de escolha dentro de um contexto social e político.

A desconexão entre as bases do lulismo e as do petismo em 2006 pode significar que entrou em cena uma força nova, constituída por Lula á frente de uma fração de classe antes caudatária dos partidos da ordem e que, mais do que um efeito geral de desideologização e despolitização, indicava a emergência de outra orientação ideológica, que antes não estava posta no tabuleiro. Parece-nos que o lulismo, ao executar o programa de combate a desigualdade dentro da ordem, confeccionou nova via ideológica, com a união de bandeiras que não pareciam combinar. (SINGER, 2009, p. 96).

Não há consenso quanto à definição do lulismo. Cientistas políticos e sociais descrevem essa força a partir de diferentes circunstâncias. O sociólogo Rudá Ricci, por exemplo, defende que o lulismo não chega a constituir um movimento político, o sociólogo associa o termo a uma forma de gerenciamento e de governabilidade política. Rudolfo Lago, também menciona a forma de governar de Lula como o grande motivo para o surgimento do lulismo, pois acredita que as realizações do governo Lula, proporcionaram uma sensação de euforia expressiva advinda da elevação do poder aquisitivo de grande parte da população. O cientista político

Rodrigo Stumpf Gonzáles, também questiona a existência de uma nova corrente política ligada à figura do ex-Presidente.

Existem, contudo, aqueles que tratam o termo quanto ao fato de ter ou não conteúdo ideológico e em sua relação com o PT. O próprio Rudolfo Lago afirma que o lulismo é pragmático e “tem menos consciência ideológica” enquanto o PT tem mais consciência ideológica.

Já o argumento de Gonzáles aponta para os dois lados do fenômeno, primeiro que a capacidade de diálogo de Lula com todos os partidos e forças políticas internas e externas faz dele um político capaz de se reeleger por qualquer partido caso assim queira. Por outro lado, essa flexibilidade não traz “solidez para definir rumos como representante de uma concepção de mundo”, isso porque o ex-presidente é capaz de se adaptar a diferentes conjunturas e relacionar-se com a esquerda, centro ou direita.

Apesar das divergências, um consenso é notório, a expressão adquirida por Lula enquanto político, a partir de sua capacidade de diálogo, da popularidade obtida durante seus dois mandatos e de sua forma de gerenciamento e governabilidade que converge com os anseios da parcela da população que agora adentra de forma expressiva o cenário político. A chamada nova classe média “escolheu” a forma de governabilidade que almeja a partir de agora e tal postura se fez para além dos formadores de opinião. A repercussão social de tudo isso ultrapassa a finalidade e limites dessa tese, mas sem dúvida teve início com o governo Lula.

Não nos compete nesse trabalho definir o que é o lulismo ou classificar o governo Lula, mas apreender ou pelo menos tentar elucidar o diferencial deste político e as transformações desencadeadas a partir de sua atuação enquanto força política. Pois acreditamos assim como Rodrigo Gonzáles que “ninguém conseguirá fazer o que Lula fez, por que ele é único. Sobreviver sem o governo será o desafio de Lula. E, manter uma unidade independente de Lula será o desafio do PT”. Já quanto à dimensão do lulismo, também concordamos com a assertiva de Gonzáles ao mencionar que o grande teste será Lula manter a proeminência na política, sem estar à frente da presidência.

4.2.2. Identidade Nacional – Valor de Ação do Mito

Como será a atuação de Luiz Inácio Lula da Silva depois de ser Presidente do País por dois mandatos e como ele enquanto administrador exímio de sua própria imagem e negociador nato, continuará contribuindo para a mitologização de sua imagem e sua permanência no cenário político brasileiro, somente o tempo dirá. Mas enquanto Presidente da República todas as suas habilidades foram canalizadas no sentido de cunhar seu nome na história política do país.

Assim como no governo 2003-2006, o valor de ação do mito foi colocado em prática a partir dos projetos sociais de redistribuição de renda e combate a miséria, podemos afirmar que no segundo mandato, o valor de ação do mito se efetivou a partir do esforço do Presidente numa (re)criação de uma identidade nacional.

Vale mencionar que tomamos a definição de identidade de Manuel Castells (2002),¹³⁸ para quem a identidade é um processo de construção de significados com base em atributos culturais, envolvendo costumes, tradições, valores, crenças, que prevalecem sobre outras fontes de significado.

A noção de significado, por sua vez é descrita pelo autor como “identificações simbólicas” das ações do sujeito-ator social coletivo dentro de um contexto marcado por relações de poder. Nesse contexto, o sentido da identidade é sempre relacional, em confronto ou convívio com a alteridade, mesmo que, em sua dimensão interna ele corresponda apenas ao sentimento inerente de pertença, de vinculação experimentado por qualquer membro de uma sociedade.

Já a noção de nacionalismo adquiriu uma variedade de definições ao longo da história e essas variações constituem o ponto principal nas considerações de Castells. Mas o autor, ao dialogar com diferentes teorias lança sua própria definição a partir de quatro pilares: 1º) as nações são independentes dos Estados; 2º) os nacionalismos independem do Estado-nação moderno; 3º) nacionalismos não são movimentos necessariamente elitistas; 4º) novos nacionalismos são mais culturais que políticos.

¹³⁸ Ver: “O Poder da Identidade” de Manuel Castells (2002).

Para ele, a nação pode ser definida como “comunidades culturais construídas nas mentes e memória coletiva das pessoas por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados.” (CASTELLS, 2002, p.69).

Castells (2002) afirma ainda que os Estados não elaboram as identidades nacionais, assim como suas instituições não as representam necessariamente, visto que institucionalizações artificiais não podem abarcar as especificidades geopolíticas, a memória coletiva, por meio de imposições da lógica burocrática. Nesse sentido, o autor atenta, para a fragilidade do poder do Estado diante da autonomia das identidades históricas compartilhadas por um povo dentro de certos limites territoriais ou mesmo culturais.

Por outro lado, os nacionalismos tornam-se mais tangíveis no momento em que se configuram como reações a um perigo interno ou externo, como por exemplo, as ameaçadas por conflitos étnicos, territoriais, culturais, lingüísticos, ou sob outros laços historicamente compartilhados por uma comunidade política. Mas, na Era da Informação o peso das identidades nacionais na estabilidade e autonomia das sociedades é outro, pois, a permeabilidade e o pluralismo a que chegaram as sociedades nesse estágio, seja qual for o grau de desenvolvimento, é premissa indispensável de uma aproximação ao tema das identidades nacionais. E justamente em decorrência dessa conjuntura de sociedades ligadas em rede, é que ocorre os espaços para os apelos de instituições, órgãos ou mesmo sujeitos da esfera do poder.

Castells (2002) segue, portanto, a noção de nacionalismo de Rupert Ventos, segundo a qual quatro fatores interagem para o surgimento dos novos nacionalismos e é preciso avaliá-los separadamente e individualmente para poder determinar como estes se formam. No modelo de Ventos, além dos fatores primários como etnia, território, idioma, religião e similares; dos fatores gerativos como os meios de comunicação e tecnologias, formação de cidades e exércitos modernos, existem também os fatores induzidos como os sistemas burocráticos, de educação e codificação oficial da língua; e por fim os fatores reativos, sendo estes de maior peso na sociedade em rede. Por fatores reativos entenda-se a atuação defensiva de grupos dominantes a fim de reconstruir a identidade oprimida por meio de apelos à memória coletiva do povo. (CASTELLS, 2002, p. 48-49).

Nesse sentido, é possível afirmar que houve uma grande investida do governo Lula no sentido de desencadear um processo de (re)criação da identidade

nacional através de apelos diretos do Presidente a memória do povo. Atos que encontraram visibilidade na grande mídia com a repercussão sobre os baixos índices do “risco Brasil” então alcançados, na estabilidade da economia, na retomada do crescimento, dos níveis de emprego e desenvolvimento da indústria. Junta-se a isso, a presença constante nos discursos do Presidente do apelo ao orgulho de ser brasileiro, ao potencial do Brasil e do povo brasileiro, que por sua vez só precisaria recuperar a auto-estima para mostrar seu potencial:

Durante muito tempo, esqueceu-se que uma nação não é construída de prédios, de máquinas. Uma nação é construída de homens, mulheres e crianças. E, muitas vezes esqueceram-se de cuidar dessa coisa mais extraordinária, que é a gente que compõe a nação brasileira. (Blumenau – SC. Inauguração do conjunto habitacional Itoupava Garten, 03 de outubro de 2003).

É preciso acabar com essa bobagem de tudo no Brasil ser nivelado por baixo. O Brasil é um país grande, é um país que tem competência, é um país que tem um povo extraordinário, e nós precisamos fazer, sempre que possível, o melhor, e não o pior, como se fosse um país sem dono, um país de ninguém. É preciso que a gente coloque a nossa autoestima na ponta da chuteira, no bico do pé, para que a gente possa fazer o que nós temos o direito de fazer. Por que o Brasil tem que ser inferior à Espanha, inferior a Portugal, inferior à Inglaterra, inferior aos Estados Unidos? (Programa de rádio, Café com o Presidente, em 20 de agosto de 2007).

São muitos e se fizeram constantes os discursos em que o então Presidente convocava o povo brasileiro a valorizar e não apenas acreditar na capacidade do País, mas a divulgar essa admiração:

O Brasil, finalmente, encontrou o seu caminho. O Brasil é hoje um País respeitável, o Brasil é hoje um País que tem 190 bilhões de dólares de reservas. O Brasil é hoje um País que exporta mais de 160 bilhões de dólares. O Brasil é hoje um País que tem um programa de investimento chamado PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), de 504 bilhões de reais. Dá quase 265 bilhões de dólares. Há muitas décadas isso não acontecia no Brasil. (Aracajú – SE. Inauguração do Viaduto Jornalista Carvalho Deda e assinatura de ordens de início de obras da revitalização do rio São Francisco e de saneamento e habitação – PAC, em 28 de fevereiro de 2008).

Eu não tinha nenhum fio de barba branca e ouvia dizer que o Brasil é um País extraordinário, o mais lindo do mundo, com um potencial turístico fantástico. Entretanto, o Uruguai, que é um País pequeno, de quatro milhões de habitantes, tem mais turistas que o Brasil. Não adianta o Brasil ter todas as coisas bonitas se nós não mostrarmos ao mundo o que o Brasil tem. O Brasil não é só o carnaval, não é só futebol e não é só criança de rua. O Brasil tem um comércio, um turismo de negócio como poucos Países no mundo têm. O Brasil tem turismo ambiental como poucos países têm. O Brasil tem turismo de praia como poucos Países do mundo têm. Agora, nós é que temos que mostrar, nós é que temos que viajar ao mundo dizendo: olhem, o Brasil tem isso, tem isso, tem isso. Não podemos ficar esperando que as pessoas adivinhem o que o Brasil tem ou que outro País faça propaganda do turismo brasileiro. Nós é que temos que ter esse interesse. (Programa de rádio, Café com o Presidente, em 20 de março de 2007).

Os elogios perpassavam as potencialidades turísticas, a capacidade de produção, de exportação, comercialização e diálogo. Mas uma constante nas falas do Presidente sempre foi atribuir os sucessos do País ao povo brasileiro. E as referências não se restringiam apenas às ações e comportamentos que o brasileiro devia ter, mas aos sentimentos de pertencimento e orgulho, que deveriam constar no repertório de cada brasileiro. Com sua linguagem simples, Lula apelava aos símbolos que reforçavam o nacionalismo, mas colocava acima de tudo a necessidade da crença no País, pelo povo:

Este País precisa mudar, porque uma nação é construída de muitos símbolos, e o mais importante deles é a bandeira nacional de um País. Vocês podem ver na televisão que, quando eu viajo para qualquer País do mundo, a bandeira é um símbolo tão forte que eu sou obrigado a fazer uma reverência às bandeiras dos Países que eu visito. E qualquer Presidente que vem ao Brasil é obrigado a se curvar diante da bandeira nacional. Mas não é apenas a bandeira nacional. A marca de um País são suas belezas naturais, a marca de um País são suas grandes empresas, e seu alto grau de investimento em tecnologia. Então, tem muitas coisas que podem simbolizar um País. Mas não tem nada, não existe nada que possa simbolizar um País mais do que seu povo, mais do que a cara das crianças, mais do que a boca do povo brasileiro quando consegue sorrir com dentes, mais do que a qualidade da Educação que nós oferecemos, mais do que o respeito que os governantes tem para com o povo. (Curitiba – PR. Lançamento do PAC Saneamento e Urbanização no Estado do Paraná. 24/08/2007).

Nas palavras do então Presidente brasileiro ecoavam o sentido da célebre frase do Presidente americano Barack Obama: “Yes, we can” (sim, nós podemos). A frase dita por Obama na ocasião de sua posse como Presidente americano, popularizou-se e tornou-se texto-símbolo da superação que o ser humano pode alcançar. E era esse o sentido maior transmitido nas falas de Lula: que o Brasil tem potencial e que cada brasileiro tem a capacidade de superação. Assim como ele foi capaz de superar as dificuldades e agruras através da crença em dias melhores e da crença em seu próprio país, Lula buscava despertar nos brasileiros, sobretudo nos mais pobres e já descrentes em seu país, uma identidade nacional capaz de dinamizar a economia brasileira através das ações de cada família, de cada brasileiro. Por um lado, tal discurso coadunava com a mitologia da unidade, da união coletiva capaz de trazer dias melhores, e por outro lado, buscava criar no brasileiro o hábito do empreendedorismo, não no sentido comercial apenas, mas na vida privada de cada família, o que conseqüentemente impulsionaria o hábito do consumo.

Tal discurso encontrou ressonância nas camadas mais populares particularmente durante o segundo mandato e, por conseguinte, após a eficácia dos programas sociais que fizeram com que essa parcela da população sentisse no seu cotidiano a possibilidade de melhorias na qualidade de vida. Vivenciar a experiência do consumo de bens básicos, duráveis, antes inacessíveis, trouxe para parte da população a sensação de satisfação, o sentimento da crença no País e naquele projeto político defendido por aquele governante.

Contribuiu significativamente para o despertar dessa crença, a notoriedade do Brasil no cenário internacional, ao ser substituído o discurso do “risco-Brasil” para o País com potencial de crescimento, estabilidade econômica, e oportuno para investimentos estrangeiros. Os elogios de grandes líderes rendidos ao Presidente Lula e a projeção do País junto às demais potências mundiais, também colaborava com o sentimento de auto-estima do imaginário coletivo.

4.2.3. A Construção Simbólica do Mito

Apesar dos avanços significativos na área social e da popularidade recorde do ex-Presidente, é certo que áreas fundamentais da administração, como educação, saúde, saneamento, infraestrutura, reforma agrária não avançaram de

acordo com as promessas de campanha. Também não foram concluídas as reformas política, previdenciária, trabalhista e sindical prometidas. Apesar de não ser objetivo desta tese analisar os resultados dos oito anos de governo Lula, é possível afirmar que seu processo de mitologização não advém de um governo extraordinário, ou de mudanças grandiosas para o País. A popularidade do ex-Presidente tem outras matrizes e acreditamos que estas pertencem ao domínio do que Girardet (1978) denominou de “potências oníricas secretas”, ou seja, o universo subjetivo e imaginário dos anseios, das esperanças, dos sonhos e principalmente da crença. Crença no líder, no futuro, no destino grandioso da nação potência.

É importante lembrar que durante a expectativa da possível vitória em 2002, circularam depoimentos na imprensa, particularmente de adversários, de que como Presidente, Lula tinha grandes chances de falhar por sua falta de experiência administrativa, de formação superior e outras faltas das quais sempre foi cobrado. Para enfrentar tal discurso, era referenciada constantemente a presença de especialistas, políticos e intelectuais das mais distintas especialidades como colaboradores do governo, o que passava a idéia de que Lula não governaria sozinho. Ao longo do mandato, tal idéia foi se desfazendo em detrimento de uma outra: a de que Lula é quem governava o País e a seu modo. O que passou a ser evidenciado durante o governo, é que o jeito Lula de presidir é que estava gerando mudanças. A todo instante na presidência era o elo entre líder e povo que se procurava reafirmar.

O Presidente conseguia mobiliar o imaginário coletivo com o apelo aos sentimentos como a crença, o otimismo e a fé em dias melhores que viriam ao passo em que cada brasileiro passasse a acreditar naquele líder, no país e na própria capacidade de trabalhar por sua ascensão.

É possível afirmar que o que mais tornou Lula crível, foram as imagens por ele incorporadas. Imagens que encontraram receptividade junto às camadas populares dentre outras, sujeitos que provavelmente passaram a entender que se ele foi capaz de provocar tamanhas mudanças em sua própria vida, vencendo agruras, perseguição e preconceito, ele seria sim capaz de realizar grandes transformações na vida do País e dos mais pobres.

Como comprovação de tal capacidade, o povo brasileiro foi vivenciando significativas mudanças em seu cotidiano a partir principalmente da estabilidade

econômica, da geração de empregos e do aquecimento do mercado de consumo, sobretudo de produtos e serviços destinados às camadas populares.

Somaram-se a isso conquistas importantes para o país como a descoberta do Pré-Sal ¹³⁹, anunciada em 2006; a indicação do Brasil como País anfitrião da Copa do Mundo FIFA 2014 ¹⁴⁰ e a vitória na disputa para sediar as Olimpíadas de 2016 ¹⁴¹. Todos estes feitos tiveram repercussão internacional e conferiram visibilidade ao País e a Lula.

Tais conquistas representavam exatamente a confirmação do “potencial”, ou melhor, do reconhecimento internacional do País que tanto fora elucidado pelo Presidente. O que convergia para ratificar o apelo de Lula em evocar ao povo brasileiro o orgulho e a crença na potencialidade do Brasil, uma vez que, o Brasil ganhava destaque e credibilidade em diferentes áreas.

Verificamos também uma espetacularização das emoções nesses eventos. Cada uma dessas conquistas rendeu discursos emocionados por parte do Presidente e de membros do seu governo. Cada evento foi vivenciado por Lula e apresentado aos cidadãos brasileiros como uma vitória emocionante, espetacular e inédita para o País.

Nas eleições do Comitê Olímpico Internacional (COI), por exemplo, o resultado da escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, foi recebido com euforia pela delegação brasileira, com o Presidente Lula emocionado sendo abraçado por políticos, atletas e dirigentes esportivos, quase todos aos prantos e sinalizando em seus gestos uma espécie de reverência e agradecimento por esta vitória. O Presidente do Banco Central, na época, Henrique Meirelles,

¹³⁹ A descoberta de indícios de petróleo no pré-sal, no Brasil, foi anunciada pela Petrobras em 2006. A existência de petróleo na camada pré-sal em todo o campo que viria a ser conhecido como pré-sal foi anunciada pelo ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e posteriormente confirmada pela Petrobras em 2007. Em 2008, a Petrobras confirmou a descoberta de óleo leve na camada sub-sal e extraiu pela primeira vez petróleo do pré-sal.

¹⁴⁰ Em 17 de março de 2006, as confederações da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) votaram de forma unânime pela inscrição do Brasil como seu único candidato e mesmo tendo outros países inscritos como a Colômbia, no dia 30 de outubro de 2007 a FIFA confirmou o Brasil como país-sede da Copa do Mundo de 2014.

¹⁴¹ Em 2009, depois de três tentativas fracassadas, o Brasil finalmente ganhou a disputa pela sede dos Jogos Olímpicos, sendo o Rio de Janeiro a cidade eleita para sediar os jogos olímpicos. O anúncio, feito pelo Presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), o belga Jacques Rogge, colocou fim a caminhada brasileira rumo à sede das Olimpíadas que teve início em 1992, com a frágil campanha de Brasília para abrigar os Jogos de 2000. Já a cidade do Rio de Janeiro entrou na disputa duas vezes, para as Olimpíadas de 2004 e 2012, antes de sair finalmente vencedora. A campanha Rio 2016 começou tímida, mas o Rio venceu grandes cidades como Chicago, Madri e Tóquio.

aproveitou para reforçar, em seu depoimento para a imprensa, a imagem do Brasil como uma das maiores economias do mundo:

Nós temos a 10ª maior economia do mundo e o Banco Mundial prevê que seremos a quinta até 2016. Já somos o quinto maior mercado publicitário do mundo e ainda estamos crescendo. E graças ao descobrimento do maior campo petrolífero do mundo, temos também grande reserva de petróleo. Nossa força econômica traz a certeza que podemos ter os Jogos Olímpicos.

Já Lula, figura central nesse evento, uma vez que é o Presidente de cada País quem defende, através de seu discurso em forma de apelo, perante a comissão, a cidade da nação a qual representa, ao abrir sua fala com a frase: “somos um povo apaixonado”, preparou para aquele momento um discurso, como sempre emocionante e trouxe a alusão aos sentimentos da autoestima, da alegria e da criatividade do povo brasileiro. Foi também um discurso que procurou demonstrar que o Brasil estava preparado e merecia essa indicação:

Digo com toda franqueza, chegou nossa hora, chegou, entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil é o único País que não sediou os jogos Olímpicos e Para-olímpicos. Entre os Países que disputam hoje a indicação, somos os únicos que nunca tivemos essa honra. Para os outros será apenas mais uma olimpíada. Para nós será uma oportunidade sem igual. Aumentará a autoestima dos brasileiros. Consolidará conquistas recentes. Estimulará novos avanços. Essa candidatura não é só nossa, é também da América do Sul, um continente com quase 400 milhões de homens e mulheres e cerca de 180 milhões de jovens. Um continente que como vimos nunca sediou os Jogos Olímpicos. Está na hora de corrigir esse desequilíbrio. [...]. O Brasil vive um excelente momento. Trabalhamos muito nas últimas décadas. Temos uma economia organizada e pujante que enfrentou sem sobressaltos a crise que ainda assola tantas nações. Vivemos num clima de liberdade e democracia. Nos últimos anos 30 milhões de brasileiros saíram da pobreza e 21 milhões passaram a integrar a nova classe média. A superação de dificuldades é o que marca a história recente do Brasil e a trajetória de milhões de brasileiros. Acabo de participar da cúpula do G-20 em Petersburgo na qual se desenhou por consenso um novo mapa econômico mundial. Esse mapa reconhece a importância de países emergentes como o Brasil no cenário global e, sobretudo, na superação da crise mundial. Tenho orgulho como brasileiro de ter participado desse processo e de ver o Brasil como parte da solução. A parceria que a candidatura do Rio propõe à família olímpica leva em conta esse novo cenário no qual nosso país conquistou o seu lugar. [...]. Os Jogos Olímpicos do Rio serão

inesquecíveis, pois estarão cheios da alegria e da criatividade do povo brasileiro.¹⁴²

Outro fato relevante capaz de provocar uma construção simbólica da imagem de Lula e do Brasil foi à atuação de seu governo com uma diplomacia presidencial extremamente ativa. O que deu visibilidade ímpar ao País na esfera internacional.¹⁴³ O cientista político Paulo Roberto de Almeida fala sobre a diplomacia do governo Lula como ativa, profissional e bem preparada:

A diplomacia do governo Lula já foi chamada de “ativa e altiva” por seu próprio chefe, o embaixador Celso Amorim, e certamente ela traz a marca de um ativismo exemplar, evidenciado em dezenas, ou mais propriamente centenas, de viagens e visitas bilaterais do chefe de governo e seu chanceler, no Brasil e no exterior, ademais da intensa participação, executiva e técnica, em quase todos os foros relevantes abertos ao engenho e arte da diplomacia brasileira, conhecida por ser extremamente profissional e bem preparada substantivamente. A maior parte das novas iniciativas se situa na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de uma ativa coordenação política com atores relevantes da política mundial, geralmente parceiros independentes no mundo em desenvolvimento, com destaque para a Índia, a África do Sul e a China, ademais dos países vizinhos da América do Sul. (ALMEIDA, 2009, p.1-2).

É importante destacar que tanto a imprensa nacional, como os depoimentos dos próprios Estadistas dos Países visitados pelo Presidente Lula, teceram elogios por suas idéias e capacidade de diálogo. Por outro lado, o Presidente sempre aparecia confiante perante outros líderes, refletia em todos os eventos internacionais a autoestima que tanto solicitava ao povo brasileiro e com um discurso enfático defendeu o Brasil como um dos mais importantes Países do mundo. Nesses momentos, de tantos depoimentos, discursos e falas, sempre usou simbologias e espetacularização; é lícito afirmar que grande parte desse conteúdo simbólico e

¹⁴² Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no COI (Comitê Olímpico Internacional) pronunciado em 03 de outubro de 2009. Ver este discurso na íntegra nos anexos dessa Tese.

¹⁴³ Consultar: “Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula” de Paulo Roberto de Almeida. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PEExtLula.pdf>.

emocional decorreu da atuação de Lula como um administrador exímio de sua imagem e da imagem de seu País.

Dessa forma, entendemos que o mito que vislumbramos em ação na história política brasileira foi e continua a ser elaborado a partir de ações, gestos, palavras, fatos e emoções expostas pelo próprio personagem que aqui analisamos, pelo conjunto de simbologias que sua trajetória pessoal e política abarca e pelo espaço de visibilidade concedido pelos meios de comunicação de massa. Veículos de comunicação que ao longo dos anos, mesmo com posturas que procuravam desconstruir sua imagem em determinados momentos, com o tempo acabou por reforçar ainda mais o processo de heroificação desse personagem. Isso porque cada vez mais foi evidenciada sua capacidade de superação, seus momentos como injustiçado, perseguido e ao final vitorioso. Como aquele que mesmo diante da “conspiração”, estava predestinado a vencer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo sobre o tema mito político e a leitura sobre o período de atuação pública de Luiz Inácio Lula da Silva nos levou a observar que essa personalidade se inscreve no arquétipo do mito político contemporâneo, num processo que se encontra em desenvolvimento. Em torno dele construiu-se um legendário, relacionado a uma determinada simbologia. Sua figura representa a capacidade que o homem tem de por si próprio, transformar-se, ascender socialmente, obter sucesso. Sua trajetória é perpassada por seqüências de agruras e superação. Trilhou um caminho inédito alcançando muitas vezes o inacreditável e conseguiu imprimir definitivamente seu nome na história política de seu tempo.

Representou diferentes discursos em momentos distintos sem perder a coerência ao longo de sua trajetória, pois sua atuação perpassou diferentes períodos e contextos sociais e políticos. Foi em determinado momento, a personificação de uma categoria que desperta para a luta, para a reivindicação de seus direitos e projetou-se ao mesmo tempo como o líder, o condutor desse grupo. Representou a esfera da base trabalhista. Foi e continua a ser o espelho de uma classe social, ao vivenciar a mesma história, as mesmas dificuldades e por isso mesmo dispor da mesma força diante das intempéries, dispor de capacidade de superação de tudo que lhe for imposto e apresentar ainda otimismo e crença de que o maior dos objetivos pode ser alcançado. Representou ainda, um discurso político, uma ideologia, um projeto alternativo, um modelo de governo, o qual foi delineando com acurácia política ao sabor das circunstâncias históricas e de seu perfil de liderança.

Esse líder compreende também as características e habilidades de um mito político contemporâneo. A habilidade de seduzir, pelas suas idéias, pelo carisma, por sua índole e mesmo por sua história de vida. A capacidade de persuadir, convencer pessoas de diferentes grupos e classes sociais. A extraordinária habilidade de conciliar, característica constantemente requisitada ao longo de sua trajetória como líder sindical, político e por fim, como Estadista. É detentor de uma forma de inteligência, de saber intuitivo e criativo que é lhe nato e intransferível.

Seu legendário mítico compreende os tempos do processo de heroificação. Com uma narrativa de origem emblemática de menino pobre, advindo de uma

família do interior do nordeste, que enfrentou a fome e a miséria em sua terra natal que pela escassez absoluta o empurra para o sul do País, onde enfrenta novamente a fome, o desemprego, a falta de moradia e de oportunidades. Com sua extrema capacidade de superação, Lula consegue se projetar como homem público e trilhar uma trajetória de líder sindical a líder político. Descobre-se como líder carismático e como tal passa por um longo período de apelo na busca pela Presidência da República. Após o tempo do apelo alcança finalmente o tempo da presença, do poder e inicia o período da ação, no qual o líder pode efetivar o valor de “ação do mito”. Depois de um governo elogiado e por muitos aclamado, mas também criticado, insere-se no tempo da lembrança, no qual sua figura é encontrada na memória do imaginário coletivo. Contudo, não se afasta totalmente, permanece na cena pública de maneira a fazer-se sempre presente nos jogos ambíguos da memória coletiva. Ao longo desse processo, único para cada líder, os momentos por vezes se entrecruzaram definindo uma trilha intensamente vivenciada, mas também produzida por esse personagem.

E porque afirmamos tratar-se de um fenômeno em formação? Sustentamos tal premissa a partir de dois pressupostos. Primeiro porque de acordo com a teoria existente, um mito político se faz enquanto tal no curso da história e de acordo com as condições de sua gênese. Ora, se o mito político conforme Girardet (1987) é entendido enquanto “constelação movente, mais ou menos ampla”, de “contornos por vezes mal definidos” que apresenta múltiplas modalidades, capaz de se reconstituir ao longo de sua existência que pode ser perpassada de tempos fortes e tempos fracos e períodos de presença e lembrança, é imediata a analogia ao fato de que Luiz Inácio Lula da Silva encontra-se ainda no tempo da presença, pois não apenas permanece na cena política como também na cena pública. O relato de ordem histórica sobre sua atuação encontra-se em elaboração, pelas biografias e por ele mesmo. Segundo, porque independente de sua presença como governante, sua marca administrativa permanece como herança política para o atual governo e, por conseguinte, para a história do país.

Situamos como início do processo de heroificação, o tempo da presença, ou seja, o período de governo, pois foi como Presidente que Lula encontrou mais espaço, visibilidade e poder para mobilizar o imaginário coletivo. E nesse intento, empregou com acurácia suas habilidades de persuadir, seduzir, convencer e conciliar.

Foi um Presidente carismático e popular, desde a emocionante cerimônia de posse em 2002, soube de maneira coerente promover a transfiguração política, que é exatamente o tipo de mudança na aparência, no comportamento, inerente e mesmo exigido pelo novo cargo assumido. A transfiguração política do Presidente ocorreu de maneira que ele mudasse, mas continuasse a ser. Nesse sentido, o líder operário se transfigura em Presidente da República sem deixar de ser líder de massa e homem do povo. Em suas aparições públicas, o discurso de autoridade maior da nação era sempre perpassado por paródias e pelas habituais metáforas. Um Presidente que falava a língua do povo, que trocava afetos com seus seguidores, que fez de seu bom humor recurso para palavras de esperança, otimismo e auto-estima. Sentimentos estes empregados como força motriz na mobilização do imaginário popular que juntamente com a idéia de inclusão e ascensão social para os mais pobres, constituíram a marca de seu governo.

Como “valor de ação do mito” percebe-se que duas ações destacaram-se respectivamente nos seus dois mandatos. No primeiro, Lula tratou de concretizar os projetos e programas referentes às políticas sociais, carro chefe de seus programas de governo, sobretudo daquele que lhe rendeu a vitória em 2002. Já no segundo mandato, dentre outros valores, Lula buscou suscitar a re(constituição) de uma Identidade Nacional. Em seus contínuos apelos ao imaginário coletivo, o então Presidente evocava ao povo brasileiro o cultivar da crença no seu País. Para ele o Brasil precisa de um povo que acredite, divulgue e defenda seu País como grande nação. Nesse sentido, enquanto Estadista Lula foi um exímio administrador da imagem do Brasil, assim como o foi de sua própria imagem durante sua atuação pública.

Apesar do processo de heroificação ter iniciado durante o tempo da presença, vimos nesse estudo que a peculiar história pessoal e política de Lula constituem elemento crucial na elaboração dessa narrativa extracotidiana. Primeiro, a improbabilidade de um migrante nordestino, pobre e sem formação superior tornar-se Presidente de um País tradicionalmente governado por representantes da elite já constitui elemento simbólico. Segundo, enquanto candidato a presidência, Lula enfrentou algo próximo ao que Girardet (1987) nomeou de “A Conspiração”. Percebemos, particularmente ao analisar os conteúdos do HGPE, que nas disputas eleitorais, Lula enfrentou preconceitos, o discurso do medo e estratégias tramadas para desarticular suas candidaturas e mesmo desconstruir sua imagem.

Por vezes a insígnia condição de classe e a falta de formação superior foram suscitadas por adversários e empresas de comunicação. Acreditamos que a utilização exaustiva e repetitiva de tal recurso, embora tenha a princípio, contribuído para relegar a ele o fracasso e a derrota, a partir de certo momento tornou-se também motivo para adesão de voto e simpatia do eleitorado. Ao mesmo tempo em que sua persistência confirmava sua vontade de governar, o curso da história ia desvendando ao eleitorado brasileiro, certas “conspirações”, como os episódios que aconteceram durante a Campanha de 1989 entre Fernando Collor e Lula, já mencionados nessa tese, que comprometeram diretamente a candidatura do petista e que posteriormente foram comprovados como fraudes ou estratégias de interesse político e comercial. Episódios que envolviam desde políticos a emissoras de televisão.

Além disso, entendemos que o eleitor brasileiro foi ao longo dos anos desde a primeira eleição presidencial em 1989 adquirindo mais confiança para a mudança de projeto político, o que foi ao encontro também da maturidade do PT, enquanto partido, e da postura de Lula, enquanto político experiente e conhecedor da realidade brasileira. De maneira que em 2002 ele consegue materializar os anseios, as crenças e os sonhos daqueles que o elegeram. Lula apresentava-se ao eleitorado não como uma lenda, ou como detentor de uma percepção exterior dos problemas brasileiros, mas como a materialização de todos os sonhos e anseios dos mais pobres e do cidadão comum brasileiro, por ter ele próprio vivenciado todas as agruras e dificuldades possíveis e ter conseguido superar e ascender em sua trajetória. Acreditamos dessa forma, que quando esse líder foi finalmente atendido em seus apelos, foi porque ele conseguiu materializar o conjunto de imagens oníricas pertencentes ao imaginário coletivo, ou seja, o apelo do líder se fez a partir das mesmas representações presentes no apelo dos grupos sociais. Tal elo entre líder e povo só se intensificou durante seu governo quando Lula demonstrou ser definitivamente um conhecedor dos anseios das camadas populares e para estes direcionou seus apelos e sua ação criativa.

Quanto ao legendário do mito Lula, acrescentamos que este materializou, em diferentes momentos, particularmente durante seu governo, a combinação de vários sistemas de imagens ou de representações em torno de um mesmo personagem, das quais falou Girardet (1987, p. 73) e as quais são usadas por quase todos os líderes políticos de acordo com as circunstâncias e com os anseios dos grupos

sociais. Considerando a afirmativa do autor, de que “para além dessa riqueza de projeções oníricas, dessa multiplicidade de imagens cristalizadas em torno de um mesmo personagem”, existem quatro modelos essenciais possíveis de destacar, concluímos que Lula apareceu revestido de cada um desses modelos em momentos distintos e superpostos.

Teve seu apelo atendido em 2002 como o *Homem providencial* que, em nome da fidelidade às mensagens que ditou aos princípios que estabeleceu, “corresponde às interpelações e aos desafios do presente”. Propõe-se a cumprir o prometido, a ser fiel aos princípios no qual surgiu na cena pública, ou seja, assumia para governar conforme sua ética e seu perfil de representante dos trabalhadores de todo o País como sempre se declarou. Estava preparado para corresponder aos anseios e desafios do Presente.

Encarnou o *herói Gravitas*, modelo que trás consigo a notoriedade através do conhecimento, de grandes feitos do passado e que é então chamado a “socorrer o presente”. É o herói comedido, firme, prudente, protetor e experiente, possui sangue-frio e moderação. A estabilidade econômica, a superação do discurso do “risco-Brasil”, a lenta, porém progressiva retomada da geração de emprego e a possibilidade de melhores condições de vida para aqueles em condição de pobreza, dentre outras realizações que contemplavam, sobretudo, os mais pobres, fizeram do primeiro mandato de Lula um motivo para o imaginário coletivo apreender esta experiência e firmeza. Este tipo de discurso legendário, afirma Girardet (1989, p. 74), revela-se “lugar essencial ocupado pelos princípios de continuidade e de estabilidade, pelos valores de permanência e conservação”. Exatamente o que se percebe na fala deste líder ao enveredar rumo ao segundo mandato. Tempo necessário para cuidar – nas palavras de Philippe Pétain ao se referir a França –, da “casa que convém salvaguardar, restaurar, reconstruir, [...] organizar ‘um vasto, sólido e durável edifício’”. No caso do Presidente Lula, era preciso dar continuidade ao novo projeto político iniciado no primeiro mandato.

Revestiu-se do *arquétipo do profeta*, o *Moisés*, o “anunciador dos tempos por vir”, aquele que “lê na história aquilo que os outros não vêem”. Guiando seu povo pelos caminhos do futuro, “ele próprio conduzido por uma espécie de impulso sagrado”, consegue fazer o mundo se iluminar, livrando a todos das trevas, dos maus tempos e guiando para tempos melhores, como ficou evidente, por exemplo, nos *jingles* dos programas do HGPE da campanha de 2006, além das várias

enunciações do Presidente, de um futuro grandioso que estava se iniciando para o País. (GIRARDET, 1987, p. 78).

Foi também o herói *Celeritas*, modelo de herói o qual “o gesto de seu braço não é o símbolo de proteção, mas convite à partida, sinal de aventura”. Esse modelo é o do herói impetuoso que evoca o movimento e a ousadia. “A legitimidade de seu poder não provém do passado, não depende do fervor da lembrança; inscreve-se no brilho da ação imediata”. (GIRARDET, 1987, p. 75). Em diferentes momentos Lula se revestiu desse arquétipo, mas pontuamos aqui como exemplo expressivo, sua conduta diante da crise financeira mundial que eclodiu no final de 2008. Nessa época, o Presidente fez uma avaliação da situação econômica brasileira e como estratégia convocou a população a consumir, não temer o período de recessão e acreditar que no caso brasileiro isso seria superado sem sobressaltos e a partir da concentração no apoio do mercado interno. Criticado ao falar em público que a crise para o Brasil não passaria de uma “marolinha”, Lula seguiu sempre estimulando o consumo e mais uma vez foi atendido em seu apelo, pois o consumo interno no ano de 2009 superou as expectativas com destaque para mudanças na realidade comportamental do consumo do País que sinalizava perda de espaço para a classe média e recolocava a importância da classe C no cenário brasileiro que passou de fato a consumir mais a partir daquela época.¹⁴⁴

Apresentamos aqui apenas alguns exemplos representativos, mas estes modelos de imagens, de arquétipos, se repetiram e se imbricaram em diferentes momentos da atuação desse personagem. E vale ressaltar que ele foi quase sempre reverenciado pelo povo, e quanto mais ricos em conteúdos míticos, mais esses modelos conseguiam se superpor e mobilizar o imaginário coletivo.

Concluimos também que na elaboração de sua imagem mítica contribuíram os meios de comunicação de massa que mesmo em determinados momentos dando visibilidade a discursos de negação foi o centro de visibilidade pública e, sobretudo durante o período de governo. Mas, afirmamos também que nenhuma outra esfera social ou política, que nenhuma equipe de *marketing* foi tão eficaz na construção dessa imagem do que o próprio Luiz Inácio Lula da Silva. Um exímio administrador de sua imagem pública que teve como recursos o seu dom carismático, suas habilidades pessoais e sua trajetória de vida repleta de simbologias que remetiam ao

¹⁴⁴ Ver pesquisa da *Target Marketing* nos anexos dessa tese.

mesmo tempo a luta, a dificuldade, a perseguição e a injustiça, quanto a perseverança, a justiça, a ascensão, a ética, a esperança, a autoestima, a predestinação e a vitória.

Apresentamos nessa tese as principais conclusões sobre essa análise, contudo, esclarecemos que se trata de uma investigação com todos os méritos e lacunas decorrentes das escolhas feitas e do próprio caráter paradoxal tanto do objeto investigado quanto da teoria abordada. Cientes estamos também que a atualidade dos fatos analisados podem repercutir nos próximos anos em novas e mesmo contraditórias percepções, é o risco inerente a tarefa de estudar fenômenos em plena atuação e desenvolvimento na história.

É indiscutível, no entanto, a importância desse político para a história recente da política brasileira, o que justifica uma apreciação de sua atuação principalmente pela singularidade de sua trajetória e de suas ações. Luiz Inácio Lula da Silva é uma personalidade marcante e paradigmática que marcou de maneira incisiva, como poucos políticos conseguiram um período da história desse País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Política versus televisão**: o Horário Gratuito na campanha presidencial de 199. In: Comunicação & Política, n.s., vol I, nº 3, p. 49-54, 1995.

_____. **Aqui você vê a verdade na tevê**: A propaganda política na televisão. Niterói: MCII (Publicações do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação), 1999.

_____. **A construção da política** Cidadão comum, mídia e atitude política. (Tese de Doutorado). IUPERJ, Rio de Janeiro, 2001.

ALDÉ, Alessandra. **As eleições presidenciais de 2002 nos jornais**. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas, (org.) Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil. Ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **Por que Lula?** O contexto e as estratégias políticas que explicam a eleição e a crise. Rio de Janeiro, Editora Record, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PExtLula.pdf>. Acessado em: 01/05/2011.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. **O Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas**. In: Revista Debate e Crítica. São Paulo: Ed. Hucitec. Julho, n.06. 1975.

ARAÚJO, José Prata. **Um retrato do Brasil: Balanço do Governo Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARENDT, Hannah. **O que é político?** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1998.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Ritual e Símbolo na Política**. Cadernos Ceru – Série 2, nº 7, 1996.

_____. **Chuva de Papéis**: Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

_____. **A expressão de sentimentos na política**. In: Espaços e tempos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 67-88.

_____. Um operário presidente? Ideologia e condição de classe no contexto de campanhas eleitorais” In: BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla. **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

BARTHES, Roland, **Mitologias**. Trad. Rita Buomgermino, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **As estratégias fatais**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996b.

BESSA, Telma. **Trabalho e Reestruturação Produtiva: o caso da Volkswagen**. São Paulo: Annablume, 2001.

BETTO, Frei. **Lula - Biografia política de um operário**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. **Um operário na presidência**. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

BEZERRA, Ada Kesea Guedes. **Mídia e Política: Uma análise da construção da imagem pública de Lula nas eleições presidenciais de 2002**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

BRANDÃO, Marco Antônio. **O socialismo democrático do partido dos trabalhadores a história de uma utopia (1979-1994)**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Annablume: Fapesp, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Lisboa: Diefel/Bertrand, 1989.

CAMAROTTI, Gerson; LA PEÑA, Bernardo de. **Memorial do Escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula**. São Paulo, Geração editorial, 2005.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. 26ª ed. São Paulo: Editora palas Athena, 2008.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Já vi esse filme**. Reportagens e (polêmicas) sobre Lula e o PT (1984-2005). São Paulo: Geração editorial, 2005.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006**. Opinião Pública, vol. 13, nº 2, pp. 307-339, 2007. Disponível em: <http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/revistas_artigos.php?rev=40>. Acesso em: 21/08/2008.

CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Tradução: Editora: Codex, 1992.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2ª ed. Editora: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Luiz Otavio. **O que é o Governo Lula**. São Paulo: Editora Landy, 2003.

CERVELLINI, Silvia. Marketing político e marketing comercial: uma reflexão. In: FIGUEIREDO, Rubens (Org.). **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

CHAIA, Vera. Eleições no Brasil: o “medo” como estratégia política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas, (org.) **Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil**. Ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a Opinião**, Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2005.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Estrela Cadente**: as contradições e as trapalhadas do PT. Belo Horizonte: Soler Editora, 2005.

COSTA, Ramilton Marinho. **Espelho de narciso** – A subjetividade, O cenário e o Imaginário dos Anos 80 e a construção da imagem do Caçador de Marajás através da mídia e da publicidade. Tese (Doutorado em Sociologia), UFPB, João Pessoa, 2002.

DALTON, Russel. **Citizen politics, public opinion and party in advanced industrial democracies**. New Jersey: Chatam House, 1996.

DANTAS JUNIOR, Altino. (org). **Lula sem Censura** “...e ai a peãozada partiu pro pau.” Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Lisboa: Edições Afrodite, s/d.

DIAS, Marcia Ribeiro; ALBUQUERQUE, Afonso de. **Propaganda Política e a Construção da Imagem Partidária no Brasil**. Civitas, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 309-326, 2002.

DÍAZ, Leonardo. **Lula**. Barcelona, Spain: Ediciones de la Tempestad, 2004.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP. 1999.

DURANT, Gilbert. **As estruturas Antropológicas do Imaginário**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

_____. **Mito do Eterno Retorno**. São Paulo, Mercury, 1992.

FAUSTO, Antônio Neto. O presidente da televisão. In: Comunicação & Política. **Comunicação e Poder: Televisão e Eleições Presidenciais**. São Paulo, v. 9, nº11, p.7-27 abril/junho,1999.

FIGUEIREDO, Marcos, *et al.* **Estratégia de Persuasão em Eleições Majoritárias: Uma Proposta Metodológica para o Estudo da Propaganda Eleitoral**. Série 100. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo. Companhia das letras. 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

GOMES, Wilson da Silva. Duas premissas para a compreensão da política espetáculo. In: FAUSTO, Antônio Neto; PINTO, Milton José (org.). **O indivíduo e as mídias**: ensaio sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro. Diadorim, 1996.

_____. **Esfera pública política e media II**. In: RUBIM, A., BENTZ, I. PINTO, M. J. (org). Práticas discursivas na cultura contemporânea. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 1999.

_____. **Transformações da Política na Era da comunicação de massa**. São Paulo: 2ª Edição, São Paulo: Paulus, 2007.

GOMES, Marcelo Bolshaw. **A imagem pública de Lula no horário eleitoral nas quatro campanhas à presidência**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Natal: UFRN, 2006.

GUIMARÃES, Juarez. **A esperança equilibrista: o governo Lula em tempos de transição**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

HIPPOLITO, Lucia. **Por dentro do governo Lula: Anotações num diário de bordo**. São Paulo: Editora Futura, 2005.

HUNTER, W. e POWER, T. **Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006**. Latin American Politics & Society, v.49, p. 1-30, 2007.

IANNI, Octavio. **O ABC da greve operária**. São Paulo, Hucitec, 1980.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

JORGE, Vladimyr Lombardo. **A eleição presidencial de 1994 e os meios de comunicação de massas**. Uma análise da propaganda eleitoral gratuita de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

KAPLAN, Abraham; LASSWELL, Harold D. **Poder e Sociedade**. Brasília: Editora da Unb, 1979.

KAMEL, Ali. **Dicionário Lula: Um presidente exposto por suas próprias palavras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S. A., 2009.

KOTSCHO, Ricardo et al. **Viagem ao Coração do Brasil**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica, ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **As cartas ácidas da campanha de Lula de 1998**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

LANDI, Oscar. **La televisión y el futuro de la política**. Comunicação e Política IX, nº 12 julho-dezembro, 1990.

_____. **Devóra-me outra vez**. Buenos Aires: Planeta, 1992.

LASSWEL, Harold. A linguagem do poder In: LASSWEL, Harold (org.) **A linguagem da política**. 2ª ed. Brasília: Editora Unb, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Trad. Antônio Marcos Bessa. Lisboa: Edições 70, 1978.

LEWIS, Oscar. **Los hijos de Sánchez**. México: Joaquim Mortiz, 1973.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MANIN, Bernard. **As Metamorfoses do Governo Representativo**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, outubro, 1995.

MENDONÇA, Kátia Marly Leite. **A salvação pelo espetáculo – Mito do herói e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **A utilização da charge na imprensa sindical no década de 80 e sua influência política e ideológica**. São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. **Em busca da harmonia perdida: mito e discurso político (uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas. 1997.

_____. **Mídia e discurso político nas eleições presidenciais de 1994**. In: Comunicação & Política. Rio de Janeiro, v. 4, nº 1, p. 80-97, janeiro/abril. 1997.

_____. **Mídia e Manipulação Política no Brasil – A Rede Globo e as Eleições Presidenciais de 1989 a 1998**. In: Comunicação & Política, Rio de Janeiro, 2 e 3, 1999.

_____. **Mito e Discurso Político Uma Análise a Partir da Campanha Eleitoral de 1994**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2000.

_____. **Discursos Cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral**. In: Sociologias, Porto Alegre, n. 11, 2004.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

NICOLAU, J. e PEIXOTO, V. **Uma Disputa em Três Tempos: Uma Análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006**. Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. Disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br/artigos/NICOLAU%20&%20PEIXOTO%20ANPOCS2007CRIOS.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2008.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro. **Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes LTDA, 1988.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de. **A disputa política na televisão: uma análise das estratégias discursivas dos candidatos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **Desafios atuais do campo democrático e popular: uma segunda chance**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/nesth/ivseminario/texto11.pdf>. Acessado em: 15/12/2010.

PARANÁ, Denise. **Lula o filho do Brasil**, Biografia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

PARANHOS, Kátia. **Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos. 1971/1982**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

PEDROSA, Mário. **Sobre o PT: Partido dos Trabalhadores**. 2ª Edição. São Paulo: Editora CHED, 1980.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz – Dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político**. São Paulo: UNESP, 2009.

PLASSER, Frank. **'Parties' Diminishing Relevance for Campaign Professionals**. Harvard International Journal of Press/Politics 6 (4), p. 44-59, 2001.

POMAR, Wladimir. **Quase Lá: Lula, o susto das Elites**. São Paulo: Brasil Urgente, 1990.

PORTO, Mauro; GUAZINA, Liziane. A política na TV: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas, (org.) **Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil**. Ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

RANDAZZO, Sal. **A criação de mitos na publicidade**. Como publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

RUBIM, Antonio Albino Canelas & AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa**. In: *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n. 43, p. 189-216, 1998.

RUBIM, Antônio Albino Canellas. **Mídia e Política no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFBP, 1999.

_____. **Comunicação e Política**. São Paulo: Haker Editores, 2000.

_____. **Mídia e eleições de 1998**. Salvador: Editora Universitária/ UFPB, FACOM/ UFBA, 2000.

_____. **Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil**. Ensaio sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

SADER, Emir. **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas, e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARTORI, Giovanni. **Videopolítica**. Rivista Italiana di Cienzia Política. Ano XIX, n. 2, 1989.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Editora da USP, 1997.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado espetáculo**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

SCOLESE, Eduardo & NOSSA, Leonencio. **Viagens com o Presidente** – dois repórteres no encalço de Lula do planalto ao exterior. Rio de Janeiro, Editora Record, 2006.

SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira. **Narcisismo e Publicidade**: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade. São Paulo: Annablume, 2001.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. **Raízes sociais e ideológicas do Lulismo**. In: Novos Estudos, São Paulo, n. 85, 2009.

SOREL, Georges. **Reflexions sur la violence**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia; EDUSP, 1987.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História**: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.

WEBER. Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

JORNAIS E REVISTAS CONSULTADOS

Folha de São Paulo – 01 de janeiro de 2002

Folha de São Paulo – 01 de janeiro de 2003

O Estado de São Paulo – 21 de outubro de 2002

O Estado de São Paulo – 16 de outubro de 2002

O Estado de São Paulo – 25 de outubro de 2002

Documento Verdade – Ano 02, Nº. 08

Época – 13 de maio de 2002

Veja – 22 de fevereiro de 1989 – A economia em mar revolto

Veja – 02 de agosto de 1989 – O Brasil parado

Veja – 22 de fevereiro de 1989 – Agora o combate que decide a sorte do Brasil Presidente Collor ou Presidente Lula

Veja – 29 de novembro de 1989 – Lula e o capitalismo - As mudanças que o PT promete dividem o Brasil

Veja – 13 de dezembro de 1989 – A batalha final para mudar o Brasil - O que pode ocorrer no país com Lula e com Collor

Veja – 04 de julho de 2001 – Lula Light

Veja – 22 de maio de 2002 – Por que Lula assusta o mercado

Veja – 19 de junho de 2002 – O Brasil pode virar uma Argentina?

Veja – 17 de julho de 2002 – Quem vai ser o anti-Lula?

Veja – 07 de agosto de 2002 – Amizade colorida 178

Veja – 23 de outubro de 2002 – O que querem os radicais do PT

Isto É – 16 de janeiro de 2002 – Viva bem aos 100

Isto É – 14 de agosto de 2002 – Lula não assusta mais

Isto É – 02 de outubro de 2002 – “Não vamos aceitar que se faça terrorismo econômico”

Isto É – 09 de outubro de 2002 – E agora é Lula?

Isto É – 30 de outubro de 2002 – Como será o Brasil do novo presidente

Isto É Dinheiro – 15 de maio de 2002 – Por que o mercado teme Lula

VIDEODOCUMENTÁRIOS

ABC da Greve (1990). Direção de Leon Hirszman

Linha de Montagem (1983). Direção de Renato Tapajós

Entreatos (2004). Direção de João Moreira Salles

Peões (2004). Direção de Eduardo Coutinho

DOCUMENTOS OFICIAIS

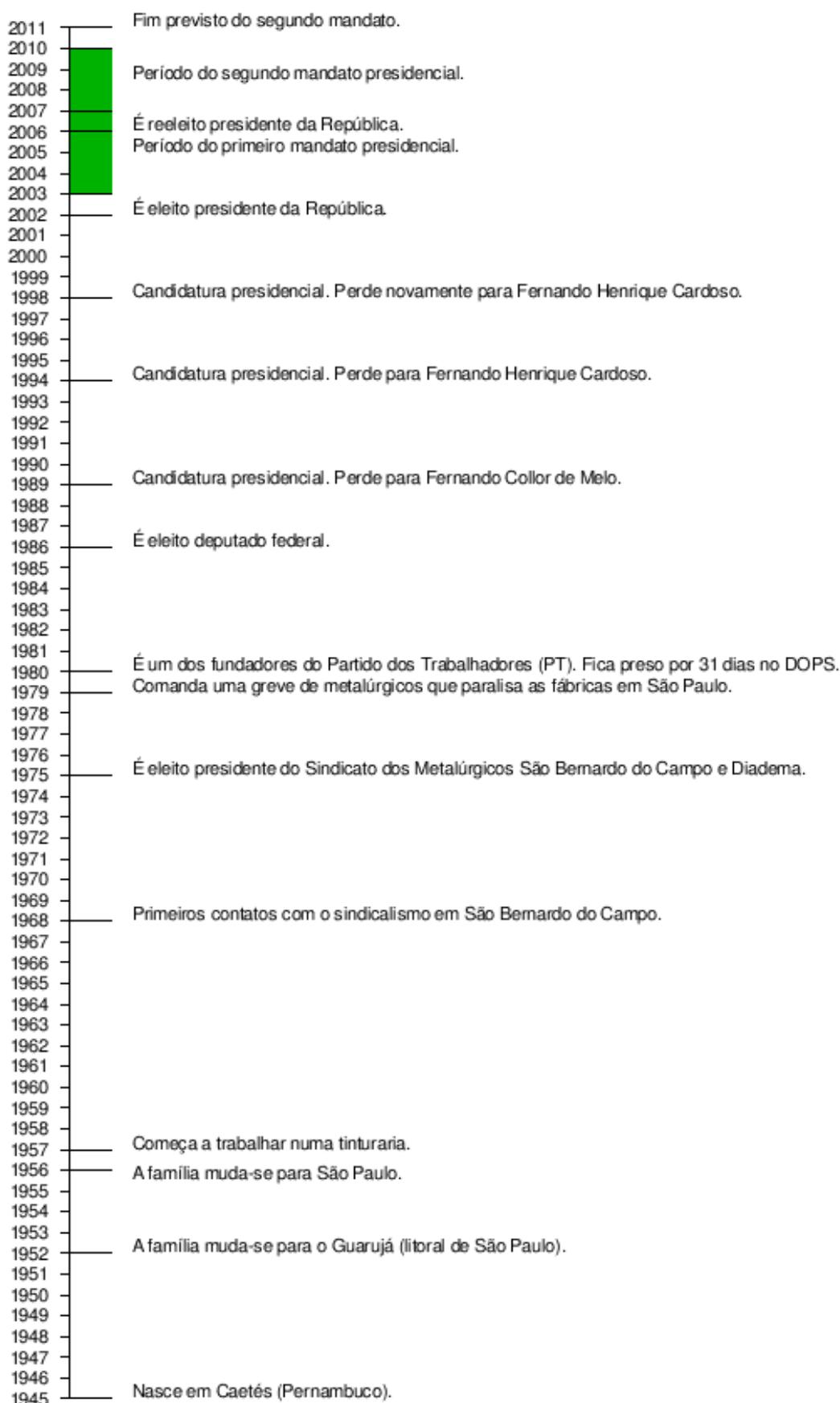
PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

Carta Programa de Governo 2002. Disponível em: < http://www.pt-pr.org.br/documentos/pt_pag/pag%202004/partido%20dos%20trabalhadores/programa%20de%20governo%202002.pdf>.

Carta Programa de Governo de 2006. Disponível em: < http://issuu.com/programadegovernopt/docs/plano_governo>.

ANEXOS

CRONOLOGIA BIOGRÁFICA



CRONOLOGIA FOTOGRÁFICA



Primeira fotografia de Lula. Ao lado a irmã e sandálias emprestadas pelo fotógrafo.



Assembléia realizada no Estádio da Vila Euclídes. Lula discursa em palanque improvisado, onde suas palavras eram repetidas dos trabalhadores mais próximos aos demais ouvintes.



Assembléia no campo de futebol de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, São Paulo, em 1979.



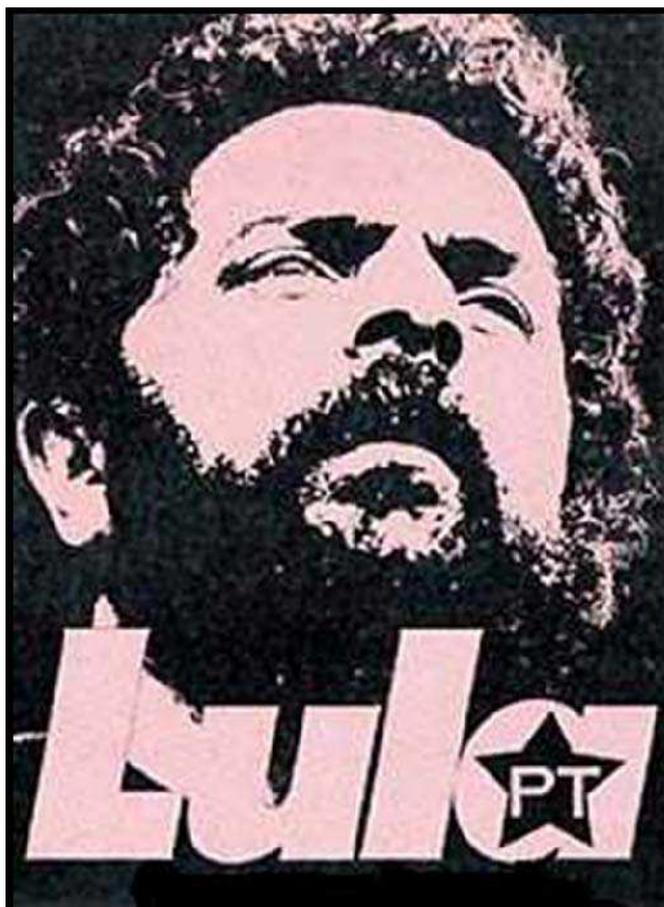
Após Assembléia no campo de futebol de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo (SP), Lula é carregado por trabalhadores metalúrgicos do ABC. Depois de uma greve que durou 15 dias, eles decidiram voltar às fábricas em 27 de março de 1979.



Lula no velório de sua mãe, Eurídice Ferreira de Mello, em São Caetano do Sul (SP). O líder sindical estava preso no DOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) devido à greve de metalúrgicos do ABC e obteve uma hora de liberdade para comparecer ao velório (12.05.1980).



Ulysses Guimarães e Luiz Inácio Lula da Silva conversam na mesa do Congresso, durante sessão que vota o sistema de governo (24.03.1988).



Cartaz Publicitário da Campanha Presidencial de 1989.



Abatido durante o último Debate eleitoral das eleições de 1989, contra Fernando Collor de Mello, exibido pela Rede Globo de Televisão. Fonte: <http://www.pt.org.br>



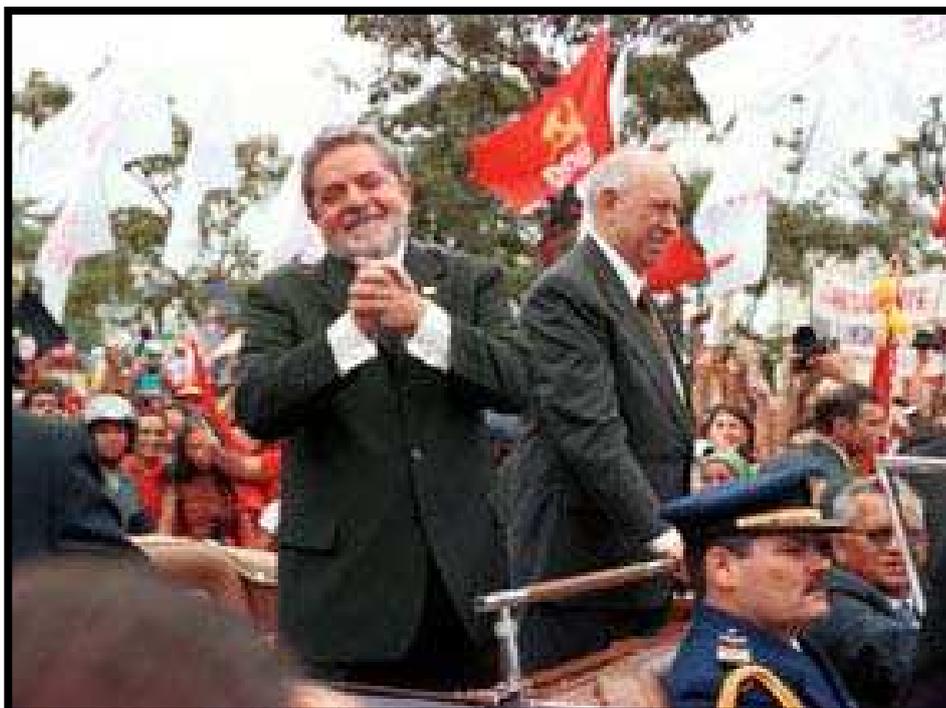
Cartaz Publicitário da Campanha Presidencial de 2002. Fonte: <http://www.pt.org.br>



O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva segura os óculos de Fernando Henrique Cardoso durante a transmissão da faixa Presidencial no Parlatório do Palácio do Planalto, em Brasília (01.01.2003).



Na Cerimônia de Posse em janeiro de 2003. Fonte: <http://www.pt.org.br>



Com o Vice-Presidente, José Alencar, na Cerimônia de Posse em janeiro de 2003.
Fonte: <http://www.pt.org.br>



Lula fala para multidão. Junho de 2003. (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidente Lula na comunidade de Lagoa Seca, Paraíba, 30 de outubro de 2003. (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidente Lula ajuda na colheita da mamona destinada à produção de biodiesel, em Eliseu Martins. Piauí, 4 de agosto de 2005. (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidente Lula participa da inauguração de usina de biodiesel em Iraquara. Bahia, 10 de fevereiro de 2007. (Foto: Ricardo Stuckert).



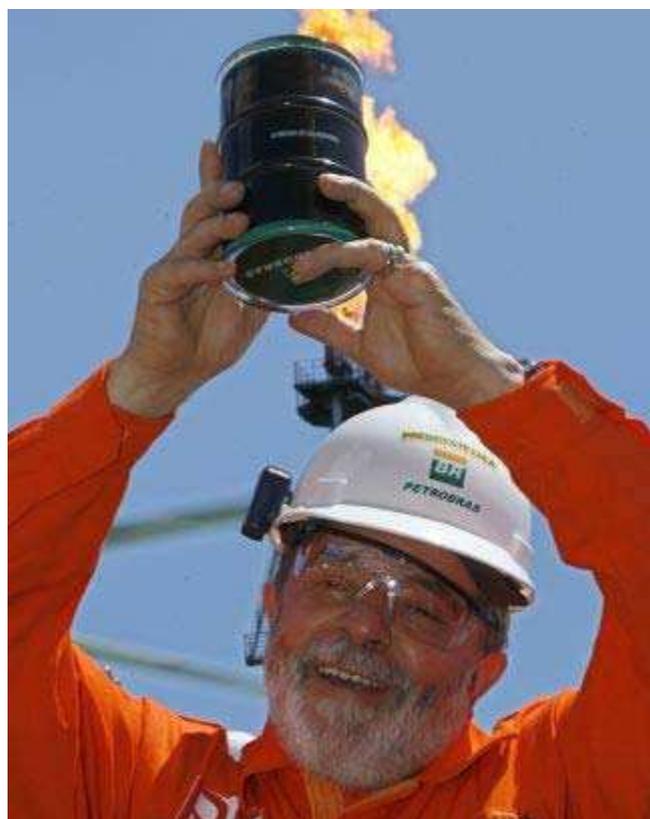
Presidente Lula cumprimenta o Papa Bento XVI, em sua chegada ao Brasil. São Paulo, 9 de maio de 2007. (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidente Lula em Davos, onde participou do Fórum Econômico Mundial. Suíça, 26 de janeiro de 2007. (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidentes Lula, Hugo Chávez e o governador Eduardo Campos visitam obras da Refinaria Abreu e Lima. Recife, 26 de março de 2008. (Foto: Ricardo Stuckert).



Na plataforma Juscelino Kubitschek (P-34), o presidente mostra recipiente com petróleo extraído da camada pré-sal do litoral do Espírito Santo (02.09.2008). (Foto: Ricardo Stuckert).



Da esquerda para a direita: os presidentes George Bush (EUA) ao lado de Thabo Mvuyelwa Mbeki (África do Sul), Luís Inácio Lula da Silva e Felipe Calderón (México) na reunião do G8, em Hokkaido, no Japão (2008). (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidente Lula cumprimenta Barack Obama em encontro na Casa Branca. Washington, em 14 de março de 2009. (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidente Lula com chefes de Estado e de Governo do G-20 Financeiro, em Pittsburgh, EUA, 25 de setembro de 2009. (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidente Lula presenteia o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, com camisa de futebol da Seleção Brasileira, durante encontro na Itália, em 9 de julho de 2009. (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidente Lula cumprimenta o Vice-Presidente José Alencar no Palácio do Itamaraty. Brasília, 19 de novembro de 2009. (Foto: Ricardo Stuckert).



Entre Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil, e a primeira-dama Marisa, Lula brinca com platéia de crianças durante cerimônia de entrega de prêmio em Brasília (18.02.2009). (Foto: Ricardo Stuckert).



O presidente Lula e o ex-jogador Pelé (à esq.) se emocionam com a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, em Copenhague, na Dinamarca (02.10.2009). (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidente Lula durante comemoração da escolha do Rio de Janeiro como cidade-sede das Olimpíadas de 2016. Dinamarca, 2 de outubro de 2009. (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidente Lula exibe mão suja com óleo retirado da camada pré-sal do Campo Baleia Franca. Espírito Santo, 15 de julho de 2010. (Foto: Ricardo Stuckert).



Lula em visita oficial à África. (Foto: Ricardo Stuckert).



Presidente Lula em Doha. Catar, 15 de maio de 2010. (Foto: Ricardo Stuckert).



Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de Posse da primeira Presidente mulher do Brasil, eleita em 2010.



Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva se abraçam emocionados na Cerimônia de Posse da Presidente Dilma. (Foto: Reuters).



Lula se emociona ao se despedir do público na Cerimônia de Posse da Presidente Dilma Rousseff. (Foto: Ricardo Matsukawa).

TABELAS E GRÁFICOS – EVOLUÇÃO DO VOTO PRESIDENCIAL (1989 A 1998)
APELOS DA PROGRAMAÇÃO ELEITORAL DOS CANDIDATOS EM 2002

Tabela 1 – Evolução do voto presidencial – 1998-1989 – 1º turno (total Brasil, excluindo votos do exterior).

	Variação 1998/1994	Variação 1998/1994	Variação 1994/1989	Variação 1994/1989	Variação 1998/1994	Variação 1998/1989
CATEGORIAS	%	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto
Lula/PT	3,8	4.358.187	5,9	5.489.934	9,7	9.848.121
FHC/PSDB Collor/PRN	-1	1.573.042	15,6	13.739.187	14,6	15.312.229
Outros	-2,7	-1.514.552	-33,9	-23.569.374	-36,6	25.083.926
Branços	-1,2	-503.353	7,6	6.015.489	6,4	5.512.136
Nulos	-1,1	1.440.630	4,8	3.955.181	5,9	5.395.811

Fonte: Banco de Dados – Setor de Estatística Eleitoral – Tribunal Superior Eleitoral. Processamento do NOP - Núcleo de Opinião Pública. In: Rubim (2004, p. 49).

Tabela 2 – Rejeição dos candidatos a presidente – 1989 / Total em (%)

Categorias	3-4 jun 1989	1-2 jul 1989	22-23 jul 1989	19-20 ago 1989	2-3 set 1989	23-24 set 1989	18-19 out 1989	25-26 out 1989	1-3 nov 1989
Ulisses Guimaraes (PMDB)	49	47	47	52	48	47	41	40	38
Paulo Maluf (PDS)	42	39	37	36	33	32	32	32	33
Leonel Brizola (PDT)	28	26	27	27	27	26	30	30	32
Lula (PT)	28	28	27	26	26	23	25	26	29
Aureliano Chaves (PFL)	21	20	23	23	21	21	22	22	22
Ronaldo Caiado (PDC)	18	16	18	18	17	18	20	21	24
Roberto Freire (PCB)	15	15	16	17	17	16	20	20	21
Mário Covas (PSDB)	15	14	15	16	14	14	14	13	15

Afif Domingos (PL)	14	16	14	15	12	13	20	22	27
Fernando Collor (PRN)	11	12	15	18	19	22	29	30	30
Não rejeita nenhum	5	6	6	6	6	7	3	3	4
Não sabe	12	13	13	14	13	12	10	9	8

Fonte: Banco de dados da Data Folha. In: Rubim (2004, p. 50).

Tabela 3 – Rejeição dos candidatos a presidente – 1994 / Total em (%)

Categorias	23-24 mai 1994	9-13 jun 1994	5 jul 1994	11-13 jul 1994	25-26 jul 1994	8-9 ago 1994	16-18 ago 1994	29-30 ago 1994	9 set 1994	13-15 set 1994	20-22 set 1994
Leonel Brizola (PDT)	34	33	41	38	36	42	43	42	43	43	42
Orestes Quéricia (PMDB)	36	25	29	28	26	31	31	29	31	29	29
Lula (PT)	22	20	24	28	33	32	36	38	38	40	40
Enéas (PRONA)	-	29	22	23	21	31	32	33	32	32	31
Esperidião Amim (PPR)	24	23	22	21	18	24	24	25	24	24	24
Almirante Fortuna (PSC)	-	18	16	16	13	20	25	23	23	23	23
Carlos Gomes (PRN)	-	-	-	-	-	-	-	-	22	22	23
FHC (PSDB)	12	13	16	16	13	12	13	13	17	16	17
Não sabe	10	9	16	16	11	10	8	8	8	8	7

Fonte: Banco de dados da Data Folha. In: Rubim (2004, p. 51).

Tabela 5 – Temas abordados pelo candidato Luís Inácio Lula da Silva no apelo *Análise de Conjuntura* em seu programa do HGPE

Tema	Frequência
Economia	50,9%
Questão Social	45,6%
Violência e Segurança	3,5%
Total	100% (n = 57)

Fonte: Pesquisa Mídia, Eleições e Política do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP). In: Rubim (2002, p. 82)

Tabela 6 – Temas abordados pelo candidato Luís Inácio Lula da Silva no apelo *Políticas Futuras* em seu programa do HGPE

Tema			Frequência
Economia	Política econômica	20,6%	38,2%
	Emprego e salário	14,7%	
	Finanças (juros e câmbio)	2,9%	
Questão Social	Saúde	29,4%	52,8%
	Educação	14,7%	
	Outros	8,7%	
Violência e segurança			8,8%
Total			100% (n = 34)

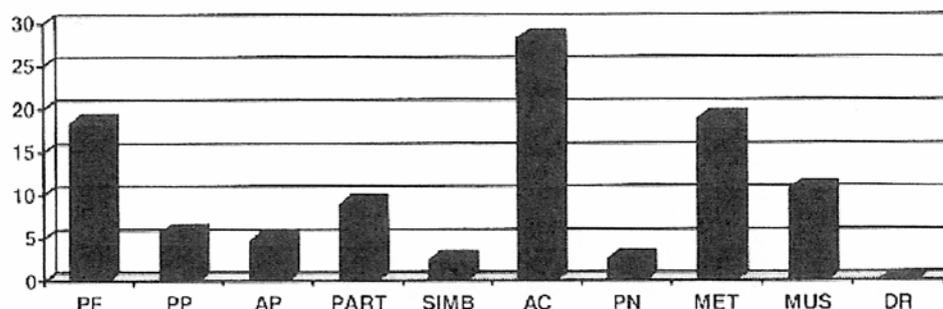
Fonte: Pesquisa Mídia, Eleições e Política do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP). In: Rubim (2002, p. 87)

GRÁFICOS

Para a leitura dos gráficos seguintes considerar o esquema de classificação dos “apelos” utilizados nos programas eleitorais dos candidatos foi desenvolvido por Mauro Porto e Guazina (1999). São identificados oito tipos de apelos:

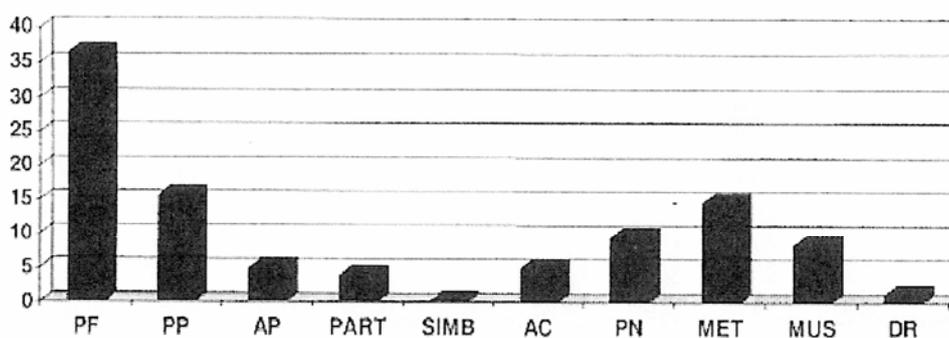
1. **Políticas Futuras (PF)**: apelo no qual se apresenta as idéias e programa de governo do candidato.
2. **Políticas Passadas (PP)**: apelo que remete as realizações feitas pelo candidato ou pelo seu partido durante administrações do passado.
3. **Atributos Pessoais (AP)**: ressalta as qualidades e características pessoais do candidato, como conhecimento, preparo, honestidade, experiência, etc.
4. **Partisão (PART)**: vincula o candidato a partidos, personalidades, movimentos sociais, incluindo manifestações de apoio a sua candidatura.
5. **Ideológico (ID)**: apelo que relaciona a candidatura com categorias como esquerda/direita, socialista, liberal, conservador, etc.
6. **Simbólico (SIMB)**: apelo que remete a valores culturais, mitos, ideais, tais como: estabilidade, otimismo, solidariedade, justiça, etc.
7. **Análise de Conjuntura (AC)**: apelo destinado a avaliar a situação do país, apresentando um diagnóstico de uma ou mais áreas como, desemprego, saúde pública, educação, segurança, etc.
8. **Propaganda Negativa (PN)**: apelo destinado a criticar e atacar outros candidatos, personalidades ou instituições.
9. **Meta Campanha (MET)**: Mostra comícios, visitas a populares, manifestações de apoio, etc.
10. **Músicas (MUS)**: Utilização de músicas e jingles
11. **Direito de Resposta (DR)**: Direito de respostas a ataques de adversários.

Gráfico 1 – Apelos apresentados pelo programa do candidato Luís Inácio Lula da Silva no HGPE da eleição presidencial de 2002 (Porcentagem do tempo total do programa).



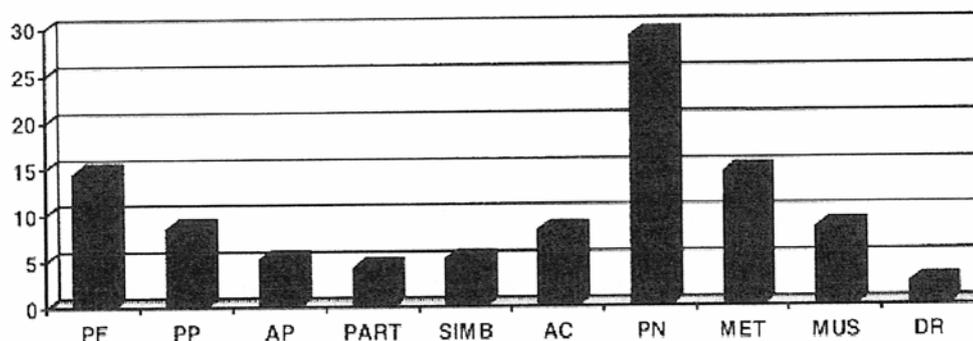
Fonte: Pesquisa Mídia, Eleições e Política do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP). In: Rubim (2002, p. 81).

Gráfico 2 – Apelos apresentados pelo programa do candidato José Serra no HGPE da eleição presidencial de 2002 (Porcentagem do tempo total do programa).



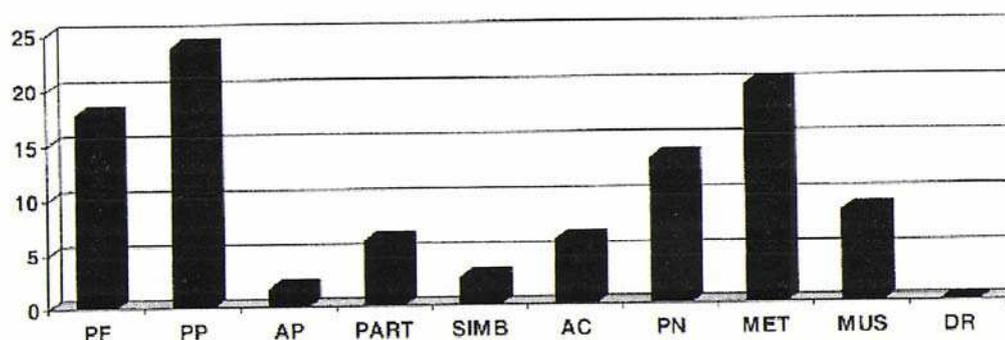
Fonte: Pesquisa Mídia, Eleições e Política do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP). In: Rubim (2002, p. 83).

Gráfico 3 – Apelos apresentados pelo programa do candidato Ciro Gomes no HGPE da eleição presidencial de 2002 (Porcentagem do tempo total do programa).



Fonte: Pesquisa Mídia, Eleições e Política do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP). In: Rubim (2002, p. 85).

Gráfico 4 – Apelos apresentados pelo programa do candidato Anthony Garotinho no HGPE da eleição presidencial de 2002 (Porcentagem do tempo total do programa).



Fonte: Pesquisa Mídia, Eleições e Política do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP). In: Rubim (2002, p. 86).

DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS ELEIÇÕES 2002 E PRIMEIRO GOVERNO (2003/2006)

CARTA AO POVO BRASILEIRO

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do

país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o **PT** anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O **PT** e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular

pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro . com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, da graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmera, famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros. ficaram intranqüilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário haver tranqüilidade e compromisso com o Brasil.

Corno todos os brasileiros. Quero a verdade completa.

Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o **PT** está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público, tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de compra dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos. A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia

para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Nós queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só à volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas. Públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva, São Paulo, 22 de junho de 2002

Discurso de Posse de Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso Nacional 01 de janeiro de 2003

Exmos. Srs. Chefes de Estado e de Governo; senhoras e senhores; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional Senador Ramez Tebet; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República José Alencar; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Morais, Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; Sras. e Srs. Ministros e Ministras de Estado; Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.

Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado,

não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praijeiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão. Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a

escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os - campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso Apoio à pecuária e agricultura empresarial, agroindústria e ao agronegócio; são, na verdade, complementar estando na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos. A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem - muito bem - deste imenso patrimônio produtivo brasileiro.

Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado.

Da mesma forma, é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social.

O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais

velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil

precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se estende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma

perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçar-nos-emos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais.

Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo, um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-

americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.

O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros

permanentes. Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar o Brasil, com sua configuração, representa o "novo" na civilização nosso projeto democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu

coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa imposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo. Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!

**DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS ELEIÇÕES 2006 E
SEGUNDO GOVERNO (2007/2011)**

**Discurso de Posse de Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso Nacional
Dezembro de 2007**

"Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida - a de assumir a presidência do meu País.

Não era apenas a realização de um sonho individual.

O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia - e ainda hoje me sinto - parte e humilde instrumento.

Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República.

Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto.

Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora. Tenho a meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas destes quatro anos.

E assim o será no Governo que se inicia.

Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente.

É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente.

Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país.

Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar.

Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora.

Mas é diferente - para melhor - na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social.

Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego.

É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais.

O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus instrumentos de gestão. Mas nosso país é diferente - para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa.

O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos.

Criamos mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, sem falar das ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando mais de 7 milhões de novos postos de trabalho.

O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes. Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado. Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meioambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias.

O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e soberana no mundo.

E o mundo, vasto mundo, como está quatro anos depois?

Melhor em certos aspectos, mas pior, infelizmente, em tantos outros.

Foram quatro anos sem graves crises econômicas, mas com graves conflitos políticos e militares internacionais.

Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia mundial permitiu um certo desafogo aos países emergentes, a relação entre nações ricas e pobres não melhorou. A solução dos grandes problemas mundiais, como: as persistentes desigualdades econômicas e financeiras entre as nações; o protecionismo comercial dos grandes; a fome e a inclusão dos deserdados; a preservação do meio ambiente; o desarmamento; e o combate adequado ao terrorismo e à criminalidade internacional; não evoluiu.

Os organismos internacionais - especialmente a ONU - não se atualizaram em relação aos novos tempos que vive a humanidade.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim.

Ele me permite saber para onde seguir.

Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam.

Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.

Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo.

Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha.

Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo.

É uma responsabilidade enorme tornarse o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato.

Tenho plena consciência do que isso significa.

Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares.

O desafio é grande, porém maior é a minha disposição de vencê-lo.

Ouço as vozes das cidades, das ruas e dos campos e escuto, muito perto, a voz da minha consciência.

Ela me diz que não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil, quase impossível, que só pode ser conquistado numa lentidão secular.

Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo.

E o Brasil mudou.

Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos.

Os efeitos das mudanças têm que ser sentidos rápida e amplamente.

Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível - debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona.

É preciso desatar alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e avançar com toda velocidade.

Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado.

Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado.

Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar.

Não podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças.

Sei que o crescimento, para ser rápido, sustentável e duradouro, tem de ser com responsabilidade fiscal.

Disso não abriremos mão, em hipótese alguma.

Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o país.

É necessário, igualmente, que este crescimento esteja inserido em uma visão estratégica de desenvolvimento que nosso país havia perdido.

É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado.

Para lograr este equilíbrio, temos de desobstruir os gargalos e de romper as amarras que travam cada um destes setores.

Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado.

Sei que o investimento público não pode, sozinho, garantir o crescimento.

Porém, ele é decisivo para estimular e mesmo ordenar o investimento privado.

Estas duas colunas, articuladas, são capazes de dar grande impulso a qualquer projeto de crescimento.

Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro.

Ao contrário, elas serão apenas o começo. Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa.

Vamos: realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infraestrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução.

O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007.

Continuaremos dando prioridade ao setor de Bioenergia, no qual o Brasil ocupa a vanguarda mundial, como decorrência dos esforços de meu Governo.

O Programa Luz Para Todos, que já propiciou energia elétrica para cinco milhões de pessoas, tem como objetivo chegar até o fim de 2008 a todos os brasileiros ainda sem acesso à eletricidade.

Vamos estabelecer, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a EMBRAPA, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Ministério da Ciência e

Tecnologia, um amplo programa de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos; melhorando a qualidade dos

tributos; favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação; e estimulando a integração

empresauriversidade.

E vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os Estados, a legislação unificada do ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de implantar um único imposto de valor agregado a ser distribuído automaticamente para união, estados e municípios.

Este conjunto de iniciativas significa o reforço das linhas mestras da política macro econômica, com a redução da taxa real de juros.

Tenho claro que nenhum país consegue firmar uma política sólida de crescimento se o custo do capital - ou seja, o juro - for mais alto do que a taxa média de retorno dos negócios.

Da mesma forma que é necessária uma expansão planejada do crédito.

Nossa meta é criar condições para que sua expansão, até 2010, chegue a 50% do PIB, especialmente para o investimento, a infraestrutura, a agricultura, a habitação e o consumo.

Outro ponto vital é a implantação de vigorosas medidas de desburocratização, sobretudo as que facilitem o comércio exterior, a abertura e fechamento de empresas, além de levar adiante o aperfeiçoamento das legislações sanitária e ambiental.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Durante a campanha afirmei que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade.

Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão.

Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural.

Será peçachave do próprio desenvolvimento estratégico do país.

O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero - saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados - teve duplo efeito.

Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres.

Por outro, contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime.

Por isso, obteve reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários países.

Nosso governo nunca foi, nem é "populista". Este governo foi, é e será popular.

Temos de criar alternativas de trabalho e produção para os beneficiários dos nossos programas de transferência de renda.

E aí, ocuparão lugar importante: a educação, a formação de mão-de-obra, a expansão do microcrédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular.

Para isso, as políticas setoriais de governo devem ser fortemente integradas.

É preciso: continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso, que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia e às exportações.

É preciso garantir o crescimento de todos, diminuindo desigualdades entre as pessoas e as regiões.

Para diminuir a desigualdade entre as pessoas a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infraestrutura.

Estes grandes programas e projetos de desenvolvimento regional já estão definidos e envolvem setores estratégicos como energia, transporte, inovação tecnológica, insumos básicos e construção civil.

Na área de energia, eles privilegiam o petróleo, gás, etanol, biocombustíveis e eletricidade.

Na área de inovação tecnológica: os softwares, fármacos, bens de capital, semicondutores e TV Digital.

Na área dos transportes, englobam indistintamente os setores automotivo, ferroviário, naval e aéreo.

Na construção civil, os setores de infraestrutura, habitação e saneamento básico.

Na área dos insumos, a siderurgia, papel e celulose, petroquímica e mineração.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu Governo.

Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia.

Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres.

Um país cresce quando é capaz de absorver conhecimentos.

Mas se torna forte, de verdade, quando é capaz de produzir conhecimento.

Para isso é fundamental valorizar todos os níveis de nosso sistema educacional -

Sem exceção, fortalecer a pesquisa pura e aplicada, consolidar a incorporação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Temos aqui um gigantesco desafio.

O que outros países fizeram ainda nos séculos dezenove ou vinte, nós teremos de realizar nos próximos anos.

Trata-se de superar os grandes déficits educacionais que nos afligem e, ao mesmo tempo, dar passos acelerados para transformar nosso país em uma sociedade de conhecimento, que nos permita uma inserção competitiva e soberana no mundo.

O Brasil quer, num só movimento, resolver as pendências do passado e ser contemporâneo do futuro.

Graças ao esforço de todos nós, com a decisiva participação do Congresso Nacional, o Brasil conta com um instrumento fundamental para melhorar a educação básica, que é o FUNDEB.

Com ele, poderemos aumentar dez vezes o investimento nas áreas mais carentes do ensino,

e 60% destes recursos serão aplicados na melhoria de salários e na formação do professor.

Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização.

Os educadores poderão, dessa forma, melhorar o seu desempenho e os resultados da sua atividade pedagógica.

A Universidade Aberta é decisiva no aperfeiçoamento dos docentes, pois permite que os professores se reciclem sem sair de suas cidades.

Nesta luta pela qualidade, vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino, informatizando todas as escolas públicas.

Quero reafirmar, neste dia tão importante, que o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade.

Para isso contribuirão as novas universidades e extensões universitárias e as escolas técnicas em todas as cidades pólo do país.

Para isso contribuirá também a expansão das bolsas do ProUNI.

O Brasil assistirá dentro de dez ou quinze anos o surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originários das camadas pobres da população.

Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder.

Outras áreas vitais para a população - e objeto de permanente demanda - são as da saúde e da segurança pública.

Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida.

Sinto que em matéria de segurança pública - um verdadeiro flagelo nacional - crescem as condições para uma efetiva cooperação entre a União e os estados da Federação, sem a qual será muito difícil resolver este crucial problema.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas dos povos.

Nunca o mundo viveu - como vive hoje - um período de tão grande descrédito na política.

Mas, paradoxalmente, nunca a política foi tão imprescindível.

Temos no Brasil um desafio pela frente.

Desafio para as forças que se identificam com este Governo e para aquelas que se situam na oposição.

Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas.

Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas.

Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social.

Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas.

Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa.

As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa.

Elas se complementam.

Meu Governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e

Foros.

Continuaremos nesse rumo. Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana.

Nada mais ético do que a promoção do bem comum e da justiça.

A reforma política deve ser prioritária no Brasil.

Convido todos os senhores para nos sentarmos à mesa e iniciarmos o seu debate e urgente encaminhamento, ao lado de outras reformas importantes, como a tributária, que precisamos concluir.

O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial.

Nossa política externa - motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação - foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade.

Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo.

Estamos mais próximos da África - um dos berços da civilização brasileira.

Fizemos do entorno sulamericano o centro de nossa política externa.

O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao MERCOSUL e à Comunidade Sulamericana de Nações.

Senhoras e Senhores,

É tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade.

O Brasil tem muito o que contribuir neste debate.

Colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações.

Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este país combaterá de maneira decidida e permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária.

Por isso cresce a participação das mulheres na vida econômica, social e política do país.

Cada vez mais, os negros ocupam o lugar que lhes é devido em um Brasil democrático. Assim como os povos indígenas, que reconquistam e consolidam a sua dignidade histórica.

A despeito dos avanços que nossas políticas públicas propiciaram, especialmente na esfera educacional, ainda há muito que fazer pelos jovens, importante segmento de nossa sociedade, a quem caberá conduzir este país nas próximas décadas.

Em um mundo que busca caminhos para o convívio, espaços para o diálogo, para a coabitação do múltiplo e do diverso, o Brasil tem o que oferecer.

Nosso País pode ser uma voz e um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade.

Pode ajudar a mostrar que neste planeta desigual, é possível avançar no sentido do entendimento, quando os interesses dos diferentes e, sobretudo, dos excluídos passam a integrar efetivamente a agenda nacional.

Senhoras e Senhores,

Fui reconduzido à Presidência da República pela vontade majoritária do povo brasileiro.

A realização do segundo turno deu mais nitidez à escolha, contrapondo projetos de país com contornos bem definidos e diferenciados.

O povo fez uma escolha consciente.

Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado.

Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de "distribuição de migalhas".

Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País.

Desconhecem o que é um povo sem feitores, capaz de expressarse livremente.

O que distribuímos - e mais do que isso: socializamos - foi cidadania.

Este povo constitui a verdadeira opinião pública do país que alguns pretenderam monopolizar.

Finalmente, quem tentou desqualificar a opção popular não foi capaz de valorar algo fundamental.

A vontade de mudança - que esteve reprimida por décadas, séculos -

Expressou-se pacificamente, democraticamente e esta manifestação contribuiu de modo notável para o fortalecimento das instituições.

O caminho da política exige paciência, concessões mútuas, compreensão do outro.

Exige que sejamos capazes de levar ao extremo a prática da escuta.

Pois só assim é possível sintonizar e harmonizar interesses.

Mas exige opções, alinhamentos.

Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções. Não desejo que a oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por ela livremente optaram.

Quero pedir-lhes, apenas, que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso país e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo.

Só assim poderemos estar todos a serviço deste país que tanto amamos.

Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária.

Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Reconheço que Deus tem sido generoso comigo.

Mais do que mereço.

Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte.

Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver.

Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar.

Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar.

Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar.

Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades.

Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava. Muito obrigado."

Veja íntegra do discurso do presidente Lula no parlatório "Meus queridos brasileiros e brasileiras,

É com muita emoção que eu subo a este Parlatório para conversar um pouco com vocês.

Hoje é para mim um dia de profunda emoção. Primeiro, porque ser Presidente da República do meu País, eu recebo isso como uma bênção de Deus, porque eu digo sempre que chegar onde eu cheguei, saindo de onde eu saí, eu só posso dizer que existe um ser superior que decide os destinos de cada um de nós e, por isso, eu estou aqui.

Mas estou aqui, também, por causa de vocês. Eu sou profunda e eternamente grato ao comportamento do povo brasileiro nesses quatro anos do meu mandato. Em momentos muito difíceis, quando alguns imaginavam que o jogo tinha acabado, o povo entrava em campo e dizia claramente: nós construímos a democracia deste País e nós vamos sustentar a democracia deste País, custe o que custar, doa a quem doer.

Sou profundamente grato a essa convivência com meu companheiro José Alencar, meu vice presidente da República. Este homem que, na minha opinião, também por obra de Deus, fez com que nós nos encontrássemos, e embora tivéssemos origens muito semelhantes, ele trilhou um caminho e eu trilhei outro: ele foi para a vida empresarial e se transformou num grande empresário, um dos maiores do nosso País, e eu trilhei o caminho do movimento sindical. E, por conta de vocês, eu me transformei numa pessoa importante na política brasileira, e quis

Deus quis que um belo dia eu encontrasse o José Alencar em Belo Horizonte, ouvi um pronunciamento dele e, depois que o ouvi falar, eu saí de lá

convencido de que nós tínhamos encontrado um jeito de unificar capital e trabalho na Presidência da República e na Vice Presidência, e saí de lá convencido de que eu tinha conquistado o meu vice. E sou profundamente grato pela lealdade, pelo companheirismo e pela compreensão que este homem tem, da defesa dos interesses nacionais, dos interesses brasileiros.

Sou profundamente grato à compreensão da dona Marisa Letícia que, nesses quatro anos, esteve junto comigo, nos bons e nos maus momentos. E, certamente, José Alencar e eu somos gratos também à dona Mariza, a esposa do José Alencar, porque certamente nos momentos difíceis ela era o ombro, o consolo e a consciência política para nos afirmar:

"Continuem lutando, porque a única coisa que vale, que compensa, é a gente continuar lutando para garantir as conquistas que esse povo tão sofrido vem conquistando ao longo dos anos".

Sou muito grato aos companheiros do Congresso Nacional, aos deputados e senadores que ajudaram com que o debate político, mesmo quando estava mais radicalizado, não atrapalhasse que as coisas de interesse da nossa Nação fossem votadas e conseguimos aprovar praticamente tudo o que o governo mandou ao Congresso Nacional e, certamente, o Congresso Nacional, pela sua pluralidade, pela sua prática democrática e por ser a consciência do povo brasileiro no dia das eleições, continuará ajudando para que este País continue dando certo e crescendo.

Quero agradecer aos trabalhadores, aos estudantes, às mulheres e aos homens deste País que não só nos ajudaram a consolidar a democracia, mas saíram às ruas para conquistar aquilo que durante muitos e muitos anos nós tentávamos conquistar e não conseguíamos.

Eu me lembro de que quando fui dirigente sindical, a gente tinha até dificuldade de entrar no Congresso Nacional. Neste Palácio, nem pensar.

Hoje, os trabalhadores conquistaram não apenas o direito de fazer acordos salariais melhores do que faziam antes, os trabalhadores conquistaram um aumento de salário mínimo que é o maior dos últimos 30 anos, os trabalhadores conquistaram o direito de entrar nesta Casa como se esta Casa fosse a casa deles, porque não pode ser diferente, o palácio de um governo tem que ser o palácio do povo brasileiro.

Eu sinto orgulho, porque normalmente os palácios presidenciais são feitos para um determinado tipo de gente e, na minha concepção, o palácio do Presidente

da República precisa receber rainhas, precisa receber reis, precisa receber príncipes, precisa receber empresários, pequenos, grandes e médios, precisa receber deputados, senadores, governadores, mas este Palácio precisa se habituar, a partir do meu governo, a receber aqueles que vivem nas ruas catando o papel que nós jogamos, para reciclar e fazer desse trabalho penoso a sua sobrevivência com dignidade.

Este Palácio precisa aprender a receber as minorias marginalizadas deste País. Este Palácio precisa aprender a receber os negros, os índios, as mulheres. E este Palácio precisa aprender a receber aqueles que, muitas vezes, não conseguem nem passar perto do Palácio, quanto mais entrar nele.

E fazemos isso porque queremos consolidar a democracia brasileira de tal forma, numa relação sadia e produtiva com a sociedade, participando das conferências nacionais, ouvindo o povo, porque é com a sabedoria popular que o governante aprende a errar menos e a acertar mais, e vou continuar governando desse jeito: ouvindo cada vez mais, porque eu aprendi que, na sua sabedoria divina, Deus fez a gente com uma boca para falar menos e dois ouvidos para escutar mais, e isso falta um pouco na política nacional.

Por fim, meus companheiros e companheiras, se me permitem trata-los assim, eu quero dizer para vocês que os quatro anos que temos pela frente são quatro anos mais compensadores mas, ao mesmo tempo, mais difíceis do que os primeiros quatro.

Eu tenho noção do que significa as coisas que nós fizemos, tenho noção que já fizemos muito. Mas, ao mesmo tempo, tenho noção que diante das necessidades do povo e diante da quantidade de décadas e décadas de dívida social com o povo brasileiro, mesmo fazendo muito, nós fizemos muito menos do que aquilo que precisa ser feito para que a gente possa tornar o Brasil um país mais justo, mais equânime, onde todas as pessoas possam conquistar a cidadania plena, com o direito de trabalhar, de estudar, de ter acesso à cultura, ao lazer, a tomar café de manhã, almoçar, jantar, tirar férias e cuidar da sua família. E ter a certeza de que os seus filhos vão estudar numa escola de qualidade e que os filhos das pessoas mais pobres deste País têm que sonhar em ter acesso à mesma universidade do filho do mais rico deste País, porque é assim que a gente vai construir uma democracia forte, uma democracia sólida.

Quero agradecer a todos vocês.

Eu digo sempre que se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar, ao longo desses 30 anos de vida política, foi a relação com o povo.

Eu, na política, já fui enganado muitas vezes. Muitas vezes, a gente vê as pessoas próximas da gente desaparecerem. Agora, nessa minha relação com o povo brasileiro, desde quando eu comecei, no movimento sindical, em 1969, em nenhum momento difícil da minha história esse povo faltou com a solidariedade, com o companheirismo, assumindo, às vezes, a tarefa de fazer aquilo que nós não tínhamos condições de fazer.

Quero dizer a vocês que esses próximos quatro anos serão quatro anos de muito trabalho. E vamos trabalhar mais do que trabalhamos no primeiro, porque já conhecemos os caminhos das pedras, já conhecemos onde é que as coisas, muitas vezes, emperram. E nós, que sabemos que a economia brasileira precisa crescer, gerar empregos e distribuição de renda, sabemos que precisamos destravar o País para que ele possa crescer, para que ele possa gerar a quantidade de empregos, e empregos formais, com carteira assinada, porque aí, sim, o trabalhador brasileiro vai estar mais qualificado e vivendo um pouco melhor.

Quero agradecer aos nossos convidados que estão aqui. Muita gente importante, eu estou vendo daqui, muita gente que veio, nesta segunda-feira chuvosa, prestigiar esta posse, que lamentavelmente a gente não conseguiu mudar e continua sendo no dia 1º de janeiro, quando poderia ser numa sexta-feira, para a gente fazer, realmente, uma grande festa.

Quero olhar na cara de cada homem e de cada mulher e dizer para vocês: eu e o companheiro José Alencar, se for necessário, daremos a nossa vida para que a gente possa cumprir cada palavra e cada compromisso que assumimos com vocês, para que a gente possa fortalecer a democracia do nosso País, para que a gente possa garantir que a parte mais pobre da população seja tratada com o respeito e com a decência que deveria ter sido tratada há muito tempo, porque se assim o fosse nós não teríamos a quantidade de pobres que temos no Brasil.

Quero dizer para vocês que sou Presidente de todos, sem distinção de credo religioso, sem distinção de compromissos ideológicos.

Sou Presidente de todos sem me preocupar com a origem social de cada um. Mas não se enganem, mesmo sendo Presidente de todos, eu continuarei fazendo o que faz uma mãe, eu cuidarei primeiro daqueles mais necessitados, daqueles mais fragilizados, daqueles que mais precisam do Estado brasileiro.

Por isso, meus companheiros e companheiras, eu vou parar por aqui, dizendo a vocês porque depois eu vou descer aí para dar um abraço em vocês que nós, este mês, já lançaremos o pacote de propostas para o desenvolvimento deste País. Isso foi discutido com empresários, com trabalhadores, e nós queremos fazer com que o Brasil crie um momento de confiança e de otimismo.

Aqueles que apostarem no fracasso do Brasil serão derrotados.

Aqueles que acreditarem que este País nasceu para ser um país de crescimento inibido, para ser um país de eterno pequeno crescimento, podem começar a se preparar porque este País vai ter um crescimento vigoroso. Mas não um crescimento como tivemos em outra época, em que o País crescia e o povo continuava pobre, o País crescia e não se distribuía o resultado desse crescimento.

Nós temos que ter consciência de que o País precisa crescer, mas o que precisa crescer, também, concomitante com o crescimento da economia, com o crescimento da indústria, com o crescimento da agricultura, é o crescimento da melhoria da qualidade de vida das nossas crianças, das nossas mulheres, dos nossos jovens.

É o crescimento da oportunidade para uma educação de qualidade, é o crescimento de uma distribuição de renda em que o povo possa viver com mais dignidade, viver melhor e cuidar da sua família.

Eu estou convencido de que o que aconteceu no Rio de Janeiro na semana passada é resultado de um processo de degradação da estrutura da sociedade brasileira, causada, quem sabe, pela perda de valores, quem sabe por problemas que precisam ser resolvidos a partir de dentro da nossa casa, porque é preciso que a família brasileira seja a base, o alicerce, dessa sociedade pujante que nós queremos criar. Se dentro da família houver desagregação, se pai e mãe não se entenderem, se filho e pai não se entenderem, tudo vai ficar mais difícil, e não será a polícia que vai resolver.

O que vai resolver é cada um de nós voltar os nossos olhos para o que aconteceu no Rio de Janeiro e não ficar culpando o governo do estado, não ficar culpando o Presidente da República ou o prefeito da cidade, porque aquilo que está acontecendo é resultado de erros históricos acumulados por toda a sociedade brasileira, que precisa, também, a sociedade como um todo, assumir a responsabilidade de ajudar os estados, os municípios e o governo federal, a

encontrar uma solução definitiva. Eu não creio que tenha, no Brasil, nenhuma alma que possa compactuar com a barbaridade que foi feita por alguns facínoras.

O que eu queria dizer para vocês, e quero aproveitar porque eu sei que o governador Sérgio Cabral está aqui, como também quero falar para os governadores de outros estados: eu vou discutir com o meu Ministro da Justiça, porque essa barbaridade que aconteceu no Rio de Janeiro não pode ser tratada como crime comum. Isso é terrorismo e tem que ser combatido com uma política forte e com uma mão forte do Estado brasileiro. Aí já extrapolou o banditismo convencional que nós conhecíamos. Quando um grupo de chefes, de dentro da cadeia, consegue dar ordens para fazer uma barbaridade daquelas, matando inocentes, eu quero dizer ao meu governo e aos governos estaduais: nós precisamos discutir profundamente, porque o que aconteceu no Rio de Janeiro foi uma prática terrorista das mais violentas que eu tenho visto neste País e, como tal, tem que ser combatida.

Se tem uma coisa que nós precisamos garantir é o direito de homens livres e honestos, homens trabalhadores, saírem de casa de manhã e voltarem para casa à tarde com o sustento da sua família.

Nós não podemos continuar permitindo a inquietação dentro de cada casa, a inquietação dentro de cada cidade ou de cada estado, e essa é uma tarefa que não é de um homem e não é de um partido, é de toda uma nação, de todos os estados e de todas as cidades.

Eu tenho certeza de que nós teremos quatro anos de muito otimismo neste País, de muito crescimento. Por isso, em meu nome, em nome de José Alencar, da minha Marisa e da Mariza do José Alencar, em nome do meu governo, em nome dos meus Ministros, em nome do povo brasileiro, eu quero, mais uma vez, dizer: obrigado, meu Deus, por vocês existirem e terem a compreensão que vocês têm, porque só vocês podem ajudar este País a dar o salto de qualidade que o nosso País precisa.

Muito obrigado.

Feliz Ano Novo e amanhã é dia de nós dizermos, em alto e bom som: deixa o homem trabalhar, senão o País não cresce como precisa crescer.

Um abraço”.

Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no COI (Comitê Olímpico Internacional) em 03 de outubro de 2009

“Senhor presidente, senhores e senhoras, membros do comitê olímpico, companheiros da delegação brasileira, amigos e amigas. Com muito orgulho represento aqui as esperanças e sonhos de mais de 180 milhões de brasileiros. Muitos nos acompanham pela TV neste momento – em telões, nas areias de Copacabana, nas vitrines das lojas em São Paulo, ou em pequenos televisores às margens do Rio Amazonas. Estão todos unidos torcendo pelo Rio de Janeiro.

Somos um povo apaixonado pelo esporte, apaixonado pela vida. Olhando para os 5 aros do símbolo olímpico vejo neles o meu país – Um Brasil de homens e mulheres de todos os continentes: americanos, europeus, africanos, asiáticos... Todos orgulhosos de suas origens e mais orgulhosos de se sentirem brasileiros. Não só somos um povo misturado, mas um povo que gosta muito de ser misturado. É o que faz a nossa integridade.

Digo com toda franquesa: chegou nossa hora. Entre as 10 maiores economias do mundo, o Brasil é o único país que não sediou os jogos olímpicos e para-olímpicos. Entre os países que disputam hoje a indicação somos os únicos que nunca tivemos essa honra. Para os outros será apenas mais uma Olimpíadas, para nós será uma oportunidade sem igual. Aumentará a auto-estima dos brasileiros, consolidará conquistas recentes, estimulará novos avanços.

Esta candidatura não é só nossa, é também da América do Sul, um continente com quase 400 milhões de homens e mulheres e cerca de 180 milhões de jovens. Um continente que como vimos nunca sediou os jogos olímpicos. Está na hora de corrigir este desequilíbrio.

Para o movimento olímpico esta decisão abrirá uma nova e promissora fronteira. O COI já mostrou ser capaz de enfrentar e vencer desafios. Mantendo acesa a chama da tradição, soube modernizar os jogos, introduziu novas modalidades, abriu-se a novas tecnologias, atraiu um número cada vez maior de países. O desafio agora é outro: expandir as Olimpíadas para novos continentes, é hora de acender a pira olímpica em um país tropical, na mais linda e maravilhosa cidade, o Rio de Janeiro.

Para a América do Sul será um momento mágico, para o movimento olímpico, uma oportunidade de sentir o calor de nosso povo, a exuberância de nossa cultura,

o sol de nossa alegria e de passar uma mensagem clara para o mundo: as Olimpíadas pertencem a todos os povos, a todos os continentes, a humanidade inteira.

Aprendemos muito nos últimos tempos. Na realização grandiosa dos jogos Pan-americanos de 2007, nas Olimpíadas ano passado em Beijim, na visita as obras do Parque Olímpico de Londres, nos encontros pelo mundo com os membros da família olímpica. Este é o motivo pelo qual meu governo está tão comprometido com a candidatura do Rio de Janeiro. Demos todas as garantias possíveis à realização dos jogos, aprovamos financiamentos significativos e abrangentes, conscientes do legado que os jogos deixarão para o Rio de Janeiro.

Meus amigos e minhas amigas, o Brasil vive um excelente momento, trabalhamos muito nas últimas décadas, temos uma economia organizada e pujante que enfrentou sem sobressaltos a crise q ainda assola tantas nações. Vivemos num clima de liberdade e democracia. Nos últimos anos 30 milhões de brasileiros saíram da pobreza e 21 milhões passaram a integrar a nova classe média. A superação de dificuldades é o que marca a história recente do Brasil e a trajetória de milhões de brasileiros.

Acabo de participar da cúpula do G-20, em Pitsburgo, na qual se desenhou por consenso um novo mapa econômico mundial. Esse mapa reconhece a importância de países emergentes como o Brasil no cenário global e, sobretudo na superação da crise mundial. Tenho orgulho como brasileiro de ter participado desse processo e de ver o Brasil como parte da solução.

A parceria que a candidatura do Rio propõe à família olímpica leva em conta esse novo cenário no qual o nosso país conquistou o seu lugar. As portas do Brasil estão abertas para a maior festa da humanidade: os jogos olímpicos e para-olímpicos numa das mais belas e acolhedoras cidades de todo o mundo. Precisamos do apoio e da visão de futuro das senhoras e dos senhores. O Rio está pronto. Os que nos derem esta chance não se arrependerão. Estejam certos, os jogos olímpicos do Rio serão inesquecíveis, pois estarão cheios da paixão, da alegria e da criatividade do povo brasileiro.

Muito obrigado!"

Luiz Inácio Lula da Silva

TABELAS – BALANÇO DO GOVERNO LULA

TABELA 8

Volume de crédito (em R\$ bilhões)

Tipo de crédito	2005	Variação 05/04 (%)
Crédito direcionado	202,099	11,8
BNDES	123,061	11,9
Rural	44,728	9,9
Habitação	28,079	13,7
Outros	6,231	15,7
Crédito Livre	340,805	-
Pessoa física	155,212	37,0
- Cheque especial	10,967	11,9
- Crédito pessoal	63,566	46,4
Crédito consignado	32,036	82,7
Setor público	28,092	88,1
Setor privado	3,944	51,8
Tradicional	31,530	21,8
- Aquisição de bens	61,065	34,8
Veículos	50,814	33,5
Outros	10,251	41,9
- Outros	19,614	32,9
Pessoas jurídicas	185,593	17,4
- Desconto de duplicatas	10,958	5,5
- Capital de giro	51,535	28,1
- Conta garantida	29,729	18,5
- Aquisição de bens	11,153	39,4
- Vendor	9,988	- 2,6
- ACCs	23,856	- 0,7
- Repasses externos	16,041	17,0
- Outros	32,333	22,4
Outros	63,970	34,94
Total	606,874	-

Fonte: Bacen/ Valor Econômico 25/01/2006

TABELA 9

Programas de transferência de renda (em R\$ mil)

Ano	Valores
2002	2.148.131
2003	3.141.911
2004	5.152.485
2005	6.476.478

Fonte: Caixa

TABELA 10

Crédito para a agricultura familiar - Pronaf

Safra	Contratos realizados (mil)	Valores (em R\$ bi)
2002/2003	904	2,4
2003/2004	1.300	4,5
2004/2005	1.700	6,2
2005/2006	2.000	9,0

Fonte: Governo Federal

TABELA 11

Domicílios - acesso a bens e serviços *

Itens	Domicílios com acesso set/2002	Domicílios com acesso set/2004	Crescimento % (2004/2002)
Imóvel próprio	35.046.158	37.509.929	7,0
Abastecimento água	38.979.037	42.413.615	8,8
Esgoto	32.390.782	35.735.507	10,3
Coleta lixo	40.337.331	43.744.924	8,4
Iluminação elétrica	45.967.396	49.815.260	8,4
Telefone	29.319.600	33.688.093	14,9
Fogão	46.481.918	49.774.894	7,1
Filtro água	25.258.462	26.309.899	4,2
Geladeira	41.215.385	44.891.605	8,9
Freezer	8.785.043	8.744.848	0,0
Máquina de lavar roupa	16.152.656	17.773.219	10,0
Rádio	41.795.232	44.911.192	7,5
Televisão	42.778.810	46.330.935	8,3
Micro-computador	6.743.522	8.450.984	25,3
Acesso Internet	4.912.732	6.321.618	28,7

Fonte: IBGE, PNADs 2002 e 2004

* Excluídos os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá.

TABELA 5

Empregos formais por faixa de salário

Faixas de salário (SM)	2002	2003	2004	2005 *
Até 1,0	315.314	332.115	370.395	159.625
De 1,01 a 1,5	630.801	593.979	902.175	981.076
De 1,51 a 2,0	265.969	178.510	419.734	391.586
De 2,01 a 3,0	- 12.329	- 72.813	90.938	140.441
Mais de 3,0	- 439.907	- 393.117	- 270.623	- 158.316
Sem informação	2.567	6.759	10.657	12.457
Total	762.415	645.433	1.523.276	1.526.869

Fonte: MTE, CAGED. Elaboração: Dieese. * Janeiro a Outubro